

Portugal na União Europeia



2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA

ANO 2017

Dos resultados em Portugal aos resultados na Europa

A 25 de março de 2017, a União Europeia assinalou os 60 anos do Tratado de Roma. Reunidos na capital italiana, os Chefes de Estado ou de Governo evocaram as conquistas da União e os desafios futuros. Num espírito de unidade, comprometeram-se a defender os valores europeus da liberdade, democracia, Estado de Direito, dignidade humana, igualdade e solidariedade. Ao mesmo tempo, vincularam-se ao reforço da ação conjunta em domínios estratégicos fundamentais.

Procurando ouvir e dar resposta às preocupações concretas dos cidadãos, os líderes anunciaram o compromisso de caminhar na senda da prosperidade sustentada; na criação de crescimento e emprego; numa dimensão social responsável; na segurança dos cidadãos; na reforma das políticas de migração; e na projeção de uma Europa forte, coesa e capaz de moldar a globalização.

É assim, nestes dois planos, no dos valores e no dos resultados concretos, que o projeto europeu joga o seu futuro, um futuro do qual o nosso país é parte integrante.

O Portugal que se apresentou em 2017 às instituições europeias e aos Estados-membros foi seguramente um país bem diferente do passado. Sem dúvida, o nosso perfil na União Europeia conheceu uma evolução verdadeiramente assinalável: de um país sob Programa de Assistência Económica e Financeira, Portugal passou a caso de sucesso, atingindo os seus objetivos de política económica interna sem colocar em causa o cumprimento das regras europeias.

O reconhecimento do esforço e dos resultados de Portugal chegou em junho de 2017, quando o Conselho revogou a Decisão sobre a existência de um défice orçamental excessivo em Portugal, fechando o respetivo procedimento. Esta decisão foi



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

complementada, já em março do corrente ano, com a retirada de Portugal da lista de países com desequilíbrios macroeconómicos excessivos.

De facto, os indicadores do ano de 2017 são esclarecedores do dinamismo económico do país. Registámos um crescimento económico real de 2,7%, acima da média da Zona Euro e da UE, assente no investimento e nas exportações. Esta representou a maior taxa de crescimento de Portugal neste século e marcou também o primeiro ano de convergência real com a Europa desde a adesão ao euro. Por sua vez, a taxa de desemprego, assente em mais e melhor emprego, desceu 2,2 pontos percentuais face a 2016 para os 8,9%. Também o *rating* de Portugal melhorou.

Sem esta performance económica e a estabilidade política do país, não teria sido possível eleger, em dezembro de 2017, o Senhor Ministro das Finanças, Mário Centeno, como Presidente do Eurogrupo: o corolário institucional do caminho feito até agora por Portugal que, como sabemos, tantas dúvidas suscitou.

A presidência do Eurogrupo representa para Portugal o reconhecimento da validade das suas opções, mas também a possibilidade do país ter um papel mais ativo no debate sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária e sobre o futuro da Europa.

Este debate amplificou-se com a decisão do Reino Unido de sair da União Europeia. Nas negociações do *Brexit*, que começaram em junho de 2017, e nas quais a unidade dos Estados-membros tem sido exemplar, a primeira prioridade de Portugal foram os cidadãos, que constituem o âmago do projeto europeu, em todas as suas dimensões. Os resultados alcançados foram positivos e preservam os interesses nacionais e da União, abrindo espaço para uma relação futura tão estreita quanto possível.

Num contexto em que as ameaças à integridade da União aparecem sob as mais variadas formas, como o *Brexit* ou a ascensão dos populismos, as credenciais europeístas de Portugal, quer da sua classe política, quer da sua sociedade dão-nos um lugar de destaque entre os nossos pares. A este propósito, vale a pena sublinhar



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

os dados do Eurobarómetro: 81% dos portugueses sentem-se “europeus”, bem acima dos 70% da média europeia.

Assim, uma maior capacidade de intervenção proporcionada pelos resultados económico-financeiros, aliada a uma vontade de participar ativamente, permite-nos – direi mesmo, que nos impõe a obrigação de – desempenhar um papel charneira nas discussões do projeto europeu.

Em Bruges, no dia 15 de setembro de 2017, o Senhor Primeiro-Ministro António Costa apresentou a visão portuguesa para o futuro da Europa, uma visão focada na resolução de questões práticas, nomeadamente a convergência económica e social, mas sem perder a noção de que a União é, antes de mais, uma comunidade de valores. Neste quadro, foram definidas as quatro tentações que a União Europeia, na nossa perspetiva, deve evitar para ser bem-sucedida: rever os Tratados; embrenhar-se em inextricáveis debates institucionais; deixar-se paralisar pela natural heterogeneidade das visões nacionais da Europa; procurar idealizar novas missões sem consolidar o que já se adquiriu.

Neste contexto, o debate sobre a União Económica e Monetária assume particular relevo, pois sem a completarmos não teremos as bases sólidas para a Europa do futuro.

No ano de 2017, o tema da UEM ganhou dinamismo, estando no centro das preocupações europeias. O Livro Branco sobre o Futuro da Europa, o roteiro da Comissão Europeia para o aprofundamento da UEM, a Cimeira do Euro ou mesmo a maior abertura dos Estados-membros ao diálogo sobre esta matéria são exemplos disso mesmo. Portugal esteve sempre na linha da frente deste debate, organizando eventos como a Conferência de alto nível “Um Euro para o crescimento e a Convergência” e apresentando propostas concretas para o aprofundamento da UEM. Conforme exposto neste Relatório: “Portugal defende a melhoria da resiliência da UEM aos choques económicos através da conclusão da União Bancária, da criação da União dos Mercados de Capitais e de uma capacidade orçamental que acrescente estabilidade



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ao nível da área do euro. Esta capacidade orçamental deve promover a convergência através de incentivos ao investimento e à implementação de reformas que atuem sobre os bloqueios estruturais e promovam a competitividade da economia.”

Nesta equação, a dimensão social da União não pode ser subalternizada, pelo que nos empenhámos para o sucesso da Cimeira Social de Gotemburgo, na qual foi proclamado o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Trata-se de pugnar pela convergência real das economias europeias, valor que deve estar presente em todas as políticas europeias. A Cooperação Estruturada Permanente, na área da segurança e defesa, estabelecida pelo Conselho de Negócios Estrangeiros de dezembro passado, é paradigmática. Antes de decidir tornar-se um membro-fundador da CEP, Portugal procurou assegurar que esta não colocaria em causa a consolidação do acervo da União Europeia e que os seus projetos de cooperação na área das capacidades e da investigação promovem também a convergência económica e social entre os Estados-membros.

O mesmo vale para outras dimensões da UE como as migrações. Por forma a dar uma resposta mais concertada e responsável, Portugal tem defendido soluções que respeitem o princípio da solidariedade entre Estados-membros, sabendo contudo de antemão que só o combate às causas profundas das migrações constitui uma ferramenta de longo-prazo para lidar com esta questão.

Finalmente, há que referir que em 2017 começámos o debate em torno do próximo Quadro Financeiro Plurianual, que entra neste ano de 2018 em velocidade de cruzeiro e que terá um impacto crucial na definição dos meios que a UE terá à sua disposição para alcançar os seus objetivos no período pós-2020. O mais importante, nestas duras negociações que se avizinham, é que o QFP corresponda às ambições e expectativas dos cidadãos, dando resposta aos seus problemas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Urge por isso ouvi-los. Portugal irá assim pôr em prática, em parceria com a Comissão Europeia, a organização de uma série de “Encontros com os cidadãos” para debater a Europa e o seu futuro.

Mas, não esqueçamos que é preciso mais que isso. O contacto com os cidadãos não se esgota em iniciativas isoladas, sendo antes um trabalho permanente, de escuta, de debate, de reflexão, mas também de ação. É esse o caminho escolhido por Portugal. Deve ser esse o caminho escolhido pela Europa.

Nesta busca de respostas concretas a problemas concretos, os princípios da União devem continuar a nortear o nosso caminho. Afinal, e reitero, antes de ser um mercado ou uma zona monetária, a União Europeia é uma comunidade de valores assente no respeito pelos direitos fundamentais e pelo Estado de Direito.

Ana Paula Zacarias

Secretária de Estado dos Assuntos Europeus

Lisboa, 26 de março de 2018



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

PORTUGAL NA UNIÃO EUROPEIA
ANO 2017

TÍTULO I – QUESTÕES INSTITUCIONAIS	11
Capítulo I – Instituições e órgãos	13
Capítulo II – Futuro da Europa	27
Capítulo III – Funcionários	32
TÍTULO II – PROCESSO DE SAÍDA DO REINO UNIDO DA UE	33
TÍTULO III – ALARGAMENTO	39
TÍTULO IV – POLÍTICAS INTERNAS NA UE	45
Capítulo I – Semestre Europeu	48
Capítulo II – União Económica e Monetária	60
Capítulo III – Serviços Financeiros	66
Capítulo IV – Fiscalidade	79
Capítulo V – Competitividade (Mercado Interno, Indústria, Investigação e Espaço)	94
Capítulo VI – Concorrência e Auxílios de Estado	110
Capítulo VII – Transportes, Telecomunicações e Energia	122
Capítulo VIII – Ambiente	138
Capítulo IX – Agricultura, Pescas e Política Marítima Integrada	146
Capítulo X – Coesão Económica, Social e Territorial	160
Capítulo XI – Emprego e Assuntos Sociais	171
Capítulo XII – Educação, Cultura, Audiovisual, Juventude e Desporto	182



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Capítulo XIII – Saúde Pública e Consumidores	188
Capítulo XIV – Financiamento e Fluxos Financeiros	195
Capítulo XV – Revisão Intercalar do Quadro Financeiro	206
Plurianual 2014-2020	
TÍTULO V – ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA	212
Capítulo I – Cidadania e Direitos Fundamentais	214
Capítulo II – Schengen, Vistos e Fronteiras	216
Capítulo III – Migrações e Asilo	223
Capítulo IV – Cooperação Judiciária	229
Capítulo V – Cooperação Policial	234
Capítulo VI – Luta contra o Terrorismo	236
Capítulo VII – Proteção Civil e Gestão de Catástrofes	238
Capítulo VIII – Relações Externas	240
TÍTULO VI – AÇÃO EXTERNA	250
Capítulo I – Política Externa e de Segurança Comum	252
Capítulo II – Relações Externas Regionais e Bilaterais	268
Capítulo III – Política Comercial	302
Capítulo IV – Ajuda ao Desenvolvimento	314
TÍTULO VII – APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA	325
Capítulo I – Transposição de Diretivas e Adaptações	326
Legislativas	
Capítulo II – Mecanismos Informais de Resolução de	329
Problemas do Mercado Único – Rede SOLVIT	
Capítulo III – Mecanismos Informais de Aplicação do Direito	333
da União – Projeto “EU PILOT”	



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Capítulo IV – Execução do Direito da União Europeia: Pré-Contencioso e Contencioso	335
Capítulo V – Aprovação e Ratificação de Acordos e Tratados	340
TÍTULO VIII – Política de Informação, Comunicação e Formação	343
Capítulo I – Informação sobre as oportunidades na UE para os cidadãos e empresas	344
Capítulo II – Comunicação sobre os principais temas da agenda europeia	347
Capítulo III – Promoção do conhecimento sobre a UE e a atividade editorial	351
Capítulo IV – Biblioteca Jacques Delors	355
ANEXOS	357
Anexo I – Representantes portugueses	359
• Comité das Regiões	
Anexo II – Atos e Acordos na área da Justiça e dos Assuntos Internos	361
Anexo III – Lista das Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2017	371
Anexo IV – Participação de Portugal no contencioso da União Europeia em 2017	385



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO I

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

O ano de 2017 foi marcado pela celebração do 60.º aniversário dos Tratados de Roma, assinalado pela realização da Reunião de Chefes de Estado ou de Governo em 25 de março em Roma. Esta ocasião serviu, não só para marcar a herança da União Europeia como comunidade de paz, liberdade, democracia, Direitos Humanos e Estado de Direito, mas também para conferir ímpeto à reflexão sobre o futuro da integração europeia. A Declaração assinada em Roma visa tornar a UE mais forte, resiliente e solidária.

Ao longo do ano assistiu-se à intensificação do debate sobre o Futuro da Europa. A Comissão apresentou o Livro Branco sobre o Futuro da Europa e um conjunto de documentos de reflexão específicos sobre a dimensão social da Europa, o aprofundamento da União Económica e Monetária, globalização, futuro da defesa da Europa e futuro das finanças da UE.

Na sequência, o Presidente Tusk lançou a “Agenda dos Líderes”, que se traduz num calendário com as principais prioridades políticas a debater até junho de 2019 e num maior envolvimento dos Chefes de Estado ou de Governo com vista a alcançar progressos concretos nas discussões sobre o Futuro da Europa.

Portugal assumiu um papel de destaque nestas discussões, tendo apresentado em diversas sedes as suas ideias principais para fortalecer e consolidar o projeto europeu, em particular no que diz respeito à União Económica e Monetária.

Em janeiro Portugal organizou a segunda Cimeira dos países do sul da Europa, no quadro da concertação de posições a nível regional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A agenda europeia incluiu igualmente o acompanhamento da situação do Estado de Direito na UE, tendo-se registado uma crescente assertividade por parte das instituições. No final do ano a Comissão concluiu existir um risco claro de violação grave do Estado de Direito na Polónia e apresentou, num gesto sem precedentes, uma proposta fundamentada para Decisão do Conselho ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do TUE.

No final do ano Mário Centeno, Ministro das Finanças de Portugal, foi eleito presidente do Eurogrupo. O mandato é de dois anos e meio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES E ORGÃOS

PARLAMENTO EUROPEU

A atual legislatura, iniciada no final de 2014, está ancorada na cooperação entre o PPE (Partido Popular Europeu) e o S&D (Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas). No início de 2017 Antonio Tajani (PPE) sucedeu a Martin Schulz (S&D) na presidência do Parlamento Europeu.

O trabalho do Parlamento Europeu desenvolvido em 2017 teve em conta as prioridades legislativas constantes da declaração assinada no final de 2016 pelos Presidentes Juncker (Comissão), Schulz (PE) e Fico (Primeiro-ministro da Eslováquia, país que detinha a Presidência do Conselho). Desta declaração destacam-se as prioridades nos seguintes domínios: crescimento económico, investimento e emprego; social e emprego jovem; migrações; proteção dos cidadãos e reforço de fronteiras externas. Para além destas prioridades, o Parlamento continuou especialmente empenhado no combate às alterações climáticas.

Importa sublinhar o relatório sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, preparado pela Eurodeputada Maria João Rodrigues (S&D), aprovado na sessão plenária de janeiro.

Em termos institucionais destaca-se o debate sobre a recomposição do Parlamento Europeu que tem como objetivo encontrar uma solução para os 73 lugares deixados vagos pela saída do Reino Unido.

Ao longo do ano a Comissão de Assuntos Constitucionais debateu o relatório sobre a composição do PE apresentado pelos seus dois relatores: o português Pedro Silva Pereira (S&D) e Danuta Hübner (PPE). As discussões incidiram sobre os seguintes temas: (i) redistribuição dos lugares britânicos, de forma a fazer cumprir o princípio da proporcionalidade degressiva previsto no Tratado; (ii) possibilidade de redução da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

dimensão do PE; e (iii) manutenção de lugares de reserva, abrindo a porta à consagração de listas transnacionais e/ou à disponibilização de lugares para os futuros alargamentos. Por se tratar de matéria da competência reservada da Assembleia da República, foi este órgão de soberania regularmente informado.

No que toca a matérias não legislativas o PE continuou a acompanhar de perto os assuntos internos da UE, tais como as reuniões do Conselho Europeu, o Programa de Ajustamento Económico para a Grécia, o “Brexit” e a evolução dos Estados candidatos à adesão. No que toca a assuntos externos, acompanhou a situação na Ucrânia, o Processo de Paz do Médio Oriente (PPMO) e diversas questões relativas à proteção do Estado de Direito e Direitos Humanos fora e dentro da UE (neste último caso, particularmente na Hungria).

CONSELHO EUROPEU

Ao longo do ano, o Conselho Europeu deu particular enfoque às migrações, à segurança e defesa e à política económica da UE. O futuro da União Europeia ocupou igualmente um lugar proeminente nos debates, tendo sido enriquecido pela adoção da “Agenda de Líderes”. Por outro lado, o processo do “Brexit” foi presença contínua na agenda europeia, inaugurando-se as reuniões do Conselho Europeu no novo formato Artigo 50.º, i.e. sem a presença do Reino Unido.

Reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo de 3 de fevereiro

Esta Cimeira informal, organizada pela Presidência maltesa do Conselho da UE, teve um duplo propósito. Na sua primeira parte foi debatida a dimensão externa das migrações, tendo os EM adotado a Declaração de Malta destinada a gerir melhor o fluxo migratório que chega à Europa através da rota do Mediterrâneo Central (sobretudo da Líbia para Itália). Na segunda parte, foram preparadas as celebrações do 60.º aniversário dos Tratados de Roma.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Conselho Europeu de 9 e 10 de março

A sessão foi marcada pela reeleição de Donald Tusk como Presidente do Conselho Europeu e da Cimeira do Euro, até novembro de 2019. Complementarmente, teve por temas principais a situação económica da UE, a segurança e a defesa, as migrações e a situação nos Balcãs Ocidentais. Os EM prosseguiram igualmente o debate sobre o futuro da UE, desta vez focado na ideia de uma Europa a várias velocidades.

De sublinhar que, excecionalmente, esta sessão do Conselho Europeu não adotou conclusões. Ficaram apenas registadas as conclusões do Presidente do Conselho Europeu que constatarem o apoio de 27 Estados-membros ao documento que, por motivos alheios ao seu conteúdo, não tinha obtido consenso. Tais motivos prenderam-se com a recusa da Polónia, por razões de política interna, de aceitar a designação do Presidente Tusk para um segundo mandato.

Reunião dos Chefes de Estado ou de Governo de 25 de março

Os Chefes de Estado ou de Governo da UE reuniram-se em Roma para celebrar o 60.º aniversário dos Tratados de Roma e refletir sobre o estado da União Europeia e o seu significado.

No final da sessão foi adotada a Declaração de Roma, na qual foi definida uma visão conjunta para os próximos anos, de modo a tornar a UE ainda mais forte, resiliente e solidária.

Conselho Europeu extraordinário (Artigo 50.º) de 29 de abril

Foram adotadas as orientações para a primeira fase das negociações do “Brexit”, processo desencadeado pela notificação do Reino Unido, a 29 de março, da sua intenção de deixar a UE. Estas orientações definem as posições e princípios gerais que a UE seguirá ao longo das conversações com o Reino Unido, na procura de uma saída ordenada, na garantia dos interesses da União e, em específico, da integridade do mercado único. A unidade registada entre EM foi notória e manteve-se nas negociações ao longo do ano.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Conselho Europeu de 22 e 23 de junho (incluindo Artigo 50.º)

Nesta sessão os EM centraram-se em medidas para fortalecer a proteção dos cidadãos europeus por via de estratégias de contra terrorismo e combate à radicalização. Sob pano de fundo do regresso da UE ao crescimento económico, foram abordadas estratégias focadas no desenvolvimento do mercado único, indústria, comércio e investimento. Foi, igualmente, reiterado o compromisso da UE com a aplicação do Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

Reunindo a 27, o Conselho Europeu Artigo 50.º analisou os desenvolvimentos das negociações do "Brexit" e aprovou os procedimentos para a relocação das agências da UE sediadas no Reino Unido.

Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro (incluindo Artigo 50.º)

Os debates começaram por incidir na questão das migrações, nomeadamente sobre medidas para assegurar o controlo das fronteiras externas da UE e a redução das chegadas e do número de mortes no mar. Dando sequência à Cimeira Digital de Tallinn, de 29 de setembro, os EM prosseguiram a reflexão sobre o caminho para construir uma Europa Digital reforçada. Os EM retomaram, também, o debate sobre a cooperação estruturada permanente (CEP) no domínio da defesa e abordaram problemas de política externa.

Durante um encontro informal, ao pequeno-almoço, os dirigentes aprovaram a "Agenda de Líderes", um método e programa de trabalho proposto pelo Presidente Tusk para os próximos dois anos. A apresentação desta Agenda havia sido anunciada pelo Presidente Tusk no seguimento do debate sobre o Futuro da Europa realizado no jantar informal em Tallinn, em 28 de setembro, à margem da Cimeira Digital.

O Conselho Europeu Artigo 50.º fez um ponto de situação sobre as negociações do "Brexit" e apelou à sua continuação, com vista à passagem para a segunda fase negocial, focada num eventual período transitório após a saída do Reino Unido e no quadro da relação futura.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo de 17 de novembro

Naquela que foi a primeira reunião informal no âmbito da “Agenda de Líderes”, e por ocasião do 30.º aniversário do programa Erasmus, os Chefes de Estado ou de Governo debateram ideias para intensificar os esforços da UE no domínio da educação e cultura. Esta reunião ocorreu em Gotemburgo, à margem da Cimeira Social para o Emprego Justo e o Crescimento, cujos resultados foram igualmente apresentados aos EM.

A Cimeira Social foi copresidida pelo Presidente Juncker e pelo Primeiro-ministro da Suécia. Nessa ocasião foi formalmente proclamado pelo Parlamento Europeu, pelo Conselho e pela Comissão o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, cujo objetivo é reforçar o acervo social e dar aos cidadãos a possibilidade de exercerem os seus direitos de forma mais eficaz, através de um conjunto de 20 princípios essenciais.

Conselho Europeu de 14 e 15 de dezembro (incluindo Artigo 50.º)

Os principais temas em debate foram a segurança e a defesa, os assuntos sociais, a educação e a cultura, as alterações climáticas e, também, a posição da UE sobre Jerusalém.

Em paralelo decorreu uma Cimeira do Euro, num formato inclusivo a 27, na qual esteve em debate o futuro da União Económica e Monetária e da União Bancária.

Reunidos em Conselho Europeu Artigo 50.º, os 27 EM avaliaram as negociações com o Reino Unido e registaram a existência do progresso “suficiente” necessário para a passagem à segunda fase negocial. Foram, nessa ocasião, aprovadas orientações para as negociações, suplementares às adotadas pelo Conselho Europeu em abril.

CONSELHO

A Presidência do Conselho da União Europeia foi exercida no primeiro semestre por Malta e no segundo pela Estónia. Com a Presidência maltesa completou-se o trio de Presidências do Conselho para 18 meses – asseguradas pelos Países Baixos, Eslováquia e Malta – e que teve como tema central “Crescimento, Competitividade e Emprego”, que Portugal considerou particularmente pertinente.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Foram seis as prioridades específicas da Presidência maltesa: migrações, Mercado Único, segurança, inclusão social, vizinhança (nomeadamente a cooperação com os parceiros da margem Sul do Mediterrâneo) e assuntos do mar. Como país insular, Malta procurou dar atenção às questões marítimas, tendo a sua Presidência prosseguido o objetivo de dar à UE uma voz mais coerente na governação internacional dos oceanos, em particular no Mediterrâneo Ocidental. Este é um tema caro a Portugal, visto que as questões marítimas internacionais constituem uma prioridade nacional.

A presidência do segundo semestre de 2017 estava originalmente prevista para o Reino Unido. Contudo, na sequência do resultado do referendo europeu de junho de 2016, aquele país indicou não pretender exercer a presidência, o que levou a antecipar um semestre a Presidência da Estónia. Este país assumiu pela primeira vez esta responsabilidade, tendo centrado o seu programa no desenvolvimento de uma Europa segura, digital e inclusiva sob o lema “Unidade através do Equilíbrio”. As prioridades da Presidência estónia assentaram em quatro pilares fundamentais: uma economia europeia aberta e inovadora; uma Europa segura; uma Europa digital e o livre fluxo de informação; e uma Europa inclusiva e sustentável.

Reforma da Lei Eleitoral Europeia

Em 2017 assistiu-se à retoma das negociações no Conselho relativas à reforma da Lei Eleitoral Europeia, que se encontra em negociação desde dezembro de 2015. O impasse negocial reflete um conjunto de divergências, com destaque para o aditamento de dois artigos que visam criar um “círculo único europeu” (listas transnacionais) e institucionalizar o precedente de 2014 do sistema de “Spitzenkandidaten” (isto é, candidatos “líder” com reflexo na escolha do presidente da Comissão Europeia).

Por se tratar de matéria da reserva absoluta da Assembleia da República, foi este órgão de soberania regularmente informado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito deste debate, Portugal defendeu o princípio de que nenhum país deveria perder deputados.

Relativamente ao estabelecimento de listas transnacionais, considerando que não devemos enredar-nos em debates institucionais, mas antes focar-nos na resposta às preocupações dos cidadãos, manifestámos dúvidas quanto à oportunidade e exequibilidade destas propostas: são suscetíveis de implicar uma alteração aos Tratados; exigem uma alteração da Lei Eleitoral Europeia (que teria de ser adotada por unanimidade no início de 2018); e qualquer mudança significativa no equilíbrio da representação dos Estados-membros no Parlamento Europeu deverá ser acompanhada de uma revisão das regras de votação no Conselho.

Como país defensor do equilíbrio institucional, Portugal considera que a institucionalização do precedente de 2014 relativo ao sistema de “Spitzenkandidaten” é suscetível de limitar as prerrogativas do Conselho Europeu no direito de escolha do Presidente da Comissão e de reforçar excessivamente os poderes do PE.

Financiamento dos partidos e fundações políticas

Em setembro a Comissão apresentou uma proposta de revisão do estatuto do financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias. As alterações propostas visam aumentar a transparência (para que os cidadãos saibam em quem estão a votar), melhorar a legitimidade democrática (passando os financiamentos a refletir melhor o eleitorado europeu) e reforçar a aplicação da legislação (evitando os abusos e exigindo a devolução dos fundos nesses casos).

Por se tratar de matéria da competência reservada da Assembleia da República, foi este órgão de soberania regularmente informado, tendo-se pronunciado favoravelmente através do Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 25 de outubro de 2017 e do Parecer da Comissão de Assuntos Europeus de 14 de novembro de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Iniciativa de Cidadania Europeia

Em setembro a Comissão apresentou a proposta de alteração ao Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a Iniciativa de Cidadania Europeia. As alterações propostas visam melhorar o funcionamento e corrigir as deficiências identificadas nos últimos anos através, nomeadamente: do estabelecimento de um sistema central “online” de recolha de assinaturas; da possibilidade de recorrer a identificação eletrónica para apoiar iniciativas; da redução de 13 para 2 tipos de formulário de apoio; e da diminuição de 18 para 16 anos da idade mínima para apoiar iniciativas (abrindo assim a porta a 10 milhões de novos apoiantes potenciais).

Estado de Direito

Ao longo do ano registaram-se diversas iniciativas sobre o Estado de Direito.

Em setembro, no seu discurso sobre o Estado da União, o Presidente Juncker propôs o lançamento (em 2018) de uma iniciativa para reforçar a observância do Estado de Direito na União.

O Conselho Assuntos Gerais de outubro realizou o 3.º diálogo anual sobre o Estado de Direito, subordinado ao tema “Pluralismo dos Média e o Estado de Direito na era digital” (antecedido, em julho, de um seminário preparatório).

Teve grande destaque na agenda da UE a situação do Estado de Direito na Polónia, na Hungria, na Roménia e em Malta.

Após cerca de dois anos de diálogo com a Polónia, a Comissão concluiu existir um risco claro de violação grave do Estado de Direito naquele país. Em dezembro a Comissão tomou um conjunto de medidas sem precedente neste contexto: (i) apresentação de uma proposta fundamentada para decisão do Conselho ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º TUE; (ii) adoção da 4.ª Recomendação sobre o Estado de Direito; e (iii) interposição de um recurso no Tribunal de Justiça da União Europeia.

No que toca à Hungria, destaca-se a adoção, em maio, de uma resolução do PE sobre o Estado de Direito, no sentido de se ativar o artigo 7.º TUE. Em dezembro a Comissão



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

interpôs três recursos no Tribunal de Justiça por violações decorrentes da adoção de legislação anti-ONG, da não-aceitação de requerentes de asilo no contexto do sistema de quotas da UE e do encerramento da “Central European University”.

Relativamente à Roménia, em fevereiro o Presidente Juncker e o Vice-presidente Timmermans adotaram uma declaração conjunta sobre a luta contra a corrupção, tendo criticado, em particular, a publicação de um decreto de emergência sobre o código penal e a Lei de Amnistia. Em novembro a Comissão aprovou o relatório sobre desenvolvimentos na Roménia em matéria de reforma judicial e luta contra a corrupção, tendo considerado que, sem prejuízo de algum progresso, seriam ainda necessários mais avanços para implementação das recomendações.

Por último, na sessão plenária de 15 novembro, o PE adotou uma resolução sobre o Estado de Direito em Malta, instando a Comissão a: iniciar um diálogo com as autoridades maltesas para avaliar o Estado de Direito; verificar o cumprimento da legislação anti-branqueamento e de luta contra a corrupção; e investigar a legislação maltesa de atribuição da cidadania da UE a nacionais de países terceiros. Complementarmente, apelou ao envolvimento da EUROPOL¹ nas investigações do assassinato de uma jornalista maltesa.

Como país defensor do Estado de Direito e dos princípios fundamentais da União, Portugal vê com agrado os esforços realizados pela Comissão no sentido de melhorar o seu fortalecimento. Considera que a UE deverá ser capaz de dar resposta às situações de desrespeito, sendo contudo essencial evitar a perceção de ingerência em assuntos internos.

COMISSÃO EUROPEIA

Em outubro a Comissão submeteu a debate, diante da sessão plenária do PE, o seu Programa de Trabalho para 2018 intitulado “Uma agenda para uma Europa mais unida,

¹ Agência da UE para a Cooperação e a Formação Policial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

mais forte e mais democrática”. O principal objetivo é dar cumprimento às ações previstas nos dez domínios prioritários de intervenção estabelecidos pelo Presidente Juncker desde o início do seu mandato, em 2014, e retomados no Discurso do Estado da União, em setembro.

Portugal apoiou globalmente as prioridades definidas, merecendo especial destaque o aprofundamento da UEM e a proposta sobre o próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Acordo Interinstitucional “ Legislar melhor”

Ao longo do ano prosseguiu a implementação do Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre “Legislar melhor”, assinado em abril de 2016. Destacam-se os seguintes desenvolvimentos:

- Em cumprimento do previsto no ponto 7 deste Acordo, os três Presidentes assinaram, em dezembro, uma declaração conjunta vinculando-se às prioridades do Programa de Trabalho para 2018, intitulado “Uma agenda para uma Europa mais unida, mais forte e mais democrática”;
- Nos termos do ponto 15 do Acordo, prosseguiram os trabalhos para a operacionalização da disposição que permite ao Parlamento Europeu e ao Conselho efetuarem avaliações de impacto. Portugal considerou que estas avaliações não devem criar atrasos injustificados no processo legislativo, tendo referido como exemplo a abordagem “legislar menos e legislar melhor” seguida pelo Governo português.

Relativamente aos atos delegados e de execução, prosseguiu o trabalho de adaptação de todos os atos de base ao regime jurídico introduzido pelo Tratado de Lisboa, tendo sido analisados 10 dos 30 capítulos contidos na correspondente proposta apresentada pela Comissão. Portugal acolheu favoravelmente o carácter não vinculativo e não exaustivo dos critérios de delinação entre atos delegados e atos de execução, assim como a preservação da margem de apreciação do legislador e o respeito pela jurisprudência do Tribunal de Justiça da UE. Ao longo deste exercício foi assegurada a necessária coordenação entre os ministérios competentes (através dos respetivos representantes na Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus) e a Representação Permanente em Bruxelas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Relativamente ao ponto 40 do Acordo, prosseguiu a negociação das melhores regras práticas para cooperação e partilha de informações no âmbito da negociação e celebração de acordos internacionais. Neste âmbito, o Conselho tem-se oposto à pretensão do Parlamento Europeu de partilha sistemática das diretivas de negociação, defendendo a manutenção da prática corrente de partilha numa base casuística.

De assinalar ainda as negociações relativas ao Acordo Interinstitucional sobre um registo de transparência obrigatório para as três instituições. Foi ultrapassado o teor controverso do artigo 13.º da proposta relativo à vinculação obrigatória dos EM a este registo. Prevaleceu o entendimento de que os EM que detenham a presidência do Conselho de Ministros da UE são encorajados a fazer uso do registo em determinadas interações do seu Representante Permanente e do seu Representante Permanente Adjunto com os representantes de grupos de interesses.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Concluída a reforma do Estatuto do Tribunal de Justiça, completou-se em 2017 a transição para o Tribunal Geral das competências do ex-Tribunal da Função Pública, pondo termo a esta experiência de jurisdição especializada e, por agora, à possibilidade de instituir tribunais especializados, que não se revelou na prática uma solução eficaz.

O presidente do Tribunal de Justiça apresentou o primeiro relatório sobre a reforma, concluindo que, nesta fase, o Tribunal de Justiça não deve propor uma alteração ao seu Estatuto com vista a transferir para o Tribunal Geral uma parte da sua competência em matéria prejudicial, em particular no que respeita ao tratamento de processos de reenvio prejudicial em determinadas matérias especializadas: propriedade intelectual, união aduaneira e matéria fiscal (em particular do IVA). Esta possibilidade não tem sido apoiada por Portugal, que a considera inadequada, por implicar, com vista a garantir a coerência jurisprudencial, uma eventual reapreciação pelo Tribunal de Justiça dos acórdãos do Tribunal Geral. Esta circunstância alongaria demasiado os processos e geraria alguma incerteza, contribuindo para o descrédito das respetivas decisões, junto dos tribunais nacionais, antes do termo dessa reapreciação.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal inclui-se no grupo dos Estados-membros cujos juízes terminam o mandato em 2018. Foram iniciados os procedimentos internos com vista à substituição mas transitará já para 2018 a audição, pela Assembleia da República, de três personalidades, uma das quais será seguidamente proposta pelo Governo para, após audição e parecer do Comité previsto no artigo 255.º TFUE, ser nomeada em tempo útil em Conferência Intergovernamental para um mandato com início em 7 de outubro de 2018.

O Conselho adotou a Decisão de nomeação de 7 novos membros para o Comité previsto no artigo 255.º TFUE, que iniciarão funções em 1 de março de 2018, entre os quais se encontra a antiga juíza portuguesa do Tribunal Geral Maria Eugénia Martins Nazaré Ribeiro.

Continuou a registar-se um avanço significativo da tramitação processual do Tribunal de Justiça, através do aperfeiçoamento do “e-Curia”.

TRIBUNAL DE CONTAS

Decorreu em 2017 o procedimento de nomeação – pelo período de 1 de março de 2018 a 29 de fevereiro de 2024 – de seis membros do Tribunal de Contas, propostos pelos respetivos Estados-membros, no âmbito da substituição parcial dos juízes desta instituição.

Encontrando-se o membro português do Tribunal de Contas entre os juízes que atingem o final do mandato, Portugal propôs a recondução de João Figueiredo, tendo sido cumpridos internamente os procedimentos aplicáveis.

Após a consulta ao PE, o processo foi concluído já em 2018, tendo o Conselho adotado a decisão de nomeação dos seis juízes.

EUROGRUPO

Mário Centeno, Ministro das Finanças de Portugal, foi eleito em dezembro presidente do Eurogrupo para suceder a J. Dijsselbloem que terminava o mandato a 13 de janeiro. Apresentaram também candidaturas os Ministros das Finanças do Luxemburgo, da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Eslováquia e da Letónia. Conforme o Protocolo n.º 14 anexo aos Tratados, o presidente do Eurogrupo é eleito para um mandato de dois anos e meio.

COMITÉ DAS REGIÕES

Encontram-se no Anexo I as listas dos representantes portugueses no Comité das Regiões, com a respetiva distribuição por membros efetivos e suplentes, na sequência das alterações ocorridas em 2017.

AGÊNCIAS EUROPEIAS

A decisão sobre a escolha das novas sedes da Agência Europeia do Medicamento (EMA na sigla em inglês – “European Medicines Agency”) e da Agência Bancária Europeia (EBA na sigla em inglês – “European Banking Authority”), no quadro do processo de saída do Reino Unido da UE, foi tomada pelos 27 Estados-membros, através de votação secreta, à margem da reunião do Conselho Assuntos Gerais (Artigo 50.º) de novembro, tendo sido escolhidas as cidades de Amesterdão e Paris, respetivamente.

Portugal apresentou uma candidatura à realocização no Porto da sede da EMA, tendo desenvolvido um plano abrangente de promoção e apresentação. De realçar o intenso programa de contactos e “lobby” em favor da candidatura – quer a nível político e diplomático com os Estados-membros, quer a nível de encontros com a Comissão e a Direção da própria EMA. Destacam-se ainda os contactos efetuados ao nível político pelo Governo (Primeiro-ministro, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Saúde e Secretária de Estado dos Assuntos Europeus), em articulação com o Infarmed e a Câmara do Porto. É de mencionar especialmente o envolvimento dos eurodeputados ao PE, que desenvolveram um trabalho de promoção da candidatura junto dos seus pares. Digna de registo foi, também, a unidade de todos os grupos políticos em prol da candidatura nacional.

O Porto foi a 7.ª cidade mais votada, num total de 16.

Portugal apresentou também uma candidatura ao Centro de Segurança Galileo, tendo proposto situar o Centro em Penalva (Barreiro). A elaboração da candidatura contou



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

com o amplo envolvimento de diversos departamentos e estruturas de vários ministérios. Segundo a avaliação técnica feita pelo Comité de Avaliação (Comissão Europeia, Agência Galileo, Agência Espacial Europeia e Serviço Europeu para a Ação Externa), Portugal cumpriu todos os critérios estabelecidos, quer quanto às condições estruturais, quer no que respeita às questões de acessibilidade, técnicas, logísticas e de segurança. No âmbito do processo de seleção, deslocou-se a Portugal, em outubro, uma delegação da Comissão Europeia que visitou in loco as instalações em Penalva (Barreiro). Para além de Portugal, candidataram-se igualmente Espanha, Itália, Bélgica, Alemanha, Polónia, Roménia e Eslovénia. Uma decisão acabou por ser tomada já em 2018 em favor da candidatura espanhola.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

FUTURO DA EUROPA

INICIATIVAS DAS INSTITUIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA

Dando seguimento à Cimeira informal de Bratislava, de setembro de 2016, destinada a “pensar a Europa” e a reafirmar a vitalidade da UE a 27, a Comissão apresentou em março de 2017 o “Livro Branco sobre o Futuro da Europa – Reflexões e cenários para a UE27 em 2025”. O documento pretende identificar desafios e oportunidades e apresenta cinco cenários para a UE em 2025: (1) assegurar a continuidade; (2) reduzir a UE ao Mercado Único; (3) fazer mais quem quiser mais; (4) fazer menos com maior eficiência; e (5) fazer muito mais em comum. Nenhum dos cenários seria provavelmente a opção a reter, mas esta poderia resultar de uma combinação virtuosa de elementos de cada um.

Na Reunião dos Chefes de Estado ou de Governo de 25 de março, em Roma, os dirigentes europeus assinaram a Declaração de Roma, preparada conjuntamente pelos Presidentes Tusk e Juncker e pelos Primeiros-ministros Muscat (Primeiro-ministro maltês, Presidente em exercício do Conselho da UE) e Gentiloni (Primeiro-ministro italiano), na qual foi definida uma visão conjunta para os próximos anos de modo a tornar a UE ainda mais forte, resiliente e solidária. Esta foi também a ocasião para celebrar o 60.º aniversário dos Tratados de Roma, não só no sentido de marcar a herança da UE como comunidade de paz, liberdade, democracia, Direitos Humanos e Estado de Direito, mas também como modo de conferir ímpeto à reflexão sobre o futuro da integração europeia.

Em desenvolvimento do Livro Branco, a Comissão apresentou cinco documentos de reflexão sobre temáticas essenciais para a Europa: (1) Dimensão social da Europa, publicado em abril; (2) Aprofundamento da UEM, publicado no final de maio; (3)



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Globalização, publicado igualmente em maio; (4) Futuro da Defesa da Europa, publicado em junho; e (5) Futuro das Finanças da UE, publicado no final de junho.

Complementarmente, a Comissão organizou debates públicos com o Parlamento Europeu e os Estados-membros, bem como consultas em linha, através do sítio “web” lançado em 25 de março. Em Lisboa o debate sobre o Futuro da Europa teve lugar a 14 de julho.

No seguimento dos cinco documentos de reflexão, no discurso sobre o Estado da União, em setembro, o Presidente Juncker propôs, como visão pessoal, um ambicioso “sexto cenário”, no qual os Estados-membros avançariam, em conjunto e “a uma só velocidade”, em direção a uma maior integração. Em termos institucionais, Juncker propôs o “embrião” de um governo supranacional da UE, com a fusão dos cargos de Presidente da Comissão e de Presidente do Conselho Europeu e a criação de um “Ministro da Economia e das Finanças”. Este cargo seria exercido pelo Comissário dos Assuntos Económicos e Financeiros, que ascenderia a Vice-presidente da Comissão e exerceria também a presidência do Eurogrupo, replicando a lógica já existente no cargo de Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

O Presidente Juncker começou também a clarificar as suas opções e propostas no que respeita ao futuro da UEM, incluindo a transformação do Mecanismo Europeu de Estabilidade num Fundo Monetário Europeu e a criação de uma rubrica orçamental específica para a área do euro. Defendeu igualmente o alargamento da área do euro e do Espaço Schengen à totalidade dos EM da UE, assim como a criação de uma União Europeia de Defesa.

No final de setembro os líderes debateram informalmente em Tallinn, à margem da Cimeira Digital, a situação da Europa e o trabalho futuro no Conselho Europeu. O Presidente Tusk foi então mandatado a traduzir aquele debate e os contributos recentes dos Estados-membros num programa de trabalho concreto.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Esta “Agenda de Líderes” foi apresentada no encontro informal realizado à margem do Conselho Europeu de 19 e 20 de outubro, tendo por base três princípios orientadores: (a) enfoque em soluções práticas para problemas reais dos cidadãos, devendo evitar-se debates institucionais abstratos; (b) gradualidade – atuando sobre as prioridades já “maduras” para discussão; (c) preservação da unidade dos EM, conciliando-a com a possibilidade, num segundo momento, de cooperações reforçadas, devidamente enquadradas pelos Tratados e mantendo a porta aberta a todos que queiram juntar-se posteriormente.

A Agenda centra-se na calendarização das principais prioridades políticas que deverão ser debatidas pelos Chefes de Estado ou de Governo até junho de 2019, seguindo um método concebido para a produção de progressos concretos sobretudo nas matérias mais sensíveis e que requerem uma intervenção política específica para o desbloqueio de impasses e encontro de soluções. O método assenta num maior controlo e peso decisório dos líderes e em debates mais informais orientados por “decision notes” preparadas pelo próprio Presidente do Conselho Europeu.

INICIATIVAS DOS ESTADOS-MEMBROS

Para além dos Presidentes Juncker e Tusk, também o Presidente francês, Emmanuel Macron, foi ao longo de 2017 um dos impulsionadores do debate sobre o Futuro da Europa. Destaca-se o discurso proferido na Sorbonne, em setembro, onde vinçou a necessidade de se proceder a uma “refundação” da UE, tendo apresentado propostas em praticamente todos os domínios.

Uma das ideias lançadas pelo Presidente Macron foi a realização de consultas alargadas aos cidadãos sobre o Futuro da Europa. O objetivo é pôr os cidadãos no centro da ação da UE e melhorar as políticas e mecanismos existentes. As consultas deverão ter lugar de abril a setembro de 2018 com base em princípios comuns e num questionário semelhante em todos os EM, sendo as respostas compiladas durante o outono.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal assumiu igualmente um papel de destaque neste debate, tendo o Primeiro-ministro apresentado em Bruges (no Colégio da Europa, em setembro), em Tallinn (no jantar informal que antecedeu a Cimeira Digital, em setembro) e em Bruxelas (na Conferência sobre convergência à margem do Conselho Europeu, em outubro), as ideias principais para revigorar e consolidar o projeto europeu, em particular no que diz respeito à União Económica e Monetária.

Portugal saudou a Declaração de Roma como ambiciosa e mobilizadora, capaz de reafirmar os valores europeus e responder de forma clara aos anseios e preocupações dos cidadãos. Concorde também com a necessidade de a União avançar com iniciativas concretas e entendidas como úteis pelos cidadãos em áreas de interesse comum identificadas como prioritárias (migrações, segurança e defesa, crescimento e emprego e juventude).

Portugal considera, no entanto, que estes avanços não serão concretizáveis sem antes se concluir a União Económica e Monetária, reforçando a sua estabilidade e dotando-a dos instrumentos adequados – ver Título IV, Capítulo II. Deve também ser dada prioridade à dimensão social da Europa e à gestão do fenómeno da globalização.

Quanto às referências a uma Europa a “várias velocidades” ou de “geometrias variáveis”, reconhecemos que se trata de uma filosofia já presente nas cooperações reforçadas, mas consideramos que é importante acautelar que não conduzam a indesejáveis “diretórios”, excludentes por natureza e contrários ao princípio da coesão. Pretendemos continuar a ser parte integrante do núcleo duro da integração europeia, como aconteceu em relação a Schengen e ao euro e como será o caso no domínio da defesa.

No quadro da concertação de posições a nível regional, Portugal organizou em janeiro a segunda Cimeira dos países do Sul da Europa, integrando França, Espanha, Itália, Malta, Grécia, Chipre e Portugal (MED 7). Esta Cimeira teve como principal objetivo articular as posições dos países participantes com vista à Reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo realizada em Malta, em fevereiro, e às celebrações do 60.º



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

aniversário do Tratado de Roma. A Declaração de Lisboa resultante desta Cimeira identificou as seguintes prioridades: (i) Investimento, crescimento, emprego e convergência na Europa; (ii) Segurança interna e externa da Europa; (iii) Migrações e o reforço da cooperação no Mediterrâneo e com países africanos; e (iv) Futuro da Europa.

Em abril realizou-se a terceira Cimeira dos Países do Sul, em Madrid, dedicada a dois grandes temas: o Futuro da Europa e o “Brexit”. A situação na Síria foi também abordada.

Portugal participou ainda em outras reuniões neste formato MED 7, ao nível ministerial e de Representantes Permanentes em Bruxelas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

FUNCIONÁRIOS

A colocação de nacionais e funcionários portugueses nas instituições e organismos da UE continuou a ser uma aposta estratégica para Portugal. Mantiveram-se as ações de apoio aos candidatos portugueses àqueles lugares, incluindo Peritos Nacionais Destacados (PND). Em 2017 foram colocados como PND oito funcionários da Administração Pública portuguesa, tendo sido prorrogado o destacamento a 17 outros.

No que respeita ao Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), o saldo em 2017 foi muito positivo, com a colocação de três portuguesas como chefes de delegação no Togo, em Cabo Verde e na Venezuela. Portugal passa assim a dispor de nove Chefes de Delegação da UE, o que nos coloca numa posição cimeira entre os 28 Estados-membros. Sublinhe-se a nomeação de um português para o cargo de Diretor Américas nos serviços do SEAE em Bruxelas, diminuindo algum défice de presença portuguesa na sede do SEAE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO II

PROCESSO DE SAÍDA DO REINO UNIDO DA UE

O ano de 2017 foi marcado pelo início formal do processo do “Brexit”. No seguimento de notificação do Reino Unido da sua resolução em abandonar a União e após terem sido definidos os enquadramentos negociais por ambas as partes, as negociações com vista a uma saída ordenada do Reino Unido da UE foram iniciadas.

As negociações foram divididas em duas fases, tendo a primeira fase, decorrida em 2017, sido dedicada às principais áreas envolvidas na saída do Reino Unido: direitos dos cidadãos; obrigações financeiras do Reino Unido; e estatuto da ilha da Irlanda.

Após um processo negocial longo e complexo, o Conselho Europeu de dezembro deu o aval à passagem para a segunda fase das negociações (sobre o “período de transição” e o quadro da relação futura entre as partes).

Portugal acompanhou e interveio reiteradamente no processo do “Brexit”, tanto nos contactos diplomáticos mantidos com os demais Estados-membros e com o Reino Unido (sempre no respeito da unidade de posições entre os Estados-membros e do papel da Comissão como única negociadora da UE), como nos debates ocorridos nas instâncias da UE.

Portugal considera que se alcançou um acordo de princípio equilibrado quanto às matérias tratadas na primeira fase das negociações, em especial no que respeita ao estatuto e direitos dos cidadãos, cuja salvaguarda constituiu a principal prioridade para o nosso país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A 29 de março de 2017 o Reino Unido notificou o Conselho Europeu da sua intenção de se retirar da União, ao abrigo das disposições do artigo 50.º do Tratado da UE.

Entre janeiro e fevereiro o Reino Unido havia já definido um conjunto de princípios essenciais para nortear as negociações com a UE, nomeadamente: (i) desvincular-se da jurisdição do Tribunal de Justiça da UE; (ii) controlar a imigração oriunda de Estados da União; (iii) abandonar o Mercado Único e celebrar futuramente um Acordo de Comércio Livre com a UE; (iv) abandonar a União Aduaneira e celebrar autonomamente acordos comerciais com países terceiros; e (v) prever um período de transição entre o acordo de saída da UE e o acordo sobre o futuro quadro de relacionamento. O Reino Unido criou um Ministério para o “Brexit” e definiu como negociador principal o Ministro David Davis.

No seguimento da notificação do Reino Unido, o Conselho Europeu extraordinário (Artigo 50.º) de 29 de abril adotou um conjunto de orientações negociais, definindo os princípios e objetivos essenciais a serem seguidos pela UE nas negociações com vista a alcançar-se um acordo de saída no prazo de dois anos definido pelo Tratado. Estas orientações foram, por sua vez, detalhadas em diretrizes negociais aprovadas pelo Conselho Assuntos Gerais de maio.

A União Europeia definiu que as negociações evoluíam de forma sequencial. Numa primeira fase seriam abordadas as áreas mais diretamente envolvidas no acordo de saída, com prioridade para: (i) os direitos dos cidadãos europeus residentes no Reino Unido (e vice-versa); (ii) as obrigações financeiras do Reino Unido decorrentes da sua participação enquanto Estado-membro da UE no atual Quadro Financeiro Plurianual (i.e., até ao final de 2020); e (iii) as questões relativas à Irlanda, na procura de evitar o estabelecimento de uma fronteira rígida entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte. Só após ser registado “progresso suficiente” em todas estas áreas as negociações podem evoluir para a sua segunda fase, na qual serão abordados o “período de transição” e o quadro da relação futura entre o Reino Unido e a UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Foi igualmente confirmada a estrutura institucional de acompanhamento deste processo no seio da UE: a Comissão como negociadora da UE, sendo Michel Barnier o seu negociador-chefe; o Conselho supervisionando o decorrer das rondas negociais e dando instruções à Comissão (através da criação do Grupo de Trabalho "ad hoc" artigo 50.º); o Parlamento Europeu, que aprovará o acordo de saída, sendo regularmente informado sobre o estado das negociações.

As negociações entre as partes foram iniciadas a 19 de junho, após autorização prévia do Conselho. Depois de um laborioso processo negocial que decorreu desde então, o Conselho Europeu (Artigo 50.º) de dezembro registou a existência de progresso suficiente na primeira fase das negociações, dando o aval à passagem para a segunda fase.

Os progressos alcançados nas diversas áreas da primeira fase das negociações foram vertidos num relatório conjunto UE-Reino Unido publicado a 8 de dezembro.

Como consta desse documento, no que respeita ao estatuto e direitos dos cidadãos europeus residentes no Reino Unido (e vice-versa) foi garantida a possibilidade de exportação de todos os benefícios sociais existentes e a extensão do direito de reunificação familiar a todos os membros da família e descendentes presentes e futuros, estando ainda por debater a extensão desse direito a futuros parceiros ou cônjuges. O acordo de saída será dotado de efeito direto e o Tribunal de Justiça da UE poderá pronunciar-se sobre a interpretação desses direitos durante um período de oito anos após o acordo de saída. Os cidadãos da UE que ainda não tenham autorização de residência terão de adquiri-la através de um procedimento de aquisição de "Settled Status" que deverá ser simples, transparente e com custos reduzidos.

No que se refere à questão da fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, o Reino Unido comprometeu-se a garantir a pertença integral da Irlanda do Norte ao mercado interno britânico e, simultaneamente, a evitar a imposição de uma fronteira rígida entre as Irlandas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Quanto ao acordo financeiro, o Reino Unido aceitou honrar todos os compromissos decorrentes da sua pertença à UE e as partes acordaram numa metodologia de cálculo dessas obrigações.

Ao longo do ano Portugal desenvolveu uma ação continuada de acompanhamento do processo do "Brexit". Por um lado, nos contactos diplomáticos, a nível político e técnico, mantidos com outros Estados-membros da UE, a questão do "Brexit" esteve permanentemente na agenda com vista a ser promovida a unidade e a coerência de posições. Por outro lado, Portugal participou ativamente nos fóruns de debate e decisão no seio da UE, a todos os níveis, desde o Grupo de Trabalho do Conselho até às reuniões do Conselho Assuntos Gerais e do Conselho Europeu dedicadas ao "Brexit". Questões acerca do processo desencadeado ao abrigo do artigo 50.º do TUE foram também debatidas nos encontros, a nível político e técnico, com interlocutores britânicos, sempre no respeito da unidade de posições entre Estados-membros e do mandato da Comissão como negociadora da UE.

Entre as prioridades que nortearam a ação portuguesa, a preocupação fundamental foi a salvaguarda do estatuto das nossas comunidades residentes no Reino Unido, procurando assegurar o mais extenso rol de direitos possível, num regime aproximado à atual proteção concedida pela União Europeia, associado a uma garantia jurisdicional efetiva da vigência desses direitos.

Portugal considera que a convergência de posições construída ao longo de meses pelas equipas negociais de ambas as partes – devidamente orientadas por parte dos Estados-membros – resultou num conjunto muito satisfatório de consensos e compromissos comuns. Para este resultado muito contribuiu a unidade e coerência de posições registada entre os 27 Estados-membros que, sem quebras, partilharam prioridades e se congregaram de forma coesa em torno do trabalho da equipa negocial da Comissão.

De entre as principais áreas que constituíram a primeira fase das negociações, verificaram-se avanços muito importantes naquela que foi a principal prioridade de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal desde o início deste processo: assegurar um regime de proteção amplo e generoso aos cidadãos da UE residentes no Reino Unido. Considera-se que os avanços alcançados neste capítulo garantem uma proteção satisfatória dos cidadãos, aliada a um sistema de vigilância jurisdicional que garantirá a sua efetiva aplicação.

É igualmente de registar a plena assunção por parte do Reino Unido das responsabilidades financeiras decorrentes da sua participação enquanto Estado-membro da UE. Finalmente, no que respeita à questão das Irlandas, alcançado um compromisso político em torno da manutenção da “fronteira invisível”, resta ver quais serão as modalidades que permitirão concretizar tal pretensão.

É agora considerada prioritária a conclusão dos pontos remanescentes da primeira fase das negociações e a tradução jurídica de todos os compromissos alcançados. Tal como vertido nas Orientações do Conselho Europeu de 15 de dezembro, só poderão ser registados avanços na segunda fase das negociações se os compromissos alcançados na primeira forem devidamente consolidados e fixados em documento vinculativo.

Internamente, manteve-se ao longo do ano o processo interministerial de coordenação e acompanhamento das negociações do “Brexit” através da rede de pontos focais coordenada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e, em particular, pelo representante especial para coordenar a posição nacional no quadro das negociações da saída do Reino Unido da União Europeia, Embaixador João de Valleria.

No âmbito desse mecanismo de coordenação interministerial, decorreram reuniões regulares, em modo plenário e setorial, no sentido de uma definição da posição nacional nas negociações e de uma avaliação dos impactos, interesses nacionais, riscos e oportunidades no âmbito do processo de saída do Reino Unido da UE e do estabelecimento de uma parceria futura.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO III

ALARGAMENTO

A habitual dinâmica do Alargamento foi este ano afetada pela inexistência de um “Pacote Alargamento” ou da aprovação de conclusões pelo Conselho, que apenas terão lugar no primeiro semestre de 2018 com vista a assegurar uma maior articulação com os Programas de Reforma Económica apresentados pelos países candidatos e potenciais candidatos.

A deterioração das relações da Turquia com alguns Estados-membros e o afastamento enquanto país candidato do cumprimento dos critérios do Alargamento, em especial do Critério Político, não favoreceram um necessário consenso, tendo as negociações de adesão sido mantidas “congeladas” e sido reforçada a defesa de um reequacionamento das relações UE-Turquia. Apesar desta conjuntura desfavorável, foram mantidos os canais de diálogo abertos com este parceiro estratégico, na linha do defendido por Portugal.

A par, verificou-se um maior foco na Região dos Balcãs Ocidentais, tendo sido aprovadas conclusões pelo Conselho Europeu que reafirmam um apoio inequívoco à sua perspetiva europeia. Foi também indicado pelo Presidente Juncker, no seu discurso ao PE sobre o Estado da União, um claro apoio ao Alargamento a estes países, em particular ao Montenegro e à Sérvia, que considerou “frontrunners” e que poderão vir a aderir “com sucesso” após o final deste mandato da Comissão (i.e. 2025).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Alargamento manteve-se dominado pela questão do relacionamento UE/ Turquia e pelo reforço da perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais, nomeadamente da Sérvia e Montenegro.

As negociações de adesão com a Turquia permaneceram congeladas de facto e sem que fosse agendado qualquer capítulo negocial² em virtude do afastamento crescente da Turquia enquanto país candidato dos critérios de Copenhaga, nomeadamente do Critério Político (Estado de Direito, Direitos Humanos, Democracia, etc.), decorrente do Estado de Emergência e da aprovação, no seguimento do referendo de 16 de abril, de alterações constitucionais que visam reforçar os poderes presidenciais e que podem vir a pôr em causa a separação de poderes na Turquia (apesar de só se tornarem efetivas em 2019). A deterioração das relações com alguns EM também não favoreceu a dinamização das suas relações com a UE.

Tendo em vista recuperar o clima de confiança entre as duas partes, os Presidentes Juncker e Tusk promoveram um encontro com o Presidente Erdogan à margem da Cimeira da NATO, de dia 25 de maio. Teve igualmente lugar, no dia 25 de julho, uma nova reunião do Diálogo Político de Alto-Nível UE-Turquia, tendo a partir daí os encontros com as autoridades turcas sido mantidos a um nível mais técnico, como foi o caso da reunião do Comité de Associação UE-Turquia, que ocorreu em Bruxelas, em 28 de novembro, ao qual assistiram a título de observadores diversos EM, entre os quais Portugal, facto que constituiu um importante sinal político. Em todas estas ocasiões a UE, numa linha também defendida por Portugal, reiterou a sua preocupação com o afastamento turco do Estado de Direito e dos Direitos Fundamentais, como a liberdade de imprensa, notando que tal impede os avanços no seu processo de adesão.

O agravamento das relações entre Berlim e Ancara conduziu a uma alteração da posição da Alemanha face à Turquia, que apresentou, no final de julho, um documento

² As negociações de adesão foram iniciadas em 2005, mas até à data foram apenas abertos 16 dos 35 capítulos negociais. Não é agendado qualquer capítulo negocial desde junho de 2016.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

em que defendia: a suspensão das negociações de adesão e dos trabalhos para a modernização da União Aduaneira de 1995; um redireccionamento do financiamento Instrumento de Pré-adesão (IPA) e a sua eventual suspensão; e, ainda, uma avaliação mais política do financiamento Banco Europeu de Investimento (BEI) a este país.

Por insistência também da Alemanha, o Conselho Europeu de 19 de outubro debateu, as relações UE-Turquia, sem que tenham sido aprovadas quaisquer conclusões. Verificou-se um consenso quanto ao reconhecimento do papel estratégico da Turquia e ao diagnóstico de que, no curto-prazo, a UE não poderá prosseguir uma abordagem “business as usual” face a este país. Manteve-se, contudo, a divisão de perspetivas quanto ao rumo a seguir, entre os EM que defendem que, muito embora as relações não possam permanecer como estão, não há margem para suspender o processo de adesão, posição que é partilhada por Portugal; e aqueles que, numa linha mais dura, consideram que não vale a pena manter uma ilusão e que se deve ponderar uma nova relação estratégica com a Turquia.

O Presidente Juncker indicou, nessa ocasião, que não há intenção de vir a abrir novos capítulos negociais e que será muito pouco provável que se registem progressos quanto à modernização da União Aduaneira, tendo solicitado aos serviços que refletissem sobre a reafecção das ajudas concedidas no quadro do IPA e avaliassem as opções sobre um eventual condicionamento do financiamento para 2018/2020, solução que Portugal considerou dever ser privilegiada pela UE, por forma a evitar, neste momento, ruturas abruptas e irreversíveis.

Recorde-se que, apesar de se terem constatado alguns avanços, no decurso de 2017, quanto às Diretivas de Negociação relativas às Relações Comerciais Bilaterais e Modernização da União Aduaneira com a Turquia, não foi possível ultrapassar algumas divergências, pelo que a Comissão considerou esgotados os trabalhos e propôs uma pausa, devendo as negociações só ser retomadas quando as condições políticas forem consideradas mais propícias. Este impasse deveu-se, sobretudo, à ausência de uma implementação não discriminatória pela Turquia face a Chipre do Protocolo Adicional



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ao Acordo de Ancara, aprovado na sequência da adesão deste EM que, a manter-se, condicionará quaisquer avanços futuros neste dossiê. Portugal tem defendido um reforço das relações económicas e comerciais com a Turquia, pelo que aguardará que estejam criadas as adequadas condições políticas para que a modernização da União Aduaneira possa prosseguir.

Caberá ainda referir que, como proposto pela Alemanha, foi reduzido o teto para os empréstimos de pré-adesão à Turquia. Esta medida foi justificada pela intenção do BEI em diminuir a sua exposição a este país, devendo o montante liberto ser agora reafectado a outras áreas regionais (sobretudo Vizinhança, mantendo equilíbrio entre leste/sul). Portugal apoiou esta redução.

O Montenegro e a Sérvia foram considerados como “frontrunners” no Alargamento, tendo o Presidente Juncker indicado, no seu discurso ao PE sobre o Estado da União, que apresentará uma estratégia em fevereiro de 2018 para uma “adesão com sucesso” destes dois países. Em 11 de dezembro tiveram lugar novas Conferências Intergovernamentais, estando já abertos, no caso do Montenegro, 30 dos 35 capítulos negociais e da Sérvia 12. Portugal tem apoiado a abertura de novos capítulos face aos progressos alcançados pelos dois candidatos no cumprimento da condicionalidade estabelecida, em particular em matéria de Estado de Direito. Defende que estes avanços no processo negocial constituem um importante incentivo para a Sérvia e Montenegro, mas também um exemplo para outros países da região sobre a importância atribuída pela UE à perspetiva europeia dos Balcãs Ocidentais.

No quadro do diálogo económico e financeiro anual entre a UE e os países dos Balcãs Ocidentais e a Turquia, que visa preparar a sua participação futura na coordenação da política económica da UE, foram como habitualmente apresentados por cada um dos candidatos e potenciais candidatos os respetivos programas de reformas económicas para 2017-2019, que delineiam o quadro macroeconómico e orçamental a médio prazo, assim como as reformas estruturais (em domínios como o mercado de trabalho, a educação, a energia, a inovação e o ambiente empresarial), com vista a reforçar a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sua competitividade e o crescimento a longo prazo. Portugal interveio a título de “lead speaker” nos trabalhos preparatórios do exercício de supervisão relativo à Turquia, que envolve intervenções da Comissão, do Banco Central Europeu e de dois EM da UE (convidados a ser “lead speaker” e “second speaker”).

As conclusões aprovadas pelo Conselho ECOFIN de maio sobre este diálogo salientam a necessidade de os decisores políticos destes países continuarem a implementar as orientações estratégicas já definidas e manterem o esforço de cumprimento dos critérios de Copenhaga, em particular na área do Estado de Direito.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO IV

POLÍTICAS INTERNAS NA UE

O ano de 2017 ficou marcado pela intensificação dos debates sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária e sobre a preparação do Quadro Financeiro Plurianual pós 2020.

A Comissão Europeia deu impulsos muito relevantes com a apresentação de diversos documentos no âmbito do debate sobre o Futuro da Europa, com destaque para os documentos de reflexão sobre o futuro das finanças da UE, o aprofundamento da União Económica e Monetária e a dimensão social da Europa.

No que respeita à preparação do Quadro Financeiro Plurianual pós 2020, os debates ao longo do ano mantiveram-se sobretudo a nível bilateral e num âmbito informal, também no plano interno.

Quanto à UEM, sublinha-se a relevância que a reflexão sobre o seu aprofundamento e conclusão assumiu no contexto do debate europeu, com destaque para a “Agenda de Líderes” definida pelo Presidente Tusk e para a realização da Cimeira do Euro em dezembro. Portugal assumiu um papel relevante nas discussões, tendo defendido em diversas sedes a centralidade do euro e a importância da conclusão da UEM em todas as suas vertentes, incluindo a conclusão da União Bancária e um pilar social robusto, para a realização das prioridades fundamentais da UE de convergência e coesão.

Quanto ao futuro da dimensão social, importa relevar a Cimeira de Gotemburgo, em novembro, onde o Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi formalmente proclamado, enquanto momento chave para a afirmação da importância desta temática na discussão sobre o futuro da UE.

A execução das várias estratégias e planos de ação para o aprofundamento do mercado único requereu um intenso trabalho legislativo, cujos progressos foram



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

regularmente avaliados e objeto de orientações por parte do Conselho Europeu. A vertente do mercado único digital assumiu particular relevância, tendo o Conselho Europeu definido as prioridades da UE para o pós 2018, refletindo os resultados da Cimeira de Tallinn.

Na implementação da União da Energia, registaram-se progressos significativos, com relevância para a concretização das metas da UE para 2020-2030, na maioria das propostas do pacote legislativo “Energia Limpa para todos os Europeus”. Destaca-se o facto de, pela primeira vez, o Conselho ter acordado em consagrar na legislação da UE critérios e mecanismos para alcançar as metas sobre interligações energéticas, acolhendo o que há muito é defendido por Portugal.

No domínio da política climática da UE, é de realçar a aprovação de três propostas legislativas fundamentais para alcançar o objetivo vinculativo da UE de redução de, pelo menos, 40% das emissões de gases com efeito de estufa até 2030 e concretizar os compromissos internacionais do Acordo de Paris.

Portugal apoiou este novo quadro que, apesar de implicar um esforço na trajetória de descarbonização, está em linha com os objetivos estabelecidos no âmbito do Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

No âmbito da agricultura é de destacar, pela sua importância política e pelas implicações futuras, o debate sobre a PAC pós 2020. Portugal divulgou, logo em março, um “position paper” defendendo uma política comum forte que promova a preservação dos recursos naturais e a adaptação às alterações climáticas, a resiliência da atividade agrícola, a vitalidade das zonas rurais e a renovação geracional.

Foram igualmente relevantes as iniciativas lançadas na área da segurança e qualidade alimentar, que pretendem assegurar um “standard” único de qualidade para um mesmo alimento no espaço da UE e combater a fraude.

Relativamente à educação, Portugal apoiou a atenção particular dada a este domínio na Cimeira Social de Gotemburgo e nas Conclusões do Conselho Europeu de dezembro



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

onde foram definidas relevantes orientações estratégicas quanto à promoção e alargamento da mobilidade, ao multilinguismo, à criação de uma rede europeia de universidades e ao reconhecimento de diplomas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

SEMESTRE EUROPEU

VERTENTE EUROPEIA

O Semestre Europeu 2017 teve início em novembro de 2016 com a publicação, por parte da Comissão Europeia, de um pacote de documentos que englobam as diferentes componentes deste ciclo:

- A Análise Anual do Crescimento (AAC), na qual foram reafirmadas as prioridades políticas para a União: (i) estímulo ao investimento; (ii) necessidade de continuar a implementação de reformas estruturais; e (iii) desenvolvimento de políticas orçamentais responsáveis, realçando ainda a importância de uma maior convergência no seio da área do euro;
- As Recomendações para a área do euro, que preconizam: (i) políticas de apoio ao crescimento económico, à convergência e à correção dos desequilíbrios macroeconómicos; (ii) políticas orçamentais expansionistas até um limite recomendado de 0,5% do PIB, que apoiem as reformas e que fortaleçam a recuperação; (iii) implementação de reformas que promovam a criação de emprego, a equidade social e a convergência, em paralelo com um efetivo diálogo com os parceiros sociais; e (iv) acordo para a criação do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos e início dos trabalhos de criação do “backstop” comum para o Fundo Único de Resolução, de maneira a que o primeiro fique operacional antes do término do período de transição do segundo; e (v) aceleração das iniciativas conducentes ao aprofundamento da União Económica e Monetária;
- O Relatório do Mecanismo de Alerta (RMA), que indica a melhoria económica registada na Europa, a qual tem facilitado a correção de alguns desequilíbrios. No entanto, mais esforços são necessários, tendo em conta as vulnerabilidades das economias. Destaca-se em particular a referência aos riscos associados aos elevados níveis de endividamento nalguns países, bem como aos excedentes elevados noutros. O documento propôs uma Análise Aprofundada para 13 países, incluindo Portugal.

Em janeiro de 2017 o Conselho adotou conclusões relativas à AAC e ao RMA e aprovou a recomendação sobre a política económica da área do euro. Relativamente à AAC, o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Conselho concordou com as prioridades propostas pela Comissão Europeia e partilhou a análise da Comissão no que se refere ao RMA, reconhecendo os progressos feitos na correção dos desequilíbrios macroeconómicos. No que respeita às recomendações para a área do euro, e em particular para a política orçamental, apenas foi possível acordar numa recomendação para uma posição orçamental apropriada.

Portugal concordou com as prioridades identificadas pela Comissão Europeia e com as recomendações para a área do euro, tendo, no entanto, sido favorável à proposta da Comissão Europeia de uma política orçamental expansionista para a área do euro.

Em novembro iniciou-se o ciclo do Semestre Europeu 2018, com a publicação do pacote de outono (que engloba a AAC, as Recomendações para a área do euro e o RMA). A Comissão manteve válidas as linhas orientadoras do Semestre Europeu 2017, voltando a reforçar os mesmos três elementos do “triângulo virtuoso das políticas económicas” e pondo a tónica na justiça social de modo a criar mais crescimento inclusivo. Propôs como recomendações para os países cuja moeda é o euro: (i) a implementação de políticas que apoiem o crescimento e a convergência e fomentem o investimento; (ii) uma posição orçamental global neutra; (iii) a implementação de reformas que promovam a criação de emprego de qualidade; (iv) a conclusão da União Bancária, incluindo a criação do Sistema Europeu de Garantia de Depósitos e tornando operacional o “backstop” comum para o Fundo Único de Resolução; e (v) a realização de progressos na conclusão da União Económica e Monetária. O Relatório do Mecanismo de Alerta, apesar da melhoria económica registada, confirma globalmente os mesmos riscos que em 2017 e doze países são identificados como justificando uma análise aprofundada, incluindo Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

VERTENTE NACIONAL

Relatório sobre cada Estado-membro (“Country Reports”)

Em março, o Conselho debateu os relatórios sobre cada Estado-membro preparados pela Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu, que incluíam a Análise Aprofundada, quando considerada necessária.

Em relação a Portugal, a Comissão considerou que, ainda que continuando a recuperar, a economia portuguesa mantinha-se vulnerável a choques. Os progressos registados na resposta às recomendações que nos foram dirigidas em 2016 haviam sido limitados, nomeadamente no que respeita a manter a evolução do salário mínimo a um nível consentâneo com a promoção do emprego e da competitividade, apesar de alguns avanços no que respeita à revisão das despesas e à sustentabilidade a longo prazo do setor da saúde. Em relação às finanças públicas a situação estava a melhorar, ainda que as perspetivas orçamentais continuassem a revelar-se vulneráveis a riscos.

Embora, em geral, tenha concordado com a identificação das principais vulnerabilidades com que a economia nacional se defronta, Portugal reagiu a este relatório considerando que transmitia um cenário demasiado sombrio e pouco realista face à dinâmica positiva que a economia portuguesa estava a registar e aos progressos relevantes ao nível da correção dos desequilíbrios macroeconómicos, incluindo no que se refere ao equilíbrio das contas públicas.

Em abril, no seguimento das habituais rondas de reuniões bilaterais entre a Comissão e os Estados-membros e tendo em conta as orientações do Conselho Europeu, Portugal transmitiu à Comissão Europeia a atualização do seu Programa Nacional de Reformas (PNR). Neste programa, Portugal apresentou as suas prioridades reformistas de curto e de médio prazo, delineadas em seis pilares de intervenção que se mantiveram relativamente ao ano anterior: qualificação dos portugueses; inovação na economia; valorização do território; modernização do Estado; capitalização das empresas; e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

reforço da coesão e da igualdade social. Ver no Capítulo X deste Título o contributo do Portugal 2020 para o financiamento das medidas do PNR.

Em maio o Conselho adotou conclusões sobre as Análises Aprofundadas e examinou a aplicação das recomendações específicas por país de 2016, concordando com a classificação da Comissão relativamente aos desequilíbrios macroeconómicos e dando ênfase à necessidade de ação e compromisso no que diz respeito à implementação de reformas estruturais. As referidas conclusões realçaram os progressos alcançados, mas chamaram a atenção para a implementação desigual entre países e entre áreas de política, sendo que apenas em poucos casos foi registado um progresso significativo na implementação destas recomendações. O Conselho registou, ainda, a intenção da Comissão de rever a sua apreciação relativamente a três países onde foram identificados desequilíbrios excessivos (Itália, Chipre e Portugal), à luz dos desafios estruturais que ressaltam da apreciação aprofundada, tendo em conta o nível de ambição dos respetivos programas nacionais de reformas.

No âmbito do lançamento do ciclo de 2018 do Semestre Europeu, em dezembro, Portugal teve a primeira reunião bilateral com a Comissão Europeia. Foram abordadas questões transversais relativas ao Semestre Europeu, bem como potenciais áreas de reformas a consagrar no futuro. Foram também discutidas questões de natureza setorial, designadamente ligadas às barreiras regulatórias e carga administrativa, políticas para o mercado de trabalho e eficiência do sistema de justiça.

Paralelamente, Portugal transmitiu à Comissão um ponto de situação sobre a implementação das recomendações específicas dirigidas a Portugal em 2017, bem como sobre as metas subscritas por Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020. Ver adiante quadro atualizado com o ponto de situação das metas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Recomendações Específicas por País

O Conselho aprovou, em junho, um conjunto de recomendações específicas para cada Estado-membro (com base na avaliação dos PNR, dos Programas de Estabilidade e dos Programas de Convergência) que a Comissão havia proposto em maio.

Relativamente a Portugal foram emitidas recomendações que incidiram sobre a necessidade: (i) de correção sustentável do défice excessivo e de utilizar receita não prevista ("windfall gains") para acelerar a redução do rácio da dívida, de aumentar a abrangência das "spending reviews", do reforço do controlo da despesa, em particular no setor da saúde, de garantir a sustentabilidade de longo prazo do sistema de pensões; (ii) de se assegurar que a evolução do salário mínimo não prejudica o emprego dos trabalhadores pouco qualificados e de se promover a contratação de trabalhadores com contratos de duração indeterminada; (iii) de se intensificarem os esforços no sentido de melhorar os balanços das instituições de crédito e melhorar o acesso ao capital, em particular para as "start-ups" e PME; e (iv) de se prosseguir a redução dos encargos administrativos e a eliminação de obstáculos regulamentares nos setores da construção e dos serviços até ao final de 2017.

No âmbito deste exercício, e para os casos de Chipre, Itália e Portugal, que apresentavam desequilíbrios macroeconómicos excessivos, a Comissão considerou não existirem motivos analíticos para acelerar o procedimento, desde que os três países apliquem plenamente os seus planos nacionais de reforma e implementem reformas para dar resposta às recomendações específicas por país. Esta posição foi igualmente partilhada pelo Conselho.

As recomendações específicas por país foram formalmente adotadas em julho, após a aprovação do Conselho Europeu. Portugal concordou com as recomendações que lhe foram dirigidas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

BALANÇO ANUAL

Em outubro os Ministros das Finanças da UE fizeram o balanço do processo de acompanhamento das políticas no âmbito do Semestre Europeu 2017, com vista a tornar o exercício mais simples e mais eficaz. Do exercício deste ano ressaltaram as melhorias no que diz respeito à disponibilização, em momento prévio à sua publicação, dos Relatórios por País, ao reforço do diálogo bilateral entre os Estados-membros e a Comissão Europeia e à introdução de uma perspetiva plurianual da análise da implementação das reformas estruturais. Este exercício é feito anualmente com o intuito de melhorar, continuamente, o funcionamento do Semestre Europeu.

Portugal concordou com a apreciação efetuada. O reforço do diálogo entre a Comissão e os EM e o aprofundamento do debate multilateral sobre os relatórios por país e sobre as recomendações específicas são especialmente importantes para melhorar a apropriação nacional do processo e a implementação das recomendações.

FUNDO EUROPEU PARA INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) é o elemento essencial do Plano de Investimento para a Europa, destinado a estimular o crescimento económico e a competitividade a longo prazo na UE. Dotado com 21 mil milhões de euros para o período compreendido entre 2015 e 2018, o FEIE resulta de uma parceria entre o Banco Europeu de Investimento e a Comissão Europeia, visando financiar projetos viáveis, associados a um maior risco, que não seriam financiáveis pelo BEI nem pelos mercados. O objetivo final é alavancar cerca de 315 mil milhões de euros em investimento na UE.

Desde o seu início, em 2015, o Grupo BEI aprovou 51,1 mil milhões de euros ao abrigo do FEIE, mobilizando um investimento total de 256,1 mil milhões de euros. Cerca de 29% do investimento destinou-se a PME e 22% ao setor de investigação e desenvolvimento, seguido pelo setor da energia com 21%.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em Portugal o FEIE aprovou, desde o seu início, o financiamento de 28 projetos, num total na ordem dos 1,9 mil milhões de euros, na sua maioria relativos a PME através de intermediação bancária, incluindo financiamento de 420 milhões de euros às Águas de Portugal, para o setor da água e tratamento de águas residuais, e de 250 milhões de euros à Câmara Municipal de Lisboa, para requalificação urbana. O custo total dos 28 projetos ascende aos 5,5 mil milhões de euros.

A sólida procura observada nos primeiros anos de vida deste instrumento levou ao seu reforço e prolongamento temporal até ao final do presente Quadro Financeiro Plurianual, reforçando-o para 33,5 mil milhões de euros de forma a conseguir atrair investimentos adicionais no valor global de 500 mil M€ até 2020 (ver Capítulo XV deste Título). A extensão introduzirá ainda algumas alterações ao FEIE, sobretudo em termos de adicionalidade nos investimentos e na elegibilidade setorial de forma a beneficiar, de forma particular, PME e regiões de convergência.

PROGRAMA DE APOIO ÀS REFORMAS ESTRUTURAIS

Definido para o período 2017-2020 com um orçamento total de 142,8 milhões de euros, o Programa de Apoio às Reformas Estruturais (PARE) foi aprovado pelo Regulamento (UE) 2017/825, de 17 de maio de 2017. Destina-se a apoiar os Estados-membros a implementarem reformas estruturais que permitam promover o investimento, o crescimento e a criação de emprego, reforçando a competitividade e o crescimento sustentável, em particular no âmbito do processo de governação económica.

Assim, abrange reformas estruturais que se relacionem com a aplicação das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu, mas também as relacionadas com a aplicação do direito da UE, a execução de programas de ajustamento económico ou mesmo, as reformas realizadas por iniciativa do Estado-membro com o objetivo de promover a competitividade, o crescimento e o emprego.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Tem por base um pedido dirigido pelos Estados-membros aos serviços da Comissão Europeia para apoio técnico às autoridades nacionais em medidas relacionadas com o reforço das capacidades institucionais da administração pública, em resposta aos desafios económicos e sociais, bem como com a utilização eficiente e eficaz dos fundos da União, podendo abranger todo o processo de reforma, desde a sua conceção até à sua implementação.

Até ao final do ano o PARE apoiou 15 Estados-membros, entre os quais Portugal, a desenvolverem mais de 150 projetos nos domínios da governação e administração pública, gestão das finanças públicas, enquadramento empresarial, mercados de trabalho, serviços de saúde e sociais, setor financeiro e acesso ao financiamento. O número de pedidos recebidos para 2018 do PARE levou já a Comissão a propor, em dezembro, um reforço da dotação do programa.

Portugal viu aprovados 4 projetos no primeiro processo de candidatura, ocorrido em 2017, relacionados com as áreas orçamental, regulamentar e de modernização administrativa. Num segundo processo de candidatura, Portugal apresentou candidaturas em áreas tão diferentes como a justiça, educação, ambiente e mercados financeiros, aguardando-se ainda a finalização deste processo.

DISCUSSÕES TEMÁTICAS SOBRE O CRESCIMENTO E O EMPREGO

Em fevereiro os ministros partilharam as boas práticas nacionais para criar condições favoráveis à atividade empresarial, com vista a aumentar a facilidade em fazer negócios e influenciar de forma significativa o potencial de crescimento da economia. O debate centrou-se em questões como a eficiência dos serviços públicos e os encargos administrativos e regulamentares, tendo sido acordado continuar o debate no contexto da discussão sobre as questões do investimento.

Em março, no âmbito dos exercícios de "benchmarking", os ministros concordaram em comparar a sustentabilidade dos sistemas de pensões dos vários Estados-membros da área do euro com os melhores resultados da área do euro. A análise comparativa dos



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sistemas de pensões basear-se-á em dois indicadores de sustentabilidade dos sistemas de pensões e nas boas práticas nacionais. Para alcançar uma visão abrangente e equilibrada, essa análise será complementada pelos seguintes indicadores de acompanhamento: o nível comparativo e a evolução da idade legal e efetiva de reforma, o rácio de cobertura (que mede o número de pensionistas em relação ao número de indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos) e o rácio pensão-benefício (que mede a pensão média em comparação com o salário médio da economia).

Reconhecendo as competências e o trabalho desenvolvido por outras formações do Conselho, em especial do Emprego, Política Social (EPSCO), o Eurogrupo realizará a cada três anos, a partir de 2018, este exercício de avaliação comparativa no contexto dos processos existentes e mecanismos de vigilância, em particular os Relatórios de Envelhecimento da população e a avaliação dos Programas de Estabilidade.

Em abril, no seguimento da discussão tida em fevereiro sobre a temática da facilidade em fazer negócios, os ministros debateram a implementação prática dos princípios para o investimento público, no contexto de uma apresentação da Comissão sobre as experiências nacionais. Foi publicada uma declaração do Eurogrupo descrevendo três princípios comuns para orientar a ação política, nomeadamente para: (i) a promoção do investimento privado; (ii) a priorização do investimento público que melhora a produtividade; e (iii) o desenvolvimento de fontes de financiamento baseadas no mercado para aumentar as possibilidades de financiamento. Foi solicitada à Comissão a revisão periódica desta questão.

Em setembro os ministros trocaram opiniões sobre como aumentar a resiliência económica na União Económica e Monetária. Identificaram uma série de domínios estratégicos nos quais a introdução de melhorias poderia aumentar a resiliência económica, como, por exemplo, a necessidade de diversificar a economia, a flexibilidade dos mercados de trabalho e de produtos, os incentivos fiscais ao investimento, a qualidade das instituições.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Este debate inicial serviu como orientador de futuros debates temáticos mais concretos do Eurogrupo sobre o crescimento e o emprego.

A resiliência económica refere-se à capacidade de um país prevenir e enfrentar choques económicos. É considerada como sendo particularmente relevante na área do euro, onde os países partilham uma moeda única e são altamente interdependentes, pelo que a falta de resiliência económica num país pode rapidamente produzir consequências graves para outras economias da área do euro.

Em outubro os ministros trocaram pontos de vista e partilharam as boas práticas nacionais no financiamento da redução da carga fiscal sobre o trabalho.

No contexto do Semestre Europeu, foi recomendada para a área do euro a redução da carga fiscal sobre o trabalho que é das mais elevadas do mundo, podendo essa redução contribuir para o crescimento económico e a criação de emprego. A forma de financiar reduções dos impostos sobre o trabalho é, por conseguinte, uma questão importante, uma vez que o imposto sobre o trabalho constitui uma parte considerável das receitas públicas em vários países da área do euro.

O tema regressou à agenda em dezembro, quando os ministros fizeram uma avaliação do avanço registado no sentido da referência acordada no Eurogrupo em 2015, analisando para isso os planos orçamentais dos Estados-membros da área do euro para 2018.

Em novembro os ministros procederam ao intercâmbio de práticas nacionais relacionadas com o investimento público no capital humano e, mais concretamente, a eficácia das despesas nos sistemas de educação.

Este debate está relacionado com os princípios comuns subjacentes à promoção do investimento, que foram acordados pelo Eurogrupo em abril de 2017. Um destes princípios aponta para a necessidade de a área do euro assegurar um investimento público de elevada qualidade para estimular o crescimento sustentável e com mobilização intensiva de conhecimentos. O debate está igualmente relacionado com o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

debate do Eurogrupo sobre a qualidade das finanças públicas e das análises das despesas.

Portugal foi favorável a estes debates temáticos, os quais permitem aprofundar temas de interesses para os Estados-membros da área do euro, bem como a troca de melhores práticas entre países. Para alguns temas foi possível acordar princípios comuns e “benchmarking”, os quais fomentam um conhecimento mais aprofundado da situação em cada país.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Objetivos da Estratégia Europa 2020 e de Portugal – Ponto de situação

Objetivo	Indicador(es)	META UE2020	Portugal	
			META 2020	Ponto de situação
Reforço I&D	Investimento: % do PIB	3%	2,7% - 3%	1,27% (2016)*
Educação	Taxa de abandono escolar precoce	Menos de 10%	Redução para 10%	12,6% (2017)
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40%	40%	33,4% (2017)
Clima/ Energia	Redução emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) (variação face a 2005 em emissões não CELE)	20%	<101% (face a 2005)	78,8% (2016)*
	% Energias renováveis no consumo de energia final	20%	31%	28,5% (2016)
	Intensidade Energética da Economia (proxy Aumento da Eficiência Energética)	20%	Aumento da eficiência energética 25% (22,5 Mtep em 2020)	22,1 Mtep (2016)
Emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75%	75%	73,4% (2017)
Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais	3 Indicadores (nº pessoas e % do total) - <i>Risco de pobreza</i> (pessoas que vivam com menos de 60% da mediana do rendimento nacional) - <i>Privação material</i> severa (pessoas que tenham pelo menos 4 das 9 situações de privação definidas) - <i>Pessoas que vivam num agregado familiar sem emprego</i> (indivíduos no grupo etário 0-59 anos que vivem em agregados onde ninguém trabalha em 20% dos indivíduos do mesmo grupo etário)	Redução de pelo menos 20 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social	Redução de pelo menos 200 mil pessoas pobres (meta tendencial e sujeita a avaliações intermédias)	Indicador integrado: 2399 mil (2017) (-358 mil face a 2008)
				1886 mil (18,3% do total) em 2017** (-80 mil face a 2008)
				711 mil (6,9% do total) em 2017**
				598 mil (8% do total) em 2017**

* valor provisório **ano do inquérito (rendimentos reportam a ano anterior). Valores absolutos estimados a partir das taxas.

Fontes: INE; Eurostat; APA; e DGEG.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA

SUPERVISÃO PÓS-PROGRAMA A PORTUGAL

Sexta e sétima avaliações no quadro de supervisão e monitorização pós-programa

Portugal encontra-se, desde o fim do programa de assistência económica e financeira (PAEF), no quadro de supervisão pós-programa ("Post-Programme Surveillance", PPS) estabelecido no âmbito da UE, até reembolsar 75% da assistência que recebeu das instituições europeias. Paralelamente, Portugal está sob monitorização pós-programa ("Post-Programme Monitoring", PPM) por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) até a sua dívida junto desta instituição ser menor do que 1,5 mil milhões de Direitos de Saque Especiais (SDR).

Em 2017 ocorreram duas avaliações: a sexta, apenas PPS, decorreu entre 26 de junho e 4 de julho; de 28 de novembro a 6 de dezembro aconteceu a sétima, que foi conjunta (PPS/PPM). O comunicado respeitante a esta última missão refere a fase favorável da economia, com o consumo a continuar a crescer e com a recuperação do investimento e das exportações; também o emprego aumentou, embora sem reflexo no crescimento dos salários. No entanto, as instituições consideraram que o crescimento potencial da economia exige a remoção dos obstáculos ao investimento, a melhoria do ambiente empresarial, o aumento do nível de competências da população e o apoio à inovação. A missão concluiu que as atuais condições cíclicas favoráveis devem ser aproveitadas na prossecução da consolidação orçamental, na redução do ainda elevado nível de endividamento (público e privado) e na eliminação de rigidezes que ainda persistem na economia. Relativamente ao setor bancário, as instituições consideraram que, apesar de alguns desafios, incluindo o nível elevado de créditos de cobrança duvidosa, os riscos se reduziram substancialmente relativamente ao ano transato.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Reembolso antecipado ao Fundo Monetário Internacional

Durante 2017 Portugal procedeu a oito reembolsos antecipados ao FMI. Estes pagamentos ocorreram em fevereiro, junho, julho, agosto, outubro, novembro (dois) e dezembro, totalizando um montante de mais de 10 mil milhões de euros. Portugal já amortizou, assim, 76,4% do empréstimo total disponibilizado pelo FMI no âmbito do PAEF.

GOVERNAÇÃO ECONÓMICA

Procedimento por défices excessivos

No início de 2017, seis Estados-membros encontravam-se em procedimento por défices excessivos (PDE), incluindo Portugal.

Segundo a decisão do Conselho adotada a 8 de agosto de 2016 ao abrigo do n.º 9 do artigo 126.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia, o prazo para a saída de Portugal do PDE foi alargado até 2016.

Tendo o défice orçamental em 2016 sido de 2,0% do PIB e projetando a Comissão, nas previsões da primavera, a redução para 1,8% em 2017 e 1,9% em 2018, a correção da situação de défice excessivo foi considerada sustentada e duradoura. Em consequência, em junho o Conselho revogou a decisão sobre a existência de um défice excessivo em Portugal, fechando o respetivo procedimento. Portugal encontra-se, a partir dessa data no braço preventivo do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O Governo congratulou-se naturalmente com esta decisão, recordando que Portugal trabalhou de forma empenhada para alcançar este resultado e que irá continuar a cumprir os seus compromissos para preservar a sustentabilidade da correção do défice e melhorar as perspetivas da economia nacional.

Quanto aos restantes Estados-membros, França e Espanha mantiveram-se em PDE, com prazos para corrigir a situação, respetivamente, 2017 e 2018. Croácia e Grécia saíram do procedimento em junho e julho, respetivamente; o Reino Unido saiu em dezembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Exercício de coordenação dos planos orçamentais dos países da área do euro

No contexto da implementação do Two-Pack³, decorreu, em novembro e ao nível do Eurogrupo, o quinto exercício de avaliação dos projetos de planos orçamentais dos Estados-membros (a Grécia, por se encontrar sob assistência, está dispensada deste exercício). Nenhum deles apontava para um incumprimento grave dos requisitos do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Todavia, a Comissão considerou que, em alguns casos, os ajustamentos orçamentais planeados ficavam – ou corriam o risco de ficar – aquém do exigido. Tal foi o caso de Portugal, que foi convidado a adotar as medidas necessárias durante o processo orçamental nacional para assegurar que o orçamento de 2018 é consentâneo com as disposições do PEC. Uma avaliação pormenorizada dos progressos realizados na aplicação das recomendações específicas por país será efetuada nos relatórios por país de 2018 e no contexto das recomendações específicas por país a propor pela Comissão em maio de 2018.

Aprofundamento da União Económica e Monetária

O debate em curso sobre o futuro da União Económica e Monetária (UEM) foi desencadeado pelo Relatório dos Cinco Presidentes, de junho de 2015, e em 2017 teve um novo impulso com a publicação, por parte da Comissão, do Livro Branco sobre o Futuro da Europa e do documento de reflexão sobre o aprofundamento da UEM. O caminho a seguir, proposto nesses documentos e desenvolvido posteriormente, em outubro, no discurso sobre o Estado da União do Presidente Juncker e no roteiro para uma União mais coesa, mais forte e mais democrática que lhe está associado, assenta em princípios como a unidade, a eficiência e a responsabilidade democrática.

O aprofundamento da UEM foi objeto de debate, em especial, nas reuniões do Eurogrupo e do ECOFIN de novembro e dezembro. Nestas reuniões, discutiu-se a complexidade e não previsibilidade das atuais regras orçamentais. Muitos Estados-

³ Pacote legislativo, adotado em 2013, relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental nos países da área do euro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

membros consideraram que a função de absorção de choques assimétricos poderia ser desempenhada por uma nova capacidade orçamental a nível da área do euro, enquanto outros defenderam uma maior disciplina orçamental com base nos desenvolvimentos dos mercados.

Concluiu-se que é prioritário desenvolver, aprofundar e ampliar o roteiro para a conclusão da União Bancária, admitindo que seria um avanço ter o mecanismo de apoio orçamental ("common backstop") ao Fundo Único de Resolução assegurado pelo MEE. Já para o estabelecimento de um Sistema Europeu de Seguro de Depósitos serão necessárias mais discussões a nível político.

Tendo em conta o papel fundamental do MEE para a UEM e futuramente para a União, foram definidos três pontos principais a serem discutidos para o futuro desta instituição: (i) o aprofundamento da sua ação na resposta a crises económicas e financeiras como garante de eficiência no estabelecimento e acompanhamento dos programas de assistência; (ii) o seu papel no âmbito da conclusão do estabelecimento da União Bancária, assegurando o "common backstop"; e (iii) a introdução do MEE no quadro jurídico da União. Identificou-se também a possibilidade de reforçar a participação do MEE na preparação e na monitorização de futuros programas de assistência, em parceria com a Comissão.

Concretizando algumas ideias anteriormente anunciadas, a Comissão publicou no início de dezembro um conjunto de propostas e comunicações abrangendo novos instrumentos de apoio económico, financeiro e técnico para a UE e para a área do euro, a integração de acordos intergovernamentais (Tratado orçamental e MEE) no quadro jurídico da UE e a criação da figura de Ministro Europeu da Economia e das Finanças. Uma vez mais nestes documentos é salientada a janela de oportunidade para avançar com reformas concretas para completar a União Económica e Monetária. A Comissão apresentou ainda um calendário para a sequência possível e adequada para este conjunto de ideias e propostas, com vista à conclusão da UEM até 2025.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O aprofundamento da UEM assumiu especial relevância no contexto do debate sobre o Futuro da Europa e na “Agenda de Líderes” definida pelo Presidente Tusk e foi tema de debate a nível de Chefes de Estado ou de Governo, em dezembro, na Cimeira do Euro convocada em formato inclusivo a 27. Em resultado deste debate, o Eurogrupo e o Conselho ECOFIN, conforme apropriado, deverão prosseguir os trabalhos com prioridade para as áreas que se encontram mais avançadas, i.e. a conclusão da União Bancária e o desenvolvimento do MEE atribuindo-lhe novas funções (como a de “common backstop”) e/ou transformando-o num Fundo Monetário Europeu. O pacote de dezembro sobre o aprofundamento da UEM deverá igualmente ser incorporado no debate, ao encontro da posição defendida por Portugal.

Portugal congratulou-se com a centralidade que a conclusão da UEM assumiu no debate europeu. Em janeiro organizou a Conferência de alto nível “Um Euro para o crescimento e a Convergência” com o objetivo de promover o debate sobre o futuro da UEM e congregar sustentação técnica e política para um contributo ambicioso e fundamentado com vista às próximas etapas políticas. Esta Conferência contou com a participação de um diversificado painel de decisores políticos e especialistas europeus que reconheceram a importância da conclusão da UEM em todas as suas vertentes, incluindo um pilar social robusto, para a realização das prioridades fundamentais da UE de convergência e coesão.

O Primeiro-ministro contribuiu de forma ativa para os desenvolvimentos ao longo do ano nesta matéria, através da participação em eventos de natureza diversa, incluindo conferências e encontros ao mais alto nível. De salientar, em especial, o discurso proferido em setembro por ocasião da abertura do ano académico 2017-2018 do Colégio da Europa, em Bruges, onde o Primeiro-ministro sublinhou a urgência em fazer progressos no aprofundamento da UEM de forma a corrigir as inconsistências que decorrem da arquitetura incompleta do euro e a promover a convergência entre EM.

Portugal defende a melhoria da resiliência da UEM aos choques económicos através da conclusão da União Bancária, da criação da União dos Mercados de Capitais e de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

uma capacidade orçamental que acrescente estabilidade ao nível da área do euro. Esta capacidade orçamental deve promover a convergência através de incentivos ao investimento e à implementação de reformas que atuem sobre os bloqueios estruturais e promovam a competitividade da economia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

SERVIÇOS FINANCEIROS

UNIÃO BANCÁRIA

Em 2017 prosseguiu a implementação das ações previstas no roteiro para concluir a União Bancária, adotado nas Conclusões do Conselho de 17 de junho de 2016, com o objetivo de reduzir e partilhar risco, nomeadamente no que diz respeito ao pacote legislativo de redução de risco, ao mecanismo de apoio comum (“common backstop”) ao Fundo Único de Resolução (FUR) e ao Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (EDIS na sigla em inglês – “European Deposit Insurance Scheme”).

Ainda relacionados com a União Bancária são de referir a Comunicação da Comissão sobre a conclusão da União Bancária e, devido ao elevado nível de créditos não produtivos (NPL na sigla em inglês – “Non-Performing Loans”) na área euro, o plano de ação para combater os NPL na Europa.

Portugal mantém-se comprometido com o projeto da União Bancária e tem vindo a apelar ao avanço das suas diferentes componentes, em particular a partilha de risco.

Redução do Risco

O ano de 2017 ficou marcado pelo trabalho desenvolvido, ao nível do Conselho, na negociação das propostas adotadas pela Comissão Europeia em 2016 no âmbito do pacote legislativo com vista à redução adicional do risco no setor bancário⁴. No entanto, e apesar do progresso registado, só foi possível alcançar um acordo em relação a duas matérias de grande importância, que foram sujeitas a procedimento

⁴ Composto por cinco propostas legislativas adotadas em 23/11/2016.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

acelerado e entretanto já publicadas no Jornal Oficial da União Europeia⁵, e que permitirão (i) uma maior clareza na hierarquia dos credores dos bancos em insolvência, facilitando a emissão de instrumentos de dívida elegíveis para efeitos de cumprimento do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis, e (ii) fasear o impacto em fundos próprios resultante da introdução da nova norma contabilística IFRS 9 (que será aplicada a partir de janeiro de 2018). Portugal congratula-se com o acordo alcançado nestes dossiês e está fortemente comprometido com a continuação da negociação do pacote de redução de risco. Temos vindo a salientar a necessidade de uma calibração adequada dos requisitos, por forma a evitar a imposição de exigências excessivas face aos riscos existentes que poderão condicionar negativamente o financiamento da economia.

Reconhecendo a relevância do problema dos NPL na UE, e em particular na área do euro, tiveram lugar, em 2017, trabalhos de análise desta problemática⁶ que culminaram na adoção, pelo Conselho, do plano de ação para combater os NPL na UE⁷. O plano de ação adota uma abordagem holística, prevendo medidas a serem tomadas em diversas áreas⁸.

⁵ Diretiva (UE) 2017/2399 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2014/59/UE no que respeita à posição dos instrumentos de dívida não garantidos na hierarquia da insolvência; e o Regulamento (UE) 2017/2395 do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito a um regime transitório para reduzir o impacto da introdução da IFRS 9 sobre os fundos próprios e para o tratamento dos grandes riscos de determinadas posições em risco do setor público expressas na moeda nacional de qualquer Estado-Membro.

⁶ Ver o "Report of the FSC Subgroup on Non-Performing Loans".

⁷ Conclusões do Conselho – "Plano de ação para combater os créditos não produtivos na Europa", adotadas em 11 de julho de 2017.

⁸ O plano de ação inclui as seguintes medidas: (i) a introdução de um regime de provisionamento automático ("prudential backstops"), para evitar insuficiências de provisões; (ii) a normalização e o reforço da qualidade da informação sobre NPL; (iii) a elaboração de princípios comuns para a criação de veículos para NPL; (iv) a melhoria dos mercados secundários de NPL (através da eventual criação de uma plataforma de transações de NPL e da eliminação de obstáculos à transferência de NPL, nomeadamente para entidades não-bancárias); (v) a realização de exercícios de avaliação comparativa em relação aos regimes de insolvência; e (vi) o reforço dos direitos dos credores que beneficiem de garantia real na execução dessa garantia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal tem vindo a reiterar a importância de lidar com o problema dos NPL por via de medidas tanto a nível nacional como a nível europeu. Nesse contexto, Portugal apoia fortemente a generalidade das iniciativas aprovadas para reduzir os NPL, em especial quanto ao desenvolvimento de mercados secundários de NPL e aos veículos para NPL, bem como as relativas à melhoria da informação sobre estes ativos. Contudo, Portugal tem vindo igualmente a salientar a necessidade de avaliar devidamente o impacto de algumas das medidas propostas, por forma a evitar impactos negativos excessivos sobre o financiamento da economia. Portugal defende também que os progressos registados ao longo dos últimos anos, e em particular em 2017, na redução de NPL devem ser tomados em consideração na avaliação do grau de progresso ao nível da redução de risco.

Partilha de Risco

Ao nível da partilha de risco, continuaram a verificar-se avanços limitados em 2017. No que diz respeito ao EDIS, a discussão continua a nível técnico, não tendo ainda começado a discussão política. De igual modo, continuam a decorrer as discussões em relação ao “common backstop” do FUR, com a análise das diferentes opções para colmatar as necessidades de financiamento do FUR em caso de insuficiência deste. Com vista a contribuir para a conclusão da União Bancária, a Comissão adotou, em outubro, uma Comunicação sobre a conclusão da União Bancária⁹. Nesta Comunicação, a Comissão apela a um acordo rápido sobre o pacote bancário de redução de risco e a um avanço rápido nas negociações do EDIS e do “common backstop” para o FUR. Em particular, quanto ao EDIS, a Comissão propõe a sua introdução mais gradual, é ambígua quanto à sua configuração no longo prazo e introduz condicionalidade na transição entre a primeira e a segunda fase.

⁹ Comunicação da Comissão sobre a conclusão da União Bancária, adotada em 11/10/2017 [COM(2017) 592].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal tem vindo a reiterar a necessidade de progredir nas medidas de partilha de risco, tendo em conta os avanços já registados na redução de risco (com a introdução dos primeiros dois pilares da União Bancária – a supervisão e a resolução –, bem como com o pacote atualmente em negociação, que aprofunda as regras comuns) e a necessidade de alinhamento entre o processo de tomada de decisão relativamente ao setor bancário (estabelecido a nível europeu) com o respetivo financiamento (que se mantém a nível nacional – via linhas de crédito nacionais para apoio ao FUR, se necessário, e via possíveis contribuições para reembolso de depositantes pelo fundo de garantia de depósitos nacional).

Portugal considera indispensável a existência do EDIS com mutualização total das responsabilidades para a conclusão da União Bancária. Neste contexto, Portugal apoia a proposta da Comissão para iniciar a discussão política do EDIS, mas lamenta a menor ambição e a ambiguidade da sua Comunicação quanto à configuração final do EDIS.

UNIÃO DOS MERCADOS DE CAPITALIS

A criação de uma União dos Mercados de Capitais (UMC) continuou a ser um projeto prioritário na agenda da Comissão Europeia e do Conselho ao longo de 2017. De entre as várias iniciativas destaca-se a revisão intercalar do plano de ação para a União dos Mercados de Capitais¹⁰ (o Conselho adotou, de seguida, conclusões a esse respeito¹¹) e a proposta da Comissão para revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira. São também de referir as negociações das propostas legislativas adotadas pela Comissão em anos anteriores e os trabalhos preparatórios da Comissão relativos a propostas legislativas que apenas serão adotadas em 2018.

¹⁰ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a revisão intercalar do Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais, adotada em 08/06/2017 [COM(2017) 292].

¹¹ Conclusões do Conselho relativas à Comunicação da Comissão sobre a revisão intercalar do Plano de Ação para a União dos Mercados de Capitais, adotadas em 11/07/2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal considera a UMC uma importante iniciativa para a criação de um mercado de capitais integrado, onde as empresas portuguesas, em particular as PME, possam competir em igualdade de circunstâncias com empresas de outros EM pelos capitais provenientes de toda a UE e, assim, diversificar as fontes de financiamento e reduzir os respetivos custos. Portugal tem defendido, igualmente, que a criação da UMC deve ser acompanhada por uma convergência da supervisão e uma maior centralização, a nível da UE, da supervisão dos mercados de capitais.

Supervisão pelas Autoridades Europeias de Supervisão

Em 2017 a Comissão Europeia apresentou duas iniciativas legislativas muito importantes no que respeita às competências das Autoridades Europeias de Supervisão (ESA na sigla em inglês – “European Supervisory Authorities”): o pacote legislativo relativo à revisão do Sistema Europeu de Supervisão Financeira¹² e uma proposta de regulamento relativo à autorização de contrapartes centrais (CCP na sigla em inglês – “Central Counterparties”) e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros¹³.

¹² O pacote, adotado pela Comissão em 20/09/2017, é composto pelos seguintes elementos: (i) proposta de alteração dos regulamentos da Autoridade Bancária Europeia (EBA na sigla em inglês – “European Banking Authority”), da Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA na sigla em inglês – “European Insurance and Occupational Pensions Authority”), da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA na sigla em inglês – “European Securities and Markets Authority”), dos fundos europeus de capital de risco (EuVECA na sigla em inglês – “European venture capital funds”), dos fundos europeus de empreendedorismo social (EuSEF na sigla em inglês – “European social entrepreneurship funds”), dos fundos europeus de investimento a longo prazo (ELTIF na sigla em inglês – “European long-term investment funds”), dos mercados de instrumentos financeiros (MIFIR na sigla em inglês – Regulation on markets in financial instruments), dos índices de referência (“benchmarks”) e dos prospetos [COM(2017) 536]; (ii) proposta de alteração das diretivas dos mercados de instrumentos financeiros (MIFID na sigla em inglês – “Directive on markets in financial instruments”) e do acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) [COM(2017) 537]; (iii) proposta de alteração do Regulamento do Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB na sigla em inglês – “European Systemic Risk Board”) [COM(2017) 538]; e (iv) proposta de alteração da proposta em discussão sobre o Regulamento relativo à autorização de contrapartes centrais e aos requisitos para o reconhecimento das contrapartes centrais de países terceiros [COM(2017) 539].

¹³ Proposta de regulamento que altera o Regulamento (UE) n.º 1095/2010 que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) e o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que respeita aos procedimentos e às autoridades envolvidos na autorização das



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A primeira proposta introduz alterações significativas ao funcionamento das ESA, nomeadamente ao nível dos seus poderes (atribuição de competências adicionais, em particular à ESMA, que vê as suas competências de supervisão direta muito alargadas), do financiamento (substituição do financiamento parcial das ESA pelas autoridades nacionais por financiamento pelas instituições financeiras, com base na sua dimensão), governação (criação do Comité Executivo, com membros independentes das autoridades nacionais, ao qual são atribuídas muitas competências de decisão).

Sem prejuízo da avaliação detalhada de todas as propostas que ainda decorre, Portugal apoia, em geral, as propostas da Comissão, considerando-as um elemento essencial para a criação da UMC e, em particular, a intenção da Comissão de fortalecer as ferramentas conferidas às ESA na prossecução da convergência da supervisão, assim como as propostas de tornar as contribuições dos EM para o financiamento das ESA proporcionais ao peso do setor financeiro e de reforço da independência dos respetivos processos de decisão.

A segunda proposta introduz alterações importantes na supervisão de CCP, em particular: (i) a atribuição de poderes à ESMA quanto à supervisão de CCP de países terceiros e a introdução de novos requisitos aplicáveis a estas CCP; (ii) a atribuição de poderes à ESMA quanto à supervisão de CCP UE; (iii) a criação de um novo órgão decisório, no seio da ESMA, para executar estes poderes; e (iv) a atribuição de poder de veto aos Bancos Centrais emitentes em decisões de supervisão quando possam ter impacto na política monetária. Portugal tem apoiado a atribuição de poderes à ESMA, por considerar importante que a supervisão de infraestruturas de mercado que servem todo o mercado único acautele os interesses de todos os participantes e clientes. Portugal tem apresentado dúvidas relativamente ao poder de veto atribuído aos

CCP e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros, adotada pela Comissão em 13/06/2017 [COM(2017) 331].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Bancos Centrais, dada a forma vaga como é formulado e a interferência no mandato dos supervisores.

Outras propostas legislativas adotadas no contexto da UMC

Em 2017 foram concluídas as negociações relativas a todas as iniciativas legislativas iniciais no contexto da UMC: (i) o Regulamento sobre os prospetos¹⁴; (ii) o Regulamento que introduz alterações ao Regulamento relativo aos fundos europeus de capital de risco (EuVECA) e ao Regulamento relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social (EuSEF)¹⁵; e (iii) os Regulamentos sobre titularização¹⁶.

Portugal apoiou todas estas propostas atendendo ao seu contributo para uma melhor integração dos mercados de capitais, em particular: (i) as medidas de redução dos encargos para emitentes, especialmente para as empresas de menor dimensão, no Regulamento sobre os prospetos; (ii) o alargamento do leque de empresas que podem ser objeto de investimento, no Regulamento EuVECA; e (iii) o regime prudencial mais favorável para titularizações classificadas como simples, transparentes e normalizadas, no novo enquadramento sobre titularização.

Em linha com o disposto na revisão intercalar do plano de ação da UMC, a Comissão adotou, em junho, a proposta de regulamento relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP na sigla em inglês – “Pan European Pension Product”)¹⁷.

¹⁴ Regulamento (UE) 2017/1129 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho de 2017 relativo ao prospeto a publicar em caso de oferta de valores mobiliários ao público ou da sua admissão à negociação num mercado regulamentado, e que revoga a Diretiva 2003/71/CE.

¹⁵ Regulamento (UE) 2017/1991 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2017 que altera o Regulamento (UE) n.º 345/2013 relativo aos fundos europeus de capital de risco e o Regulamento (UE) n.º 346/2013 relativo aos fundos europeus de empreendedorismo social.

¹⁶ Regulamento (UE) 2017/2402 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2017 que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada, e que altera as Diretivas 2009/65/CE, 2009/138/CE e 2011/61/UE e os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009 e (UE) n.º 648/2012; e o Regulamento (UE) 2017/2401 do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2017 que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento.

¹⁷ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP), adotada em 29/06/2017 [COM(2017) 343].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal considera que a proposta PEPP representa uma alternativa interessante para estimular o mercado de fundos de pensões transfronteiriço.

Outras áreas em estudo pela Comissão no contexto da UMC

Ao longo de 2017 a Comissão Europeia foi desenvolvendo iniciativas noutras áreas, designadamente na área do financiamento colaborativo (“crowdfunding”) e na área dos mercados de obrigações.

Portugal tem expressado apoio à introdução de um regime UE na área do financiamento colaborativo que forneça um enquadramento adequado à prestação de serviços transfronteiriços. Com efeito, considera-se que o facto de se tratar de um serviço prestado através da Internet levanta dificuldades na supervisão destas plataformas, pelo que um regime UE afigura-se necessário para clarificar competências.

Portugal apoia igualmente iniciativas para dinamizar o mercado de obrigações, sublinhando a importância de assegurar níveis adequados de proteção do investidor.

OUTROS ASPETOS RELEVANTES

Fintech

Em março a Comissão Europeia lançou uma consulta pública relativa à “fintech”¹⁸, planeando uma nova iniciativa neste domínio em 2018, incluindo uma proposta legislativa relativa ao “crowdfunding”. Embora reconhecendo não ser pertinente nova regulação para todas as áreas, Portugal considera importante agir sobre as ameaças antes que os riscos se comecem a materializar, pelo que tem apoiado a vigilância permanente da suficiência e da adequação da legislação existente. Portugal tem defendido que eventuais iniciativas legislativas nesta área devem assegurar a neutralidade tecnológica, a proporcionalidade e a integridade do mercado, frisando

¹⁸ Consulta sobre o tema “Fintech: A more competitive and innovative European financial sector”, que decorreu entre 23/03/2017 e 15/06/2017 com vista a recolher informações diretas sobre o impacto das novas tecnologias no setor financeiro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

igualmente a necessidade de garantir níveis adequados de proteção do consumidor e de mitigar riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

Financiamento Sustentável

A Comissão criou, em 2017, um Grupo de Peritos de Alto Nível sobre Financiamento Sustentável, encarregado de desenvolver um programa para as políticas europeias nesse domínio. Após a adoção do relatório por parte deste Grupo, a Comissão adotará um plano de ação com medidas concretas. Em particular, esperam-se propostas nas áreas das “green bonds”, da criação de uma taxonomia harmonizada sobre financiamento sustentável e do dever fiduciário dos gestores (que deverá passar a integrar fatores sociais, ambientais e de governação, que configurem elementos de sustentabilidade no longo prazo). Portugal tem acompanhado estes desenvolvimentos, reconhecendo a sua importância.

Retalho e proteção do consumidor

Em março a Comissão Europeia lançou o “Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a consumidores: mais qualidade nos produtos, mais escolha”¹⁹ com o objetivo de estabelecer um verdadeiro mercado único de serviços financeiros de retalho, no qual os consumidores possam beneficiar das melhores ofertas e estar protegidos. No plano de ação são privilegiadas três vertentes de trabalho: (i) aumentar a confiança dos consumidores; (ii) reduzir os obstáculos legais e regulamentares que afetam as empresas quando prestam serviços financeiros no estrangeiro; e (iii) apoiar o desenvolvimento de um mercado digital inovador.

Paralelamente, em maio, o Conselho e o Parlamento Europeu aprovaram uma proposta da Comissão Europeia destinada a promover a participação dos

¹⁹ Comunicação da Comissão “Plano de Ação para os serviços financeiros prestados a consumidores: mais qualidade nos produtos, mais escolha”, adotada em 23/03/2017 [COM(2017) 139].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

consumidores na elaboração das políticas no domínio dos serviços financeiros²⁰. Em concreto, prevê-se um orçamento de 6 milhões de euros para, ao longo do período 2017-2020, subvencionar duas ONG (“Finance Watch” e “Better Finance”).

Portugal tem vindo a apoiar as iniciativas da Comissão neste domínio, considerando importante alargar as escolhas dos consumidores e assegurar a sua proteção.

Contrapartes centrais

Em maio a Comissão Europeia apresentou uma proposta legislativa de revisão do Regulamento relativo aos derivados do mercado de balcão, às CCP e aos repositórios de transações (EMIR na sigla em inglês – “European Market Infrastructure Regulation”), tendo em vista o reforço da proporcionalidade e a redução de encargos regulamentares desnecessários, no âmbito do programa para a adequação e a eficácia da regulamentação (REFIT na sigla em inglês – “Regulatory Fitness and Performance”)²¹. Em dezembro, o Conselho acordou a sua abordagem geral relativamente a esta proposta legislativa.

A negociação da proposta que estabelece um enquadramento para a recuperação e a resolução de CCP²², iniciada em 2016, prosseguiu no Conselho em 2017, tendo o seu desenvolvimento sido retardado por força da apresentação da proposta de regulamento relativo à autorização de CCP e aos requisitos para o reconhecimento das CCP de países terceiros, cujas disposições acarretam profundas implicações para a

²⁰ Regulamento (UE) 2017/826 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017, que cria um programa da União de apoio a atividades específicas que visam reforçar a participação dos consumidores e de outros utilizadores finais dos serviços financeiros na elaboração das políticas da União no domínio dos serviços financeiros para o período 2017-2020.

²¹ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações, adotada pela Comissão em 5/05/2017 [COM(2017) 208].

²² Proposta de regulamento relativo a um enquadramento para a recuperação e resolução das contrapartes centrais e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1095/2010, (UE) n.º 648/2012 e (UE) n.º 2015/3265, adotada pela Comissão em 18/11/2016 [COM(2016) 856].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

primeira proposta, designadamente no que concerne à alocação de poderes e processo de tomada de decisões.

Portugal apoia ambas as iniciativas, considerando importante a simplificação de processos e a introdução de maior proporcionalidade por via da proposta EMIR REFIT. Relativamente ao regime de recuperação e resolução de CCP, Portugal considera essencial que as preocupações de todos os EM afetados pela resolução de uma CCP sejam consideradas aquando da tomada de decisões, não se considerando apenas os efeitos no EM onde a CCP está estabelecida.

Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Em dezembro o Conselho confirmou o acordo político alcançado entre a Presidência e o Parlamento Europeu quanto à proposta legislativa da Comissão Europeia que visa alterar a Quarta Diretiva relativa à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo²³.

A proposta faz parte do Plano de Ação da Comissão para o Reforço do Combate ao Financiamento do Terrorismo, elaborado em 2016 na sequência de uma vaga de atentados terroristas na Europa, e visa prevenir a utilização do sistema financeiro para financiar atividades criminosas e reforçar as regras de transparência para evitar a ocultação de fundos em grande escala.

O texto acordado procura um equilíbrio entre a necessidade de uma segurança reforçada e a proteção dos direitos fundamentais e das liberdades económicas. As principais alterações introduzidas face à Quarta Diretiva, que visou adaptar a legislação europeia às recomendações emitidas em 2012 pelo Grupo de Ação Financeira (GAFI) em matéria de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e da proliferação, abrangem a melhoria do acesso aos registos de

²³ Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento e do Conselho, de 20/05/2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

beneficiários efetivos, a melhoria do combate aos riscos associados aos cartões pré-pagos e às moedas virtuais, a melhoria da cooperação entre as unidades de informação financeira (UIF) dos EM e o reforço dos controlos a países terceiros de alto risco.

Portugal apoiou a revisão da Quarta Diretiva, bem como o texto que resultou do acordo político entretanto alcançado, nomeadamente quanto ao acesso aos registos de beneficiários efetivos, que veio consagrar uma solução semelhante à já existente na legislação nacional por via da transposição daquela Diretiva²⁴, e quanto à melhoria da cooperação entre as UIF dos EM.

De referir que, no âmbito do processo de avaliação ao sistema português de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo pelo GAFI, que decorreu entre setembro de 2016 e outubro de 2017, Portugal foi considerado, a par da Espanha e da Itália, um dos sistemas mais eficazes de entre os 16 países já avaliados desde 2014.

²⁴ A Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento e do Conselho, de 20/05/2015, foi transposta para o ordenamento jurídico nacional através da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, e da Lei n.º 89/2017, de 18 de agosto, que aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

FISCALIDADE

O Conselho continuou a centrar os seus trabalhos na luta contra a elisão fiscal e o planeamento fiscal agressivo, tanto a nível global como a nível da UE, dedicando especial atenção à coerência entre os trabalhos da UE e as ações da OCDE no domínio BEPS (“Base Erosion and Profit Shifting” – Erosão da Base Tributável e Deslocalização de Lucros).

Mais especificamente no domínio da fiscalidade direta, o Conselho adotou uma alteração à Diretiva (UE) 2016/1164²⁵ (ATAD – “Anti Tax Avoidance Directive” ou Diretiva Anti Elisão Fiscal) referente a assimetrias híbridas com países terceiros, uma Diretiva relativa aos mecanismos de resolução de litígios em matéria de dupla tributação na UE e Conclusões sobre a resposta aos desafios da tributação dos lucros da economia digital.

Prosseguiu-se na análise da proposta relativa à matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades (MCCIS) e iniciou-se a análise técnica da 5.ª proposta de alteração da Diretiva Cooperação Administrativa no que respeita aos mecanismos transfronteiras a comunicar (DAC 6). De realçar, também, a adoção da lista da UE de jurisdições não-cooperantes em matéria fiscal.

No domínio da fiscalidade indireta, destacam-se as discussões sobre a proposta relativa a um mecanismo generalizado de autoliquidação do IVA e sobre a proposta de alteração à Diretiva 2006/112/CE no que se refere às taxas do IVA aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas. O Conselho adotou, ainda, o pacote IVA para o comércio eletrónico e iniciou a análise do pacote relativo ao regime definitivo do IVA.

²⁵ Diretiva (UE) 2016/1164 do Conselho, de 12 de julho de 2016, que estabelece regras contra as práticas de elisão fiscal que tenham incidência no funcionamento do mercado interno.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

DOSSIÊS LEGISLATIVOS NO ÂMBITO DA LUTA CONTRA A FRAUDE E A EVASÃO FISCAL

Alteração à Diretiva Anti Elisão Fiscal

Em maio o Conselho adotou a proposta de diretiva²⁶ que altera a Diretiva Anti Elisão Fiscal, adotada em 2016, no sentido de esta passar a abranger as assimetrias híbridas no que diz respeito aos sistemas fiscais de países terceiros (as assimetrias intra-UE já se encontravam cobertas pela Diretiva anti elisão fiscal).

O objetivo é impedir que as empresas tirem partido das assimetrias entre duas ou mais jurisdições fiscais no tratamento fiscal de instrumentos, organizações ou transferências financeiras para reduzirem a sua carga fiscal global e contribuir assim para a implementação das recomendações da OCDE de 2015 que visam combater a erosão da base tributável e a transferência de lucros (BEPS).

Portugal considera a adoção desta Diretiva um passo fundamental no combate ao planeamento fiscal agressivo e na promoção de um sistema fiscal mais justo.

Combater a fraude em matéria de IVA na União Europeia

Em dezembro a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta legislativa contendo um conjunto de novos instrumentos para tornar o sistema do IVA mais resistente à fraude e colmatar as lacunas que podem conduzir a fraudes em grande escala neste imposto²⁷. As novas regras destinam-se a reforçar a confiança entre os EM, para que possam alargar o âmbito da troca de informação e promover a cooperação entre as autoridades fiscais e policiais nacionais.

²⁶ Diretiva (UE) 2017/952 do Conselho, de 29 de maio de 2017, que altera a Diretiva (UE) 2016/1164 no que respeita a assimetrias híbridas com países terceiros ("ATAD 2").

²⁷ Proposta alterada de regulamento do Conselho que altera o Regulamento (UE) n.º 904/2010 no que diz respeito às medidas destinadas a reforçar a cooperação administrativa no domínio do imposto sobre o valor acrescentado [COM(2017) 706 final, de 30.11.2017].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Esta proposta tornou-se ainda mais premente após as revelações dos “Paradise Papers”, que vieram demonstrar, de novo, como os esquemas de elisão fiscal podem ser utilizados para contornar as regras da UE em matéria de IVA.

Entre as medidas fundamentais incluídas na proposta em apreço, destacam-se:

- Reforçar a cooperação com os EM: Criação de um sistema em linha para a partilha de informações no âmbito do “Eurofisc”, a rede de peritos antifraude da UE que já se encontra em funcionamento;
- Colaborar com os organismos responsáveis pela aplicação da lei: as novas medidas permitirão abrir novos canais de comunicação e de troca de informação entre as autoridades fiscais e os organismos europeus responsáveis pela aplicação da lei sobre atividades transfronteiras que se suspeita darem origem a fraudes no IVA – o OLAF, Organismo Europeu de Luta Anti Fraude, a Europol e a recentemente criada Procuradoria Europeia;
- Partilhar informações fundamentais sobre as importações provenientes do exterior da UE: com as novas regras, a informação sobre as mercadorias que entram na UE será partilhada e a cooperação será reforçada entre as autoridades aduaneiras e fiscais de todos os EM;
- Partilhar informação sobre veículos automóveis, a fim de combater a fraude ao IVA no setor automóvel (dada a diferença na forma como o IVA é aplicado aos automóveis novos e aos automóveis usados).

Alteração à Diretiva da Cooperação Administrativa – Regras de Comunicação Obrigatórias

Em julho a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta legislativa para alterar a Diretiva 2011/16/UE²⁸ (Diretiva da Cooperação Administrativa – DAC) no que respeita aos mecanismos transfronteiras a comunicar. Uma vez que se trata da quinta alteração da DAC desde 2014, é designada como DAC 6.

Esta alteração visa exigir aos EM que estabeleçam regras de comunicação obrigatórias para os consultores/intermediários fiscais de mecanismos sobre planeamento fiscal

²⁸ Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade em relação aos mecanismos transfronteiras a comunicar [COM(2017) 335 final, de 21.06.2017].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

potencialmente agressivo, que incluam elementos transfronteiras, e que assegurem que as autoridades fiscais nacionais procedem à troca automática dessas informações ao abrigo da DAC.

Matéria Coletável Comum do Imposto sobre as Sociedades

A Comissão apresentou, em novembro de 2016, uma proposta de diretiva relativa à matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades²⁹ (MCCIS). A proposta estabelece regras comuns para a determinação da matéria coletável das empresas multinacionais na UE e resulta do relançamento da proposta de 2011 relativa à matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades.

As principais alterações, relativamente à proposta de 2011, dizem respeito: ao seu carácter obrigatório para as grandes empresas; às super deduções em relação às despesas com investigação e desenvolvimento para apoiar a inovação; à nova dedução para o crescimento e o investimento para contrariar as distorções fiscais em matéria de financiamento da dívida; e ao desagravamento fiscal temporário por perdas.

Em maio o Conselho procedeu a um debate de orientação sobre a proposta, sublinhando a importância da procura de um equilíbrio adequado entre a necessidade da flexibilidade requerida para as decisões de política económica nacional, por um lado, e o objetivo de harmonização da matéria coletável das sociedades, por outro, tendo especialmente em vista uma eventual fase subsequente de consolidação, bem como o objetivo de uma matéria coletável das sociedades tão ampla quanto possível a fim de preservar as receitas fiscais nacionais.

Portugal apoia o objetivo de alcançar um sistema fiscal mais simples e justo que, simultaneamente, crie um ambiente propício ao investimento na Europa e aborde a concorrência fiscal internacional. No entanto, neste esforço as especificidades das economias dos EM não devem ser ignoradas. Atribuámos particular relevância à

²⁹ Proposta de diretiva do Conselho relativa a uma matéria coletável comum do imposto sobre as sociedades [COM(2016) 685 final, de 25.10.2016].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

existência de elementos de flexibilidade que permitam aos EM adequar a fiscalidade das empresas às particularidades da sua economia e ao nível de tributação exigido em face das suas metas orçamentais.

Mecanismos de Resolução de Litígios

Em outubro o Conselho adotou a proposta de diretiva relativa a um novo sistema de resolução de litígios em matéria fiscal na UE³⁰.

A Diretiva visa melhorar os mecanismos utilizados na resolução de litígios entre EM decorrentes da interpretação de acordos sobre a eliminação da dupla tributação, exigindo que os mecanismos de resolução de litígios sejam obrigatórios e vinculativos, que tenham prazos claros e prevejam a obrigação de alcançar resultados. Pretende-se, assim, assegurar um enquadramento fiscal em que os custos de conformidade para as empresas sejam reduzidos ao mínimo.

OUTROS DOSSIÊS LEGISLATIVOS E NÃO LEGISLATIVOS

Regime definitivo IVA

Dando seguimento ao seu Plano de Ação sobre o IVA de abril de 2016 a Comissão propôs, neste ano, um número significativo de propostas legislativas visando modernizar o regime do IVA para o adaptar à economia digital e às necessidades das PME e para combater a fraude ao IVA.

Assim, em outubro a Comissão adotou a Comunicação “Rumo a um espaço único do IVA na UE”³¹, na qual apresenta as medidas que abrem caminho a um regime definitivo do IVA.

³⁰ Diretiva (UE) 2017/1852 do Conselho, de 10 de outubro de 2017, relativa aos mecanismos de resolução de litígios em matéria fiscal na União Europeia.

³¹ Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu relativa ao seguimento do Plano de Ação sobre o IVA, “Rumo a um espaço único do IVA na UE – Chegou o momento de decidir” [COM(2017) 566 final, de 04.10.2017]



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O objetivo é reforçar a proteção contra a fraude e, em simultâneo, simplificar os procedimentos referentes ao imposto, facilitando o trabalho das empresas. O sistema de IVA em vigor foi implementado no rescaldo do Tratado de Maastricht como uma medida provisória, o que significa que está desatualizado face às novas tendências e mecanismos do mercado.

A Comissão propõe uma alteração profunda do atual sistema do IVA, passando a tributar a venda de mercadorias em transações transfronteiras do mesmo modo que tributa as mercadorias vendidas num mesmo EM.

O novo e definitivo espaço único europeu do IVA anunciado pela Comissão baseia-se em quatro princípios, ou “pedras angulares”, fundamentais: (1) Combater a fraude: a taxa será cobrada no comércio transfronteiriço entre empresas; (2) Balcão Único: desenvolvimento de um portal “online” comum, no qual os comerciantes poderão fazer declarações e pagamentos de acordo com os modelos administrativos do seu país de origem; (3) Maior coerência: princípio do “destino”, segundo o qual o montante final do IVA é sempre pago ao EM do consumidor final e cobrado à taxa desse EM; e (4) Menos burocracia: simplificação da faturação, que permitirá aos vendedores emitirem as faturas de acordo com as regras do seu próprio país.

Portugal mostra-se favorável ao modelo de regime definitivo proposto pela Comissão, por considerar que a causa da fraude do tipo “operador fictício” (ou fraude “carrossel”) reside nas regras aplicáveis ao comércio transfronteiriço que possibilitam a aquisição de bens e serviços no comércio intracomunitário desonerada de imposto. No entanto, é uma tarefa a longo prazo, pelo que se considera importante a adoção a curto prazo de medidas que visem introduzir melhorias e assegurem uma maior harmonização na aplicação das regras do regime transitório.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Pacote IVA sobre o comércio eletrónico

Em dezembro o Conselho adotou um pacote legislativo constituído por uma diretiva³² e dois regulamentos³³ com o objetivo de facilitar o cumprimento das obrigações em matéria de IVA por parte das empresas da economia digital.

Este pacote é parte integrante da Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa (Ver Capítulo VII deste Título). As novas regras definem a introdução, até 2019, de medidas de simplificação para as vendas intra-UE de serviços eletrónicos, bem como a ampliação, até 2021, do balcão único às vendas à distância de bens, tanto intra-UE como provenientes de países terceiros. Preveem, ainda, a supressão da isenção do IVA para as pequenas remessas e a cooperação administrativa reforçada entre EM para acompanhar e facilitar a referida ampliação.

Portugal congratula-se com este pacote legislativo, considerado muito importante para a luta contra a fraude fiscal e para a conquista de um mercado único digital na Europa. Saudamos particularmente todas as medidas destinadas a reduzir os encargos administrativos e a eliminar as distorções do mercado, facilitando a atividade das empresas, especialmente as que se encontram em fase de arranque.

Tratamento das publicações eletrónicas em sede de IVA

Em dezembro de 2016 a Comissão apresentou uma proposta de diretiva que altera a Diretiva 2006/112/CE no que se refere às taxas do imposto sobre o valor

³² Diretiva (UE) 2017/2455 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, que altera a Diretiva 2006/112/CE e a Diretiva 2009/132/CE no que diz respeito a determinadas obrigações relativas ao imposto sobre o valor acrescentado para as prestações de serviços e as vendas à distância de bens.

³³ Regulamento de Execução (UE) 2017/2459 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, que altera o Regulamento de Execução (UE) 282/2011 que estabelece medidas de aplicação da Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado e Regulamento (UE) 2017/2454 do Conselho, de 5 de dezembro de 2017, que altera o Regulamento (UE) 904/2010 relativo à cooperação administrativa e à luta contra a fraude no domínio do imposto sobre o valor acrescentado.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

acrescentado aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas³⁴.

No quadro dos objetivos definidos na Estratégia para o Mercado Único Digital, e tendo em vista a modernização do IVA para a economia digital, a Comissão propõe que se preveja a possibilidade de aplicar taxas reduzidas, super-reduzidas e taxas zero às publicações eletrónicas.

Em março o Conselho realizou um debate de orientação sobre esta proposta, durante o qual a maioria dos EM confirmou a sua disponibilidade para alargar a aplicação de taxas reduzidas às publicações fornecidas por via eletrónica. Todavia, dada a natureza extraordinária das taxas super-reduzidas e da taxa zero, estas só deverão ser aplicadas às publicações eletrónicas em condições idênticas às aplicadas às publicações em suporte papel. Foi também recordado que os EM deveriam conservar a discricionariedade na fixação das taxas do IVA para as publicações e na restrição do âmbito de aplicação das taxas reduzidas do IVA, inclusive, sob a reserva de uma justificação objetiva caso as publicações digitais ofereçam o mesmo conteúdo de leitura.

Portugal apoia esta proposta legislativa no que se refere à aplicação de taxas reduzidas aos livros, revistas e periódicos eletrónicos. No entanto, no que diz respeito à possibilidade de aplicar taxas super-reduzidas ou taxas zero ao setor editorial, Portugal apoiou as posições dos EM que manifestaram reservas, uma vez que tal medida é contrária à filosofia do atual sistema de IVA. Introduce um menor nível de harmonização no sistema e restringe o debate técnico e político que se espera que ocorra, no quadro da revisão geral das taxas de IVA.

³⁴ Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE, no que se refere às taxas do imposto sobre o valor acrescentado aplicadas aos livros, aos jornais e às publicações periódicas [COM(2016) 758 final, de 01.12.2016]



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na reunião do Conselho ECOFIN de junho não foi possível chegar a acordo quanto a esta proposta e a sua oportunidade deverá ficar prejudicada pela proposta para a revisão das taxas do IVA apresentada pela Comissão em janeiro de 2018.

Mecanismo generalizado de autoliquidação

Em dezembro de 2016 a Comissão apresentou uma proposta de diretiva relativa à aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação do IVA (MGAL) em relação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços acima de um determinado limiar³⁵.

Em junho de 2017, na sequência dos trabalhos técnicos entretanto desenvolvidos neste domínio, o Conselho foi convidado a definir uma orientação geral sobre o texto, não tendo no entanto chegado a acordo devido à divergência de opiniões dos EM.

Portugal tem visto com preocupação a aprovação de um mecanismo generalizado de autoliquidação, desde logo porque é difícil antecipar as consequências económicas e orçamentais para o funcionamento do mercado interno de uma alteração no funcionamento do IVA em alguns EM, mas sobretudo pela transferência de fraude para EM não aderentes que este mecanismo propicia. Portugal considera, pelo contrário, ser possível aumentar o cumprimento e reduzir a fraude através de outras medidas de controlo, como a recente experiência portuguesa demonstra.

Não obstante, Portugal manifestou abertura, num espírito de compromisso, para aceitar a proposta, ainda que com limitações, nomeadamente enfatizando que o período de aplicação desta medida, dada a sua natureza derogatória, deve ser limitado no tempo.

³⁵ Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que diz respeito à aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação em relação ao fornecimento ou prestação de certos bens e serviços acima de um determinado limiar [COM(2016) 811 final, de 21.12.2016].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Tributação da economia digital

Um dos principais desafios que emerge do rápido crescimento da economia digital é o da justa repartição dos direitos de tributação dos Estados sobre os lucros gerados no seu território. Com efeito, os atuais sistemas fiscais, porque fazem depender o direito de um Estado a tributar da presença física de determinada entidade, mostram-se geralmente desajustados para assegurar a tributação dos rendimentos provenientes da economia digital nos países onde o valor é efetivamente criado.

A OCDE encontra-se a desenvolver trabalhos sobre a melhor forma de responder a estes desafios, aguardando-se a publicação de um relatório preliminar em março de 2018.

Antecipando que uma solução a nível global possa não estar para breve, 10 ministros das Finanças da UE (incluindo de Portugal)³⁶ assinaram, em setembro, uma declaração política através da qual instam a Comissão a apresentar uma proposta de "equalization tax" que incida sobre o volume de negócios gerados na UE pelas chamadas empresas digitais e que complementaria os trabalhos que decorrem no âmbito da UE e OCDE.

A tributação da economia digital foi inicialmente discutida no ECOFIN informal de setembro. Na mesma altura, a Comissão anunciou que irá apresentar, na primavera de 2018, uma proposta legislativa para permitir tributar os lucros das multinacionais gerados através da economia digital.

Em outubro a Comissão apresentou ao Conselho a sua comunicação intitulada "Um sistema de tributação justo e eficaz na UE para o Mercado Único Digital"³⁷. Nela considera que o instrumento mais adequado para acomodar as alterações que se venham a revelar necessárias será a proposta para criação de uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS), eventualmente com adaptação da noção de estabelecimento estável. Não obstante, a Comissão admitiu

³⁶ França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Áustria, Bulgária, Roménia e Eslovénia.

³⁷ COM(2017) 547 final, de 21.09.2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

poder explorar medidas de curto prazo que permitam lidar com a tributação da economia digital até à finalização dos trabalhos na OCDE, tais como um “equalization tax”.

Ainda em outubro, na sequência da Cimeira Digital de Tallinn, o Conselho Europeu convidou o Conselho a examinar a comunicação da Comissão, esperando a apresentação de propostas da Comissão no início de 2018.

Em dezembro o Conselho adotou Conclusões sobre esta matéria com o objetivo de influenciar os trabalhos na OCDE através de uma posição concertada dos EM da UE, cumprir as Conclusões do Conselho Europeu e propor uma orientação para a proposta que a Comissão apresentará no primeiro trimestre de 2018.

Portugal tem partilhado o diagnóstico relativamente aos desafios e preocupações colocados quer pela digitalização/desmaterialização dos modelos de negócio já existentes, quer pelos novos modelos de negócio. Neste sentido, tem-se pronunciado favoravelmente quanto à discussão deste tema a nível da UE, tendo em vista a coordenação das posições dos EM no contexto dos trabalhos em curso na OCDE de modo a contribuir para alcançar soluções, a nível global, que assegurem que os lucros obtidos pelas “empresas digitais” possam ser adequadamente tributados pelos Estados em que o valor é gerado. Pretende-se, assim, evitar práticas de planeamento fiscal agressivo e a deslocalização dos lucros, assegurando a neutralidade entre a tributação destas empresas e as “empresas tradicionais”.

Considerando o sentido de urgência de que este tema se reveste, Portugal tem apoiado que se estudem possíveis medidas transitórias que permitam, no curto prazo, responder aos desafios que a digitalização da economia coloca, considerando que essas soluções devem procurar minimizar os riscos de encargos administrativos excessivos para as empresas, bem como de dupla ou múltipla tributação. É também referida, com particular acuidade, a necessidade de se proteger as pequenas empresas e a premência de se desenvolver uma abordagem especial para as “start ups”, de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

forma a não colocar entraves à inovação na Europa, à criação de emprego jovem e ao crescimento económico.

Lista da União Europeia de jurisdições não cooperantes em matéria fiscal

Em dezembro o Conselho aprovou Conclusões sobre jurisdições não cooperantes em matéria fiscal, as quais são identificadas numa lista anexa às referidas Conclusões. Os critérios de boa governação que nortearam o processo de análise das jurisdições cobrem três áreas: (1) transparência fiscal; (2) justiça fiscal ("fair taxation"); e (3) implementação de medidas anti erosão da base tributária e transferência de lucros. Os trabalhos do Conselho sobre a lista têm sido levados a cabo em paralelo com a OCDE e no contexto do G20.

Foram analisadas 92 jurisdições, das quais 17 integraram a lista adotada ("lista negra")³⁸, uma vez que não adotaram, nem se comprometeram politicamente a adotar, medidas significativas para colmatar as deficiências identificadas à luz dos critérios de transparência e de boa governação fiscal adotados pela UE³⁹.

Está prevista a aplicação de medidas defensivas (de natureza não fiscal pela UE ou fiscal pelos EM) às jurisdições listadas, tendo em vista a prevenção da erosão das bases tributáveis dos EM.

O Conselho identificou, ainda, um grupo adicional de 47 jurisdições com deficiências ("lista cinzenta"), mas que tomaram, ou se comprometeram politicamente a tomar, medidas significativas para as resolver até ao final de 2018 sob pena de inclusão na lista. A implementação desses compromissos será monitorizada ao longo do ano de 2018.

³⁸ Samoa Americana, Bahrain, Barbados, Grenada, Guam, República da Coreia, Macau, Ilhas Marshall, Mongólia, Namíbia, Palau, Panamá, Santa Lúcia, Samoa, Trinidad e Tobago, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.

³⁹ Em janeiro de 2018, o Conselho adotou alterações às conclusões do Conselho de dezembro de 2017, tendo sido retiradas da lista "negra" para a lista "cinzenta" as seguintes oito jurisdições: Barbados, Grenada, República da Coreia, Macau, Mongólia, Panamá, Tunísia e Emirados Árabes Unidos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoiou as Conclusões adotadas e enfatizou, em particular, a importância da coordenação das medidas defensivas ao nível da UE.

Imposto sobre as transações financeiras (ITF)

Na sequência do acordo alcançado no Conselho ECOFIN de dezembro de 2016 quanto aos elementos fundamentais da arquitetura do ITF, iniciou-se em 2017 uma nova fase dos trabalhos: a discussão de isenções ao imposto, em particular quanto a fundos de pensões e empresas não financeiras. Em paralelo, iniciou-se um estudo do impacto das várias alternativas em discussão.

Portugal apoia a proposta atualmente em discussão, incluindo o acordo quanto aos elementos fundamentais da arquitetura do ITF, considerando importante que os trabalhos continuem. Em particular, temos defendido que na calibração do imposto se devem evitar potenciais efeitos negativos sobre o financiamento da economia.

Tributação Eurovinheta

Em maio a Comissão apresentou ao Conselho uma proposta de alteração⁴⁰ à Diretiva Eurovinheta com o objetivo de avançar para os princípios do poluidor-pagador, reduzindo gradualmente, ao longo de 5 anos consecutivos, os níveis mínimos dos impostos sobre veículos pesados de mercadorias, para criar um incentivo que promova a transição para uma tarifação rodoviária baseada na distância, nomeadamente, através da introdução de portagens.

Impostos especiais de consumo (Relatório da Comissão sobre a Diretiva 2008/118/CE do Conselho)

Em dezembro o Conselho adotou conclusões sobre a aplicação da Diretiva 2008/118/CE, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao regime geral dos impostos

⁴⁰ Proposta de diretiva do Conselho que altera a Diretiva 1999/62/CE, relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas, no que respeita a certas disposições em matéria de impostos sobre veículos [COM(2017) 276 final, de 31.05.2017].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

especiais de consumo, dando orientações políticas à Comissão com vista uma eventual proposta legislativa.

Acordo UE-Noruega sobre a cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do IVA

Em dezembro o Conselho adotou a Decisão relativa à assinatura do Acordo UE-Noruega sobre a cooperação administrativa, a luta contra a fraude e a cobrança de créditos no domínio do IVA.

Este Acordo pretende a instituição de um quadro europeu comum para a cooperação administrativa entre os EM da UE e a Noruega no domínio do IVA, a fim de se proceder à troca de informações e boas práticas e de se estabelecer a cooperação para a cobrança de créditos em moldes similares aos utilizados entre EM.

O Acordo havia sido rubricado pela UE e pela Noruega em maio.

Acordo antifraude e de troca de informações em matéria fiscal entre a UE e o Liechtenstein e outros países não membros da UE (Andorra, Mónaco, São Marino e Suíça)

Em novembro o Conselho autorizou a Comissão a negociar com o Liechtenstein um Acordo em matéria de luta contra a fraude e outras atividades ilegais lesivas dos interesses financeiros públicos, incluindo recursos e despesas e, em especial, subvenções e impostos. Pretende-se um Acordo que possa servir de modelo para a negociação de acordos antifraude e de troca de informações em matéria fiscal com outros países não membros da UE (Andorra, Mónaco, São Marinho e Suíça).

Código de Conduta sobre Fiscalidade das Empresas

O Conselho adotou Conclusões, em junho e em dezembro, sobre os progressos realizados pelo Grupo do Código de Conduta (Fiscalidade das Empresas). O Conselho: (1) solicitou ao Grupo que continue a monitorizar o congelamento e a implementação do desmantelamento dos regimes fiscais preferenciais prejudiciais, centrando-se nos regimes fiscais preferenciais para patentes já existentes e nos aspetos relativos ao



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

congelamento de regimes fiscais preferenciais para patentes novos ou alterados; (2) congratulou-se com os progressos alcançados pelo Grupo nos trabalhos relativos ao processo de publicação da lista da UE de jurisdições não cooperantes em matéria fiscal, solicitando que dê continuidade aos mesmos em 2018; (3) reiterou o convite feito à Comissão para que investigue a necessidade de rever as orientações anteriores da UE sobre as questões relativas aos preços de transferência à luz do relatório sobre as Ações 8-9-10 do projeto BEPS da OCDE; e (4) convidou o Grupo a prosseguir o diálogo sobre a aplicação dos princípios do Código de Conduta ao Liechtenstein e a estudar a necessidade de promover a sua adoção por outros países terceiros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

**COMPETITIVIDADE (MERCADO INTERNO, INDÚSTRIA,
INVESTIGAÇÃO E ESPAÇO)**

MERCADO INTERNO

Estratégia relativa ao mercado único de bens e de serviços

Ao longo de 2017 a avaliação de progressos na execução de várias iniciativas para o aprofundamento do mercado único continuou a ser um tema recorrente no Conselho Europeu, com vista à sua implementação até 2018.

No âmbito da execução da Estratégia relativa ao Mercado Único de Bens e de Serviços, a Comissão apresentou diversas iniciativas.

Em janeiro apresentou o Pacote Serviços que inclui uma proposta para aperfeiçoar o procedimento de notificação no âmbito da Diretiva Serviços, duas propostas relativas à criação de um cartão europeu que visa facilitar a prestação de serviços transfronteiras e iniciativas relativas às profissões regulamentadas, tais como uma proposta relativa a um teste de proporcionalidade a aplicar aquando da elaboração de nova legislação neste domínio.

Relativamente à proposta sobre o procedimento de notificação, foi aprovada uma abordagem geral no Conselho Competitividade de maio, com uma declaração de Portugal manifestando a sua preocupação com o possível impacto negativo da proposta nos esforços e programas de simplificação legislativa e administrativa.

Quanto à proposta sobre o teste de proporcionalidade, foi igualmente adotada uma abordagem geral em maio, com o apoio de Portugal, apesar da preocupação com o acréscimo de encargos administrativos e financeiros acrescidos que a sua aplicação poderá acarretar para as administrações nacionais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No que respeita ao cartão de serviços europeu, vários EM, incluindo Portugal, têm dúvidas quanto à sua mais-valia e aplicabilidade prática.

Em maio foi apresentado o Pacote Conformidade e Assistência que inclui o portal digital único, a ferramenta de informação sobre o mercado único e o plano de ação para a rede SOLVIT. Quanto ao portal, foi aprovada uma orientação geral no Conselho Competitividade de novembro, com o apoio de Portugal, apesar da preocupação manifestada com as implicações, técnicas e financeiras, para as administrações nacionais. Já no que diz respeito à ferramenta de informação, após rejeição pela quase totalidade dos EM e parecer negativo do Serviço Jurídico do Conselho sobre a base jurídica, a negociação não avançou.

Em outubro foi apresentado o Pacote Contratação Pública que inclui medidas não legislativas para aumentar o impacto do investimento público via uma contratação pública eficiente e profissional, em linha com o que sempre defendemos quanto à necessidade de ambição na aplicação de meios eletrónicos aos procedimentos da contratação pública e à dificuldade de acesso das PME ao mercado da contratação pública.

Em dezembro foi apresentado o Pacote Bens que inclui duas propostas legislativas sobre o reconhecimento mútuo e sobre a fiscalização do mercado.

Ainda em 2017 foi alcançado um acordo com o PE relativamente à proposta de regulamento sobre medidas contra o bloqueio geográfico e outras formas de discriminação dos consumidores com base na nacionalidade, local de residência ou de estabelecimento dos clientes no mercado interno (regulamento “geo-blocking”). Portugal, que tem posto forte empenho na realização do mercado único digital, defende a abolição do “geo-blocking” quando injustificado, mas excluindo os serviços não audiovisuais protegidos por direitos de autor e conexos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Governança do mercado interno

Em julho foi publicado o Painel de Avaliação do Mercado Único que apresenta uma perspetiva abrangente do desempenho dos EM relativamente a vários instrumentos de governação do mercado único. Esta edição “online” do Painel monitoriza também a abertura dos EM ao comércio e ao investimento e os resultados relativos a três áreas-chave: os contratos públicos, as qualificações profissionais e os serviços postais.

Com dados relativos a 2016, Portugal obteve: cartão verde pelo bom funcionamento de cinco instrumentos de governação (Projetos piloto; E-Certis – ferramenta “online” para facilitar a participação em procedimentos de contratação pública; EURES; “Your Europe”; SOLVIT); cartão amarelo quanto ao número de processos por infração, ao funcionamento do IMI e ao desempenho em matéria de contratos públicos, qualificações profissionais, comércio de bens e serviços e investimento direto estrangeiro; e cartão vermelho no que respeita ao défice de transposição de diretivas⁴¹ e ao desempenho nas áreas prioritárias /serviços, incluindo serviços financeiros, transportes, energia e mercado único digital).

Indústria

No seguimento do apelo de vários EM, incluindo Portugal, para apresentação de medidas concretas em matéria de política industrial, a Comissão adotou, em setembro, a Comunicação “Investir numa indústria inteligente, inovadora e sustentável – Uma Estratégia de Política Industrial renovada da UE”, acompanhada de uma lista de ações-chave para o futuro da política industrial. Esta Comunicação constitui uma mensagem importante dirigida à indústria europeia e uma primeira etapa para o desenvolvimento de uma estratégia industrial holística da UE.

No Conselho Competitividade de novembro foram adotadas conclusões com o objetivo de reiterar o apelo à Comissão para desenvolver uma estratégia industrial abrangente

⁴¹ O desempenho de Portugal melhorou substancialmente em 2017 – ver Título VII, Capítulo I



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

com enfoque no pós 2030, incluindo a definição de objetivos estratégicos de médio e longo prazo e de um conjunto de indicadores para a indústria, bem como a apresentação de um plano de ação com medidas concretas e uma avaliação de impacto da integração da política industrial nas iniciativas estratégicas da UE tomadas desde o início de 2015.

Portugal sempre defendeu iniciativas concretas dedicadas ao setor industrial, tendo em conta o seu papel para o crescimento, o emprego e a inovação na Europa e, nesse sentido, a comunicação da Comissão e a adoção de conclusões do Conselho sobre o futuro da política industrial são sinais políticos importantes para o tecido empresarial europeu. Contudo, a comunicação é bastante prudente relativamente à previsão de uma abordagem estratégica de longo prazo. A indústria europeia necessita de uma política orientada para o futuro, que tenha em conta os pontos fortes e a diversidade da base industrial existente nos EM e que identifique as oportunidades das grandes tendências que podem ser observadas nos domínios da digitalização, da energia e das tecnologias sustentáveis.

Por forma a garantir a sustentabilidade da estratégia no longo prazo, Portugal considera que deverão ser tidos em conta alguns fatores importantes, nomeadamente a promoção da digitalização industrial, a adequação da oferta habilitada de recursos humanos, o custo da energia, o reforço do mercado único, a abertura ao comércio internacional e as questões relacionadas com a globalização e a inserção nas cadeias de valor globais.

Propriedade intelectual

Na sequência da Comunicação "Promover no Mercado Único Digital uma economia europeia justa, eficiente e competitiva, baseada nos direitos de autor", de setembro de 2016, e que incluía quatro propostas legislativas, foi possível obter o mandato negocial para os trólogos com o PE e alcançar, em maio, um acordo em primeira leitura sobre as propostas de diretiva e de regulamento que transpõem para a legislação da UE os compromissos assumidos no âmbito do Tratado de Marraquexe (adotado na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Organização Mundial da Propriedade Intelectual) para facilitar o acesso a obras publicadas por parte de pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades de acesso a textos impressos.

Foi ainda possível, perto do final do ano, lograr um mandato para o início de trólogos com o PE sobre a proposta de regulamento satélite e cabo⁴² acautelando as principais preocupações nacionais, nomeadamente no que diz respeito à limitação do âmbito de aplicação do princípio do país de origem e à inclusão de medidas que preservem a segurança dos conteúdos nas redes abertas em termos equivalentes e comparáveis às redes fechadas.

Deste pacote de propostas mantém-se em negociação no Conselho a proposta de diretiva relativa aos direitos de autor no mercado único digital.

Trata-se de um pacote reformativo que visa adaptar o direito de autor aos desafios do ambiente digital, pretendendo-se que o novo quadro legal assegure o equilíbrio entre os interesses dos diferentes intervenientes, em especial consumidores e titulares de direitos, com vista a facilitar o acesso transnacional dos consumidores a conteúdos protegidos por direitos de autor e diminuir/superar as dificuldades dos titulares quando tentam licenciar os seus direitos e ser remunerados pela distribuição em linha das suas obras.

Para melhor se ponderar o interesse nacional nesta matéria, e definir a posição nacional, foi levada a cabo uma consulta a todos os potenciais interessados, neles se incluindo pessoas e entidades de direito privado e de direito público.

⁴² Proposta de regulamento do PE e do Conselho que estabelece normas sobre o exercício do direito de autor e direitos conexos aplicáveis a determinadas transmissões em linha dos organismos de radiodifusão e à retransmissão de programas de rádio e televisão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Tribunal Unificado de Patentes

Não foi possível em 2017 reunir as 13 ratificações necessárias (incluindo obrigatoriamente França, Alemanha e Reino Unido) para a entrada em vigor do Acordo que cria o Tribunal Unificado de Patentes.

Até final do ano, 14 EM (incluindo França) depositaram os respetivos instrumentos de ratificação. Portugal, que ratificou o Acordo em 2015, tem em curso os procedimentos necessários para que a Divisão Local e o Centro de Mediação e Arbitragem estejam em funcionamento à data de entrada em vigor do Acordo.

HARMONIZAÇÃO TÉCNICA

Veículos a motor

No Conselho Competitividade de dezembro alcançou-se um acordo final sobre a proposta de regulamento relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos. Entre outras medidas, o regulamento prevê que, anualmente, seja efetuada uma inspeção por cada 40.000 novos veículos registados e que a Comissão realize inspeções, a suas expensas, no mercado de cada EM.

Portugal considera que esta legislação permitirá melhorar a regulamentação, na sequência das irregularidades detetadas nos dados das emissões dos veículos ("Dieselgate"). Neste contexto, a fiscalização do mercado deverá ser realizada por uma autoridade independente da autoridade de homologação.

Fertilizantes

Apesar de não ter sido possível, ao longo do ano, alcançar uma orientação geral sobre a proposta de regulamento que estabelece as regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE, foi obtido em dezembro mandato do Conselho para iniciar as negociações com o PE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal apoiou a proposta de compromisso da Presidência sobre o valor para o limite máximo do contaminante cádmio (principal elemento bloqueador para o avanço das negociações) na medida em que permite que os adubos fosfatados produzidos em Portugal possam continuar a ser colocados no mercado de outros EM ao abrigo da legislação harmonizada. A proposta também acautela um período de transição de oito anos, adequado à adaptação da indústria nacional.

Portugal também expôs uma pretensão específica visando permitir que os produtores nacionais possam usar processos de compostagem com perfis alternativos de tempo-temperatura e, assim, colocar no mercado da UE o composto obtido. A Comissão revelou alguma abertura para solucionar o problema, estando em análise a melhor forma de o fazer.

INVESTIGAÇÃO

O ano de 2017 ficou essencialmente marcado: (i) pela adoção de conclusões do Conselho sobre a racionalização do acompanhamento e comunicação de dados na investigação e inovação, e sobre a avaliação intercalar do Programa Horizonte 2020 (H2020) na óptica da preparação do próximo programa-quadro; (ii) pelo debate em torno da justificação económica do financiamento público em investigação e inovação e (iii) pelas atividades no âmbito da “Ciência Aberta”.

No debate sobre a maximização do impacto, a nível nacional e da UE, do investimento público em Investigação e Inovação (I&I), de referir a posição de Portugal sobre a necessidade de mobilizar todo o potencial da Europa, nomeadamente através da promoção de um Espaço Europeu de Investigação inclusivo, sugerindo por exemplo um reforço de medidas de circulação de cérebros para obviar à fuga para países de atração de competências.

Sobre a criação e difusão da inovação, Portugal defendeu ser necessário desenvolver um enquadramento normativo favorável à inovação, investir em empresas altamente



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

inovadoras e na criação de “start-ups” com potencial de crescimento e sustentabilidade.

No segundo semestre do ano destaca-se, no quadro do debate sobre a avaliação intercalar do Programa H2020, a declaração conjunta da Croácia, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia e Espanha, apoiada por Itália e Lituânia, em defesa da harmonização das regras nos diversos programas da UE por forma a potenciar sinergias e maximizar o impacto do financiamento europeu em I&I.

Durante o ano de 2017 sublinha-se igualmente o papel importante de Portugal na discussão da proposta legislativa para a Parceria para a I&I na Região Mediterrânica (PRIMA) e a disponibilidade manifestada para continuar a apoiar a sua implementação, bem como para a negociação de acordos com países terceiros.

Por último refira-se a aprovação da Declaração de Belém sobre cooperação em I&I no Atlântico, assinada em Lisboa entre a UE, o Brasil e a África do Sul. Portugal conseguiu incluir no texto referências ao AIR Centre⁴³ e à Conferência de Alto Nível sobre as Interações Atlânticas, que ocorreu nos Açores em abril, o que traduz o reconhecimento do trabalho realizado na extensão da cooperação em I&I ao Atlântico Sul.

Espaço Europeu de Investigação (EEI)

Os trabalhos do Comité para o Espaço Europeu de Investigação (ERAC) concentraram-se na análise e discussão da Avaliação Intercalar do Programa H2020 na ótica da preparação do próximo programa quadro (PQ), tendo também dedicado parte da sua atividade à monitorização dos Planos Nacionais para o EEI e à revisão da sua governação.

Portugal participou ativamente nas discussões das parcerias de investigação no futuro PQ, defendendo a sua racionalização e o limite de financiamento dos EM a estes instrumentos que proliferaram exponencialmente no Programa H2020. Ainda no

⁴³ “Atlantic International Research Center” (<http://www.atlanticinteractions.org/>).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

âmbito da preparação do próximo PQ, o ERAC relançou a discussão da abordagem através de “missões”, no contexto dos desafios sociais do novo programa, para a qual Portugal tem contribuído ativamente.

Portugal deu continuidade à participação no Fórum Estratégico Europeu para as Infraestruturas de Investigação (ESFRI), enquanto membro do Grupo de Implementação⁴⁴ e ao envolvimento de membros da comunidade científica nacional nos grupos de trabalho do Ambiente, da Energia e das Ciências Físicas e Engenharia. Portugal aderiu a quatro infraestruturas de investigação europeias que se constituíram como ERIC⁴⁵, sendo agora membro de doze infraestruturas em todas as áreas científicas.

Portugal participou ainda de forma mais ativa nas reuniões dos grupos de trabalho UE-Brasil e UE-China, bem como no grupo “Caixa de ferramentas para a cooperação internacional em investigação” coordenado pela Noruega e com a participação da Áustria, Alemanha, Suécia, França, Finlândia, Espanha, Portugal e Comissão.

Instrumentos e Iniciativas do EEI

A nível europeu, os anos recentes têm sido caracterizados por uma proliferação de instrumentos e iniciativas orientadas para a coordenação, colaboração e alinhamento de estratégias e programas nacionais, promovendo o processo de consolidação do EEI, o fortalecimento da competitividade europeia e a capacidade de resposta aos grandes desafios sociais. O contributo destes instrumentos e iniciativas tem desempenhado um papel importante no processo de internacionalização do sistema nacional de ciência, tecnologia e ensino superior, na produção e disseminação do conhecimento e na promoção da circulação de recursos humanos qualificados.

⁴⁴ Grupo responsável pela avaliação da maturidade das propostas de novas infraestruturas de investigação europeias a integrar o Roteiro Europeu em 2018, bem como dos projetos em implementação.

⁴⁵ “European Research Infrastructure Consortium”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No final de 2017 Portugal participava em 54 instrumentos e iniciativas do EEI, distribuídos por todos os domínios científicos e tecnológicos, que têm promovido o reconhecimento e a integração dos investigadores e das instituições portuguesas em redes internacionais de referência, além de contribuírem para a promoção dos interesses e da imagem externa de Portugal, continuando a destacar-se as colaborações com Alemanha, França, Reino Unido e Espanha. Este processo colaborativo tem-se estendido a outras regiões de interesse geoestratégico, como a Índia, Brasil, EUA e o sul do Mediterrâneo, conferindo um carácter global a este tipo de instrumentos.

Seguindo uma tendência de vários EM, o ano de 2017 foi caracterizado por um período de reflexão estratégica e adoção de medidas em relação à participação nacional em novos instrumentos do EEI. É relevante destacar a integração de Portugal nos seguintes instrumentos:

- Parceria para a Investigação e Inovação na Região Mediterrânica (PRIMA): tem como membros fundadores Espanha, Itália e Portugal e sede junto da organização internacional União para o Mediterrâneo em Barcelona. Em julho foi assinado o ato legislativo europeu que, ao abrigo do artigo 185.º do TFUE, autoriza a UE a cofinanciar esta parceria;
- “Research and Innovation programme on raw materials to foster circular economy” (ERA-MIN 2): rede pan-europeia, coordenada por Portugal, constituída por 21 organizações públicas de financiamento de I&I de 13 países e regiões da UE e 4 países fora da UE. Além da coordenação, Portugal assumiu também o secretariado do concurso transnacional conjunto ao abrigo do qual foram submetidas um total de 94 pré-propostas transnacionais (35 com participação de instituições portuguesas);
- Iniciativa Europeia em Biomonitorização Humana (HBM4EU): Portugal participa neste programa através da cooperação entre o Ministério da Saúde, o Ministério do Ambiente e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Participam ainda como “Linked Third Parties” a Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa e a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa. À semelhança dos outros países, pretende-se criar em Portugal as condições para o desenvolvimento de um “National Hub” em Biomonitorização Humana que contribua para o estabelecimento de uma



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Plataforma Europeia neste âmbito com vista à harmonização de procedimentos e obtenção de dados comparáveis.

"European Open Science Cloud" (EOSC)

Em 2017 intensificou-se consideravelmente o trabalho da Comissão no sentido de estabelecer uma "European Open Science Cloud" (EOSC). Em junho realizou-se a Cimeira da EOSC, que marcou o arranque formal desta iniciativa que se pretende esteja em pleno funcionamento em 2020.

Participação portuguesa no Programa Horizonte 2020 (2014-2020)

O Programa H2020 continuou em plena execução, tendo sido concluído o apuramento do terceiro ano completo de concursos (2016), bem como uma parte já muito significativa do quarto ano (2017). Foi ainda aprovado o terceiro e último programa de trabalhos do H2020 (2018-2020). A avaliação intercalar apresentada pela Comissão foi o centro das discussões no Conselho e objeto da adoção de conclusões, nas quais Portugal teve um papel importante e viu refletidas muitas das suas posições.

O resultado dos concursos de 2016 do H2020 mostrou que as entidades nacionais obtiveram novamente um bom resultado na captação de verbas deste Programa: das 1.925 candidaturas de entidades nacionais submetidas (729 como coordenadoras), foram financiadas 306 (97 como coordenadoras). A taxa de sucesso nacional (15,9%) continuou a ser superior à média do H2020 (14,4%). Dos 8.707 milhões de euros colocados a concurso, as entidades nacionais captaram 127,5 milhões de euros, o que representou 1,46% do total. Em termos relativos a verba captada por Portugal no H2020 continuou a ser superior à contribuição nacional para o orçamento comunitário.

Embora o resultado final do ano não esteja ainda apurado, os concursos de 2017 mostraram-se igualmente bem-sucedidos, sendo já possível constatar uma tendência semelhante aos três primeiros anos do H2020 para a participação nacional: 1.883 propostas submetidas (621 como coordenadoras) e 240 projetos financiados (66 como coordenadores), correspondendo a um financiamento de 107 milhões de euros, ou seja, 1,55% do financiamento global. O H2020 continuou muito competitivo, tendo a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

taxa de sucesso a nível europeu baixado ligeiramente para cerca de 13% em 2017. A taxa de sucesso nacional acompanhou a tendência geral e desceu para a ordem dos 13%.

Ainda sem o apuramento dos resultados finais de 2017 dos “Advanced Grants” do ERC⁴⁶, registam-se já 13 “grants” ERC para investigadores a trabalhar em instituições nacionais, acima da meta traçada de 10/ano, em média, durante o H2020 (até ao final de 2017 já foram atribuídas a entidades nacionais 48 “grants” ERC, ou seja, uma média de 12/ano).

Portugal continuou a ter um sucesso significativo na participação no Instrumento PME, com a aprovação de 21 projetos na Fase 1 e 5 na Fase 2. Na Fase 1 a taxa de desempenho nacional foi de 10,8%, bastante acima da média europeia (7,0%). Na Fase 2 a taxa de sucesso nacional (3,5%) foi ligeiramente inferior à média europeia (3,9%). Em 2017 as PME nacionais obtiveram cerca de 9 milhões de euros de financiamento, montante igual à soma dos 3 anos anteriores (2014-2016).

Mais modesta foi a participação nos projetos com base nos artigos 185.º e 187.º do H2020 (AAL⁴⁷, EMPIR⁴⁸, EUROSTARS, EDCTP⁴⁹ e JTIs⁵⁰), assim como em todas as iniciativas que exigem co-financiamento nacional (ERA-NET, JPI⁵¹, JTI ECSEL⁵², etc.), em coerência com uma política de redução deste tipo de participações.

PEI – Parcerias Europeias de Inovação

À semelhança de anos anteriores, a participação de Portugal nas várias PEI manteve-se muito significativa e com forte envolvimento de entidades nacionais:

⁴⁶ “European Research Council”.

⁴⁷ “Ambient Assisted Living”.

⁴⁸ “European Metrology Research Programme”.

⁴⁹ “European Development Countries Clinical Trials Partnership”.

⁵⁰ Iniciativas Tecnológicas Conjuntas.

⁵¹ Iniciativas de Programação Conjunta.

⁵² “Electronic Components and Systems for European Leadership”.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- PEI para o Envelhecimento Ativo e Saudável: Portugal tem estado fortemente envolvido nos seis “Action Groups” (AG) desde 2012 e conta com dois consórcios nacionais reconhecidos nesta prestigiada categoria – Ageing@Coimbra (desde 2012) e Porto4Ageing (desde 2016);
- PEI para a Produtividade e Sustentabilidade Agrícolas (PEI-AGRI): em 2017 o programa H2020 contribuiu com um financiamento global superior a 4 milhões de euros para equipas nacionais neste tipo de projetos;
- PEI-Água: em 2017 não houve concurso para novos AG. No final do terceiro trimestre realizou-se no Porto a conferência anual da PEI-Água, no âmbito da “Porto Innovation Water Week” (PIWW), evento que possibilitou a projeção, a nível europeu, da I&I realizada nesta área em Portugal;
- PEI Cidades e Comunidades Inteligentes: Portugal manteve a participação nos mesmos 12 projetos do ano anterior, contando com 11 cidades portuguesas envolvidas.

Cooperação internacional em investigação e inovação

Portugal continuou a participar nos diálogos políticos UE-América Latina e Caraíbas, Europa-Mediterrâneo e Europa-África Subsariana, no âmbito da política europeia de cooperação internacional. Em 2017 foram financiados ao nível nacional três projetos colaborativos, um dos quais com coordenação portuguesa, envolvendo um investimento nacional de cerca de 250 mil euros na região Euro-Mediterrânica (área da agricultura).

No plano do Diálogo Político de Alto Nível UE-África (HLPD) nos domínios da Ciência, Tecnologia e Inovação, Portugal contribuiu para a escolha do segundo tema prioritário da parceria UE-África, que recaiu na grande área das “Alterações Globais”, e para a elaboração do segundo Roteiro da Parceria Estratégica de Investigação e Inovação em “Alterações Climáticas e na Energia Sustentável”. De realçar ainda o papel desempenhado por Portugal na implementação do primeiro Roteiro do HLPD em “Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Sustentável”.

No quadro das relações UE-África, a participação nacional na Parceria entre Europa e Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP) foi positiva,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

designadamente na área do reforço de infraestruturas, da capacitação técnica e regulatória, e da investigação em VIH/Sida.

No plano multilateral, no que respeita ao Diálogo 5+5 em “Investigação, Inovação e Ensino Superior”, salienta-se a participação de Portugal na preparação da 3.^a reunião Ministerial de Tunis, realizada em março. Portugal ficou responsável pela coordenação de uma ação em investigação e inovação (fortalecimento da capacidade institucional das estruturas de investigação) e da coordenação de outra, em coliderança com a Tunísia, no contexto do ensino superior (criação de uma rede de instituições de ensino superior).

Ações COST – “European Cooperation in Science and Technology”

Atualmente, estão em curso cerca de 300 Ações COST, das quais 95% contam com participação portuguesa. Mais de 1.100 investigadores nacionais, dos quais 40% identificados como jovens investigadores, tiveram acesso direto a fundos COST em 2017 (estimados em 1,6 milhões de euros), estando Portugal no grupo dos países membros que mais beneficiam do orçamento dedicado COST para atividades colaborativas. O concurso de 2017 contou com a aprovação de 35 novas Ações COST, sendo duas coordenadas por Portugal e tendo o nosso país participado na elaboração de mais de metade das Ações aprovadas.

ITER – “International Thermonuclear Experimental Reactor”

Portugal continuou a ter uma participação no projeto ITER, quer na componente de investigação, quer através de contratos de fornecimento de serviços e equipamentos por empresas nacionais.

ESPAÇO

O ano foi marcado pelo arranque da Estratégia Europeia para o Espaço, adotada pela Comissão Europeia em 2016, e que teve um forte impacto em várias áreas programáticas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito do Programa H2020 (componente Espaço) é de realçar a adoção, em finais de outubro, do programa de trabalhos para 2018-2020, cujo conteúdo é particularmente importante, não só porque representa um valioso instrumento de implementação da Estratégia, como porque determina a transição para o próximo Programa-Quadro. Portugal enfatizou a importância de se manter o esforço no desenvolvimento de aplicações que utilizem dados de Observação da Terra, que fomentem os ecossistemas de empreendedorismo e transferência de tecnologia e que permitam reforçar a cooperação internacional, tendo em vista, nomeadamente, os interesses nacionais no contexto do estabelecimento do AIR Center.

Na vertente do programa europeu de Observação da Terra (Copernicus), destaca-se a apresentação, pela Comissão, do relatório de revisão intercalar. Ficou particularmente patente o desafio de estimular o espectro dos serviços e aplicações baseados nos dados produzidos pelo Copernicus, assim como a necessidade de encontrar uma solução ótima para a evolução da sua infraestrutura face às novas soluções que surgem no mercado comercial. O Conselho Competitividade de novembro adotou conclusões sobre esta matéria que, pela sua importância ao nível da cooperação internacional (incluindo à luz da iniciativa AIR Center) e do apoio ao envolvimento de novas indústrias, mereceram o apoio de Portugal.

No âmbito da iniciativa “Space Surveillance and Tracking” (SST), por ora desenvolvida sobretudo através dos mecanismos de financiamento disponibilizados pelo H2020 mas que a Comissão se prepara para transformar num dos programas espaciais da UE, Portugal apresentou uma candidatura ao SST que contribuirá para o desenvolvimento e instalação de sensores ópticos na Madeira e de um centro de operações (nos Açores ou no Continente) e que se pretende venha a possibilitar a instalação de sistemas de radar para operações SST nos Açores em cooperação bilateral com França e Alemanha (objeto de negociação).

Foram dados passos importantes no âmbito da iniciativa da Comissão para implementar um futuro programa de Comunicações Governamentais por Satélite



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

(GOVSATCOM), salientando-se a sua inclusão no Plano Europeu de Defesa. Tal como o SST, trata-se de um programa de carácter operacional mobilizado sobretudo através dos Ministérios da Defesa e Agências de Segurança dos vários EM.

Refira-se, por último, que a intervenção nacional foi contextualizada não só pela posição já assumida aquando da adoção da Estratégia Europeia para o Espaço, mas sobretudo pela definição de uma Estratégia Nacional para o Espaço “Portugal Espaço 2030”, cuja versão preliminar foi apresentada em junho e submetida a consulta pública até final do ano (<https://www.fct.pt/ptspace2030/index.phtml.pt>).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

CONCORRÊNCIA E AUXÍLIOS DE ESTADO

AUTORIDADES NACIONAIS DA CONCORRÊNCIA

A Comissão Europeia apresentou em março uma proposta de diretiva (Diretiva ECN+⁵³) com o objetivo de permitir às Autoridades Nacionais da Concorrência (ANC) de cada Estado-membro, uma aplicação mais eficaz das regras de concorrência da União Europeia, expressas no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

Esta proposta surgiu na sequência da consulta pública “Dotar as Autoridades Nacionais da Concorrência dos meios necessários para garantir a aplicação eficaz da legislação”, que a Comissão lançou em novembro de 2015.

Pretende-se assegurar, através da aplicação de uma mesma base jurídica, que as autoridades nacionais da concorrência disponham dos meios necessários e de instrumentos de aplicação adequados para criar um verdadeiro espaço comum de aplicação das leis concorrência. Uma vez adotadas, as novas regras propostas fornecerão às autoridades nacionais responsáveis pela concorrência um conjunto mínimo de meios comuns e de poderes efetivos de aplicação da legislação, por forma a garantir uma aplicação mais eficaz das regras “antitrust” da UE em prol do emprego e do crescimento.

A negociação da proposta de Diretiva ECN+ encontra-se a decorrer. Portugal apoia o reforço da capacidade de intervenção das ANC.

⁵³ Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que visa atribuir às autoridades da concorrência dos Estados-membros competências para aplicarem a lei de forma mais eficaz e garantir o bom funcionamento do mercado interno.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

AUXÍLIOS DE ESTADO

Em matéria de auxílios de Estado (AE) e decorridos os primeiros anos de vigência dos Regulamentos e das Orientações nesta matéria resultantes do processo de modernização (SAM – “State Aid Modernization”) iniciado em 2014, durante os quais se registou um esforço de divulgação e sensibilização para as novas regras, o ano de 2017 revelou-se um período de maior estabilidade na aplicação das regras e foi marcado pela importância, atribuída pela Comissão Europeia, à verificação da compatibilidade das medidas de auxílio, em particular no que respeita às medidas adotadas ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC).

Registe-se ainda que, embora a Comissão defenda a manutenção e a continuidade das regras atuais pelo menos até 2020, tem vindo a introduzir modificações na sua prática decisória e no contexto de documentos de orientação que acabam por configurar novas interpretações das regras existentes, o que as torna mais limitativas e difíceis de aplicar. Refira-se, a título de exemplo, uma nova interpretação do conceito de auxílio individual no contexto das obrigações de transparência em AE que veio dificultar o controlo da cumulação de AE ou uma interpretação restritiva do conceito de inovação no contexto de grandes projetos de investimento ao abrigo das orientações de auxílios com finalidade regional que dificultou a celeridade de algumas decisões de grandes projetos para Portugal.

No âmbito dos trabalhos relativos à melhoria da aplicação das regras, destaca-se a introdução de novos temas de debate, como o Princípio do Operador numa Economia de Mercado, a promoção de um “level playing field” para atribuição de apoios a nível global ou ainda, com maior relevância para Portugal, a melhoria da articulação entre as regras de AE e as dos Fundos Europeus Estratégicos e de Investimento (FEEI).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Revisão do Regulamento Geral de Isenção Por Categoria (RGIC)

A 14 de junho foi publicado o Regulamento⁵⁴ que altera o Regulamento n.º 651/2014 (RGIC) alargando a aplicação deste último a portos e aeroportos e alterando os limiares de auxílios ao funcionamento nas regiões ultraperiféricas. Foram igualmente alterados os limiares de notificação no que se refere aos auxílios à cultura e conservação do património e a infraestruturas recreativas e multifuncionais.

Portugal participou ativamente nos trabalhos de revisão do Regulamento e considerou esta alteração do RGIC globalmente positiva, uma vez que permitiu a inclusão nos auxílios ao funcionamento de setores anteriormente excluídos (energia, transportes, agricultura e pesca) e aumentou os limiares aplicáveis aos AE ao funcionamento.

No que se refere aos auxílios ao funcionamento das Regiões Ultraperiféricas deixou de existir uma separação entre os custos de transporte incorridos nas RUP e os outros custos adicionais resultantes das desvantagens permanentes referidas no artigo 349.º do TFUE, o que permitiu o aumento dos limiares previstos para o montante máximo de auxílio por beneficiário.

No que se respeita ao alargamento do RGIC a portos e aeroportos, são agora isentos de notificação investimentos públicos em aeroportos regionais com volume médio de tráfego anual até 3 milhões de passageiros, sob determinadas condições, melhorando assim a acessibilidade das regiões e favorecendo o crescimento económico.

Segunda visita da Direção-Geral da Concorrência a Portugal

Na sequência de uma primeira visita em 2014, a Comissão efetuou uma nova visita a Portugal em março, no âmbito de uma segunda ronda pelos Estados-membros, três anos após o início da aplicação do SAM.

Nesta segunda visita, as preocupações da Comissão incidiram sobretudo na necessidade de garantir uma maior monitorização e controlo da aplicação das regras

⁵⁴ Regulamento (UE) nº 2017/1084 da Comissão de 14.06.2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

AE em função do grande aumento de medidas de auxílio ao abrigo do Regulamento Geral de Isenção por Categoria (RGIC), que as isentam de notificação mas ao mesmo tempo conferem aos Estados Membros uma maior responsabilidade em garantir a conformidade com as regras.

A visita decorreu de forma globalmente positiva, verificando-se grande proximidade de pontos de vista na identificação de boas práticas, de algumas fragilidades que ainda subsistem em Portugal e nas formas de melhorar a aplicação das regras num futuro próximo.

Fórum de Alto Nível dos Auxílios de Estado

Em junho realizou-se o Fórum de Alto Nível para os auxílios de Estado, no qual participou a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, tendo esta destacado na sua intervenção três prioridades: (i) Melhor articulação entre as regras dos FEEI e dos auxílios de Estado; (ii) harmonização das regras de auxílios aplicáveis a um mesmo projeto, tanto na vertente de financiamento por instrumentos financeiros (como por exemplo o Horizonte 2020) como na parte financiada pelos FEEI, com particular destaque para as dificuldades na aplicação das regras ao abrigo das orientações Investigação, Desenvolvimento e Inovação; e (iii) contribuição da política de auxílios de Estado para a resolução do problema dos “non performing loans” (NPL).

Nesta reunião a Comissão realçou a importância da divisão de tarefas e de responsabilidades entre a Comissão Europeia e os EM, deixando para os EM tudo o que pode ser feito a nível nacional (aproveitando a experiência acumulada) e libertando os recursos da Comissão para os processos de grande dimensão, que implicam maior risco de distorção grave da concorrência (“big on big, small on small”).

Quanto à monitorização, avaliação e transparência, defendeu que, mais do que exercícios de controlo, as ações de monitorização anual de regimes de auxílio devem evoluir para melhorar os regimes (“lessons to improve”). Na verdade, a monitorização



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

permite identificar problemas e é nesta vertente que deve ser vista, em vez da função de controlar.

Quanto ao futuro, verificou-se um consenso generalizado entre EM e Comissão quanto à abordagem que é necessário ir introduzindo junto dos parceiros globais, quer num plano multilateral, promovendo o modelo europeu de controlo dos auxílios estatais por via das regras OMC e OCDE, quer no plano bilateral, reforçando o capítulo sobre a concorrência nos acordos de comércio livre com regras mais vinculativas.

Por outro lado, a Comissão considerou que há margem para progressão, por exemplo, na articulação com os FEIE e na maior utilização de custos simplificados, e focou a importância de melhorar a capacidade institucional instalada nos EM para que as maiores responsabilidades que lhes cabem agora possam ter uma resposta efetiva e de qualidade, sem prejuízo da partilha de responsabilidades entre EM e Comissão.

Articulação entre as regras de auxílios de Estado e as regras dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento e do Programa Horizonte 2020

Foi dado início ao debate sobre as formas de alcançar uma melhor articulação entre as regras dos AE e dos FEEI, Portugal fez uma apresentação sobre este tema na reunião de outubro e respondeu ao questionário enviado pela Comissão a todos os EM.

Em síntese, Portugal assinalou, por um lado, as áreas onde uma melhor harmonização das regras pode contribuir para a celeridade na execução dos grandes projetos cofinanciados e, por outro lado, a necessidade de garantir que, no âmbito dos projetos de I&D&I, as regras de auxílios de Estado se aplicam igualmente a projetos com a mesma tipologia, evitando as disparidades que se verificam hoje se o projeto for financiado pelo programa Horizonte 2020 ou pelo FEDER.

Ação de formação em matéria de transparência em auxílios de Estado

Realizou-se em janeiro uma ação de formação que incidiu sobre o cumprimento das obrigações de reporte e transparência em auxílios de Estado, incluindo formação



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

específica nas plataformas informáticas SARI ("State Aid Reporting Interactive") e TAM ("Transparency Award Module") que são utilizadas para esses fins. Esta ação de formação contou com a presença de 27 participantes dos Ministérios setoriais e Regiões Autónomas.

Decisões da Comissão Europeia

Atendendo ao aumento significativo das comunicações efetuadas no âmbito do RGIC, que não são objeto de decisão da Comissão Europeia, o ano foi marcado pelas decisões relativas ao prolongamento das garantias ao setor bancário e à resolução e recapitalização de instituições bancárias:

- Concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do setor financeiro – 15.º Prolongamento do sistema de garantia – Decisão C(2017) 1165 final de 17.02.2017;
- Garantia do Estado Português a operações de financiamento do BEI – 7.º Prolongamento da Garantia – Decisão C(2017) 1142 final de 17.02.2017;
- Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos Decisão C(2017) 1698 final de 10.03.2017;
- Novo Banco S.A. – Decisão C(2017) 6896 final de 03.11.2017;
- Garantia do Estado Português a operações de financiamento do BEI – 8.º Prolongamento da Garantia - Decisão C(2017) 7308 final de 07.11.2017;
- 16.ª prorrogação IREF-Decisão C(2017) 7306 final de 07.11.2017.

Obtiveram igualmente decisão favorável os seguintes casos:

- Processo SA.46798 – Ação n.º 5 "Criação de agrupamentos e organizações de produtores", integrada na medida n.º 5 "Organização da produção" – Decisão C(2017) 1841 final de 22.03.2017 (setor da agricultura e florestas);
- Processo SA.35429: Medida implementada por Portugal relativa à extensão da utilização dos recursos hídricos públicos para produção de energia hidroelétrica (CMECs) – Decisão C(2017) 3110 final de 15.05.2017;
- Processo SA.47566 Operação 2.2.3. "Apoio à formação de conselheiros" – Decisão C(2017) 4377 final de 20.06.2017;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Foi retificada, por via da Decisão da Comissão C(2017) 553 final de 02.02.2017, a Decisão C(2016) 5054 final da Comissão Europeia, de 9 de agosto de 2016, relativa à Santa Casa da Misericórdia de Tomar.

Comunicações e Notificações

Ao longo do ano foram efetuadas por Portugal várias comunicações e notificações, destacando-se o número crescente de notificações em matéria de Ambiente e Energia.

Comunicações no âmbito do RGIC:

- Processo SA.47365 – Regulamento de Projetos Financiados Exclusivamente por Fundos Nacionais na área da Ciência e Tecnologia;
- Processo SA.47856 – Regulamento de aplicação dos apoios a conceder aos proprietários de veículos destruídos ou danificados pelos incêndios de agosto de 2016. (RAM);
- Processo SA.48040 – Linha de apoio à qualificação da oferta na área do Turismo;
- Processo SA.48134 – Incentivo Fiscal à Produção Cinematográfica;
- Processo SA.48627 – Projeto de interesse público para a melhoria da cobertura de telecomunicações no Parque Nacional Peneda-Gerês (EDP);
- Processo SA.48626 – Projeto de interesse público para a melhoria da cobertura de telecomunicações no Parque Nacional Peneda-Gerês.(VODAFONE);
- Processo SA.48625 – Projeto de interesse público para a melhoria da cobertura de telecomunicações no Parque Nacional Peneda-Gerês (MEO);
- Processo SA.48943 – Reposição da atividade empresarial atingida pelos incêndios com início no passado dia 17 de junho de 2017, que afetaram os concelhos de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertão na Região Centro;
- Processo SA.49585 – Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo na RAM;
- Processo SA.49584 – Linha de crédito Investe RAM 2020;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Processo SA.49627 – Regime de Apoio à Reposição da Competitividade e Capacidades Produtivas, que tem como objetivo a recuperação dos ativos empresariais danificados, total ou parcialmente, pelos incêndios ocorridos no dia 15 de outubro de 2017, nos municípios das regiões Centro e Norte particularmente afetados;
- Processo SA.49665 – Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana (IFRRU2020);
- Processo SA.49667 – Projetos autónomos de formação;
- Processo SA.49857 – Emprego Científico;
- Processo SA.49396 – Sistema de apoio à compensação dos custos adicionais das empresas da Região Autónoma da Madeira “Funcionamento 2020”.

Comunicações no âmbito do Regulamento de Isenção por Categoria aplicável aos setores da Agricultura e Floresta:

- Processo SA.47456 – Florestação e Criação de Zonas Arborizadas (RAA);
- Processo SA.47457 – Criação e Manutenção de Sistemas Agroflorestais (RAA);
- Processo SA. 47458 – Investimentos para a melhoria da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais (RAA);
- Processo SA.47459 – Investimentos em Novas Tecnologias e na Transformação e Comercialização de Produtos Florestais (RAA);
- Processo SA.47468 – Pagamentos de compromissos silvo-ambientais e climáticos (RAA);
- Processo SA.47836 – Medida 01 “Transferência de conhecimentos e ações de informação (RAM)”;
- Processo SA.47933 – “Sistema de recolha de cadáveres de animais”;
- Processo SA.48644 – “Programa de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal – PROAMAF (RAA)”;
- Processo SA.49486 - Submedida 15.1 – “Pagamento de compromissos silvo-ambientais e climáticos (RAM)”
- Processo SA.49487 - Submedida 15.2 – “Apoio à conservação de recursos genéticos florestais” (RAM),



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Notificações de auxílios ao setor financeiro destinados a sanar perturbação grave da economia:

- Processo SA.49275 – Novo Banco, S.A;
- Processo SA.48550 – Concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do setor financeiro – 16.^a Prorrogação;
- Processo SA.48549 – Garantia do Estado Português a operações de financiamento do Banco Europeu de Investimentos (BEI) – 8.^a Prorrogação.

Notificações Gerais:

- Processo SA.47566 – Operação n.º 2.2.3 Apoio à formação de conselheiros (agricultura e florestas);
- Processo SA.48341 – “Energy infrastructure for electricity storage promoted by the undertaking EEM” – Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A.;
- Processo SA.49011 – OGMA – Indústria Aeronáutica de Portugal, SA - Nova unidade industrial para revestimento integral de aeronaves;
- Processo SA.49461 - Navigator Tissue Cacia, S.A.

Pré-Notificações:

- Processo SA.47791 – Regime de remuneração da reserva de segurança prestada ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) através de serviços de disponibilidade fornecidos pelos produtores de energia elétrica e outros agentes de mercado;
- Processo SA.48881 - Regime especial e extraordinário para a instalação e exploração de novas centrais a biomassa;
- Processo SA.49941 - PROMEDIA 2020 – Programa Regional de Apoio à Comunicação Privada nos Açores;

Exercício de Monitorização Anual de Regimes de Auxílios

Foi iniciada a monitorização dos seguintes regimes:

- SA.42790 – Regime IV da Zona Franca da Madeira – iniciado em março de 2017;
- SA.41493 – Qualificação e Internacionalização de PME;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- SA.46305 – Regime de Apoio ao Financiamento do Investimento em Energias Renováveis;
- Foi encerrado o exercício de controlo relativo ao Processo SA.32240 – Sistema de Incentivos QREN.

Pedidos de Informação

Foram efetuados pedidos de informação pela Comissão Europeia relativamente aos seguintes processos:

- Processo SA. 40124 – Acordos Fiscais;
- Processo SA.9539 (C51/1998, ex N6/98) – Planos de Reestruturação e Privatização da EPAC e da SILOPOR;
- SA.45628 – Tratamento fiscal dos instrumentos de fundos próprios adicionais de nível 1 e de instrumentos híbridos semelhantes em Portugal (COCOs) – prosseguiu este exercício de controlo.

Pedidos de informação relativos a medidas não notificadas:

- Auxílios para permitir o escoamento dos excedentes dos laticínios produzidos nos Açores.

Pedidos de informação na sequência de denúncias:

- SA.39398 – Isenções fiscais concedidas às farmácias sociais – prosseguiu o exercício de controlo – origem em denúncia;
- SA.42974 – Alegados benefícios fiscais para certos operadores de jogos de fortuna ou azar em Portugal e SA 43669 - Denúncia de alegado auxílio estatal a pequenas entidades exploradoras de apostas desportivas à cota e a bolsas de apostas em Portugal – prosseguiu o exercício de controlo – origem em denúncias.

Foi encerrado administrativamente pela Comissão o SA.40963 – Denúncia no setor dos resíduos em Portugal, após um acordo extrajudicial entre o Estado e os denunciantes.

Processos de Investigação

A Comissão abriu processos de investigação no âmbito dos seguintes regimes:



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Processo SA.47830 (E/O) – Sistemas de Incentivos às Empresas no domínio da Competitividade e Internacionalização (Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Qualificação de Internacionalização de PME, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico). Este processo “ex officio” foi encerrado pela Comissão em maio;
- Processo SA.47791 – Regime de remuneração da reserva de segurança prestada ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) através de serviços de disponibilidade fornecidos pelos produtores de energia elétrica e outros agentes de mercado;
- SA.47951 (E/O) – Regime de Interruptibilidade em Portugal (energia);
- SA.47952 (E/O) – Regime de incentivos à disponibilidade dos centros electroprodutores térmicos;
- SA.47953 (E/O) – Regime de incentivos ao investimento de electroprodutores hídricos;
- SA.47954 (E/O) – Contratos de Aquisição de Energia para duas centrais convencionais;
- SA.47955 (E/O) – Regime de manutenção do equilíbrio contratual (energia).

E prosseguiu a investigação relativa aos seguintes processos:

- Processo SA.21259 – Zona Franca da Madeira (“Regime III”) – abertura de investigação ex officio após encerramento do controlo do regime;
- Processo SA.41727 – Decisão de investigação aprofundada à EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário – (Decisão C(2016) 3199 final, de 02.06.2016).

Recuperação de Auxílios

Pedidos de informações, pela Comissão, sobre o ponto de situação da recuperação de auxílios:

- Processo SA.28787 – Reestruturação do Banco Privado Português;
- Processo SA.35546 – Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
- Processo SA.16530 – Financiamento da recolha, transporte e destruição dos subprodutos resultantes do abate de ruminantes e de aves de capoeira;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Processos SA.10340 e SA.8890 – Medidas de auxílio nos setores suinícola e da pecuária intensiva.

Relatório Anual e Controlo

Portugal apresentou, como habitualmente⁵⁵, o relatório anual das despesas relativas aos auxílios de Estado em 2016, utilizando a plataforma informática disponibilizada pela Comissão para o efeito, o SARI – “State Aid Reporting Interactive”. As despesas em auxílios de Estado relativas ao setor ferroviário e aos setores da aquicultura e pesca foram objeto de reporte separado.

No âmbito das responsabilidades atribuídas à Agência de Desenvolvimento e Coesão, manteve-se atualizado o registo central de auxílios de minimis e foi feito o controlo da acumulação de apoios financeiros e fiscais concedidos nesse âmbito.

⁵⁵ Em cumprimento do artigo 21.º do Regulamento (CE) n.º 659/1999 (alterado pelo Regulamento n.º 734/2013) e do artigo 6.º do Regulamento (CE) n.º 794/2004 da Comissão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

TRANSPORTES, TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA

TRANSPORTES

Transporte Aéreo

Continuou a negociação de iniciativas no âmbito da Estratégia Europeia para a Aviação Civil, apresentada em 2015 pela Comissão, com o objetivo de colocar a Europa na vanguarda da aviação civil mundial.

Destaca-se o acordo finalmente alcançado, em novembro, sobre a proposta de regulamento do PE e do Conselho relativo a regras comuns no domínio da Aviação Civil e que cria a Agência da União Europeia para a Segurança da Aviação e revoga o Regulamento (CE) nº 216/2008. Portugal considerou este dossiê prioritário face à urgência atribuída à concretização da Estratégia Europeia para a Aviação Civil e à necessidade de um enquadramento jurídico para o fabrico e operação de aeronaves tripuladas remotamente (“drones”).

Com o objetivo de manter a liderança da UE no domínio da aviação internacional, salvaguardando a concorrência e facilitando o investimento estrangeiro nas transportadoras aéreas da UE, bem como de superar os limites ao crescimento no espaço aéreo europeu, melhorando a sua conectividade e a eficiência, a Comissão apresentou em julho uma Comunicação intitulada “Europa Aberta e Interligada”, em conjunto com uma proposta relativa à salvaguarda da concorrência no setor do transporte aéreo internacional.

Na discussão desta proposta Portugal e um conjunto alargado de outros EM têm sublinhado a necessidade de uma melhor avaliação das consequências, ao nível da conectividade regional, acordos bilaterais e potenciais medidas de retaliação, das medidas corretoras propostas pela Comissão na conectividade direta dos EM



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

periféricos como Portugal, para os quais o estabelecimento de voos diretos para o destino final é muito importante.

Sobre os acordos de transporte aéreo e de segurança da aviação com organizações e Estados terceiros, houve avanços importantes nas negociações com a ASEAN, China, EUA, Japão, Turquia e Qatar. Em contrapartida, a negociação do acordo UE-Brasil chegou a um impasse que levou a Comissão, em dezembro, a indagar formalmente junto das autoridades brasileiras se pretendiam interromper as negociações em curso, prevendo-se que a resposta seja nesse sentido.

Transporte Rodoviário

Este foi o modo de transporte objeto de atividade negocial mais intensa. Em maio foi apresentada a primeira parte do Pacote Mobilidade, intitulado “Europa em Movimento”, à qual se seguiu a publicação da segunda parte em novembro, aguardando-se em 2018 uma terceira e última parte.

Este Pacote tem como objetivo geral a modernização da mobilidade e dos transportes europeus, apoiando o setor a permanecer competitivo numa transição socialmente justa em direção a uma energia limpa e à digitalização.

A primeira parte (Pacote Mobilidade I) tem como objetivo central melhorar o funcionamento do mercado do transporte rodoviário de mercadorias e ajudar a melhorar as condições sociais e de emprego dos trabalhadores, nomeadamente lutando contra as práticas ilícitas de emprego, reduzindo os encargos administrativos para as empresas e trazendo mais clareza às regras existentes, por exemplo no que se refere à aplicação das leis nacionais de salário mínimo. É composta por oito propostas legislativas.

A segunda parte (Pacote Mobilidade II) visa a descarbonização dos transportes e o cumprimento dos objetivos europeus de luta contra as alterações climáticas, incluindo quatro propostas legislativas, um plano de ação para a implementação de infraestruturas de combustíveis alternativos e uma iniciativa de promoção de baterias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No que respeita às negociações do Pacote Mobilidade I, e apesar do ritmo de trabalho muito dinâmico, o progresso foi limitado devido, sobretudo, à polarização das posições dos EM em dois grupos quanto às propostas que envolvem questões sociais (destacamento de trabalhadores no setor rodoviário e tempos de trabalho e de descanso) e na relação destas com as propostas relativas ao mercado (em especial a relativa ao acesso ao mercado e à profissão).

Portugal tem apoiado aos objetivos de luta contra a fraude e o “dumping” social no setor do transporte rodoviário internacional de mercadorias, com particular ênfase na criação de melhores condições para os trabalhadores dos transportes. Dada a incerteza jurídica atual sobre alguns aspetos da legislação europeia nesta matéria, defendemos uma negociação clarificadora e rápida das novas regras.

Ao mesmo tempo, tem-se sublinhado a importância de preservar a integridade do mercado interno e a competitividade das empresas exportadoras e de transporte dos EM geograficamente periféricos face aos mercados do centro da Europa. Qualquer aumento desproporcional nos custos de transporte numa economia aberta e periférica como a portuguesa levará automaticamente a perdas indesejáveis, que podem prejudicar a sua competitividade.

Relativamente às propostas sobre a aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas, a preocupação nacional tem sido salvaguardar a situação excecional dos EM que, como Portugal, têm a sua rede ou grande parte dela explorada através de contratos de concessão de longo prazo, tendo portanto fortes limitações a alterações estruturais nos princípios de aplicação das taxas de portagem antes do término desses contratos.

Apresentada ainda antes do Pacote Mobilidade I, foi negociada e acordada com o PE em dezembro uma proposta que altera a Diretiva 2003/59/CE relativa à qualificação inicial e à formação contínua dos condutores de certos veículos rodoviários de transporte de mercadorias e de passageiros e a Diretiva 2006/126/CE relativa à carta



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de condução. Portugal apoiou o texto final que se espera tenha impacto na diminuição da sinistralidade e, por conseguinte, na melhoria da segurança rodoviária.

Na vertente da segurança rodoviária, foi realizada em Malta uma Conferência Ministerial onde se aprovou a Declaração Ministerial de La Valletta, depois convertida em conclusões do Conselho, e que visa garantir um compromisso comum dos EM na redução da sinistralidade no território europeu. Portugal apoiou este processo, aliás alinhado com a estratégia nacional para o período 2017-2020 de reforço das medidas para reduzir as vítimas mortais de acidentes rodoviários.

Transporte Ferroviário

O ano de 2017 focou-se sobretudo na preparação para a transposição e/ou implementação dos vários atos legislativos do 4.º Pacote Ferroviário adotado em 2016 e que entrará em vigor em junho de 2019.

A implementação deste Pacote tem requerido um trabalho intensivo de adaptação dos atos legais e procedimentos, comunitários e nacionais, relacionados com a interoperabilidade e segurança ferroviária, devido às alterações que atribuem à Agência Ferroviária da União Europeia a responsabilidade de alguns atos administrativos anteriormente da competência das autoridades nacionais.

Numa nova iniciativa legislativa, a Comissão apresentou em setembro uma proposta relativa aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários. Prevê-se que a proposta possa ter um impacto significativo no setor, pelo que a preocupação nacional inicial tem sido a de procurar um equilíbrio entre a necessidade de reforçar os direitos dos passageiros e a garantia de que os encargos, a operacionalização e burocracia não sejam tão elevados que inviabilizem a prestação do serviço.

Publicado em outubro, o Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu “Um sistema europeu único de gestão do tráfego ferroviário: poderá esta opção política um dia tornar-se realidade?” considera o nível de implantação da ferrovia reduzido e muito díspar. O Conselho está a preparar um texto de conclusões, tendo Portugal defendido



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a eliminação de referências a metas vinculativas para a desativação dos sistemas nacionais, bem como a inclusão da menção de que o respetivo planeamento deve respeitar a realidade de cada EM e o ciclo de vida dos investimentos recentes.

Transporte Marítimo

No âmbito da segurança marítima, salienta-se a finalização das negociações com o PE sobre as propostas legislativas relativas a regras e normas de segurança para os navios de passageiros, ao registo das pessoas que viajam em navios de passageiros e a um sistema de inspeções para a segurança da exploração de “ferries ro-ro” e embarcações de passageiros de alta velocidade. Portugal apoiou os compromissos alcançados que visam o reforço da segurança marítima, nomeadamente à luz das aprendizagens decorrentes de recentes acidentes.

Relevante para Portugal, que a apoiou, foi a Declaração Ministerial de La Valletta sobre as “Prioridades para a política de transportes marítimos da UE até 2020: competitividade, descarbonização, digitalização para assegurar a conectividade à escala global, um mercado interno eficiente e um setor marítimo de craveira mundial”, que foi adotada formalmente enquanto Conclusões do Conselho em junho.

A nível nacional, decorreu um intenso trabalho de transposição de diretivas (ver Título VII e Anexo III) e a correspondente adaptação da legislação e dos sistemas nacionais à legislação da UE.

Redes e Questões Intermodais de Transportes

No âmbito da participação de Portugal nos programas do Sistema Global de Navegação por Satélite (GNSS) europeu realizou-se em setembro, em Lisboa, o Workshop “Deployment of Galileo and EGNOS in Portugal”, organizado pela Autoridade Nacional da Aviação Civil e com a participação da Agência do Sistema Global de Navegação por Satélite Europeu, com o objetivo de divulgar junto dos “stakeholders” nacionais as capacidades dos programas Galileo e EGNOS, e os projetos em curso nestas áreas, a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

fim de estimular a participação da indústria e da comunidade científica no desenvolvimento do setor espacial nacional.

Ainda no âmbito do GNSS, foram adotadas conclusões do Conselho, em dezembro, sobre a avaliação intercalar dos programas Galileo e EGNOS e o desempenho da Agência GNSS. Por iniciativa de Portugal, o texto aprovado define, de forma clara, o ano 2025 como data limite para a total cobertura do território da UE pelo EGNOS, nomeadamente os arquipélagos dos Açores e da Madeira que ainda não são abrangidos. Devido à falta de cobertura daquelas regiões autónomas pelo sistema EGNOS, não é possível à aviação civil executar procedimentos de aproximação por instrumentos baseados no sistema de navegação por satélite, nomeadamente, os com guiamento vertical (nos Açores) e os de precisão (nos Açores e na Madeira).

A Digitalização dos Transportes foi outro dos temas que mereceu a atenção do Conselho com a aprovação de conclusões. Portugal apoiou o texto, defendendo que as tecnologias digitais devem contribuir para a redução dos encargos administrativos, para a simplificação dos procedimentos e para tornar os transportes mais seguros, mais eficientes e mais sustentáveis.

No respeitante às Redes Transeuropeias de Transportes (RTE-T), os concursos para subvenções do Mecanismo Interligar a Europa/"Connecting Europe Facility" (MIE/CEF), abertos em 2016, tiveram em junho deste ano resultados positivos para Portugal, tendo sido selecionadas 12 ações com participação de entidades nacionais (individualmente ou em consórcio) que permitiram o aproveitamento total da dotação coesão reservada a Portugal, neste instrumento de financiamento.

Com o objetivo de alimentar o processo de reflexão sobre as prioridades de financiamento da UE no próximo quadro financeiro plurianual, foram aprovadas, em dezembro, conclusões do Conselho sobre os progressos realizados na implementação da RTE-T e sobre o instrumento de financiamento MIE/CEF. Portugal contribuiu ativamente para a elaboração do texto aprovado, apoiando as referências às regiões ultraperiféricas, à coesão territorial e à importância do financiamento através de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

subvenções. Por outro lado, defendeu-se a redução das menções ao uso de instrumentos financeiros, a eliminação ou reformulação da tipificação de projetos e fontes de financiamento preferenciais e a limitação do alcance da referência ao princípio “use it or lose it” no contexto do MIE/CEF.

TELECOMUNICAÇÕES, SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E GOVERNO ELETRÓNICO

As tecnologias da informação e da comunicação já não são específicas de um setor, tendo-se tornado na coluna dorsal de todos os sistemas económicos modernos e inovadores. Neste contexto, a Comissão continuou a apresentar iniciativas de carácter estruturante e horizontal previstas na Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa (Estratégia MUD, 2015-2018), incluindo, em maio, a revisão intercalar daquela Estratégia.

A Presidência estónia elegeu como uma das suas prioridades impulsionar o desenvolvimento da Europa digital e a livre circulação de dados (não pessoais).

Neste sentido, promoveu a realização de uma Cimeira Digital informal em Tallinn, cujos resultados foram consagrados nas conclusões do Conselho Europeu de dezembro definindo as prioridades estratégicas para o pós 2018, nomeadamente: (i) integrar plenamente as administrações e os setores públicos na era digital; (ii) concluir a Estratégia MUD até ao final de 2018, acelerando os processos legislativos; (iii) instalar uma infraestrutura e uma rede de comunicações de primeira qualidade (5G); (iv) adotar uma abordagem comum da cibersegurança; (v) intensificar os esforços para combater o terrorismo e a criminalidade em linha; (vi) investir nas competências digitais para autonomizar e capacitar todos os europeus; (vii) investir na I&D e na Inovação para dar apoio a novas formas de empreendedorismo e estimular e auxiliar a transformação digital dos diferentes setores e serviços; (viii) construir uma abordagem europeia das tendências e tecnologias emergentes, tais como a inteligência artificial e “blockchain”; e (ix) assegurar um sistema de tributação eficaz e justo adequado à era digital.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A 25 de outubro realizou-se em Lisboa um seminário, organizado pela Comissão, sobre o Mercado Único Digital e a Transformação Digital em Portugal. O objetivo foi o de sensibilizar os atores locais para a Estratégia MUD e fazer um balanço sobre os progressos de Portugal nesta área. Este evento reuniu representantes da Comissão e das autoridades nacionais, do setor privado e das comunidades técnicas e académicas e da sociedade civil em torno de um debate sobre o mercado das telecomunicações, digitalização da economia e competências digitais em Portugal.

No Conselho Telecomunicações e Sociedade da Informação, formação nuclear para a concretização da Estratégia MUD, e com uma participação ativa de Portugal, registaram-se progressos em dossiês legislativos fundamentais para o desenvolvimento digital da UE.

Em abril concluiu-se a negociação com o PE do Regulamento “Roaming grossista”, acordo que constituiu um dos momentos emblemáticos do ano, dado que se tratou de um passo decisivo para a concretização da prevista abolição do roaming, em junho, junto dos consumidores finais. Portugal defendeu ao longo das negociações a importância de ficarem previstos mecanismos que evitassem que a descida acentuada das tarifas grossistas viesse a refletir-se negativamente nos consumidores dos países que recebem mais turistas do que aqueles que enviam.

O ano foi também caracterizado pelo significativo avanço e/ou conclusão negocial noutros dossiês estruturantes do mercado de telecomunicações: (i) a adoção da orientação geral do Conselho sobre a proposta de um Código das Comunicações Eletrónicas de importância fundamental para o futuro funcionamento do mercado das telecomunicações e onde, não obstante uma concordância de ordem geral, Portugal defendeu a necessidade de se alcançar um maior equilíbrio entre o princípio da subsidiariedade e algumas propostas, em especial nas questões ligadas à gestão do espetro, ao financiamento do serviço universal e ao papel das entidades reguladoras nacionais nas decisões sobre a aplicação de medidas corretoras nos mercados nacionais; (ii) a negociação da proposta de regulamento que visa transformar o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Organismo de Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas numa agência europeia, onde Portugal defendeu, a par da abertura a um papel mais ativo do Organismo, a não necessidade de criação de uma agência “stricto sensu”; (iii) a adoção formal pelos legisladores do regulamento WIFI4EU que pretende garantir a instalação de pontos de acesso grátis a internet sem fios nos locais públicos, onde Portugal defendeu a importância de se privilegiar as zonas mais remotas e sem ofertas comerciais; (iv) o acordo em dezembro (ainda a formalizar) entre legisladores sobre a proposta relativa à entrega transfronteiriça de encomendas postais que visa dotar a atividade de regras claras e comuns, dando aos reguladores mais poderes para atuarem e onde Portugal defendeu, sobretudo, a necessidade de clareza e equidade das normas; (v) a adoção, em dezembro, da orientação geral do Conselho sobre a proposta de regulamento relativo à livre circulação de dados não pessoais com o objetivo de dotar a economia de dados da UE de regras jurídicas que potenciem o seu desenvolvimento, da qual Portugal foi um dos “demandeurs” junto da Comissão, nomeadamente ao ter subscrito uma carta ao Conselho Europeu alertando para a importância de a Europa ter um enquadramento jurídico que permita o crescimento da atividade; (vi) a negociação da proposta de revisão do regulamento relativo ao respeito pela privacidade nas comunicações eletrónicas, o qual pretende garantir o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais de pessoas e entidades no uso das comunicações eletrónicas e onde Portugal tem vindo a defender, entre outros aspetos, a necessidade da correta articulação com o já aprovado Regulamento Geral de Proteção de Dados; e (vii) o acordo obtido sobre o Plano de Ação para as redes de 5G, onde Portugal defendeu a importância de se ter em conta prazos realistas e fontes de financiamento adequadas.

No contexto das iniciativas da Comissão, destaca-se ainda a publicação, em março, das edições 2017 do “Digital Economy and Society Index” e, em abril, do “Europe's Digital Progress Report”, publicações que reúnem os principais indicadores sobre o desempenho digital da Europa. Portugal encontra-se na 15.^a posição entre os 28 EM e integra o grupo dos países com desempenho médio. Sendo realçadas as melhorias



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de Portugal nas categorias conectividade, capital humano, utilização da internet e integração das tecnologias digitais, os progressos mais significativos notaram-se na adoção da banda larga fixa e móvel e na utilização das tecnologias digitais por parte das empresas. Apesar destes importantes avanços, Portugal continua a demonstrar carência nas competências digitais da população.

Precisamente para abordar a fragilidade em competências digitais, Portugal reviu a anterior estratégia nacional aprovando a Iniciativa Nacional INCoDe.2030 e tem vindo a trabalhar no sentido de assegurar a articulação com as instâncias europeias, nomeadamente com a "Digital Skills and Jobs Coalition" (parceria "multistakeholder" liderada pela Comissão, que visa fomentar o desenvolvimento das competências digitais) e outras entidades associadas.

No que respeita ao desenvolvimento das infraestruturas de banda larga e de serviços digitais, salienta-se a reorientação do programa de trabalho da vertente Telecom do instrumento financeiro MIE/CEF-Telecom para incluir a iniciativa WiFi4EU, cujo orçamento é de 120 milhões de euros. O primeiro concurso (15 milhões de euros) ocorrerá no início de 2018.

No respeitante ao financiamento para os serviços genéricos do MIE/CEF-Telecom, Portugal obteve apoio financeiro de cerca de 3,2 milhões de euros para a implementação de 11 projetos.

O Centro Internet Segura, a funcionar desde 2007, é também cofinanciado pelo programa MIE/CEF-Telecom. Assegura o funcionamento de dois centros de sensibilização e de duas linhas de atendimento visando, respetivamente, esclarecimentos e denúncia de conteúdos ilegais.

Portugal continuou a participar ativamente noutros programas e projetos europeus como, por exemplo, no Programa AAL – Assistência à Autonomia no Domicílio /AAL - "Active and Assisted Living", com a negociação de dois projetos sob o tema "Living well with dementia". Ainda em 2017, Portugal renovou o compromisso financeiro para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

o Programa AAL no valor de 500 mil euros, tendo em conta a importância das ações que se pretendiam apoiar, i.e soluções para um envelhecimento saudável e ativo, onde se incluirá o financiamento de três projetos com a participação de entidades portuguesas

No contexto da avaliação da acessibilidade de sítios web promovida pela Comissão, Portugal fez parte do consórcio vencedor com o projeto WAI-TOOLS, “Advanced Decision Support Tools for Scalable Web Accessibility Assessments”. O montante total atribuído ao projeto foi de cerca de 2 milhões de euros, correspondendo a participação portuguesa a 245 mil euros (12,26% do projeto).

Modernização Administrativa e Governo Eletrónico

No contexto mais específico das iniciativas ligadas à modernização administrativa e ao governo eletrónico, Portugal continuou a acompanhar a execução do Plano de Ação Europeu para o Governo Eletrónico que envolve matérias como a estratégia europeia ao nível de governo digital, a identificação eletrónica, a interoperabilidade, os balcões únicos, a simplificação regulatória e a coordenação de financiamento europeu para serviços transfronteiriços dentro da União. Estas atividades têm como principal foco a operacionalização de serviços transfronteiriços que propiciem a criação de empresas, bem como a sua mobilidade e de cidadãos no seio da UE.

Neste quadro, e a fim de impulsionar a interoperabilidade e mobilidade dentro da UE, um dos projetos mais emblemáticos foi o “Electronic Simple European Networked Services” (eSENS), cujos trabalhos em Portugal foram desenvolvidos por um consórcio nacional coordenado pela Agência para a Modernização Administrativa (AMA), que terminou em abril.

Em 2017 é igualmente de destacar o facto de Lisboa ter sido a cidade anfitriã da “Sharing and Reuse Conference 2017”, um encontro organizado pela Comissão que reuniu representantes das administrações públicas europeias com o desiderato de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

discutir e partilhar boas práticas em matéria de utilização e reutilização de soluções tecnológicas, que permitam uma melhor oferta de serviços aos cidadãos da UE.

Foram ainda elaboradas recomendações e propostas de otimização dos serviços públicos eletrónicos nas áreas da Justiça, Economia, Emprego, Educação, Segurança Social e Administração Interna, entre outras, com base nas diretrizes comunitárias do “European eGovernment Benchmark”. Portugal continua a destacar-se neste “ranking” internacional, tendo atingido, em 2017, a 1.^a posição em “Mobilidade de Empresas”, que avalia a disponibilidade e a facilidade de uso dos serviços para cidadãos estrangeiros. Foi a primeira vez que o nosso país assumiu a liderança neste indicador, “ex-aequo” com Malta e Dinamarca.

No âmbito do Programa Simplex+, destacam-se as iniciativas que simplificam, otimizam e facilitam o acesso de empresas e cidadãos estrangeiros a serviços públicos, projetando desta forma um contributo positivo para a integração europeia. De realçar o eCall (serviço europeu de chamadas de emergências), o registo único de graus académicos estrangeiros, a chave móvel digital+, a saúde transfronteiriça digital e a abertura do espaço cidadão no consulado em Paris. Com conclusão prevista até final do primeiro trimestre de 2018, o “Balcão do Empreendedor+” proporcionará, de forma simples, acessível e completamente “online”, a criação de empresas e a realização de um conjunto alargado de procedimentos associados à prossecução da sua atividade. Esta medida continua a merecer um destaque especial pelo seu papel como facilitador do investimento direto estrangeiro em Portugal.

ENERGIA

Na área da Energia destaca-se o avanço significativo das negociações das oito propostas legislativas do pacote “Energia Limpa para todos os Cidadãos”, já referido em relatório anterior, que pretende, de uma forma coordenada: (i) dotar a UE de um mecanismo de governação robusto para assegurar que as metas de cada EM permitam, no seu conjunto, alcançar as metas da UE para 2020-2030, contribuindo também para os objetivos do Acordo de Paris; (ii) alcançar a liderança mundial na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

produção de energia através de fontes renováveis; (iii) dar prioridade à eficiência energética e (iv) alterar a conceção do mercado interno de energia, adaptando-o às novas regras de mercado, nomeadamente no que diz respeito ao estabelecimento de preços sem distorções e à criação de condições equitativas para os consumidores.

Os esforços conjuntos das Presidências de Malta e da Estónia permitiram concluir a negociação com o PE da proposta “Desempenho Energético dos Edifícios” e a adoção de acordos políticos, ao nível do Conselho, sobre as restantes seis propostas legislativas, faltando apenas obter o acordo político sobre a proposta “ACER”⁵⁶.

No âmbito destas negociações, e face ao objetivo estratégico nacional de aumentar o nível de interligação da Península Ibérica à rede europeia, Portugal pugnou pela inclusão de disposições sobre interligações elétricas, tendo em vista o cumprimento das metas estabelecidas no Conselho Europeu de 2014 que preveem que os EM atinjam um nível de interligação de 10% até 2020 e de 15% em 2030.

Neste sentido, Portugal defendeu, relativamente à proposta “Governança”, que estabelece a obrigatoriedade de os EM elaborarem Planos Nacionais Integrados de Energia e Clima (PNEC)⁵⁷, a criação de um mecanismo de governação robusto que tenha em atenção o cumprimento daquelas metas, uma vez que a ambição dos EM em matéria de energia a partir de fontes renováveis não pode ser indissociável do nível de interligações existentes.

O acordo político obtido no Conselho excedeu as expetativas nacionais, na medida em que, não só se conseguiu que a ordem jurídica da UE integrasse as metas das interligações, como também ficassem consagrados os critérios e mecanismos para o

⁵⁶ Agência da UE de cooperação dos Reguladores da Energia.

⁵⁷ Dos PNEC consta uma descrição dos objetivos, metas e contributos nacionais, para a descarbonização, fontes renováveis, eficiência energética, segurança energética e investigação, inovação e competitividade (as cinco dimensões da União da Energia). Uma versão preliminar dos PNEC, abrangendo o período 2021/2030, deverá ser apresentada à Comissão até 31 de dezembro de 2018 e um ano depois a versão final, que será revista até 1 de janeiro de 2019 e posteriormente de 10 em 10 anos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

cumprimento da meta de 15% de interligações em 2030 e a obrigatoriedade de os EM apresentarem um roteiro para aferir os respetivos avanços.

Destaca-se igualmente a posição de Portugal, enquanto pioneiro na transição energética, de defender que as metas em matéria de interligações, renováveis e eficiência energética tenham carácter vinculativo. Apesar de o acordo político não ter consagrado esta pretensão, os mecanismos de garantia previstos, que constam das várias propostas do pacote, são considerados bastante robustos.

No âmbito da proposta “Renováveis”⁵⁸, Portugal apoiou o texto de compromisso e, concretamente, no que diz respeito ao setor dos transportes, a manutenção de um contributo, ainda que limitado, dos biocombustíveis de 1.ª geração para a quota de utilização de energias de fontes renováveis (7% de uma quota final de 14%). Esta posição teve em atenção os previsíveis impactos negativos para a economia, o emprego e a agricultura, bem como a quebra de confiança que a restrição iria gerar nos investidores. Não obstante, Portugal tem defendido com vigor a promoção de outras alternativas de fontes renováveis de energia, em particular as relativas a biocombustíveis avançados e a mobilidade elétrica.

O acordo com o PE relativo à proposta “Desempenho Energético dos Edifícios” reflete, de um modo geral, as preocupações nacionais, abordando de uma forma equilibrada as questões do combate à pobreza energética, da estratégia de renovação de longo prazo e dos riscos relacionados com a atividade sísmica. O texto poderia, no entanto, ter sido mais ambicioso nos requisitos relativos à instalação de sistemas de carregamento para veículos elétricos.

Na negociação das propostas do “Mercado Interno de Eletricidade” e do “Risco”, Portugal defendeu que a prioridade de despacho (acesso à rede) deveria ser igual para

⁵⁸ A proposta “Renováveis” define os princípios que irão assegurar que a quota da UE relativa ao consumo de energias produzidas através de fontes renováveis seja, ao nível do consumo energético final da UE, de 27%, até 2030, tendo em atenção o setor da eletricidade, do aquecimento e da refrigeração e dos transportes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

todas as instalações de produção de energia através de fontes renováveis. O acordo político alcançado apenas prevê a prioridade de despacho para as energias produzidas através de fontes renováveis de instalações de reduzida capacidade ou baseadas em tecnologias emergentes.

No contexto da segurança energética da UE, importa referir a apresentação pela Comissão de uma proposta de recomendação para uma decisão do Conselho autorizando a abertura de negociações para estabelecer um acordo entre a UE e a Federação Russa sobre o funcionamento do gasoduto Nord Stream 2 (NS2). O NS2 é um gasoduto, detido pela Gazprom, que visa transportar gás russo diretamente para a Alemanha através do Mar Báltico (passando por águas da Dinamarca, da Finlândia e da Suécia, que terão de autorizar a construção), contornando os países do centro e do leste (nomeadamente a Ucrânia) e cuja construção deve estar completa em 2018. Este projeto levanta questões de mercado (concorrência no mercado UE), jurídicas (legislação a aplicar) e de geopolítica (poder russo, segurança energética da Europa). A proposta de um acordo com a Rússia tem, assim, como objetivo a clarificação das regras a aplicar à construção e operação do NS2.

Ainda com o objetivo de clarificar o quadro legislativo aplicável ao mercado interno de gás natural, a Comissão apresentou em novembro uma proposta de revisão da Diretiva 2009/73/CE, estipulando que as regras desse mercado passarão a ser aplicáveis aos gasodutos de e para países terceiros, existentes e futuros, até ao limite da jurisdição da UE, nomeadamente as regras relativas ao acesso de terceiros, à regulação das tarifas, à separação da propriedade e à transparência.

O apoio de Portugal a estas iniciativas da Comissão tem por base a convicção de que a segurança energética da UE deverá passar pela clarificação das regras da relação com fornecedores de países terceiros e da concorrência no seio da UE, valorizando a diversificação de fontes e rotas de abastecimento. Nesta linha, Portugal tem estado empenhado em dar o seu contributo, seja pela via da produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, seja enquanto porta de entrada de gás natural proveniente



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de outras geografias, nomeadamente dos EUA e de África. Para tal, continuou a defender o aumento do nível de interligações energéticas da Península Ibérica com a rede europeia.

Ao nível das relações externas no domínio da energia, Portugal participou em várias reuniões internacionais: União para o Mediterrâneo (UpM) (em outubro, no Cairo), tendo apresentado a sua experiência na área energética, nomeadamente, nos domínios das energias renováveis e da eficiência energética e onde foi convidado pelo Secretário-Geral da UpM para ser o anfitrião do 2.º Fórum Empresarial de Energia e Clima, em 2018; Grupo Estratégico para a Cooperação Internacional de Energia (e abril e em outubro), onde, em ambas as reuniões, Portugal abordou as iniciativas de cooperação desenvolvidas com os países africanos, Marrocos e com os EUA; “International Renewable Energy Agency” (IRENA) (7.ª Assembleia Geral da IRENA em janeiro e 13.ª Reunião do Conselho da IRENA em maio), onde Portugal se afirmou como um país comprometido com a transição energética, demonstrando esforços credíveis ao nível da descarbonização energética mediante a aposta crescente nas energias renováveis; Agência para a Energia (em março, junho, setembro e novembro, esta última a nível ministerial, em Paris), tendo Portugal apoiado a abertura da Agência, enquanto organização internacional de referência para o setor da energia, a outros países, como o México.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

AMBIENTE

AGENDA INTERNA DA UE

Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE)

No quadro da concretização dos compromissos da UE relativos ao clima e à energia para 2030, detalhados em relatórios anteriores, a Comissão apresentou, em 2015, uma proposta de revisão da Diretiva 2003/87/CE para reforçar a relação custo-eficácia das reduções de emissões e o investimento nas tecnologias de baixo carbono (Diretiva CELE).

Após um longo processo negocial, foi possível adotar uma orientação geral no Conselho Ambiente de fevereiro e, em dezembro, obter um acordo sobre o texto final de compromisso com o PE.

Esta proposta, que constitui um dos instrumentos fundamentais da política climática da UE, essencial para a prossecução dos objetivos estabelecidos no Acordo de Paris, suscitou uma intensa e complexa coordenação interministerial na procura de um equilíbrio entre os vários interesses nacionais em causa (ambientais e económicos).

Ao longo da negociação Portugal pautou as suas posições pelo apoio a um regime CELE reforçado, transparente e com uma implementação harmonizada entre os vários EM, em linha com o objetivo definido ao nível nacional de atingir, até 2050, a neutralidade em emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

Portugal apoiou a versão final da proposta de compromisso, considerando que a mesma concretiza um reforço deste regime e do mercado de carbono, bem como a posição negocial e o papel de liderança da UE em matéria de alterações climáticas no contexto multilateral.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Setores não abrangidos pelo CELE

Ainda no quadro dos compromissos clima-energia para 2030, prosseguiram as negociações de duas propostas de regulamento: uma relativa às reduções anuais obrigatórias das emissões de GEE entre 2021 e 2030 (ESR), outra sobre a inclusão das emissões e remoções de GEE resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a alteração do uso do solo e as florestas (LULUCF).

A proposta ESR, que abrange todos os setores da economia, excluindo as emissões cobertas pelo CELE, as emissões da aviação civil e as emissões de uso de solo e florestas, define metas vinculativas por EM, determinadas com base no PIB per capita e no critério de custo-eficácia.

A adoção de uma orientação geral no Conselho Ambiente de outubro permitiu à Presidência da Estónia alcançar, antes do final do ano, um acordo com o PE.

Reconhecendo a importância deste ato no quadro da implementação do Acordo de Paris, Portugal assumiu uma posição de compromisso e flexibilidade com vista à conclusão da negociação, procurando que as alterações introduzidas não colocassem em risco o cumprimento da meta da UE.

A meta atribuída a Portugal (17% de redução de GEE face a 2005) constitui um objetivo de redução ambicioso e exigente, mas em consonância com os objetivos já estabelecidos no Programa Nacional para as Alterações Climáticas.

A proposta de regulamento LULUCF, complementar da anterior, estabelece um objetivo específico para o setor igual para todos os EM, não podendo as emissões exceder as remoções (regra “débito zero”), e um conjunto de flexibilidades para o cumprimento dessa meta através das quais é possível “transferir” os benefícios alcançados pelo setor para outros anos ou entre EM.

No Conselho Ambiente de outubro foi adotada uma orientação geral e, em dezembro, a Presidência acordou o texto final de compromisso com o PE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal discordou da existência de uma meta setorial específica para o LULUCF, defendendo que este setor teria de proporcionar, a prazo, níveis progressivamente superiores de desempenho enquanto sumidouro de carbono.

Considerou ainda que a evolução da negociação resultou em elementos que pioram significativamente a abordagem ao LULUCF, sem que a UE aproveitasse a oportunidade de corrigir a complexa arquitetura do Protocolo de Quioto.

Num espírito de compromisso, e no respeito das obrigações do Acordo de Paris, Portugal apoiou o acordo final sem, no entanto, deixar de assinalar as suas reservas quanto a um texto que entendia não contribuir para incentivar práticas de gestão sustentável das florestas.

Descarbonização do setor dos Transportes

Inserida no pacote “Europa em Movimento”, a Comissão apresentou, em maio, uma proposta de regulamento que estabelece, pela primeira vez, os requisitos de vigilância e comunicação das emissões de CO₂ e do consumo de combustível dos veículos pesados novos matriculados na UE a cumprir, quer pelos EM, quer pelos fabricantes, competindo à Comissão manter um registo central dos dados.

Em dezembro foi possível chegar a uma proposta de compromisso para o início das negociações com o PE.

Portugal apoiou o mandato negocial, dado reforçar o sistema de cumprimento já existente para veículos de passageiros e veículos ligeiros de mercadorias e contribuir para a descarbonização do setor dos transportes, permitindo que a UE cumpra o objetivo de redução de 30% das emissões de GEE.

Portugal tem vindo a conferir uma atenção acrescida à redução das emissões de GEE no segmento dos veículos pesados, instituindo apoios à “Promoção da eficiência energética nos transportes públicos coletivos de passageiros incumbidos de missões de serviço público”, que permitirão a substituição de veículos pesados mais poluentes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Proposta CELE Aviação

O Regulamento (UE) n.º 421/2014 alterou o regime CELE para inserir exceções temporárias de monitorização das emissões até à conclusão de um acordo internacional para o setor da aviação com aplicação a partir de 2020.

Este Regulamento excluía do regime CELE as emissões relativas aos voos de/para os países fora do Espaço Económico Europeu (EEE) entre 1 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2016. Para evitar a distorção da concorrência entre estes países e as Regiões Ultraperiféricas, excluía também os voos entre aeródromos situados numa região ultraperiférica e aeródromos situados noutra região do EEE.

A Assembleia da ICAO (Organização da Aviação Civil Internacional), de outubro de 2016, adotou a Resolução do CORSIA ("Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation"), consubstanciando-se num regime a ser aplicado à aviação internacional, baseado num mercado global, destinado a alcançar a neutralidade do carbono a partir de 2020.

Face a este acordo e atento o final do período de exceção, a Comissão apresentou uma proposta de regulamento para manter as limitações às atividades da aviação e preparar a aplicação de uma medida baseada no mercado global a partir de 2021.

Estas exceções têm uma relevância estratégica para as Regiões Ultraperiféricas face ao isolamento e afastamento do continente europeu e natural dependência do transporte aéreo.

A proposta foi adotada pelo Conselho em dezembro, tendo merecido o acordo de Portugal por se considerar a opção mais adequada para preencher uma lacuna temporária na legislação europeia e prosseguir o regime CELE Aviação.

Pacote "economia circular"

A Comissão apresentou, no Conselho Ambiente de dezembro de 2015, um pacote sobre a economia circular, já referido e detalhado em relatórios anteriores, consubstanciado na Comunicação intitulada "Fechar o ciclo – plano de ação da UE para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a economia circular”, abrangendo o ciclo de vida dos produtos e materiais desde a produção e consumo à gestão dos resíduos e dos mercados para as matérias-primas secundárias, e num conjunto de propostas legislativas conformes para o setor dos resíduos.

Após intenso debate no Conselho, a Presidência alcançou, em dezembro, um acordo provisório com o PE, cujas questões mais relevantes dizem respeito a metas, definições e métodos de cálculo, responsabilidade alargada do produtor, recolha seletiva de bio resíduos e o “phase out” para o tratamento mecânico biológico de resíduos (TMB). A confirmação deste acordo ocorrerá em 2018.

As negociações evoluíram de forma favorável aos interesses de Portugal no que se refere às metas de reciclagem de resíduos urbanos, à definição de resíduo urbano e às regras a estabelecer para a desclassificação dos resíduos. Mas subsistem preocupações sobre questões relevantes para o desempenho do país no cumprimento das metas preconizadas, designadamente quanto aos requisitos mínimos associados à responsabilidade alargada do produtor e aplicação obrigatória deste modelo a todas as embalagens a partir de 2025, à obrigatoriedade de recolha seletiva de bio resíduos a partir de dezembro de 2023 e ao respetivo “phase out” para o TMB a partir de 2027. Também a data de 2025, definida para a recolha seletiva de têxteis e de resíduos urbanos perigosos, trará alguns constrangimentos associados.

Portugal entende a necessidade de ação cada vez mais a montante na promoção de uma economia circular, sendo para tal crucial o incentivo da recolha seletiva de cada vez mais frações de resíduos. Mas o acordo é intransigente quanto à necessidade de prever exceções justificáveis pelo custo-benefício de determinada opção, exigindo fundamentação excessiva das situações de desvio a esta recolha seletiva. Impõe ainda prazos obrigatórios de difícil cumprimento, exigindo alterações estratégicas, reconversão de tecnologia e mudança de comportamentos.

Os prazos estabelecidos para a obrigatoriedade de recolha de bio resíduos e respetivo “phase out” de TMB exigirão investimentos muito elevados para Portugal, que se



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

tornarão tanto maiores quanto menor o período temporal de adaptação que lhes for associado.

Ainda no âmbito da economia circular, de referir o relatório publicado pela Comissão relativo ao sistema de rótulo ecológico da UE e ao Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), esquema de gestão voluntário para empresas e organizações tendo em vista melhorar o desempenho ambiental.

Portugal tem apoiado todas as iniciativas ao nível da UE para facilitar a utilização do rótulo ecológico por parte dos operadores económicos, bem como as decisões que estabelecem critérios ecológicos respeitantes a grupos de produtos de diferentes setores de atividade, tendo desencadeado a nível nacional ações de promoção do rótulo ecológico da UE e de divulgação de boas práticas ambientais.

Eco-inovação

Em dezembro, o Conselho adotou as Conclusões “Eco-inovação: permitir a transição para uma economia circular”, em cujo texto Portugal se revê.

O Conselho identifica várias medidas, de que se destaca: (i) avaliação das categorias de produtos com elevado potencial de circularidade, para os quais a disponibilização da informação é essencial para promover a conceção ecológica, a reutilização, a reparação e a reciclagem; (ii) produção de normas e critérios de qualidade para matérias-primas secundárias; (iii) critérios de sustentabilidade e circularidade para os contratos públicos; (iv) promoção da eco-inovação rumo à circularidade na reutilização da água; (v) opções de incentivos adequados às empresas e consumidores a fim de permitir a eco-inovação e aumentar a transparência da sustentabilidade dos produtos; (vi) priorização do financiamento de projetos inovadores e sustentáveis; e (vii) organização de campanhas de informação, permitindo incluir a eco-inovação nos programas de cooperação internacional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Plano de ação da UE para a natureza, a população e a economia

O Plano de ação, adotado pela Comissão em abril, tem o objetivo de melhorar a gestão das áreas protegidas e a aplicação das Diretivas Aves e Habitats, interligando a proteção da natureza e as atividades socioeconómicas, envolvendo as autoridades nacionais, as partes interessadas e o público. O Plano consiste em 15 ações, a realizar até 2019, centradas em quatro áreas prioritárias:

- Melhorar as orientações e os conhecimentos e garantir uma melhor coerência com objetivos socioeconómicos mais abrangentes;
- Desenvolver uma apropriação política e reforçar o cumprimento das disposições das diretivas;
- Reforçar o investimento na Rede Natura 2000 e melhorar a sinergia com os instrumentos financeiros da UE;
- Melhorar a comunicação e a sensibilização e envolver os cidadãos, as partes interessadas e as comunidades.

O Conselho Ambiente de junho adotou Conclusões sobre o Plano de ação, que Portugal apoiou considerando que poderá contribuir para melhorar a aplicação daquelas diretivas, num esforço de prossecução das metas da Estratégia da UE para Biodiversidade 2020 e, por esta via, dos compromissos assumidos em torno dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

DIMENSÃO EXTERNA DO AMBIENTE

Conclusões do Conselho sobre o Acordo de Paris e preparação das reuniões no âmbito da UNFCCC

No âmbito da preparação da 23.^a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC), o Conselho Ambiente de outubro adotou Conclusões sobre o mandato da UE para as sessões negociais.

Portugal apoiou estas Conclusões, considerando que refletiam os aspetos-chave em discussão, e salientou que uma mensagem forte, ambiciosa e consistente por parte da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

UE é fundamental para garantir a liderança neste processo, no qual Portugal continua fortemente empenhado.

Na COP 23 foi possível alcançar progressos no programa de trabalho para a implementação do Acordo de Paris que constituirão a base para concluir as negociações, em 2018, na COP 24.

No âmbito da prossecução ativa do cumprimento do Acordo de Paris, Portugal lançou, em outubro, o Roteiro para a Neutralidade Carbónica que visa contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade resiliente e de baixo carbono.

Conclusões do Conselho sobre as prioridades da UE para a 3.ª reunião da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA 3)

O Conselho Ambiente de outubro adotou Conclusões definindo as prioridades da UE para a 3.ª reunião da Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, onde se abordam temas como: ambiente e saúde; qualidade do ar; qualidade das águas de superfície e das águas subterrâneas; poluição marinha; e poluição e contaminação dos solos.

As Conclusões evidenciam a pertinência de maximizar sinergias entre as políticas de qualidade do ar, atenuação das alterações climáticas, gestão dos produtos químicos e dos resíduos, biodiversidade, saúde, transportes, energia e agricultura.

Portugal apoiou o texto das Conclusões, destacando a necessidade de ações concertadas em diferentes setores, nomeadamente em matéria de combate à poluição da água e do mar, tendo em conta a sua relação com as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os princípios de uma economia circular.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IX

AGRICULTURA, PESCAS E POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA

AGRICULTURA

A Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020

O tema que mereceu maior destaque, pela sua importância política e pelas implicações futuras, foi sem dúvida a PAC pós 2020 e a sua relação com o futuro Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

Foi após o lançamento pela Comissão Europeia, em fevereiro da consulta pública sobre o futuro da PAC “Modernização e Simplificação da PAC” que se iniciou o debate no Conselho Agricultura de março, tendo os Ministros apresentado as suas visões quanto à futura PAC.

Por esta ocasião, Portugal divulgou um “position paper” intitulado “Uma PAC modernizada, para responder aos desafios da sociedade europeia para o período após 2020”, apontando como grandes objetivos para esta política:

- Manutenção da atividade produtiva em todas as regiões da UE, assegurando a resiliência agrícola, a ocupação e a vitalidade das zonas rurais;
- Desenvolvimento de uma agricultura eficiente e inovadora, capaz de garantir relações equilibradas para os agricultores na cadeia alimentar e de satisfazer as necessidades alimentares e nutricionais dos cidadãos europeus;
- Preservação dos recursos naturais (solo, água e biodiversidade), das paisagens diversificadas do território europeu, assim como uma resposta concertada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas.

Para a prossecução destes objetivos, foi considerado da maior importância o desenvolvimento dos seguintes vetores:

- Ambiente, clima, saúde – os agricultores têm uma posição privilegiada para a produção de bens públicos de valor acrescentado ao nível europeu no que diz respeito ao ambiente, clima e alimentação saudável;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Resiliência como vantagem competitiva – o investimento e gestão do risco, onde se incluem o apoio direto ao rendimento, não só criam sistemas agrícolas que respondem de forma resiliente às adversidades, como promovem condições para o seu desenvolvimento e competitividade;
- Relações equilibradas na cadeia alimentar – para assegurar a eficácia da PAC é essencial que as relações entre os vários operadores na cadeia alimentar sejam equilibradas;
- Pequena agricultura e jovens agricultores – a atratividade da atividade agrícola é essencial para garantir fluxos de investimento, sendo fundamental o papel da renovação geracional e da presença de uma rede de agentes económicos no meio rural.

Após o encerramento da consulta pública e analisadas as contribuições, a Comissão comunicou o resultado numa Conferência organizada em julho, o qual viria a ser determinante para a Comunicação da Comissão apresentada em novembro.

No Conselho Agricultura de julho, Portugal salientou que o resultado da consulta demonstra a importância da PAC para a sociedade europeia, confirmando a necessidade de manter uma política comum forte para o setor agrícola, capaz de evoluir de forma a responder aos desafios e promovendo maior sustentabilidade do rendimento dos agricultores, melhor adaptação às alterações climáticas e uma cadeia de valor mais equilibrada.

Em novembro teve lugar a divulgação formal da Comunicação da Comissão sobre o “Futuro da alimentação e da agricultura”. Aquando da sua apresentação pelo Comissário Phil Hogan, no Conselho Agricultura de dezembro, Portugal congratulou-se com o facto de esta Comunicação retomar objetivos referidos no seu “position paper”, nomeadamente preocupações ambientais e de ação climática, resiliência da atividade agrícola e renovação geracional no contexto de um desenvolvimento sustentável do setor.

Portugal considerou esta comunicação como um primeiro passo para um longo debate político e técnico que decorrerá nos próximos anos numa das áreas mais relevantes da construção europeia. Declarou a sua disponibilidade e empenho em contribuir para



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

compromissos políticos capazes de responder aos anseios sociais sobre o papel da agricultura, da alimentação e da revitalização das zonas rurais.

Contudo, Portugal referiu que o debate sobre o novo modelo de gestão, baseado num maior grau de subsidiariedade, embora sendo um dos aspetos fulcrais da comunicação, não deverá ser feito em detrimento da definição das prioridades políticas da UE para a agricultura e o espaço rural.

Mercados agrícolas

A evolução dos mercados agrícolas, apesar da ligeira melhoria registada em 2017, continuou a ser alvo de monitorização constante, por parte de Portugal e da UE.

Subsistem preocupações devido à pressão continuada de preços, em particular no setor do leite, sendo o preço médio do leite cru em Portugal dos mais baixos da UE, o que nos coloca ainda em estado de alerta.

Portugal tem chamado a atenção para a gestão dos instrumentos de rede de segurança, que por vezes são utilizados em favor das regiões que registam um maior aumento de produção, desproporcionado face à procura. Esta situação introduziu volumes artificiais no mercado, colocando em causa o importante instrumento de gestão da volatilidade do mercado, crucial neste momento em que se inicia a discussão da PAC pós 2020.

Em contrapartida, o mercado das frutas e hortícolas registou uma evolução muito positiva. Porém, a manutenção do embargo russo continua a condicionar as exportações da UE, provocando pressão acrescida nos mercados atingidos.

Regiões Ultraperiféricas (RUP)

No quadro da reflexão sobre a nova estratégia para as RUP, o contributo apresentado por Portugal⁵⁹ sinaliza o papel vital que a agricultura desempenha na economia daquelas regiões, dado o seu carácter multifuncional e o seu contributo fundamental

⁵⁹ Ver Capítulo X deste Título.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

para as exportações, em particular na Região Autónoma dos Açores devido ao setor do leite.

Em virtude das condicionantes à atividade agrícola, é sublinhada a necessidade de a PAC pós 2020 se manter flexível, destacando-se, ainda, o papel determinante dos programas POSEI (Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e Insularidade). De referir a preocupação manifestada com os instrumentos de apoio à gestão de risco específicos para as regiões e com a adoção de medidas de proteção comercial adequadas, dada a crescente concorrência dos mercados mundiais.

Agricultura biológica

A proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, que pretende adaptar o quadro legislativo à realidade do setor, relançar o potencial da produção biológica e apoiar o seu desenvolvimento sem pôr em causa a credibilidade do setor, foi objeto de acordo, após três anos de debate.

Portugal contribuiu ativamente através de uma posição construtiva ao longo do processo negocial, pois considera essencial que exista uma legislação atualizada e credível que enquadre a produção, rotulagem e controlo dos produtos biológicos, permitindo corresponder às expetativas dos agricultores e ao crescente mercado de consumo de produtos biológicos.

De assinalar que o modo de produção biológico tem tido uma enorme procura por parte dos agricultores portugueses, assim como dos consumidores.

**Simplificação das regras no quadro do Regulamento Financeiro⁶⁰
(Regulamento “omnibus”)**

A proposta, destinada à simplificação de um conjunto de regulamentos no âmbito da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual e apresentada e discutida já em

⁶⁰ Ver Capítulo XV deste Título.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

2016, foi aprovada no final de 2017, durante a Presidência da Estónia, que propôs autonomizar as disposições agrícolas deste dossiê multissetorial de forma a assegurar a entrada em vigor das disposições agrícolas a 1 de janeiro de 2018. De destacar as seguintes implicações positivas para o setor nacional resultantes da aprovação deste conjunto de alterações regulamentares:

- Maior flexibilidade na criação de instrumentos de estabilização do rendimento e fundos mutualistas no âmbito dos programas de desenvolvimento rural;
- Maior utilização de instrumentos financeiros no âmbito dos programas de desenvolvimento rural;
- Simplificação do regime do “greening” dos pagamentos diretos e do agricultor ativo.

Alimentação, veterinária e fitossanidade

O ano de 2017 foi marcado por sucessivas crises no âmbito da segurança e fraude alimentar (alimentos contaminados por fipronil), da saúde animal (peste suína africana, gripe aviária e dermatite nodular contagiosa) e fitossanitária (xilella fastidiosa, nemátodo), tendo as presidências do Conselho promovido várias Conferências Ministeriais e debates políticos em sede de Conselho Agricultura visando melhorar estratégias sanitárias e fitossanitárias na UE, identificar novas prioridades em matéria de gestão de crises e controlo e melhorar as medidas de aplicação.

Paralelamente tem sido avaliado o impacto do reforço das medidas de controlo à importação, relativamente aos riscos sanitários e fitossanitários ao longo da cadeia de produção animal e vegetal decorrentes do incremento do comércio internacional.

Em junho a Comissão publicou o novo Plano de Ação de luta contra as resistências aos antimicrobianos, em linha com as orientações estratégicas emanadas pela Organização Mundial de Saúde Animal e pela Organização Mundial de Saúde. O novo Plano de Ação da UE constitui uma importante ferramenta para a aplicação da abordagem “Uma Só Saúde”, reforçando, numa estratégia comum, a integração das áreas da saúde animal, e da saúde pública e ambiental com vista a reduzir o surgimento e a propagação da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

resistência aos antimicrobianos e a reforçar o desenvolvimento e a disponibilidade de novos agentes antimicrobianos eficazes, dentro e fora da UE.

No âmbito do designado “pacote medicamentos”, a intensa negociação, iniciada em 2016, das propostas sobre a autorização e vigilância de medicamentos veterinários e sobre os alimentos medicamentosos permitiu obter, em dezembro, os mandatos para se iniciar a negociação com o Parlamento Europeu.

Portugal contribuiu de forma ativa na formulação de inúmeras propostas, que foram aceites, na área da farmacovigilância veterinária, resumo de características do medicamento, condições de fabrico e distribuição, definições, controlo de alimentos medicamentosos e disposições para reduzir o surgimento da resistência aos antimicrobianos e reforçar, dentro e fora da UE, a disponibilidade de novos agentes antimicrobianos eficazes.

PESCAS

Conservação e gestão dos recursos da pesca

Prosseguiram os trabalhos decorrentes da nova Política Comum das Pescas (PCP) no sentido da introdução gradual da obrigação de descarga às espécies sujeitas a Totais Admissíveis de Captura (TAC), sem prejuízo da adoção de planos de devoluções específicos para determinadas pescarias que venham a permitir derrogações a esta obrigação.

Para este efeito, e no quadro da regionalização prevista na PCP, as administrações de Portugal, Espanha, França e Bélgica colaboraram no âmbito do Grupo das Águas Ocidentais Sul preparando posições comuns sobre as regras aplicáveis à obrigação de descarga de stocks partilhados.

Destas recomendações resultou a adoção de legislação da Comissão que estabelece um plano de devoluções e possíveis isenções para certas pescarias demersais nas águas ocidentais sul, aplicável ao conjunto de embarcações nacionais que, a partir de 2018, não poderão efetuar devoluções ao mar de pescada, lagostim, linguado e solha,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

tamboril, peixe-espada-preto, verdinho e goraz, bem como um plano de devoluções para certas pescarias pelágicas.

Com a implementação progressiva da obrigação de descarga e o alargamento do número de stocks geridos de acordo com o princípio do Rendimento Máximo Sustentável, até 2020, surgiu a problemática relacionada com as espécies bloqueadoras que, de algum modo, podem dificultar a adequada gestão dos recursos da pesca. Com vista à sua resolução, foram lançadas diversas iniciativas e um diálogo alargado que envolveu a Comissão Europeia, as administrações dos EM e os representantes do setor.

No que diz respeito às oportunidades de pesca, não se espera que as reduções das quotas atribuídas a Portugal para 2018, menos acentuadas do que as inicialmente propostas pela Comissão, tenham consequências relevantes para a atividade da frota de pesca nacional.

No que se refere aos pesqueiros externos, e no âmbito das habituais negociações para o ano de 2018 que envolvem a UE, o conjunto das quotas de bacalhau na Noruega, no Svalbard e na NAFO diminuiu cerca de 8%, devido a um decréscimo de 20% da quota portuguesa de bacalhau na NAFO. O bacalhau do Svalbard também sofreu um decréscimo em consequência da diminuição do TAC de bacalhau ártico. Contudo, manteve-se a quota de bacalhau na ZEE da Noruega (3.101 toneladas).

O Conselho e o PE desenvolveram um intenso trabalho que permitiu obter um acordo sobre a revisão do regulamento relativo à gestão sustentável das frotas de pesca externas. O objetivo é alargar, clarificar e simplificar as regras relativas a este regime de autorizações de pesca para as adequar ao atual quadro legal da PCP, reforçando a monitorização e o controlo da atividade da frota da UE a operar fora das suas águas, num quadro de maior transparência.

Não obstante os progressos face à proposta inicial da Comissão, o texto adotado não acolheu algumas das pretensões nacionais defendidas durante a negociação, tais



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

como: procedimentos de reatribuição de possibilidades de pesca não aproveitadas, que deveriam ser mais céleres e eficazes; manutenção de Acordos de Pesca inativos, que assim impedem os navios da UE de operar nas suas águas devido à cláusula de exclusividade; inclusão de procedimentos que dificultam a atividade ao abrigo de licenças de pesca privadas.

Pesca em águas de países terceiros

As autoridades nacionais prosseguiram o acompanhamento dos Acordos de Parceria no domínio da Pesca Sustentável (APPS) celebrados pela UE e países terceiros, participando nas Comissões Mistas dos Acordos nos quais Portugal dispõe de possibilidades de pesca. Portugal continuou a defender uma maior simplificação das disposições operativas inscritas nos diversos Acordos e Protocolos, cuja atual complexidade tem resultado no afastamento da frota nacional dos APPS.

Relativamente à atividade da frota nacional ao abrigo dos APPS, importa destacar os seguintes desenvolvimentos em 2017:

- Cabo Verde – continuaram a operar dois palangreiros portugueses, confirmando o retorno da frota nacional a estas águas dada a maior certeza jurídica relativamente à possibilidade, consagrada no atual Protocolo, de captura de tubarões (tintureira e anequim), aliada à proximidade geográfica de Cabo Verde;
- Madagáscar – Portugal manteve a presença de um navio;
- Marrocos – voltou a verificar-se um subaproveitamento da utilização das possibilidades de pesca nacionais decorrentes deste Protocolo, tendo apenas sido utilizada uma licença para a categoria 4 (pesca demersal), em resultado das difíceis condições técnicas aplicáveis às categorias de pesca que envolvem Portugal;
- Guiné-Bissau – O último Protocolo expirou no dia 23 de novembro, não tendo sido alcançado acordo para uma prorrogação do respetivo prazo. Em consequência, todas as embarcações da UE que, à data, se encontravam naquelas águas foram obrigadas a abandonar o pesqueiro (até final do primeiro semestre operou regularmente um navio português). A negociação que entretanto teve início não logrou a obtenção de um acordo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Nos restantes APPS nos quais Portugal dispõe de possibilidades de pesca (Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Costa do Marfim, Seicheles e Maurícias), a frota nacional não utilizou as respetivas possibilidades de pesca.

Pesca no âmbito de Organizações Regionais de Pesca (ORP)

A atividade desenvolvida pelos navios nacionais no quadro das diversas Organizações Regionais de Pesca (ORP) incidiu principalmente no âmbito da Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT), da Comissão para as Pescas do Nordeste do Atlântico (NEAFC) e da Organização das Pescas do Noroeste do Atlântico (NAFO).

Existem, no entanto, outros pesqueiros longínquos onde a frota nacional igualmente opera, como é o caso do Oceano Índico, ao abrigo da Comissão do Atum do Oceano Índico (CTOI), que tem interesse estratégico para a frota que pesca no âmbito da rede de APPS do Índico, bem como nas águas geridas pela Comissão Geral das Pescas do Mediterrâneo (CGPM) e Comissão Interamericana do Atum Tropical (IATTC), que constituem uma porta aberta à atividade de pesca portuguesa.

Portugal acompanhou as reuniões anuais da NEAFC, NAFO e ICCAT.

Na reunião anual da NEAFC foram adotadas medidas de gestão para 2018 e, no que respeita diretamente a Portugal, estabeleceu-se um TAC de cantarilho, no mar de Irminger, de 6.500 toneladas.

A recomendação da NEAFC sobre Ecossistemas Marinhos Vulneráveis (EMV) foi prorrogada até 2022, tendo sido criado um grupo de trabalho sobre EMV e plataforma continental que pretende avaliar as medidas da NEAFC para proteção dos EMV dos impactos adversos da pesca de fundo. Portugal irá participar neste grupo de trabalho, dada a relevância do tema e tendo em conta as posições que tem assumido enquanto Estado Costeiro, no quadro dos direitos consagrados na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No que respeita à fixação, na reunião anual da NAFO, dos TAC para as espécies de interesse para Portugal verificou-se: o aumento da quota de palmeta, no seguimento da adoção de uma regra de exploração deste recurso, que vigorará para os próximos anos; a manutenção da quota de cantarilho na Divisão 3M; e uma redução de apenas 20% para o bacalhau, quando a recomendação do Comité Científico da NAFO apontava para uma redução de 41%.

De referir ainda que, no âmbito da NAFO, face à atividade de prospeção de petróleo e gás desenvolvida pelo Canadá em zonas coincidentes com pesqueiros tradicionais portugueses, manteve-se em aplicação o habitual mecanismo de troca de informação que tem permitido minimizar o conflito entre as duas atividades.

Relativamente à reunião anual da ICCAT, há a destacar um aumento de 18% da quota nacional de atum-rabilho. Contudo, não foi possível efetuar a transição para um plano de gestão, permanecendo em vigor o plano de recuperação com medidas desajustadas face ao bom estado do stock. Realça-se que o aumento das possibilidades de pesca para o atum-rabilho poderá vir a melhorar a rentabilidade das armações portuguesas localizadas no Algarve e das embarcações nacionais que poderão vir a efetuar mais capturas acessórias de atum-rabilho.

No que respeita aos stocks de espadarte Norte e Sul, de grande importância para as embarcações de palangre de superfície, haverá uma redução dos respetivos TAC, em resultado de pareceres científicos pessimistas face à situação biológica daqueles recursos. Contudo, pelo processo de repartição do TAC, tais reduções não afetarão as quotas nacionais.

Aquicultura

Dando seguimento às orientações estratégicas para o desenvolvimento sustentável da aquicultura na UE, nomeadamente no que respeita a um dos seus principais eixos (simplificar os procedimentos administrativos), foi publicada legislação nacional que define o regime jurídico relativo à instalação e exploração dos estabelecimentos de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

culturas em águas marinhas (nomeadamente, o Decreto-Lei n.º 40/2017, de 4 de abril de 2017).

O novo regime de licenciamento visa aliviar a carga burocrática, tornando o processo mais simples e célere, nomeadamente através de: concentração dos procedimentos anteriormente distribuídos por diversas entidades; criação da figura do gestor único responsável pelo acompanhamento de todo o procedimento; emissão de um único título, substituindo a necessidade de três títulos; desmaterialização do procedimento através da submissão de pedidos numa plataforma informática (Balcão do Empreendedor) que funcionará como balcão único eletrónico; e significativa redução do tempo entre o pedido e o início à atividade, para que Portugal seja o EM com os prazos mais curtos para licenciamento das explorações aquícolas, contribuindo para o potencial da atividade aquícola na economia nacional.

A criação deste regime visa dar cumprimento ao Programa do XXI Governo Constitucional no que respeita à forte aposta no mar e, em simultâneo, ao SIMPLEX+ 2016, criando condições para o desenvolvimento da aquicultura através da redução dos custos de contexto da atividade empresarial a ela associada.

Em dezembro concluiu-se a avaliação intermédia do Plano Estratégico da Aquicultura para o período de 2014-2020, elaborada de acordo com as orientações emanadas pela Comissão Europeia. O documento será tomado em consideração no âmbito da revisão do Método Aberto de Coordenação para a Aquicultura na UE, a decorrer em 2018.

Gestão das frotas de pesca nas Regiões Ultraperiféricas (RUP)

O PE aprovou uma resolução, em abril, com o objetivo de evidenciar as características e dificuldades específicas da fileira das pescas nestas regiões, que requerem soluções para a melhoria do desempenho do setor.

Entre outros aspetos, o documento aborda: as implicações para as RUP dos acordos da UE com países terceiros; o acesso aos mercados; as dificuldades climáticas específicas das RUP; o potencial da aquicultura; a aplicação de quotas; a recolha de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

dados científicos; a pesca ilegal; os atrasos na implementação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP); a possibilidade de criar um instrumento financeiro dedicado especificamente ao apoio à pesca; e a renovação da frota de pesca.

Relativamente à renovação da frota, a resolução do PE solicita à Comissão a autorização de financiamentos públicos para renovar os navios de pesca artesanal e tradicional que desembarquem as suas capturas nos portos daquelas regiões e contribuam para o desenvolvimento sustentável local.

POLÍTICA MARÍTIMA INTEGRADA (PMI)

A Presidência maltesa da UE foi particularmente ativa nos assuntos marítimos tendo colocado particular ênfase na governação internacional dos oceanos, para garantir suporte a uma política europeia mais coerente e abrangente a este nível, e na necessidade de aprovar uma iniciativa para a bacia ocidental do Mediterrâneo.

São de evidenciar as Conclusões do Conselho sobre "Governação internacional dos oceanos: uma agenda para o futuro dos nossos oceanos", adotadas em abril, para as quais Portugal contribuiu defendendo o reforço do alinhamento com a linguagem da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a importância do crescimento azul para a economia europeia e a necessidade de este conceito incluir o valor dos serviços dos ecossistemas marinhos.

Em reunião informal dos Ministros da UE responsáveis pela PMI, ocorrida em Malta em abril, foi assinada a Declaração de Valleta dedicada à promoção do crescimento azul numa lógica de desenvolvimento sustentável baseado no conhecimento e na inovação.

Continuou o especial envolvimento de Portugal na implementação da Estratégia da UE para a Área do Atlântico e respetivo plano de ação, tendo decorrido, na 4.ª Conferência das Partes Interessadas do Atlântico, em Glasgow, em novembro, uma apresentação sobre a experiência portuguesa na promoção da implementação da Estratégia, incluindo o financiamento de projetos através do Acordo de Parceria Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Ainda no âmbito desta Conferência, Portugal foi convidado a apresentar a sua experiência com a implementação do Instrumento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar), modelo que pode ser inspirador para outros EM no que se refere à identificação e monitorização de projetos relacionados com o mar e financiados por fundos europeus.

Destaque também para a participação portuguesa no projeto europeu MARINE-EO, que tem como finalidade promover a exploração da informação produzida pelo Programa Copernicus através do desenvolvimento de soluções inovadoras que respondam aos desafios sociais que se colocam, em particular, ao setor público. O MARINE-EO, que se iniciou em janeiro, tem a duração de 45 meses, envolve nove parceiros de quatro países (Grécia, Portugal, Espanha e Noruega) e conta com um financiamento de 3,3 milhões de euros.

Relativamente às RUP, destaca-se a elaboração pela Comissão (DG MARE) de um estudo sobre “Realizar o potencial das regiões ultraperiféricas para o crescimento sustentável da economia azul”, o qual visa contribuir para a implementação da PMI nas nove RUP da UE e suas bacias marítimas relacionadas (Caribe-Amazónia, sudoeste do Oceano Índico e Macaronésia), identificando oportunidades de crescimento sustentável em cada bacia.

De acordo com o estudo, e no que respeita à bacia marítima da Macaronésia, onde as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira se inserem, as atividades marítimas constituem a espinha dorsal das economias locais. O turismo costeiro e de cruzeiros, o transporte marítimo, os portos, a pesca e a aquicultura foram as atividades identificadas como tendo um papel fundamental, estando já bem desenvolvidas. As energias renováveis e a biotecnologia azul estão em fase de pré-desenvolvimento e mostram um potencial de crescimento notável para o futuro próximo, podendo criar importantes oportunidades de emprego e valor agregado para a economia da bacia marítima.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da implementação da Diretiva Quadro Estratégia Marinha no espaço da Macaronésia, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira participaram em vários projetos e iniciativas europeias, nomeadamente nos relativos ao ordenamento do espaço marítimo, a metodologias para a recuperação de ecossistemas marinhos afetados pelas atividades humanas, à atividade da pesca artesanal evitando a pressão sobre os recursos costeiros e à proteção, segurança e melhoria do meio ambiente.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO X

COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL

Depois de 2016 ter marcado o processo de encerramento do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, com total absorção dos fundos programados e a conclusão do cumprimento das condicionantes regulamentares impostas à implementação do atual quadro de programação, o ano de 2017 colocou a tónica na aceleração da execução do Acordo de Parceria Portugal 2020, que define a estratégia para a aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)⁶¹ em Portugal no período 2014-2020.

O CONTRIBUTO DO PORTUGAL 2020 PARA AS METAS DO PNR

O Portugal 2020 encontra-se, desde a sua programação, alinhado com as políticas comunitárias, em particular com a Estratégia Europa 2020 e com o Semestre Europeu, que tornou o financiamento da Política de Coesão dependente do cumprimento das regras de governação económica.

No Programa Nacional de Reformas (PNR) apresentado em abril de 2017, Portugal reafirmou este alinhamento através dos pilares estratégicos (qualificação dos portugueses, promoção da inovação na economia, capitalização das empresas, valorização do território, modernização do Estado e reforço da coesão e igualdade social). Para a concretização das medidas previstas no PNR, o Portugal 2020 afeta 55% dos cerca de 25 mil milhões de euros de dotação dos FEEI, destacando-se o forte contributo para os pilares relativos à “Inovação na economia portuguesa e Capitalização das empresas”, à “Valorização do território” e à “Qualificação dos

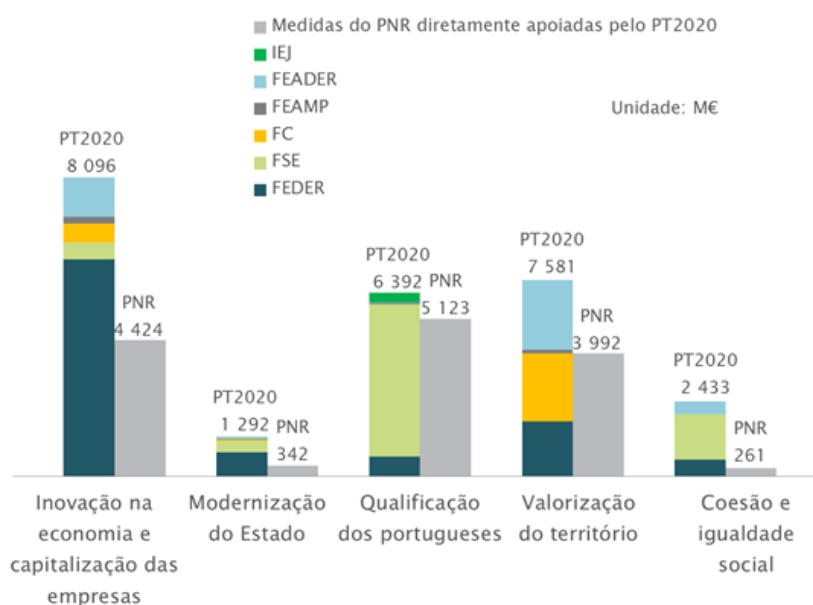
⁶¹ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), Fundo Social Europeu (FSE), Fundo de Coesão (FC), Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural (FEADER) e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

portugueses”, particularmente relevantes para a superação dos constrangimentos estruturais do país.

Figura 1: Alocação dos FEEI aos pilares estratégicos do PNR



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

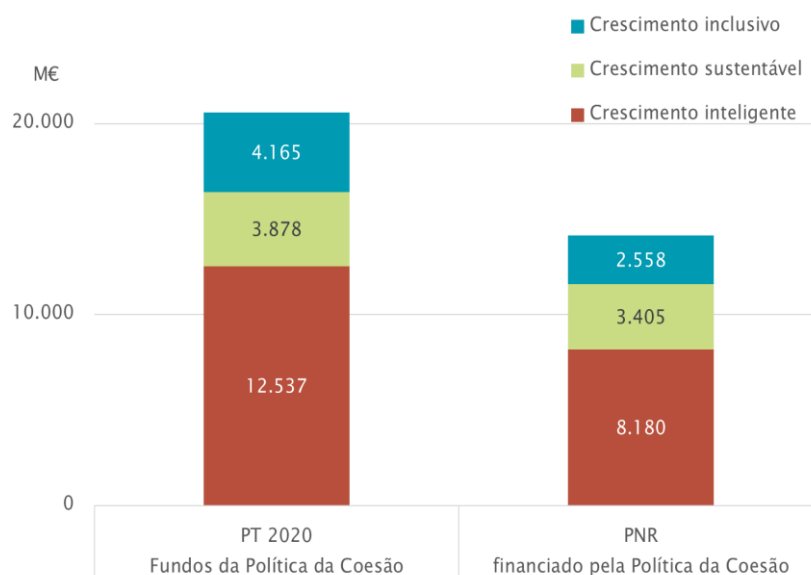
Os fundos da Política da Coesão estão, na sua globalidade⁶², alinhados com as três prioridades da Estratégia Europa 2020 (crescimento inteligente, inclusivo e sustentável) e com o PNR e contribuem para o cumprimento das metas desta Estratégia (ver Capítulo I deste Título).

⁶² Apenas não se inclui Assistência Técnica nem Regiões Ultraperiféricas, pelo que o valor não totaliza os cerca de 21 mil milhões de euros da Política de Coesão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Figura 2: Alinhamento da Política de Coesão e do PNR com a Estratégia Europa 2020



Fonte: Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE COESÃO EM PORTUGAL

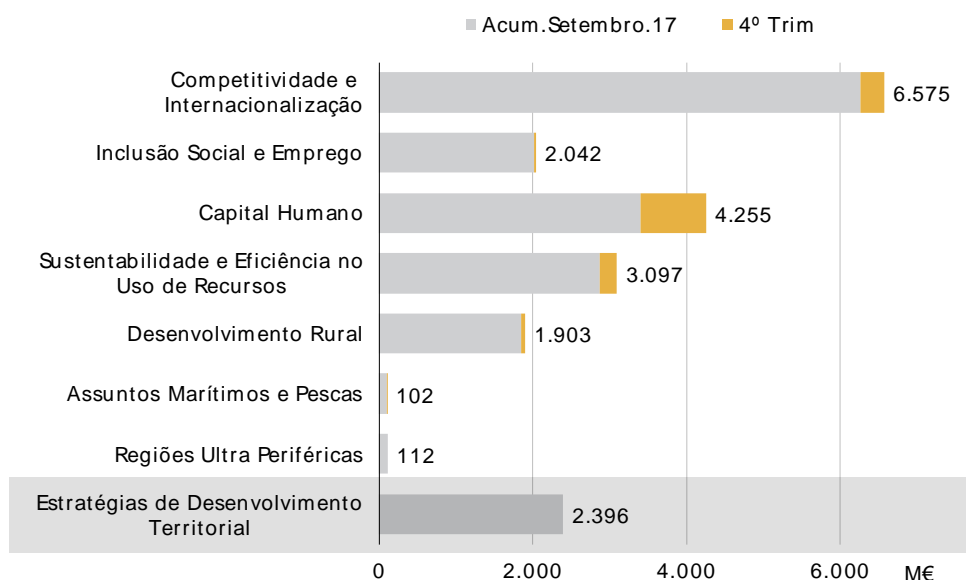
Foram lançados 1.968 concursos dos FEEI que ascendem a 17,8 mil milhões de euros (excluindo os 2,4 milhões de euros destinados a estratégias de desenvolvimento territorial), o que representa 69% do total de fundos programados no Portugal 2020, considerando os dados mais recentes (reportados a 31 de dezembro de 2017).

O domínio da competitividade e internacionalização destaca-se com o maior número de concursos abertos (768), que equivalem a cerca de 36% do total de fundos, correspondendo a 6,5 mil milhões de euros disponibilizados para financiamento de investimentos, dos quais 514 correspondem ao Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E). De salientar ainda os domínios da inclusão social e emprego e do capital humano.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

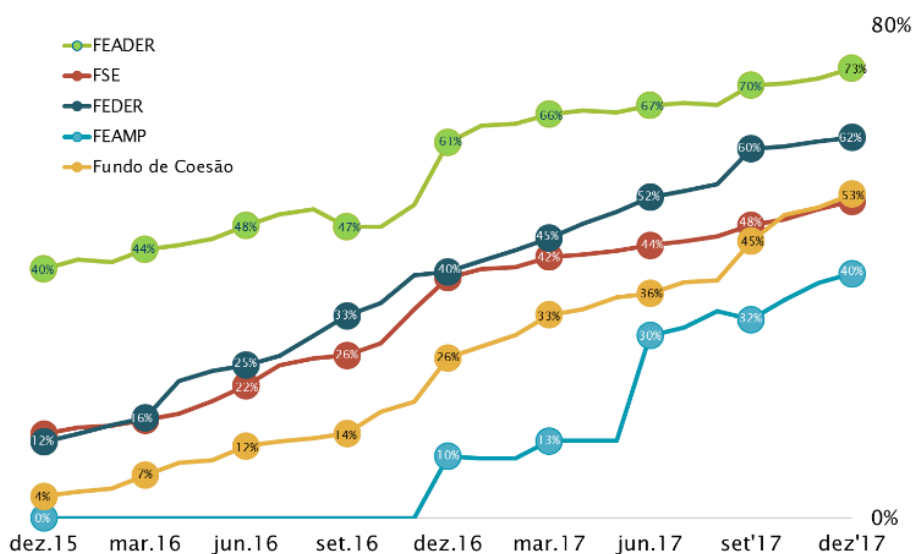
Figura 4: Dotações de Fundos colocadas a concurso por domínio



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

Verifica-se que a taxa de compromisso (fundos aprovados/valor programado) no Portugal 2020 atingiu 59%. Na figura seguinte demonstra-se a evolução da taxa de compromisso dos FEEI, onde se destaca o FEADER e o FEDER.

Figura 5: Evolução da taxa de compromisso dos fundos no Portugal 2020



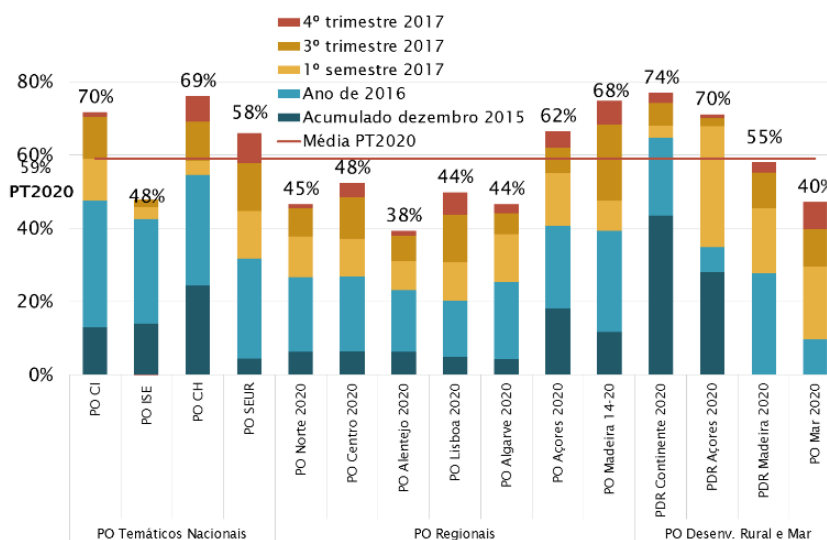
Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Analisando a evolução da taxa de compromisso no último trimestre de 2017 por Programa Operacional, verificam-se as aprovações mais elevadas no PO Capital Humano na área temática destinada à aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade, no PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos no eixo orientado para a proteção do ambiente e promoção da eficiência dos recursos e no PO Programa de Desenvolvimento Rural Continente, no eixo orientado para o ambiente, eficiência no uso de recursos e clima.

Figura 6: Evolução da taxa de compromisso por PO



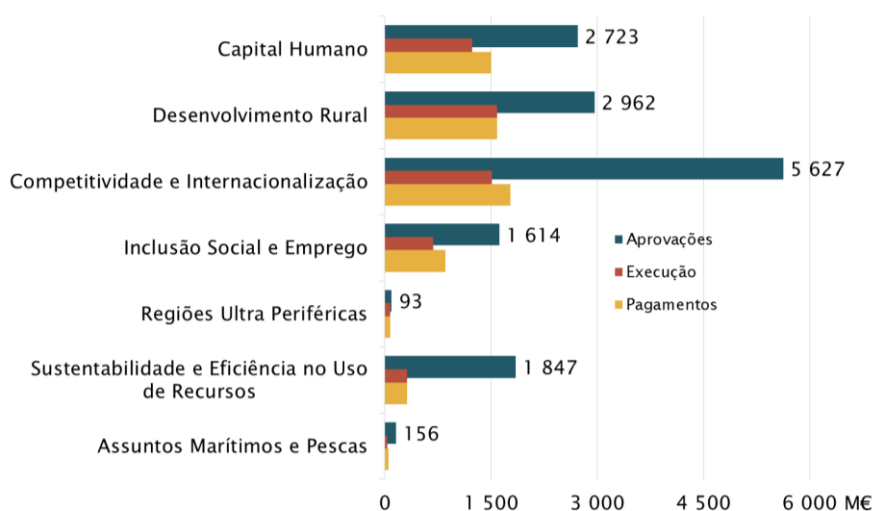
Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

No âmbito do Portugal 2020, o volume de FEEI aprovados atingiu cerca de 15,2 mil milhões de euros para apoiar investimentos de cerca de 22,5 mil milhões de euros. Na figura seguinte é demonstrada a dinâmica da execução nos domínios temáticos, para as variáveis de fundo aprovado, executado e pago.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Figura 7: Fundo aprovado, executado e pago por Domínio Temático



Fonte: Sistema de monitorização Portugal 2020.

Constata-se que é o domínio da competitividade e internacionalização o que concentra mais fundos aprovados, cerca de 5,6 mil milhões de euros. Destacam-se os apoios às PME que representam 23% deste fundo aprovado, e as áreas da educação e da ciência e investigação, que representam 10% e 9% respetivamente. O segundo domínio de maior destaque é o do desenvolvimento rural com cerca de 2,9 mil milhões de euros de fundo aprovado.

O valor acumulado dos fundos executados, registado no final de 2017, ascende a 5,53 mil milhões de euros com a seguinte distribuição: 3,9 mil milhões de euros de FEDER, FSE/IEJ⁶³ e FC e 1,63 mil milhões de euros de FEADER e FEAMP). Os pagamentos aos beneficiários ascenderam, em 31 de dezembro de 2017, a 6,2 mil milhões de euros. Estes valores incluem os montantes a título de adiantamento.

Na implementação do atual período de programação foi atribuída particular relevância às abordagens territoriais, através da operacionalização dos instrumentos territoriais,

⁶³ Iniciativa para o Emprego dos Jovens.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

designadamente, os Investimentos Territoriais Integrados (ITI), as Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) e o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Estes instrumentos foram concebidos de forma descentralizada para atender às especificidades do território e dar resposta às necessidades identificadas pelos agentes do território com um papel preponderante no desenvolvimento à escala regional e sub-regional.

Após o reconhecimento das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) para a respetiva NUTS III, os três instrumentos territoriais foram operacionalizados através de: (i) Pactos para o Desenvolvimento e Coesão (PDCT), que correspondem a ITI; (ii) Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que correspondem a AIDUS; e (iii) Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

No âmbito dos PDCT foram aprovadas 670 operações com um apoio dos fundos da Política de Coesão de 348 milhões de euros (de um montante global contratado de 1,1 mil milhões de euros). Os PEDU registaram 439 operações com um apoio FEDER de 196 milhões de euros (de um montante global contratado de 742 milhões de euros). Em 2017, no âmbito do DLBC (componente FEDER e FSE), foram lançados os primeiros concursos pelos Grupos de Ação Local para apresentação de candidaturas ao SI2E. No final de dezembro tinham sido submetidas um total de 3.820 candidaturas e aprovados 29 projetos com um montante de fundo associado de 1,1 milhões de euros de FEDER e 168 mil euros de FSE.

Até final do ano foram transferidos pela Comissão Europeia para Portugal 4,24 mil milhões de euros, valor que equivale a 16,3% do valor programado no Portugal 2020 e que está acima da média da UE, que se encontrava em 11,2%. No total, foram transferidos pela Comissão Europeia para os Estados-membros 50,7 mil milhões de euros, correspondendo o valor transferido para Portugal a 8,3% desse montante, o que nos coloca na segunda posição a seguir à Polónia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

OBJETIVO DE COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA 2014-2020

Os Programas de Cooperação Territorial Europeia (INTERREG), cujos primeiros concursos para apresentação de candidaturas ocorreram em 2016, iniciaram em 2017 a sua implementação, nomeadamente no que respeita à apreciação e aprovação das operações, à certificação de controladores externos e à validação dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários.

No âmbito dos 8 Programas em que Portugal participa (Transfronteiriço Espanha-Portugal, Madeira-Açores-Canárias, Transfronteiriço/Instrumento Europeu de Vizinhança Bacia do Mediterrâneo, Transnacional Espaço Atlântico, Transnacional Sudoeste Europeu, Transnacional Mediterrâneo, Interreg Europe e URBACT), foram abertos, até 31 de dezembro de 2017, 14 concursos, que englobam um montante de aproximadamente 904 milhões de euros, cerca de 60% da dotação total. Importa destacar como prioritárias as intervenções nos domínios da valorização do conhecimento e da inovação, da competitividade e internacionalização das PME, da adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos, da eficiência energética e de proteção do ambiente.

Nos concursos entretanto encerrados foram aprovadas 502 operações que englobam um montante FEDER de aproximadamente 645 milhões de euros. Destas, 337 operações, correspondendo a cerca de 60% do total aprovado, beneficiaram 767 entidades portuguesas com um apoio comunitário que ronda os 85 milhões de euros.

As taxas de compromisso nos programas que integram a vertente transnacional (INTERREG VB) estão já bastante próximas dos 90%, sendo que no PO MED esse indicador já atingiu os 110%.

Os participantes portugueses em operações aprovadas no âmbito do INTERREG V são essencialmente entidades das administrações nacionais, regionais e locais, centros de investigação, universidades, institutos universitários politécnicos, associações, fundações e agências de desenvolvimento local e regional. Neste período de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

programação foi dada oportunidade, pela primeira vez nos programas INTERREG, às Pequenas e Médias Empresas para integrarem as parcerias.

Tendo em conta a complexidade dos procedimentos necessários para apresentação dos pedidos de pagamento, o investimento executado por parte dos beneficiários portugueses é relativo a apenas 3 programas (transnacional Sudoeste Europeu, transnacional Mediterrâneo e Interreg Europe) e ascende a 3,05 milhões de euros, o que corresponde a uma comparticipação dos fundos de 2,49 milhões de euros, concentrados sobretudo no domínio temático da inovação.

No âmbito da presidência rotativa dos Programas de Cooperação Territorial Europeia, Portugal assumiu, durante o ano de 2017, a presidência do programa INTERREG VB – Espaço Atlântico.

REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS (RUP)

IV Fórum das RUP

Realizou-se em Bruxelas, nos dias 30 e 31 de março, o IV Fórum das Regiões Ultraperiféricas sobre o tema "As regiões ultraperiféricas, terras da Europa no mundo: rumo a uma estratégia renovada".

Foram debatidas várias temáticas de importância para as RUP, como a integração destas regiões nos seus mercados vizinhos, a acessibilidade física e digital, o crescimento azul e a economia verde/circular, as energias renováveis, a proteção das produções tradicionais, nomeadamente a renovação das frotas de pesca e os programas POSEI.

No decorrer dos trabalhos o Presidente da Conferência de Presidentes das RUP entregou ao Presidente da Comissão Europeia o Memorando conjunto das Regiões Ultraperiféricas "Por uma nova dinâmica na aplicação do artigo 349.º do TFUE".

Neste contributo são identificadas necessidades e potencialidades das RUP, assim como as suas preocupações e reivindicações face ao novo período pós 2020, propondo orientações para a elaboração da nova estratégia da União Europeia a favor das RUP.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Adoção pela Comissão da Estratégia Renovada da UE a favor das RUP

A Comunicação aprovada em outubro e designada “Uma parceria estratégica reforçada e renovada com as regiões ultraperiféricas da UE” estabelece uma nova estratégia para as regiões ultraperiféricas com o objetivo de apoiar a exploração dos recursos existentes nestas regiões, identificar as suas potencialidades de crescimento e reforçar a parceria entre a União Europeia, as RUP e os respetivos Estados-membros.

Tendo em vista a participação ativa na reflexão sobre a nova Estratégia RUP e valorizar o papel destas regiões na Europa, bem como a sua competitividade e convergência, Portugal apresentou em agosto o seu próprio contributo. Apresentou ainda, em conjunto com as autoridades espanholas, francesas e das RUP, uma posição comum para a futura estratégia europeia a favor das Regiões Ultraperiféricas.

Algumas das ações propostas já estão em andamento, tendo a Comissão lançado no final do ano dois estudos – um sobre as necessidades em matéria de conectividade nas regiões ultraperiféricas e um outro sobre a dotação específica adicional RUP.

XXII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, realizada na Guiana, de 26 a 27 de outubro

Esta Conferência destacou-se face às demais pela presença do Presidente da Comissão Europeia, Jean Claude Juncker, e do Presidente francês, Emmanuel Macron.

Na declaração final os presidentes das regiões ultraperiféricas reafirmaram o seu compromisso com o projeto europeu e respetivos valores, especialmente com a diversidade e a solidariedade, fazendo notar a sua vontade em contribuir para o debate sobre o futuro da União Europeia numa conjuntura marcada por grandes desafios, nomeadamente o “Brexit”.

Os Presidentes das RUP acordaram ainda na criação da rede “Estratégia de Especialização Inteligente” entre as regiões ultraperiféricas da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Outras iniciativas

As RUP apresentaram várias posições conjuntas na salvaguarda das suas particularidades, em domínios como a Iniciativa BEST, as RTE-Energia, a Estratégia de Especialização Inteligente (S3), o programa ERASMUS+, a modernização e a simplificação da Política Agrícola Comum.

Em meados do ano o Parlamento Europeu aprovou o Relatório sobre a promoção da coesão e desenvolvimento nas RUP, que constituiu um contributo importante para a defesa e aplicação do estatuto consignado no artigo 349.º do TFUE.

Seguindo o desígnio das RUP em viabilizar a implementação eficaz e adequada da nova estratégia renovada da Comissão, o Presidente do Governo das Canárias propôs-se para redator do projeto de parecer do Comité das Regiões “Rumo à plena aplicação da estratégia europeia renovada para as regiões ultraperiféricas”. As regiões ultraperiféricas colaboraram na elaboração deste projeto de parecer que deverá ser aprovado no início de 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XI

EMPREGO E ASSUNTOS SOCIAIS

No ano de 2017 foi possível avançar em diversos dossiês no domínio do emprego e assuntos sociais, tendo Portugal contribuído de forma muito ativa e positiva para o sucesso em algumas áreas mais complexas.

Pelo seu significado histórico do ponto de vista político e de promoção da coesão e previsíveis impactos futuros, importa destacar:

- O 60.º aniversário do Fundo Social Europeu (FSE), instituído pelo Tratado de Roma (1957);
- A Proclamação Interinstitucional do Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- A adoção da posição do Conselho sobre a proposta de diretiva que altera a Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços;
- O aprofundamento da discussão sobre o futuro do Trabalho, contemplando o impacto da digitalização, as novas formas de emprego e a necessidade de garantir a igualdade de oportunidades.

No que diz respeito ao “Brexit” e às questões específicas ligadas aos direitos dos cidadãos, foram dados passos importantes, face à indefinição que se registou em 2016, tendo sido garantida, aos trabalhadores da União Europeia a residir no Reino Unido, a manutenção de direitos de proteção social semelhantes aos atuais (ver Título II).

Importa ainda referir que Portugal acolheu e co-organizou, em setembro, a 4.ª Conferência Ministerial sobre o Envelhecimento da Comissão Económica das Nações Unidas para a Região Europa, na qual foi adotada a Declaração Ministerial de Lisboa e avaliado o 3.º ciclo do Plano Internacional de Ação de Madrid sobre o Envelhecimento. A iniciativa contou com o apoio da Comissão Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ESTRATÉGIA EUROPA 2020/SEMESTRE EUROPEU

No quadro da coordenação reforçada das políticas económicas e da governação económica, o Conselho Emprego e Política Social (EPSCO) promoveu, ao longo do ano, os debates regularmente previstos no âmbito da Estratégia Europa 2020 e do Semestre Europeu (ver enquadramento mais geral desta matéria e resultados no Capítulo I deste Título).

Para além das discussões sobre os “country reports”, o Conselho de março promoveu um debate sobre as políticas de acesso ao mercado de trabalho, mais especificamente sobre as estratégias necessárias para assegurar um mercado de trabalho mais flexível e dinâmico, e sobre as medidas que poderão ser tomadas para envolver outros atores no processo, incluindo os parceiros sociais.

Portugal acolheu a nova e melhorada versão do Semestre Europeu, em particular na ênfase dada a preocupações com o crescimento inclusivo. Apesar do momento de melhoria da situação em Portugal, traduzida por indicadores como o crescimento económico, a taxa de emprego, a taxa de desemprego e o valor do défice orçamental, há ainda vários desafios sérios a enfrentar, em especial, no mercado de trabalho (desemprego jovem, desemprego de longa duração, segmentação do mercado de trabalho e risco de pobreza).

A nível nacional foram apresentados três tipos de estratégias cumulativamente combinadas para fazer face aos desafios identificados: (i) a melhoria das qualificações na transição dos mais jovens para o mercado de trabalho e a aprendizagem ao longo da vida; (ii) a reforma das políticas ativas de emprego para facilitar a integração daqueles que estão afastados do mercado de trabalho, com ênfase na redução dos vínculos não permanentes, favorecendo a criação de emprego duradouro e de qualidade; e (iii) o combate à pobreza, através de compromisso com os parceiros sociais, no aumento do salário mínimo nacional e na garantia dos mínimos sociais, sem prejudicar as metas orçamentais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em junho o Conselho EPSCO debateu os projetos de recomendações específicas dirigidas a cada Estado-membro e a execução das recomendações de 2016. Apesar de o desemprego ainda se manter elevado em diversas regiões e para determinados grupos, afetando em particular os menos qualificados, destacam-se sinais de recuperação da crise, registando-se mais crescimento, a criação de mais postos de trabalho e a diminuição da população europeia em risco de pobreza e de exclusão social.

Portugal fez uma avaliação positiva da evolução verificada no âmbito do Semestre Europeu, pelo equilíbrio encontrado entre as diversas dimensões de política, incluindo um reforço das preocupações com o emprego e a coesão social. A necessidade de reduzir o desemprego jovem, combater bolsas de desemprego de longa e muito longa duração, investir no desenvolvimento de competências e promover a criação de instrumentos de combate à pobreza e à exclusão social são algumas das preocupações e desafios para a União Europeia que Portugal destacou.

No Conselho EPSCO de dezembro teve lugar um debate baseado no “pacote de outono” apresentado pela Comissão e que lança o ciclo anual de governação económica/Semestre Europeu 2018 (ver Capítulo I deste Título). Portugal realçou como prioridades o combate ao desemprego jovem, ao desemprego de longa e muito longa duração, as questões das qualificações e das competências e o papel do diálogo social no reforço dos direitos e de um crescimento inclusivo e sustentável.

PILAR EUROPEU DOS DIREITOS SOCIAIS

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi apresentado pela Comissão em abril e assenta em 20 princípios e direitos essenciais para apoiar o bom funcionamento e a equidade dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social. Os princípios e os direitos consagrados no Pilar estão estruturados em três categorias: (i) igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; (ii) condições de trabalho justas; e (iii) proteção e inclusão social.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Pilar é acompanhado por um conjunto de documentos, os quais podem ser organizados da seguinte forma: (1) enquadramento e estratégia – Comunicação da Comissão “Establishing a European Pillar of Social Rights” e documento de trabalho que acompanha a Comunicação e que estabelece os vinte princípios; (2) documentos jurídico-institucionais – Recomendação da Comissão (entrou em vigor no dia 26 de abril) e Proposta de proclamação interinstitucional; (3) concretização – Proposta de diretiva para a conciliação da vida profissional e privada de pais e cuidadores, consultas aos parceiros sociais e comunicação interpretativa sobre a modernização das regras relativas aos contratos de trabalho e sobre o acesso à proteção social e um relatório de implementação da diretiva relativa ao tempo de trabalho; e (4) processo de Monitorização – Painel de avaliação e metodologia de indicadores sociais (“Social Scoreboard”); futuro Social da UE – Documento de reflexão sobre a “Dimensão Social da UE” no âmbito do Livro Branco sobre o Futuro da UE.

No Conselho EPSCO de outubro foi obtido o acordo do Conselho quanto ao texto final da proclamação interinstitucional. O documento foi endossado e formalmente proclamado pelas três instituições na Cimeira Social de Gotemburgo a 17 de novembro.

Portugal empenhou-se na proclamação do Pilar. Este instrumento deve ser entendido como um compromisso político e uma componente essencial para reforçar a dimensão social da UE e a confiança dos cidadãos na Europa e nas suas instituições.

EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Emprego Jovem

Não obstante a diminuição da taxa de desemprego jovem⁶⁴ que se tem vindo a verificar na UE desde o início da implementação da Garantia para a Juventude (GJ) e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), continuam a persistir diferenças

⁶⁴ A taxa de desemprego jovem era de 25,5% em Portugal (16,5% UE28) em outubro de 2017, o que representa uma diminuição de 0,9 p.p (1,9 p.p. UE28) relativamente a dezembro de 2016.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

significativas entre EM e regiões, registando-se ainda taxas muito elevadas em vários casos.

De referir que no quadro da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) ficou acordado o reforço da dotação original da IEJ em 1,2 mil M€ para o período 2017-2020 (devendo os EM beneficiários assegurar o respetivo "matching" FSE). Portugal apoiou fortemente este reforço da IEJ, que lhe permite beneficiar de um montante adicional de 62,6 milhões de euros.

Em junho o Conselho aprovou Conclusões sobre o relatório especial n.º 5/2017 do Tribunal de Contas Europeu intitulado "Desemprego dos jovens: as políticas da UE alteraram a situação? Uma avaliação da Garantia para a Juventude e da Iniciativa para o Emprego dos Jovens". As Conclusões reconhecem que a situação dos jovens melhorou desde o início da aplicação destas iniciativas, uma vez que na maioria dos EM houve um decréscimo das taxas de desemprego jovem, bem como das taxas dos jovens "Not in employment, education or training" (NEET), apesar de se manterem ainda elevadas. Contudo, salientam que, não obstante os progressos na execução da GJ, a situação atual está aquém das expectativas iniciais. Portugal apoiou genericamente estas Conclusões.

No que respeita à implementação da GJ, desde 1 de março de 2014 (data do início da implementação em Portugal) até ao final de 2016 foram abrangidos cerca de 839 mil jovens (15-29), dos quais cerca de 639 mil concluíram a fase preparatória (os restantes permaneceram na GJ), sendo que 47,6% conseguiram um emprego, 5,7% foram integrados em educação e/ou formação, 11,1% em estágios e os restantes saíram para uma situação de inatividade (3,2%) ou desconhecida (32,4%).

Relativamente a 2017, os dados são ainda provisórios, registando-se 205 mil novas entradas e 213 mil saídas com a seguinte desagregação: 37,8% obtiveram um emprego, 4,4% foram integrados em educação e/ou formação, 6,2% em estágios e os restantes para uma situação de inatividade (6,6%) ou desconhecida (45,1%).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Condições de Trabalho – Destacamento de Trabalhadores

Neste domínio importa sublinhar a orientação geral obtida, no Conselho EPSCO de outubro, quanto à proposta de alteração à Diretiva 96/71/CE de 16 de dezembro de 1996 relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços. A discussão desta proposta foi muito difícil, tendo em conta as diferentes sensibilidades e interesses em questão.

O destacamento de longa duração, a regulação do destacamento no setor dos transportes rodoviários internacionais e os períodos de transposição e aplicação da Diretiva constituíram os pontos mais controversos da proposta.

Relativamente a estes pontos ficou acordado o seguinte:

- O destacamento de longa duração ficou em 12 + 6 meses (extensão de 6 meses quase automática baseada numa notificação);
- A aplicação aos transportes rodoviários será feita apenas a partir da entrada em vigor da *lex specialis* (Pacote Mobilidade);
- A implementação da Diretiva ocorrerá até 4 anos após a sua aprovação, sendo que a transposição terá que ser feita em 3 anos.

Importa salientar o papel ativo de Portugal nas diversas rondas negociais. Portugal defendeu sempre um compromisso equilibrado entre o combate ao “dumping” social e a preservação do bom funcionamento do mercado interno bem como da competitividade das empresas. Nesse sentido, manteve sempre uma postura construtiva e de flexibilidade que respeitou esse equilíbrio. Relativamente à articulação da vertente transportes com a Diretiva Destacamento, vários Estados-membros, incluindo Portugal, teriam preferido a introdução de um artigo sobre este setor na Diretiva Destacamento que possibilitasse a não aplicação das regras do destacamento aos transportes rodoviários durante um período mínimo de dias a definir, o qual ficará assim por determinar em *lex specialis* (ver Capítulo VII deste Título).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Condições de Trabalho – Outras áreas

O Conselho alcançou um acordo político, em dezembro, em relação à proposta de diretiva do Conselho que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia de Trabalhadores dos Transportes (ETF) para alterar a Diretiva 2009/13/CE do Conselho em conformidade com as emendas à Convenção do Trabalho Marítimo de 2006, aprovadas pela Conferência Internacional do Trabalho em 11 de junho de 2014.

A proposta visa a melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores marítimos, nomeadamente uma maior proteção em caso de abandono em portos estrangeiros e o reforço do seu direito a indemnização em caso de morte ou de incapacidade prolongada decorrente de lesão, doença ou acidente de trabalho.

Esta proposta é também a tradução do Acordo assinado entre os Parceiros Sociais deste setor, visando alinhar o normativo da UE com a Convenção da OIT sobre esta matéria. Portugal deu o parecer favorável à proposta.

Neste âmbito foi ainda apresentada pela Comissão, em dezembro, uma proposta de diretiva relativa a condições de trabalho transparentes e previsíveis na União Europeia. Esta tem como objetivo substituir a Diretiva "Written Statement" (relativa à obrigação de a entidade patronal informar o trabalhador sobre as condições aplicáveis ao contrato ou à relação de trabalho) por um novo instrumento que garanta a transparência sobre as condições de trabalho para todos os trabalhadores e estabeleça novos direitos substantivos com vista a melhorar a previsibilidade e a segurança dessas condições, sobretudo para aqueles que se encontram em situações de emprego precário.

Foram também adotadas Conclusões sobre os temas "Estratégias para tornar o trabalho compensador" e sobre o "Futuro do trabalho: facilitar o trabalho em linha". O primeiro projeto de conclusões visou sensibilizar os Estados-membros para adotarem medidas concretas capazes de garantir melhores condições de trabalho e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

consequentemente diminuir a necessidade de se recorrer a prestações sociais. O segundo projeto de conclusões teve como objetivo refletir o impacto do desenvolvimento tecnológico no trabalho, garantindo que são tomadas as medidas necessárias, pelos Estados-membros, Comissão e parceiros sociais, nas áreas do emprego e das condições de trabalho, da proteção social e das competências para que a adaptação do mercado de trabalho ao desenvolvimento tecnológico seja feita da forma mais harmoniosa possível. Portugal apoiou o compromisso nos dois casos.

Saúde e Segurança no Trabalho

O Conselho adotou, em junho, uma orientação geral em relação ao 2.º Pacote de alterações à Diretiva 2004/37/CE relativa à proteção dos trabalhadores contra riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos durante o trabalho, que tem como objetivo reforçar a saúde e segurança dos trabalhadores.

Os Estados-membros consideraram que o acordo final constitui um compromisso equilibrado entre as posições das delegações e os limites máximos propostos pela Comissão. Portugal apoiou este compromisso.

POLÍTICAS SOCIAIS E IGUALDADE

Proteção Social

Nesta área importa sublinhar a adoção de duas orientações gerais parciais quanto à proposta de regulamento que altera os Regulamentos 883/2004 e 987/2009 relativos à coordenação dos sistemas de segurança social – no Conselho de outubro para os capítulos “igualdade de tratamento e acesso de cidadãos economicamente inativos a benefícios sociais” e “legislação aplicável” e no Conselho de dezembro para os capítulos “cuidados de longa duração” e “prestações familiares”.

Sobre estes capítulos registou-se um consenso, pese embora divergências entre alguns Estados-membros, nomeadamente quanto a ser introduzida a possibilidade de uma disposição que permita a indexação do montante das prestações familiares às



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

“condições” do Estados-membros onde os filhos residem, situação que acabou por não se concretizar.

Esta proposta de regulamento, que foi apresentada pela Comissão em dezembro de 2016, visa a modernização das regras atuais tornando-as mais justas, claras e fáceis de implementar.

Portugal apoiou os dois acordos, que considerou equilibrados, tendo sido dos EM que manifestaram indisponibilidade para introduzir a indexação das prestações familiares.

Igualdade de Tratamento

Quanto à proposta de diretiva relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-membros no que respeita aos requisitos de acessibilidade dos produtos e serviços foi possível obter uma orientação geral no Conselho de dezembro. Em 2017 registou-se uma evolução significativa na negociação, tendo sido dirimidas as questões técnicas e dúvidas de interpretação levantadas pelos Estados-membros. O único ponto ainda em aberto relacionava-se com a inclusão no âmbito da proposta das comunicações de emergência (atendimento de chamadas 112). Não tendo sido possível obter um consenso entre as delegações, a Presidência optou pela sua exclusão.

A proposta de diretiva destina-se a harmonizar e a simplificar os requisitos de acessibilidade pelos Estados-membros, com base num quadro de critérios pan-europeus que respeite a proporcionalidade, particularmente em relação às microempresas (que acabaram por ficar fora do âmbito de aplicação da diretiva) e às PME.

Portugal acolheu e apoiou os principais objetivos desta proposta, considerando que será determinante na promoção do livre acesso a produtos e serviços por parte da população com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

O Conselho tomou também nota dos relatórios de progresso sobre a proposta de diretiva que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

independentemente da sua religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, nos quais se dá conta das propostas de redação e avanços conseguidos.

Esta proposta de diretiva foi primeiramente apresentada em 2008, sem nunca ter sido possível obter a necessária unanimidade (a base jurídica é o artigo 19.º do TFUE). O seu objetivo é alargar o âmbito de aplicação do normativo legal sobre igualdade de tratamento a outros domínios da sociedade para além do emprego, tais como proteção social, educação e acesso e fornecimento de bens e prestação de serviços.

Portugal sempre manifestou a sua apreciação positiva à proposta, defendendo um âmbito de aplicação que englobe todas as formas de discriminação e sublinhando a importância de manter a base jurídica que atualmente enquadra a proposta de diretiva.

No Conselho de dezembro foram ainda adotadas conclusões sobre o reforço do apoio e cuidados de proximidade para uma vida autónoma, as quais refletem as conclusões da Conferência promovida pela Presidência intitulada “Dignity + Independent living = DI”. O Conselho enfatizou em especial a necessidade de individualizar os cuidados e a importância de proporcionar soluções práticas que permitam dar às pessoas com dificuldades e desvantagens a oportunidade de participar de forma ativa na sociedade e no mercado de trabalho. Releva ainda o contributo que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais poderá vir a dar na definição e projeção de uma abordagem concertada a nível da UE, que tenha em conta a interação entre as políticas sociais e económicas, a dimensão de género, as políticas de inovação e o contributo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento.

Portugal, à semelhança da maioria dos Estados-membros, manifestou o seu apoio aos objetivos das conclusões, considerando o texto adequado e equilibrado.

Igualdade de Género

Em março o Conselho adotou Conclusões sobre “melhorar as competências dos homens e das mulheres no mercado de trabalho da UE”, que se baseiam no documento “Aumentar as competências das mulheres e dos homens com emprego precário na



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

UE” preparado pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género. Tem como objetivo a tomada de medidas para ultrapassar as barreiras à participação das mulheres e dos homens no mercado de trabalho e atingir uma taxa de emprego de 75%. Portugal deu o seu apoio ao compromisso.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO, CULTURA, AUDIOVISUAL, JUVENTUDE E DESPORTO

EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

As áreas da educação e formação foram alvo de uma atenção particular ao mais alto nível, tendo sido objeto de discussões informais na Cimeira Social de Gotemburgo, em novembro, e de Conclusões do Conselho Europeu, em dezembro, que definiram relevantes orientações estratégicas em domínios como a promoção e alargamento da mobilidade, o multilinguismo, a criação de uma rede europeia de universidades e o reconhecimento de diplomas.

A UE continuou a atribuir especial atenção ao enquadramento político da cooperação europeia nestes domínios e, em particular, à sua articulação com a Estratégia Europa 2020. Investir na educação e na promoção das competências constitui uma prioridade para o relançamento do emprego e para a promoção do crescimento económico na Europa. Realizou-se um debate, ao longo do ano, em torno da revisão do instrumento Europass e do Quadro Europeu de Qualificações, dois dos mais importantes e bem-sucedidos instrumentos de apoio à mobilidade transnacional no domínio das competências.

Os trabalhos desenvolvidos ao nível da UE neste domínio têm constituído um referencial para as medidas de política educativa em Portugal, contribuindo, cada vez mais, para o desenvolvimento do sistema educativo português. Foram destacados, a nível europeu, os avanços alcançados no nosso país nas áreas da educação e formação.

Em Portugal, foi submetido a debate e discussão pública o Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória (homologado pelo Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho), que apresenta os princípios, valores e áreas de competência de cada aluno no final do ensino secundário e constitui uma matriz comum para todas as escolas e ofertas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

educativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, do planeamento e para a avaliação interna e externa do ensino e da aprendizagem.

Também o ensino superior assumiu um papel central nas políticas de cooperação da UE, com o impulso dado pela Comunicação da Comissão sobre uma Agenda Renovada para o Ensino Superior que estabelece prioridades para este novo ciclo. De entre estas, destaca-se o combate a escolhas inadequadas de competências para o mercado de trabalho, a promoção da excelência no desenvolvimento de competências e a construção de sistemas de ensino superior inclusivos e que contribuam para a inovação.

De acordo com o “Education and Training Monitor 2017”, publicado em novembro, relativamente à meta de 40% de jovens entre os 30 e 34 anos que detêm um diploma do ensino superior, Portugal segue a tendência da UE com um ligeiro progresso no alcance dessa meta. Em 2016, o valor para Portugal era 34,6%, sendo a média europeia de 39,1%. De evidenciar, também, que a taxa de emprego dos recém-diplomados tem vindo a recuperar em relação a 2008, estando Portugal com 73,8%, mas ainda um pouco longe da média da UE de 78,2% e da meta para 2020 de 82%.

A qualidade nos processos de educação e formação profissional

Portugal prosseguiu o desenvolvimento de uma abordagem nacional de garantia da qualidade da educação e formação profissional (alinhada com o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais – EQAVET, instituído em 2009), desenvolvendo a fase mais inovadora do projeto – porque pioneira a nível europeu – que consiste na criação de um sistema de verificação do alinhamento dos sistemas de garantia da qualidade implementados pelos operadores com o modelo EQAVET, conducente à atribuição do “Selo EQAVET”.

Programa Erasmus+

Em 2017 celebraram-se os 30 anos do Programa Erasmus com múltiplas iniciativas por toda a Europa, tendo Portugal realizado diversas atividades das quais se destaca a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

sessão “Erasmus talks: Geração Europa”, em Lisboa, com a presença do Comissário Europeu Tibor Navracsics.

O Programa Erasmus+ é o grande programa de ação da UE nas áreas da Educação e Formação, do Desporto e da Juventude. No âmbito da Educação e Formação, o Programa enquadra as ações de Mobilidade (Ação-chave 1) e Parcerias Estratégicas (Ação-chave 2) nos setores do Ensino Escolar, Ensino e Formação Profissional, Ensino Superior e Educação de Adultos.

A adesão ao Programa Erasmus+ em Portugal é muito significativa: desde a sua criação em 1987 e até 2017, mais de 150 mil pessoas da área da educação e formação participaram na mobilidade entre países do Programa.

Relativamente à Ação-chave 1, realizaram-se, em 2017, mais de 16.500 mobilidades, um crescimento significativo desde o início do Programa. Foram contratualizadas 811 mobilidades de pessoal no Ensino Escolar; 2.780 mobilidades no Ensino e Formação Profissional e 186 mobilidades de pessoal das instituições de Educação de Adultos.

No âmbito do ensino superior, desde a sua criação e até 2017, mais de 100 mil jovens estudantes e perto de 18 mil docentes e outro pessoal académico participaram na mobilidade Erasmus, tendo sido contratualizadas, em 2017: 12.875 mobilidades, incluindo 2.091 de pessoal docente e não docente; 9.459 mobilidades de estudantes nos países do Programa; e 926 mobilidades de pessoal e 399 mobilidades de estudantes em países parceiros, no contexto da “International Credit Mobility”.

Mais de 44.900 entidades terão participado nas atividades dos projetos de Parcerias Estratégicas (Ação-chave 2) em 2017. No Ensino Escolar incluem-se duas tipologias de Parceria, uma entre instituições escolares e outras instituições, e outra exclusivamente entre instituições escolares. Na primeira tipologia foram contratualizadas 17 parcerias e nas parcerias Escola-Escola foram contratualizados 298 projetos com coordenadores ou parceiros portugueses. O setor do Ensino e Formação Profissional contratualizou 10 parcerias em 2017, o Ensino Superior 5 parcerias e a Educação de Adultos 8 parcerias.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Acresce que também no âmbito do Desporto, Portugal integra cinco projetos na área da diplomacia, ética, inclusão, investimento e sistemas de vigilância da atividade física e do desporto.

Como país participante no Programa Erasmus+ desde o seu lançamento, Portugal colaborou ativamente, em 2017, na preparação da avaliação intercalar, na elaboração de um Relatório Nacional e no inquérito e estudo que serviu de base à avaliação intercalar, cujo Relatório final (e respetivo anexo estatístico) será publicado no início do primeiro trimestre de 2018.

CULTURA E AUDIOVISUAL

A cultura, para além do seu valor intrínseco, constitui um verdadeiro motor para o desenvolvimento económico, social e do emprego. Nas conclusões adotadas no Conselho Europeu de dezembro, o papel da cultura foi identificado como fundamental na construção de sociedades modernas, inclusivas e coesas, desempenhando um reconhecido papel na competitividade europeia.

Em 2017, promoveram-se diversos encontros ministeriais nos quais se debateu o papel da cultura na construção de sociedades coesas na Europa, a proteção dos bens culturais, o combate ao tráfico de bens culturais em zonas de conflito, o regime de importação e as relações culturais externas da União Europeia.

Foi um ano de intensa preparação do Ano Europeu do Património Cultural 2018, lançado em dezembro em Milão, e que terá por objetivo incentivar a partilha e apreciação do património cultural da Europa enquanto recurso partilhado, sensibilizar para a história e valores comuns e reforçar o sentimento de pertença a um espaço europeu comum.

Por último, de referir a assinatura da Declaração de Frankfurt, aquando da Reunião Informal de Ministros da Cultura em outubro. Este documento afirma a relevância da cultura para a refundação da Europa, prevendo-se a criação do “Erasmus Cultura” destinado a promover a mobilidade no setor cultural, a valorizar a criação e os seus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

autores e a aperfeiçoar os mecanismos de repartição de valor, tornando-os mais equitativos e justos.

Programa Europa Criativa

Verificou-se um acréscimo nos apoios prestados ao abrigo deste Programa. O Subprograma Cultura envolveu 24 entidades nacionais (12 no ano transato) e o Subprograma MEDIA abrangeu 82 projetos (62 no ano transato). Estes resultados demonstram a crescente importância do Programa Europa Criativa no desenvolvimento do setor cultural e criativo, com as inerentes implicações económicas e sociais: o montante total de investimento foi cerca de 1,6 milhões de euros para o Subprograma MEDIA e o valor total dos projetos no Subprograma Cultura envolvendo entidades portuguesas (entre líderes de projeto e parceiros de projeto) foi de 18,1 milhões de euros.

No que respeita à área do Audiovisual, deu-se continuidade ao processo de negociação da revisão da Diretiva relativa à coordenação de certas disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos EM respeitantes à oferta de serviços de comunicação social audiovisual, para a adaptar à evolução do mercado, sendo de assinalar o contributo dado por Portugal para a orientação geral aprovada pelo Conselho, em maio. Portugal identificou como prioridades negociais: o aprofundamento da equidade concorrencial; o aumento dos níveis de proteção dos consumidores; o fomento da produção e difusão de obras europeias; a prevenção do discurso do ódio, do incitamento à violência e do terrorismo; e o reforço das garantias da liberdade de expressão.

JUVENTUDE

Assumiu particular relevância a adoção, em novembro, da orientação geral relativa à proposta de regulamento do PE e do Conselho que estabelece o quadro jurídico do Corpo Europeu de Solidariedade (CES). Portugal atribui prioridade política a esta iniciativa por proporcionar aos jovens (entre os 18 e os 30 anos) oportunidades de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

participação em atividades de solidariedade, reforçando o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional contribuindo, desta forma, para um maior envolvimento dos jovens na construção europeia.

No Conselho realizaram-se relevantes debates de orientação sobre matérias que interessam aos jovens. Aprofundou-se o Diálogo Estruturado e aprovaram-se conclusões, nomeadamente sobre o papel do trabalho da juventude, as competências essenciais para a vida, a animação juvenil, o trabalho inteligente com os jovens e ainda sobre as perspetivas estratégicas para a cooperação europeia no domínio da juventude pós-2018.

Refira-se, por último, que no âmbito da Semana Europeia da Juventude 2017, Portugal foi o EM da UE com o maior número de ações realizadas, com mais de 200 atividades em todo o país.

DESPORTO

O Conselho adotou o Plano de Trabalho da União Europeia para o Desporto (2017-2020), conclusões sobre o desporto como plataforma de inclusão social através do voluntariado e sobre o papel dos treinadores na sociedade, bem como uma resolução sobre o desenvolvimento futuro do diálogo estruturado da UE sobre o desporto.

A nível nacional é de destacar a adesão de Portugal, pelo terceiro ano consecutivo, à Semana Europeia do Desporto, sob o lema #BEACTIVE, que foi marcada pelo elevado número de participantes.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XIII

SAÚDE PÚBLICA E CONSUMIDORES

SAÚDE PÚBLICA

Foram adotadas pelo Conselho diversas conclusões na área da saúde, das quais se destacam as relativas à obesidade infantil, ao desenvolvimento de uma cooperação voluntária entre os sistemas de saúde e à saúde digital. Portugal tem vindo a proceder à implementação de diversas medidas nestas áreas, em linha com estas conclusões.

É o caso da Estratégia Integrada para a Promoção da Alimentação Saudável⁶⁵, assente numa abordagem de intervenção multissetorial, com o objetivo de modificar a oferta alimentar e capacitar os cidadãos e profissionais que influenciam o consumo de alimentos para escolhas alimentares saudáveis.

Também a desmaterialização de alguns serviços e informação clínica “online”, disponível aos profissionais de saúde e doentes, foram uma realidade, de que é exemplo a criação do Cartão Digital da pessoa com Doença Rara.

De destacar ainda as medidas dirigidas a controlar melhor a despesa pública, através da implementação de um sistema de compras centralizado, e a prever uma maior responsabilização dos médicos no ato da prescrição.

Por último, e no âmbito da cooperação voluntária, Portugal definiu como de particular importância três áreas de atuação: a política do medicamento, a resistência aos antimicrobianos e as redes de referência.

⁶⁵ Despacho n.º 11418/2017, publicado no Diário da República n.º 249/2017, II Série, de 29 de dezembro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Política do medicamento

Em matéria de política do medicamento, de transparência na formação de preços, dos custos da inovação e acesso ao medicamento, o contributo de Portugal no debate ao nível da UE foi relevante. Defendemos que é necessário estimular a cooperação voluntária como ponto de partida de uma cooperação europeia reforçada. Portugal é um dos líderes do “Grupo de La Valletta”, formado voluntariamente por EM com o objetivo de promover o acesso mais amplo a terapias e medicamentos inovadores no respeito pela sustentabilidade dos serviços nacionais de saúde.

Resistências aos antimicrobianos

Na sequência do novo plano de ação da UE de luta contra as resistências aos antimicrobianos (ver Capítulo IX deste Título), foi já iniciado um trabalho interno envolvendo os setores implicados, nomeadamente a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, a Agência Portuguesa do Ambiente e responsáveis pelo Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos, a fim de ser redigido, conjuntamente, um documento que formalize um compromisso interministerial reunindo medidas a tomar a nível intersetorial nesta área.

Centros de Referência

Em 2017 prosseguiu o exercício de identificação de Centros de Referência em várias áreas clínicas, ficando reconhecidos oficialmente em Portugal, até ao final do ano, 111 centros que podem, assim, articular-se com Centros congéneres nacionais, europeus e internacionais.

Foram identificados centros de excelência em áreas como oncologia de adultos e pediátrica, cardiologia, neurologia, doenças raras e genéticas e transplantação de órgãos. Estes centros estão em condições de integrar as Redes Europeias de Referência, o que se concretizou em 2017 para 30 Unidades de Saúde.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Álcool

Portugal considera prioritário o combate ao consumo abusivo do álcool e apoia a existência de um forte compromisso do Conselho e dos EM que reconheça a necessidade de se elaborar um novo enquadramento político dedicado exclusivamente ao álcool.

Portugal defendeu, ao longo do ano, aproveitando os resultados positivos alcançados com a Ação Comum RARHA – “Reducing Alcohol Related Harms”, a necessidade de se assegurar a continuidade deste esforço, empenhando-se na inclusão de uma nova Ação Comum dedicada ao álcool nos Planos de trabalho anuais do 3.º Programa de ação da UE no domínio da Saúde (2014-2020).

e-Health e Estratégia Europeia

A troca de informação a nível europeu sobre a saúde do cidadão será uma realidade em 2018, com um projeto único a nível mundial que conta com a participação de 20 países para o início da troca de informação clínica do utente (e.g. registo clínico do utente – alergias, diagnósticos, procedimentos, dispositivos médicos, vacinas e medicação, prescrições e dispensa de medicação), participando Portugal como membro ativo e promotor de reuniões sobre prestação de serviços transfronteiriços (ePrescription e eDispensation).

No âmbito da contratação pública, Portugal participa no “Joint Procurement Agreement Steering Committee”, atenta a importância do procedimento de contratação conjunta para garantir que as vacinas e as outras contramedidas médicas estejam disponíveis em quantidade suficiente, em condições de acesso equitativo a todos os países participantes e que possam beneficiar de condições contratuais adequadas. Em Portugal previu-se uma reserva de vacina da gripe pandémica para 20% da população, que funcionará como um “seguro”, permitindo o acesso privilegiado à vacina em caso de pandemia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Novo Quadro Regulamentar dos Dispositivos Médicos

Os novos regulamentos dos dispositivos médicos⁶⁶ vêm garantir um elevado nível de segurança e saúde aos cidadãos europeus, permitindo ao mesmo tempo um acesso atempado da inovação ao mercado e facilitar as trocas comerciais e promover a competitividade.

Portugal considera a nova legislação mais robusta já que introduz claras melhorias em matérias como: a intervenção das autoridades competentes no ciclo de vida do dispositivo médico e a supervisão dos organismos notificados; a garantia de maior transparência, consistência e harmonização na implementação da legislação; e controlos mais rigorosos para dispositivos médicos de elevado risco. Inclui ainda um aumento das responsabilidades de todas as partes envolvidas no sistema: autoridades, agentes económicos, organismos notificados e profissionais de saúde.

Face à complexidade e impacto destes regulamentos, que entraram em vigor a 26 de maio, foram estabelecidos períodos transitórios para a sua aplicação: 3 anos para o regulamento dos dispositivos médicos (26 de maio de 2020) e 5 anos para o regulamento dos dispositivos médicos para diagnóstico “in vitro” (26 de maio de 2022).

Portugal está empenhado numa adequada e atempada implementação dos novos regulamentos, que exigem a adaptação de estruturas, processos e recursos.

Resposta à Emergência

No final de 2017 iniciou-se o processo de certificação internacional dos Módulos de Emergência Médica do INEM pela Organização Mundial de Saúde, permitindo a Portugal poder disponibilizar à UE capacidade de tratamento médico em situações de catástrofe projetáveis internacionalmente.

⁶⁶ Regulamento (UE) 2017/745 e Regulamento (UE) 2017/746 de 5 de abril de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CONSUMIDORES

Revisão do Regulamento relativo à cooperação em matéria de defesa do consumidor

No âmbito da execução da Estratégia para o Mercado Único Digital, foi concluída a negociação da proposta de regulamento sobre a revisão do Regulamento (CE) n.º 2006/2004, de 27 de outubro, relativo à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor, parte integrante do pacote sobre comércio eletrónico, apresentado em maio de 2016.

Esta revisão abrange 26 atos legislativos europeus de proteção dos consumidores e visa modernizar os mecanismos de cooperação, conferindo mais poderes às autoridades nacionais e reforçando o papel de coordenação da Comissão Europeia, nomeadamente em caso de infração generalizada a nível da UE.

O regulamento prevê que as autoridades nacionais e a Comissão coordenem a sua atuação através de um mecanismo de alerta mais eficaz que permita às autoridades competentes notificarem a Comissão e as suas congéneres de outros EM de qualquer suspeita razoável de ocorrência de uma infração no seu território, suscetível de afetar os interesses dos consumidores em outros EM. As autoridades competentes poderão, também, abrir inquéritos por sua própria iniciativa se tomarem conhecimento de tais infrações por meios que não sejam as reclamações dos consumidores.

Embora tendo presente a dificuldade da implementação da compensação aos consumidores, Portugal é um dos poucos países que sempre defendeu que tal constituía um passo em frente relativamente à proteção dos consumidores. A este respeito, o acordo alcançado é muito positivo, tendo ficado consagrado no texto a possibilidade de os operadores económicos oferecerem compensações aos consumidores lesados pela infração.

É também muito relevante a possibilidade dada aos Centros Europeus do Consumidor, associações de consumidores e associações empresariais de participarem, emitindo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

alertas externos, bem como às autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da legislação de defesa do consumidor de consultarem estas entidades.

Positiva também, por uma questão de economia de recursos humanos e materiais, a possibilidade de as autoridades nacionais não terem que efetuar novas diligências no caso de já ter sido proferida uma decisão administrativa relativamente à mesma infração e contra o mesmo operador, no mesmo EM.

Sistema RAPEX (Sistema Europeu de Alerta Rápido sobre produtos perigosos, não alimentares)

A Direção Geral do Consumidor (DGC), enquanto ponto de contacto nacional do Sistema RAPEX, emitiu 40 notificações: 2 sobre artigos de puericultura e equipamento para crianças, 6 sobre brinquedos, 4 sobre produtos cosméticos e 28 sobre veículos a motor. No que respeita às notificações emitidas pelos outros EM sobre produtos de consumo perigosos, não alimentares, houve 225 reações da DGC respeitantes a brinquedos (18), equipamento elétrico e de iluminação (13), equipamento de proteção (3), veículos a motor (175), vestuário, têxteis e artigos de moda (6) e outros (10).

Centro Europeu do Consumidor (CEC Portugal)

Em 2017, no âmbito da assistência prestada aos consumidores na resolução de conflitos de consumo de natureza transfronteiriça, o CEC Portugal tratou cerca de 1 900 casos (mais 21% do que em 2016), dos quais 44% foram reclamações (um acréscimo de 35% em relação a 2016) e 56% pedidos de informação (um acréscimo de 13% face a 2016).

Mais de 80% do total de reclamações dizem respeito a transações efetuadas por comércio eletrónico. No que se refere à origem das reclamações recebidas pelo CEC Portugal, verificou-se que 49% chegaram de consumidores portugueses e 51% de outros países da UE, da Noruega ou da Islândia. Do lado dos consumidores portugueses, estiveram em evidência problemas decorrentes de contratos celebrados em linha (compra de equipamentos eletrónicos e de comunicação móvel), para além



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

dos recorrentes problemas com o transporte aéreo. Do lado dos consumidores residentes em outros países europeus, o foco das reclamações continuou a centrar-se nos setores mais relacionados com atividades ligadas ao setor do turismo: serviços de transporte (transporte aéreo de passageiros e aluguer de veículos automóveis) e de alojamento, incluindo “timeshare” e produtos similares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XIV

FINANCIAMENTO E FLUXOS FINANCEIROS

FINANCIAMENTO DO ORÇAMENTO EUROPEU

Exercício Orçamental 2017

O orçamento relativo a 2017 foi o quarto do quadro de programação plurianual (2014-2020) e procurou refletir as principais prioridades da UE, particularmente a resposta aos desafios das migrações e do reforço da segurança, a promoção do crescimento e a criação de emprego através, nomeadamente, da alavancagem de investimentos produtivos. Procurou ainda espelhar a importância que a UE atribui a iniciativas e programas de apoio aos jovens, particularmente, a Iniciativa para o Emprego dos Jovens e o programa Erasmus+.

No orçamento para 2017, definitivamente adotado pelo Parlamento Europeu em dezembro de 2016, as despesas aprovadas totalizaram 157,9 mil milhões de euros em dotações de autorização e 134,5 mil milhões de euros em dotações de pagamento, representando uma taxa de variação, respetivamente, de 1,7% e -1,6% face ao orçamento de 2016 com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Orçamentos Retificativos n.ºs 1 a 6/2016. Os recursos próprios necessários ao seu financiamento representavam 0,85% do RNB.

Ao longo do ano foram aprovados seis orçamentos retificativos para adaptar o orçamento inicial a novas situações, destacando-se a mobilização do Fundo de Solidariedade da UE para a assistência a vários Estados-membros – entre os quais Portugal, a quem foi atribuída uma subvenção no montante de 3,9 milhões de euros na sequência dos incêndios ocorridos na Região Autónoma da Madeira em agosto de 2016 –, o reforço dos recursos orçamentais da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (+500 milhões de euros em dotações de autorização que haviam sido decididos no âmbito da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual), o financiamento do



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável, criado em 2017, bem como a redução das necessidades de financiamento devido a atrasos na execução dos programas respeitantes ao período 2014-2020.

Dos seis orçamentos retificativos, só dois tiveram impacto sobre o nível das dotações de pagamento e, consequentemente, em receita – os orçamentos retificativos n.º 2/2017 (orçamentação do excedente de 2016, no montante de 6,4 mil milhões de euros) e n.º 6/2017 (redução das necessidades de financiamento e revisão das previsões de recursos próprios).

Após a aprovação dos orçamentos retificativos as dotações de autorização e de pagamento atingiram 159,8 mil milhões de euros e 126,8 mil milhões de euros, respetivamente, o que corresponde a uma variação anual de 2,9% e -7,2%.

Comparados estes valores com os inicialmente orçamentados verifica-se um decréscimo da despesa em pagamentos principalmente na rubrica 1b – “Coesão económica, social e territorial”, na sequência da aprovação do orçamento retificativo n.º 6/2017.

Dotações de autorização e dotações de pagamento no orçamento europeu em 2016 e 2017

Designação	Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)		Orçamento 2017 (inicial)		Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)		Orçamento 2017 (inicial) face ao Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)		Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017) face ao Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros						Variação (%)			
1. Crescimento Inteligente e Inclusivo	69 841 150 263	59 290 697 648	74 898 754 456	56 521 763 545	75 398 754 456	49 393 819 321	7,2	-4,7	8,0	-16,7
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	19 010 000 000	17 402 423 594	21 312 155 821	19 320 944 503	21 312 155 821	19 320 944 503	12,1	11,0	12,1	11,0
1b. Coesão económica, social e territorial	50 831 150 263	41 888 274 054	53 586 598 635	37 200 819 042	54 086 598 635	30 072 874 818	5,4	-11,2	6,4	-28,2
2. Crescimento Sustentável: Recursos Naturais	62 469 514 833	54 972 403 654	58 584 443 884	54 913 969 537	58 569 110 094	54 120 940 747	-6,2	-0,1	-6,2	-1,5
3. Segurança e Cidadania	4 292 066 698	3 022 387 739	4 284 030 960	3 786 957 287	4 284 030 960	3 224 307 287	-0,2	25,3	-0,2	6,7
4. Europa Global	9 167 033 302	10 155 590 403	10 162 120 000	9 483 081 178	10 437 120 000	9 055 843 969	10,9	-6,6	13,9	-10,8
5. Administração	8 951 016 040	8 950 916 040	9 394 513 816	9 394 599 816	9 394 513 816	9 394 599 816	5,0	5,0	5,0	5,0
6. Compensações										
Instrumentos Especiais	556 087 125	250 475 125	533 924 000	390 000 000	1 747 924 013	1 581 200 013	-4,0	55,7	214,3	531,3
TOTAL	155 276 868 261	136 642 470 609	157 857 787 116	134 490 371 363	159 831 453 339	126 770 711 153	1,7	-1,6	2,9	-7,2

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O financiamento do orçamento da UE foi assegurado maioritariamente por recursos próprios – recursos próprios tradicionais, incluindo direitos aduaneiros e quotizações do açúcar, recurso próprio baseado no IVA e recurso próprio baseado no RNB –, que atingiram 91,1% do total das receitas, com destaque para o recurso próprio baseado no RNB que representou 61,8% do total. As restantes receitas do orçamento incluem impostos pagos pelos funcionários das instituições europeias sobre os seus salários, contribuições de países terceiros para determinados programas da UE e coimas sobre empresas que violam as regras da concorrência ou outra legislação europeia.

Receitas do orçamento europeu em 2016 e 2017

Designação	Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)	Orçamento 2017 (inicial)	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	Orçamento 2017 (inicial) face ao Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017) face ao Orçamento 2016 (incluindo OR 1 a 6/2016)
	Unidade: Euros			Variação (%)	
Recursos próprios	133 676 652 422	131 717 978 465	115 483 788 464	-1,5	-13,6
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	20 247 900 000	21 467 000 000	20 507 300 000	6,0	1,3
Recursos próprios baseados no IVA	16 279 317 150	16 598 937 750	16 620 148 350	2,0	2,1
Recursos próprios baseados no RNB	97 149 435 272	93 652 040 715	78 356 340 114	-3,6	-19,3
Outras receitas	2 965 818 187	2 772 392 898	11 286 922 689	-6,5	280,6
Total	136 642 470 609	134 490 371 363	126 770 711 153	-1,6	-7,2
<i>Por memória:</i>					
Recursos Próprios em % do RNB	0,89%	0,85%	0,76%		
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,20%					

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

Em resultado da adoção dos seis orçamentos retificativos e do seu efeito líquido, o contributo previsto de Portugal a título de Recursos Próprios ascendeu a 1.504,4 milhões de euros, face a 1.671,7 milhões de euros inicialmente previstos, representando uma diminuição de 167,3 milhões de euros (-10%). Ao nível da contribuição financeira – recursos próprios baseados no IVA e no RNB e compensação ao Reino Unido – o contributo orçamentado para Portugal ascendeu a 1.365,9 milhões de euros, face a 1.534,7 milhões de euros previstos no orçamento inicial, verificando-se uma diminuição de 168,8 milhões de euros (-11%).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A execução orçamental do Capítulo 70 do Orçamento do Estado – Contribuição Financeira – situou-se em 1.418,0 milhões de euros em 2017, explicada pelas seguintes componentes:

- Restituição da União Europeia no montante de 48,4 milhões de euros (líquida de pagamentos) ocorrida em janeiro de 2017 relativa aos efeitos conjuntos dos orçamentos europeus retificativos n.º 4/2016 e n.º 6/2016, aprovados pelo Parlamento Europeu a 1 de dezembro de 2016;
- A execução do orçamento europeu de 2017, incluindo os retificativos n.º 1 a 5/2017, traduzida numa contribuição financeira de Portugal de 1.456,7 milhões de euros;
- O financiamento do “opting out” no montante de 2,3 milhões de euros referindo-se ao ajustamento respeitante à não participação de alguns Estados-membros em determinadas políticas no âmbito do espaço de Liberdade, Segurança e Justiça;
- O pagamento do ajustamento anual dos saldos dos recursos próprios baseados no IVA e RNB no valor de 7,3 milhões de euros.

Execução orçamental do Capítulo 70 do Orçamento do Estado - Contribuição Financeira - em 2017

Designação	Dotações				Pagamentos				
	Dotação Inicial	Alterações Orçamentais (Reforços)		Dotação Corrigida	Orçamentos Europeus Retificativos nº 4 e 6/2016	Orçamento Europeu 2017 (incluindo Retificativos nº1 a 5/2017)	Opting Out	Ajustamentos IVA e RNB	Total
		Gestão	Dotação						
	Unidade: Euros								
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(5)+(6)+(7)+(8)
Contribuição Financeira	1 609 658 261	-13 662 021	0	1 595 996 240	-48 365 681	1 456 746 503	2 331 602	7 299 992	1 418 012 415

Fonte: DGO, Comissão Europeia

PROCESSO ORÇAMENTAL 2018

O orçamento da UE para 2018 deverá continuar a desempenhar um papel relevante na definição e prossecução das prioridades e dos objetivos da UE, designadamente apoiar a recuperação da economia europeia, fazer face aos desafios humanitários e de segurança no interior e no exterior das fronteiras da UE, e honrar os compromissos já assumidos, tanto no âmbito do período de programação em curso como dos anteriores, conforme as orientações orçamentais para 2018 estabelecidas nas conclusões do Conselho ECOFIN de fevereiro.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Conselho continuou a realçar a necessidade de assegurar a disciplina orçamental – uma vez que vários Estados-membros continuam sob restrições orçamentais – e simultaneamente estimular o crescimento, promover o emprego, reforçar a coesão, fomentar a competitividade e fazer face às crises das migrações e da segurança. Este equilíbrio pode ser atingido mediante a hierarquização de objetivos, a par da atribuição dos recursos disponíveis aos programas e ações que melhor contribuam para a consecução desses objetivos, com especial destaque para as áreas que criem valor acrescentado europeu.

Das dez prioridades definidas pelo Presidente Juncker, destacam-se dois objetivos claros:

- Um orçamento para os novos desafios decorrentes das tensões geopolíticas – neste âmbito salienta-se o financiamento de ações como a ajuda de emergência, o controlo de fronteiras, a integração de refugiados e requerentes de asilo; o financiamento de ações e iniciativas que visam uma União da Segurança (exemplo da luta contra as ciber-ameaças e a radicalização); a criação do Corpo Europeu de Solidariedade, que reunirá jovens de toda a UE para trabalho voluntário de forma a responder a situações de crise; e o financiamento de ajuda humanitária;
- Um orçamento que promove o investimento estratégico e o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o emprego, especialmente para os jovens – neste âmbito destaca-se a proposta de prorrogação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) e o reforço do seu fundo de garantia; a previsão de que os programas dos fundos estruturais 2014-2020, tendo sofrido alguns atrasos durante a sua fase inicial, alcancem uma velocidade cruzeiro em 2018; a continuação de previsão de boa execução do Mecanismo Interligar a Europa e do Horizonte 2020; um maior investimento a favor dos jovens, com o reforço da Iniciativa para o Emprego dos Jovens; a resposta a novos desafios com uma ação preparatória sobre atividades de investigação no domínio da defesa e da segurança ao nível europeu e que estabelece as bases para um Fundo Europeu de Defesa; a aplicação do acordo sobre as alterações climáticas (COP 21); e o reforço da promoção do desenvolvimento sustentável em relação a países vizinhos.

O projeto de orçamento da Comissão para 2018 procurou estabelecer um equilíbrio entre a execução dos programas em curso e a resposta a novos desafios, incorporando



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

os resultados da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 que reforçaram a capacidade do orçamento da UE para responder aos novos desafios e necessidades futuras.

Note-se que a preparação da saída do Reino Unido, iniciada em março de 2017, não tem impacto no orçamento de 2018. O mesmo acontecerá nos orçamentos de 2019 e 2020 dado que, conforme o relatório conjunto que traduz o acordo político alcançado em dezembro no final da primeira fase das negociações de saída, até ao final do presente Quadro Financeiro o Reino Unido deverá continuar a participar nos orçamentos anuais nos mesmos moldes, i.e., com os mesmos direitos e obrigações que um Estado-membro, embora excluído dos processos de tomada de decisão.

Em termos globais, o projeto de orçamento da Comissão propunha dotações de autorização e de pagamento cifradas em 160,6 mil milhões de euros e 145,4 mil milhões de euros, respetivamente.

Em outubro a Comissão completou o seu projeto com a proposta de carta retificativa n.º 1/2018, na qual propôs uma diminuição das dotações de autorização e de pagamento para 160,3 mil milhões de euros e 145,3 mil milhões de euros, respetivamente, refletindo a atualização da despesa relativa ao Fundo Europeu de Garantia Agrícola (FEAGA) e a redução de despesa em outros Instrumentos Especiais.

O acordo político entre o Conselho e o Parlamento Europeu sobre o orçamento de 2018 foi alcançado no período de conciliação, que decorreu em novembro, tendo a aprovação final ocorrido ainda no final desse mesmo mês. As dotações de autorização e de pagamento foram fixadas em 160,1 mil milhões de euros e em 144,7 mil milhões de euros, respetivamente, o que representa uma variação anual de 0,2% e de 14,1% face ao orçamento da UE para 2017 com as alterações que lhe foram dadas pelos orçamentos retificativos n.ºs 1 a 6/2017.

Portugal considerou o resultado final globalmente satisfatório, sendo de destacar a preservação das disponibilidades orçamentais para a Política de Coesão e para a PAC,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

o reforço dos recursos atribuídos à Iniciativa Emprego para os Jovens e a reversão do corte de 5 milhões de euros em dotações de pagamento para o adicional relativo às Regiões Ultraperiféricas inicialmente consagrado na posição comum do Conselho.

Dotações de autorização e dotações de pagamento no orçamento europeu em 2017 e 2018

Designação	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)		Orçamento 2018 (inicial)		Orçamento 2018 (inicial) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	
	DA	DP	DA	DP	DA	DP
	Unidade: Euros				Variação (%)	
1. Crescimento inteligente e inclusivo	75 398 754 456	49 393 819 321	77 533 697 652	66 624 486 101	2,8	34,9
1a. Competitividade para o crescimento e o emprego	21 312 155 821	19 320 944 503	22 001 452 724	20 097 167 844	3,2	4,0
1b. Coesão económica, social e territorial	54 086 598 635	30 072 874 818	55 532 244 928	46 527 318 257	2,7	54,7
2. Crescimento sustentável: recursos naturais	58 569 110 094	54 120 940 747	59 285 323 122	56 083 793 633	1,2	3,6
3. Segurança e cidadania	4 284 030 960	3 224 307 287	3 493 241 199	2 980 707 175	-18,5	-7,6
4. Europa global	10 437 120 000	9 055 843 969	9 568 842 411	8 906 075 154	-8,3	-1,7
5. Administração	9 394 513 816	9 394 599 816	9 665 513 627	9 666 318 627	2,9	2,9
6. Compensações						
Instrumentos especiais	1 747 924 013	1 581 200 013	566 902 000	419 600 000	-67,6	-73,5
TOTAL	159 831 453 339	126 770 711 153	160 113 520 011	144 680 980 690	0,2	14,1

Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia

Os recursos próprios previstos para 2018 atingem 142,8 mil milhões de euros, observando-se uma variação anual positiva de 23,7% face a 2017, acréscimo que, nesta fase, se traduz no considerável aumento dos recursos próprios baseados no RNB de 31,1%. Prevê-se que o recurso próprio IVA apresente um crescimento pouco expressivo de 3,8%, enquanto os recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar apresentem um acréscimo de 11,4% relativamente a 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Receitas do orçamento europeu em 2017 e 2018

Designação	Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)	Orçamento 2018 (inicial)	Orçamento 2018 (inicial) face ao Orçamento 2017 (incluindo OR 1 a 6/2017)
	Unidade: Euros		Variação (%)
Recursos próprios	115 483 788 464	142 832 334 754	23,7
Recursos próprios baseados nos direitos aduaneiros líquidos e nas quotizações líquidas no setor do açúcar	20 507 300 000	22 844 000 000	11,4
Recursos próprios baseados no IVA	16 620 148 350	17 249 560 050	3,8
Recursos próprios baseados no RNB	78 356 340 114	102 738 774 704	31,1
Outras receitas	11 286 922 689	1 848 645 936	-83,6
Total	126 770 711 153	144 680 980 690	14,1
<i>Por memória:</i>			
Recursos Próprios em % do RNB	0,76%	0,91%	
Limite máximo dos recursos próprios em % do RNB: 1,20%			
Fonte: DGO a partir de dados da Comissão Europeia			

FLUXOS FINANCEIROS

Os Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia apresentaram em 2017 um saldo global de 2.054,0 milhões de euros, o que corresponde a um acréscimo de 60,9% em relação a 2016.

Para este saldo global de transferências entre Portugal e a UE contribuiu, essencialmente, o aumento das transferências da UE para Portugal em 20,1%, correspondente a 611,7 milhões de euros, e que se deveu aos aumentos registados em FEDER, FSE e FEAGA, com acréscimos de 60,8%, 45,3% e 6,9%, respetivamente.

A variação positiva observada deve-se, no caso do FEDER, FSE e Fundo de Coesão, ao incremento significativo na execução dos Programas Operacionais do Portugal 2020, bem como ao recebimento de montantes de pré-financiamento, a que acresceram, no final do ano, os saldos finais de três Programas Operacionais do QREN FEDER e dos quatro Programas Operacionais do QREN FSE.

Relativamente ao Fundo Europeu de Apoio aos Carenciados (FEAC), a ausência de execução está relacionada com a necessidade de garantir a operacionalização do novo modelo de distribuição de alimentos no respetivo Programa Operacional, que não



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

permitiu que fossem submetidos pedidos de pagamento intermédios à Comissão Europeia em tempo útil.

De salientar, ainda, o recebimento, em novembro, de 1,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE, a título de adiantamento da subvenção financeira relativa à candidatura apresentada pelo Governo na sequência dos grandes incêndios que assolaram o país entre junho e outubro. Esta candidatura foi objeto de atualização em função dos acontecimentos. No final do ano a análise do processo ainda estava em curso na Comissão Europeia, aguardando-se a atualização do adiantamento assim como a fixação do montante da subvenção.

No que respeita aos fundos da área agrícola e das pescas, no FEADER verifica-se um decréscimo em 2017, relacionado com o facto de em 2016 se ter encerrado o período de programação 2007-2013 com impacto positivo nesse ano. Por sua vez, no FEAGA verifica-se uma variação positiva face a 2016 devido à diminuição de correções financeiras suportadas por Portugal. No FEAMP, o incremento verificado resulta da execução em pleno do período de programação 2014-2020.

Contribuindo para a melhoria do saldo global de transferências entre Portugal e a UE, as transferências de Portugal para a UE verificaram uma variação homóloga negativa de 9,4%, que se traduz na redução de transferências no montante de -165,8 milhões de euros, explicada fundamentalmente pela variação negativa do recurso próprio baseado no RNB em -215,7 milhões de euros. Em contraponto com esta variação negativa, observou-se uma variação positiva do recurso baseado no IVA de 44,9 milhões de euros.

A restituição da UE no montante de 84,7 milhões de euros resultou da aprovação do orçamento retificativo n.º 6/2016, traduzindo-se na diminuição da contribuição de Portugal no que toca ao recurso baseado no RNB e cujos efeitos orçamentais vieram apenas a ocorrer em janeiro de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

É ainda de destacar que a decisão de recursos próprios se refletiu também numa menor taxa de retenção de recursos próprios tradicionais (RPT) pelos Estados-membros a título de despesas de cobrança, que diminuiu de 25% para 20% dos RPT apurados e que explica a redução de despesas de cobrança em 25,9 milhões de euros, dos quais 20,6 milhões de euros respeitam ao efeito retroativo, a 1 de janeiro de 2014, da redução da taxa antes mencionada.

Existem ainda outras transferências financeiras, não incluídas no quadro de fluxos financeiros, decorrentes da participação de Portugal nos programas e ações no quadro de diversas políticas comunitárias, tais como, investigação e desenvolvimento, ambiente, energia, formação profissional, educação. Estas são de difícil contabilização, na medida em que se realizam de forma dispersa, sendo efetuadas diretamente para os beneficiários.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Fluxos Financeiros entre Portugal e a União Europeia

	<i>Milhões Euros</i>		
	2015	2016	2017 (*)
1. Transferências da UE para Portugal			
FEDER	687,3	858,8	1.380,6
FSE (1)	441,1	589,7	856,7
FEAC	19,5	16,0	0,0
Fundo de Coesão	148,6	132,6	149,4
Fundo de Solidariedade da UE	0,0	0,0	1,5
FEADER	288,0	721,6	515,6
IFOP/FEP/FEAMP	50,4	11,1	16,9
FEOGA-Garantia/FEAGA(2)	671,8	672,9	719,5
Despesas cobrança DA(3)	39,3	42,3	16,4
Restituições e Reembolsos(4)	-6,9	-0,2	0,0
Total	2.339,1	3.044,8	3.656,5
2. Transferências de Portugal para a UE			
Recursos Próprios Tradicionais (5)	157,4	184,3	184,5
Recurso IVA	253,9	242,6	287,5
Recurso RNB	1.267,9	1.288,3	1.072,6
Redução RNB Dinamarca, Holanda, Suécia e Austria	0,0	40,2	13,4
Correção Reino Unido	138,1	127,5	129,2
Restituições e Reembolsos(6)	-35,8	-114,5	-84,7
Diversos (7)	2,6	0,0	0,1
Total	1.784,0	1.768,3	1.602,5
3. Saldo Global: (1 - 2)	555,0	1.276,5	2.054,0

Fonte: DGO, IGCP, AD&C, IFAP

(1) Inclui Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ).

(2) Inclui Medidas Veterinárias.

(3) Despesas de cobrança previstas no nº 3 do artigo 2º da Decisão do Conselho nº 2007/436/CE, Euratom, de 7 de junho, relativa ao Sistema de Recursos Próprios da União Europeia, correspondente a 25% dos RPT cobrados, com redução de 25% para 20% no âmbito da Decisão do Conselho n.º 2014/335/UE Euratom a partir de 01 de outubro de 2016 e com efeitos a 1 de janeiro de 2014. Inclui em 2017 a devolução à UE da diferença de retenção das despesas de cobrança devida pelo efeito retroativo da entrada em vigor da nova Decisão.

(4) Devoluções e restituições à CE no âmbito de diversos Fundos.

(5) Os montantes expressos no quadro correspondem a valores brutos disponibilizados à Comissão Europeia, sendo os montantes retidos em 25% ou a 20%, conforme a Decisão em vigor, a título de despesas de cobrança, considerados nas transferências da UE para Portugal.

(6) Inclui os montantes recebidos por Portugal referentes a restituições de anos anteriores.

(7) Inclui Juros respeitantes a Recursos Próprios.

(*) Valores provisórios



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO XV

**REVISÃO INTERCALAR DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL
2014-2020**

REVISÃO DO REGULAMENTO DO QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL

O processo de adoção da alteração ao Regulamento do Quadro Financeiro Plurianual (Regulamento n.º 1311/2013) que integrava o Pacote relativo à revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, apresentada em setembro de 2016, esteve suspenso por parte do Conselho entre novembro de 2016 e março de 2017, fruto da reserva mantida por Itália, que discordava do equilíbrio do acordo alcançado pelos restantes EM.

Em abril o Parlamento Europeu deu o seu consentimento à revisão intercalar, seguindo-se a aprovação no Conselho, em junho, com a abstenção de Itália e do Reino Unido (que entretanto também tinha colocado uma reserva, que levantou depois do resultado das eleições legislativas nacionais).

O compromisso final é praticamente idêntico ao acordo de princípio alcançado em novembro de 2016. De sublinhar que uma parte significativa das dotações acordadas como reforços resulta de reafetações e do reaproveitamento de margens. Os principais resultados constam do quadro abaixo.

Recorde-se que foi abandonada a proposta da Comissão de criação da Reserva da UE para Crises e que ficou determinado que os montantes não utilizados do Fundo Europeu de Apoio à Globalização e do Fundo de Solidariedade da UE fossem transferidos para o Instrumento de Flexibilidade em anos posteriores, reforçando a capacidade deste instrumento.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Dotações complementares aprovadas no quadro da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual, a executar nos exercícios 2017-2020

	Dotações de autorização, em milhões de euros
Rubrica 1a	
Horizonte 2020	200
MIE – Transportes	300
Erasmus+	100
COSME	100
Wifi4EU	25
FEIE	150
Total da rubrica 1a	875
Rubrica 1b (IEJ)	1200
Rubrica 3	2549
Rubrica 4	1385
Total das rubricas 1a, 1b, 3 e 4	6009

Fonte: Documento 7031/17 do Conselho da UE – Declaração do PE e do Conselho

REVISÃO DO REGULAMENTO FINANCEIRO

O Pacote sobre a revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual integrava uma proposta sobre a revisão das regras do Regulamento Financeiro⁶⁷ e de um conjunto de atos setoriais relativos a programas plurianuais (proposta “omnibus”).

Esta proposta tinha por objetivo introduzir maior simplificação e flexibilidade nas regras e na gestão do orçamento, tornando-as simultaneamente mais focadas nos resultados.

A análise foi dividida por áreas de responsabilidade, tendo os trabalhos decorrido de forma separada e a ritmos diferentes nos diversos grupos e comités. Os trabalhos avançaram mais rapidamente nas vertentes setoriais, sobretudo na componente

⁶⁷ Regulamento (UE, Euratom) n.º 966/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, relativo às disposições financeiras aplicáveis ao orçamento geral da União.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

agrícola que acabou por ser autonomizada e aprovada em definitivo no final do ano⁶⁸ dada a importância de as correspondentes disposições entrarem em vigor no início de 2018 (ver Capítulo IX deste Título).

Relativamente às restantes vertentes, em dezembro foi confirmado o acordo já obtido em tríplice nas componentes setoriais (questões estruturais, questões sociais, transportes e questões intermodais) e alcançado acordo político de princípio com o PE sobre a globalidade do texto do articulado da parte (mais substancial) relativa ao Regulamento Financeiro, tendo a finalização dos respetivos considerandos sido deixada para janeiro, sob presidência búlgara.

Este acordo político, mesmo não final, constituiu um marco relevante para o encerramento deste ciclo de revisão do Regulamento Financeiro e para a preparação dos trabalhos relativos ao próximo Quadro Financeiro Plurianual e à nova geração de programas. Espera-se um acordo final nos primeiros meses de 2018.

Portugal apoiou globalmente os objetivos desta proposta e considerou equilibrado o acordo alcançado.

FUNDO EUROPEU PARA INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

O Pacote da revisão intercalar do Quadro Financeiro Plurianual integrava ainda uma proposta sobre o reforço do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE). A proposta de regulamento apresentada visava prolongar este instrumento até 2020 e reforçar o seu montante de molde a conseguir atrair investimentos adicionais no valor global de até 500 mil milhões de euros no período 2015-2020 (eram 315 mil milhões de euros nos primeiros três anos) – ver Capítulo I deste Título.

Embora o acordo no Conselho sobre uma abordagem geral tivesse sido alcançado ainda em dezembro de 2016, as negociações com o PE só se iniciaram no mês de maio de 2017, após esta instituição ter definido a sua posição.

⁶⁸ Regulamento (UE) 2017/2393 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Um acordo final foi alcançado em dezembro⁶⁹. Para além de prolongar a vigência e reforçar o montante, o regulamento revisto procura tornar as decisões de investimento mais transparentes, intensificar o apoio técnico ao nível local, dar maior ênfase a projetos de pequena dimensão através de plataformas de investimento, favorecer projetos de investimento mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e contribuir para melhorar o clima empresarial.

Portugal apoiou desde o seu início a criação do Fundo no quadro do Plano Europeu de Investimentos (“Plano Juncker”), tal como apoiou o seu reforço e extensão, considerando ter-se chegado a um bom acordo.

PLANO DE INVESTIMENTO EXTERNO

O Pacote da revisão intercalar incluía também a proposta de regulamento relativo à criação de um Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável visando, em particular, combater as causas profundas das migrações e ajudar os parceiros a gerirem as suas consequências, contribuindo simultaneamente para a realização de outros objetivos de desenvolvimento. O acordo sobre este elemento do Pacote foi alcançado em setembro (ver Título V, Capítulo VIII e Título VI, Capítulo IV)⁷⁰.

Incluía ainda uma proposta alterando o regulamento que institui um Fundo de Garantia relativo às ações externas⁷¹ e uma proposta que altera a decisão que concede uma garantia da UE ao Banco Europeu de Investimento em caso de perdas resultantes de operações de financiamento a favor de projetos de investimento realizados fora da União⁷². Em ambos os casos, as alterações propostas resultaram da avaliação intercalar da implementação dos respetivos atos, propondo-se também o aumento da capacidade de empréstimo do mandato externo do BEI.

⁶⁹ Regulamento (UE) 2017/2396 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2017.

⁷⁰ Regulamento (UE) 2017/1601 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de setembro de 2017, que institui o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS), a Garantia FEDS e o Fundo de Garantia FEDS.

⁷¹ Regulamento (CE, Euratom) n.º 480/2009.

⁷² Decisão n.º 466/2014/UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A negociação dos dois atos decorreu em paralelo. O Conselho definiu o mandato negocial em novembro de 2016 e reconfirmou-o em março de 2017, após o PE ter definido a sua posição, o que permitiu o início das negociações interinstitucionais em abril. A questão mais sensível foi o montante global do mandato externo do BEI, que o PE pretendia reforçar de forma significativa.

Um acordo político foi alcançado no final do ano, tendo o PE concordado com a fixação do teto global em 32,3 mil milhões de euros, conforme a proposta original, assim como uma repartição regional considerada adequada pelo Conselho. Portugal apoiou este acordo que, designadamente, preserva o equilíbrio geográfico consagrado na Vizinhança que estabelece uma repartição 2/3 para o Sul e 1/3 para o Leste.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO V

ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA⁷³

A exemplo dos dois últimos anos, o tema das migrações continuou em destaque na agenda europeia, mesmo que os fluxos migratórios com origem no Mediterrâneo tenham diminuído, especialmente no Mediterrâneo Oriental, muito por força da Declaração EU/Turquia, de 2016. Pelo contrário, a rota do Mediterrâneo Ocidental continuou a crescer, devido à forte presença de migrantes na Líbia, ainda que oriundos de outros países do continente africano, facto que confirmou a necessidade de um relacionamento mais estreito com África.

O processo de recolocação de migrantes oriundos da Grécia e da Itália também prosseguiu, embora os resultados não tenham correspondido à expectativa inicial, já que o número de migrantes elegíveis acabou por ser inferior ao número que as decisões europeias previam. Foi perante este cenário que Portugal continuou a recolocar migrantes, permanecendo no topo da lista dos países que mais pessoas acolheram ao abrigo daquele mecanismo.

Embora sem resultados práticos, a reforma do Sistema Europeu de Asilo foi objeto de particular atenção, sublinhando a importância da política de asilo como iniciativa tendente à resolução da crise migratória, ainda que o debate tenha sido condicionado pela questão, que divide os EM, da eventual introdução de um mecanismo obrigatório de recolocação.

Mais uma vez o terrorismo fez sentir os seus efeitos em solo europeu, tendo a Comissão apresentado um pacote de medidas destinadas a combater este fenómeno.

⁷³ A lista dos atos e acordos na área da Justiça e dos Assuntos Internos encontra-se no Anexo II.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na cooperação judiciária em matéria penal, o destaque vai para a adoção de uma cooperação reforçada que cria a Procuradoria Europeia, contando esta com a participação de 20 EM, entre os quais Portugal.

Salienta-se por fim a iniciativa da Comissão destinada a rever o mecanismo europeu de proteção civil, depois de reconhecer que o atual mecanismo é insuficiente para responder a catástrofes naturais, especialmente fogos florestais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

CIDADANIA E DIREITOS FUNDAMENTAIS

ADESÃO DA UNIÃO EUROPEIA À CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM (CEDH)

Na sequência do Parecer 2/13 do Tribunal de Justiça (TJUE), de 18 de dezembro de 2014, que negou a existência de compatibilidade entre o Acordo de adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH) e o Direito da União, assistiu-se, em 2017, à manutenção da suspensão das negociações com o Conselho da Europa. Salienta-se que a Comissão Europeia reiterou já o seu empenho na adesão da UE à CEDH e esclareceu que tem estado a trabalhar no referido parecer do TJUE. Portugal, que votou favoravelmente o acordo negocial que o TJUE acabou por rejeitar, reconheceu, desde o início, a importância política e a prioridade atribuída à adesão da União à CEDH.

Adesão da União Europeia à Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)

Em março de 2016 a Comissão Europeia apresentou duas propostas de decisões do Conselho, uma sobre a assinatura e outra sobre a conclusão (ratificação), em nome da União Europeia, da Convenção de Istambul.

Na sequência dos debates no Conselho, foi decidido que o projeto de decisão sobre a assinatura da Convenção deveria ser dividido em duas decisões, uma abrangendo a cooperação judiciária em matéria penal e a outra a matéria do asilo e não repulsão. Estas duas decisões do Conselho foram adotadas em maio de 2017. Em 13 de junho a Comissária da UE para Justiça, Consumidores e Igualdade de Género assinou a Convenção de Istambul em nome da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A assinatura foi o primeiro passo no processo de adesão da UE à Convenção. A adesão exige agora a adoção de decisões do Conselho sobre a conclusão da Convenção.

Tendo Portugal sido um dos primeiros Estados a ratificar esta Convenção, a posição portuguesa tem sido muito favorável ao desfecho deste processo.

Proteção de dados

O Conselho de Justiça e Assuntos Internos (JAI) de junho alcançou uma abordagem geral sobre a proposta de regulamento relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos da UE e à livre circulação desses dados e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE. Portugal esteve a favor desta aprovação, uma vez que a proposta contribuirá para completar o quadro europeu de proteção de dados pessoais.

Paralelamente, foram ultimados os preparativos referentes à entrada em vigor do “Pacote de Proteção de Dados da União Europeia”, constituído pelo Regulamento (UE) 2016/679 e pela Diretiva (UE) 2016/680, cuja entrada em vigor está prevista para maio de 2018.

Noutro plano, registaram-se evoluções (tendentes à conclusão) das negociações sobre a modernização da Convenção do Conselho da Europa para a proteção das pessoas relativamente ao tratamento automatizado de dados de carácter pessoal (ETS 108) e as condições e modalidades da adesão da União Europeia à Convenção modernizada, nas quais Portugal tem participado ativamente.

Por fim, importa registar que, na sequência do parecer que o PE solicitou ao TJUE sobre o projeto de acordo entre a UE e o Canadá relativo à transferência de dados de registo de identificação dos passageiros (“Passenger Name Record”), este foi declarado incompatível com a Carta dos Direitos Fundamentais, pelo que não poderá ser celebrado sem as devidas alterações. As instituições preparam-se para atuar em conformidade. Portugal entende que a renegociação do acordo deverá ser feita com celeridade, respeitando as alterações que seja necessário garantir.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

SCHENGEN, VISTOS E FRONTEIRAS

SCHENGEN

Mecanismo de Avaliação Schengen

Em conformidade com o programa plurianual estabelecido, Portugal foi, entre maio e setembro de 2017, avaliado pela terceira vez sobre a correta aplicação do Acervo Schengen. As missões de avaliação a Portugal traduziram-se em visitas por uma equipa de avaliadores europeus às áreas da Gestão de Fronteiras (aéreas e marítimas), ao Sistema de Informações de Schengen, à Proteção de Dados, à Política Comum de Vistos, ao Retorno e à Cooperação Policial, tendo percorrido o país (incluindo a Região Autónoma da Madeira) e abrangendo uma coordenação e cooperação de uma multiplicidade de entidades, do setor público ao setor privado. Este processo de avaliação, cuja coordenação nacional foi assegurada pela Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, implicou todo um trabalho preparatório (com a realização de diversas reuniões de trabalho e um complexo exercício de avaliação simulada) e tarefas como a preparação das visitas, coordenação e acompanhamento in situ das equipas avaliadoras nas diferentes áreas em escrutínio e fornecimento aos avaliadores de informação e documentação adicional solicitada. Ainda em 2017 foram recebidos todos os projetos de relatório de avaliação às seis áreas temáticas, tendo os respeitantes à Gestão de Fronteiras e Política Comum de Vistos sido alvo de discussão e aprovação em sede do Comité Schengen. Aguarda-se para 2018 a aprovação dos restantes relatórios de avaliação e das Decisões de Recomendações extraídas dos mesmos (aprovadas em Conselho). Estas recomendações deverão, posteriormente, ser vertidas em Planos de Ação, cuja execução terá de ser assegurada e acompanhada, de forma próxima, pela Comissão Europeia, através dos relatórios de seguimento, até que se considerem plenamente cumpridos os critérios técnicos em presença.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Funcionamento do espaço Schengen

Face à persistência da ameaça de movimentos secundários de migrantes em situação irregular e no seguimento de uma decisão adotada em maio pelo Conselho⁷⁴, a Alemanha, a Áustria, a Dinamarca, a Suécia e a Noruega prolongaram até 11 de novembro de 2017 os controlos temporários num número limitado de troços das suas fronteiras internas, ao abrigo do artigo 29.º, n.º 1, do Código das Fronteiras Schengen. Em coerência com a posição adotada em circunstâncias idênticas anteriores, Portugal apoiou esta decisão, salientando contudo a importância do regresso ao normal funcionamento do espaço Schengen e do pleno respeito pelos princípios da necessidade e proporcionalidade na manutenção dos controlos. Em outubro, os referidos Estados Schengen notificaram a Comissão e os restantes EM do prolongamento dos controlos por mais seis meses, à luz do artigo 25.º do referido Código e invocando a ameaça à ordem e segurança públicas.

Revisão do Código das Fronteiras Schengen

Considerando ser necessário atualizar as normas aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas, a Comissão propôs medidas para preservar e reforçar o espaço Schengen. As propostas⁷⁵ visam a atualização do Código das Fronteiras Schengen, a fim de adaptar as regras para a reintrodução de controlos temporários nas fronteiras internas às necessidades atuais de resposta às novas e persistentes ameaças graves para a ordem pública ou a segurança interna, designadamente o terrorismo. Preveem o prolongamento dos prazos dos controlos e a introdução de garantias processuais reforçadas para assegurar que mantenham o seu carácter excecional e sejam utilizados apenas quando necessários e

⁷⁴ Decisão de Execução (UE) 2017/818 do Conselho, de 11 de maio de 2017, que estabelece uma recomendação para o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen. JO L 122, 13.5.2017, p. 73-75.

⁷⁵ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as normas do Regulamento (UE) 2016/399 aplicáveis à reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas, adotada pela Comissão em 27.9.2017 [COM(2017) 571 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

proporcionados, limitando o seu impacto na livre circulação. Portugal tem sido um defensor firme do carácter excecional destas medidas, as quais não poderão tornar-se a regra ou adquirir um carácter duradouro, considerando necessário assegurar um equilíbrio entre a manutenção do espaço de livre circulação e a garantia da segurança interna face à ameaça terrorista.

VISTOS

Através do Regulamento (UE) 2017/372⁷⁶, de 1 de março de 2017, e do Regulamento (UE) 2017/850⁷⁷, de 17 de maio de 2017, a Geórgia e a Ucrânia foram transferidas do anexo I para o anexo II do Regulamento (CE) N.º 539/2001, isto é, passaram a figurar na lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos da obrigação de visto para transporem as fronteiras externas dos EM. Verificou-se ainda o reforço do mecanismo de suspensão de vistos, pelo Regulamento (UE) 2017/371⁷⁸, de 1 de março de 2017, permitindo à Comissão desencadear a aplicação deste mecanismo por sua própria iniciativa.

Relativamente ao mecanismo de reciprocidade, a União Europeia alcançou a plena reciprocidade em matéria de vistos com o Canadá e verificaram-se avanços nas negociações com os Estados Unidos da América, mediante a assinatura de uma Declaração conjunta (junho de 2017), com vista à inclusão da Bulgária, Croácia, Chipre, Polónia e Roménia no Programa de Isenção de Vistos norte-americano ("Visa Waiver Program").

Em julho foi ainda adotado o Regulamento (UE) 2017/1370⁷⁹, que estabelece uma nova vinheta de visto comum com dispositivos de segurança mais modernos, em substituição da anterior em circulação há vinte anos, a qual foi considerada comprometida devido a incidentes graves de contrafação e de fraude.

⁷⁶ JO L 61 de 8.3.2017, p. 7-8.

⁷⁷ JO L 133 de 22.5.2017, p. 1-3.

⁷⁸ JO L 61 de 8.3.2017, p. 1-6.

⁷⁹ JO L 198 de 28.7.2017, p. 24-28.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito do Diálogo sobre Mobilidade e Migração entre a UE e a China, a Comissão encetou negociações com este país tendo em vista um acordo sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração. As diretrizes de negociação acordadas mereceram o apoio de Portugal.

Centro Comum de Vistos (CCV) em Cabo Verde – Cidade da Praia

A Hungria e a Islândia aderiram ao CCV da Praia em 2017, respetivamente em 15 de maio e 1 de setembro. Em 31 de dezembro este CCV representava um total de 17 EM.

De referir ainda a manutenção do programa de itinerâncias consulares, isto é, a possibilidade de receção de pedidos de visto e recolha da biometria em outras ilhas daquele arquipélago através de equipamentos móveis, sem a qual não seria possível, com a entrada em vigor do Sistema de Informação sobre Vistos, cobrir a maior parte dos locais de atendimento ao público (Ilhas do Sal, Mindelo e Boavista).

COOPERAÇÃO CONSULAR

As discussões sobre Cooperação Consular centraram-se na colocação em prática do documento “Joint EU Consular Crisis Preparedness Framework”, tendo sido analisados e revistos 29 planos de preparação e resposta a crises consulares. Também se retomou a análise de “hot spots” (Península Coreana, Bali, Quênia e Líbano), a cooperação europeia em eventos internacionais, como a Taça da Confederação na Rússia, as diligências consulares conjuntas e os diálogos entre a UE e os EUA e Canadá em matérias de cooperação consular.

No âmbito da emergência consular, Portugal tem participado ativamente na cooperação consular promovida, quer através de teleconferências, quer através da plataforma permanente de cooperação “Cool UE”, fórum específico de partilha de informações entre EM sempre que ocorre uma situação de risco acrescido – perturbação política, militar ou social, catástrofe natural ou acidentes de grande dimensão – num país terceiro. De registar, em 2017, as crises na Gâmbia e no



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Zimbabué, a resposta aos furacões IRMA e Maria nas Caraíbas, a situação na Venezuela e a erupção do vulcão do Monte Agung em Bali.

Em matéria de cooperação consular, Portugal tem acompanhado os exercícios de simulação de situações de emergência promovidos pelo Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), Presidências e Delegações da UE, nomeadamente o SARUNA 17, que teve como cenário um evento no Quénia e que envolveu o SEAE em Bruxelas, a Delegação da UE em Nairobi, a nossa representação em Nairobi e os serviços competentes da Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Portugal tem seguido os diálogos sobre assuntos consulares que a UE mantém regularmente com países terceiros, nomeadamente o Canadá e os EUA e, pela primeira vez durante a Presidência estónia, com a Austrália, tomando posição ativa quanto à iniciativa e conteúdo de diligências conjuntas, nomeadamente as que envolvem condições nas prisões, situação dos detidos, raptos parentais e casamentos forçados.

FRONTEIRAS

No quadro da participação nacional na FRONTEX – Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, é de referir o empenhamento das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna, que mensalmente oscilou entre 22 e 65 elementos, no âmbito das operações conjuntas nas rotas migratórias do Mediterrâneo Ocidental, Central e Oriental e na rota dos Balcãs Ocidentais (JO Triton, JO Poseidon, JO Indalo, JO Pegasus, JO Minerva e JO Alexis), como Pontos de Contacto (Albânia, Chipre, Croácia, Espanha, França, Hungria, Kosovo), nas Operações Conjuntas de Retorno e ainda nos Centros de Situação da FRONTEX (Polónia, Grécia e Itália). Em paralelo, Portugal continuou a participar com meios militares navais e aéreos em operações coordenadas pela referida Agência para a vigilância de fronteiras, num esforço de combate à imigração ilegal e às suas causas, através de uma aeronave (C295) ao longo de sete meses (cerca de 700 horas de voo – a operar a partir da Catânia e Málaga), uma fragata por um período de dois meses (de dezembro de 2016



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a 1 de fevereiro de 2017), um navio de patrulha oceânica e dois navios de patrulha costeira, num total de quatro navios a que correspondem cinco meses de operação.

Interoperabilidade dos sistemas de informação de segurança, gestão das fronteiras e migração da UE

Para garantir uma maior segurança dos cidadãos da UE e facilitar a gestão das fronteiras externas, a Comissão apresentou em dezembro as propostas legislativas sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE⁸⁰. As medidas permitirão colmatar as lacunas decorrentes do facto de os sistemas não comunicarem entre si e garantir que a informação fornecida aos guardas de fronteira e agentes da polícia é completa, exata e fiável. Os novos instrumentos permitirão uma deteção mais eficaz das pessoas que constituem uma ameaça para a segurança, não apenas quando atravessam as fronteiras da UE mas também quando viajam no espaço Schengen. Portugal considera que a utilização e a integração de sistemas e tecnologias de informação ao serviço das fronteiras são essenciais para garantir não só a segurança dos cidadãos mas também a simplificação da passagem dos viajantes de boa-fé, importando assegurar uma gestão eficaz e eficiente destes sistemas com base nos princípios da interoperabilidade e do respeito pela proteção de dados pessoais.

Em junho a Comissão adotou uma proposta de revisão do mandato da Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (eu-LISA)⁸¹. A Agência será encarregada de contribuir para o desenvolvimento da interoperabilidade entre os sistemas de

⁸⁰ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (fronteiras e vistos) e proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que institui um quadro para a interoperabilidade entre os sistemas de informação da UE (cooperação policial e judiciária, asilo e migração), adotadas pela Comissão em 12.12.2017 [COM(2017) 793 final] e [COM(2017) 794 final].

⁸¹ Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à Agência Europeia para a Gestão Operacional de Sistemas Informáticos de Grande Escala no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, que altera o Regulamento (CE) n.º 1987/2006 e a Decisão 2007/533/JAI do Conselho, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 1077/2011, adotada pela Comissão em 29.6.2017 [COM(2017) 352 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

informação e, nesta perspetiva, a proposta destina-se a melhorar o seu funcionamento e reforçar o seu papel de modo a garantir que tenha capacidade para responder aos desafios atuais a nível da UE. Portugal apoia o reforço do mandato da eu-LISA, em particular a sua responsabilidade acrescida em encontrar soluções técnicas de ponta eficientes e financeiramente responsáveis, garantindo simultaneamente o cumprimento das normas em matéria de proteção de dados.

Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem

O Conselho JAI de junho aprovou, com o voto favorável de Portugal, uma abordagem geral sobre a proposta de regulamento que cria um sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS), o qual permitirá a realização antecipada de controlo e, se necessário, recusará autorizações de viagem a cidadãos de países terceiros isentos da obrigação de visto que se desloquem ao espaço Schengen.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

MIGRAÇÕES E ASILO⁸²

Em 2017 assistiu-se a uma diminuição da pressão migratória irregular com origem no Mediterrâneo, com 188.000 entradas, face a 374.000 em 2016. Esta diminuição reflete a quebra acentuada na rota do Mediterrâneo Oriental com a aplicação da Declaração UE-Turquia de 18 de março de 2016 e do mecanismo “1 por 1” ali previsto. Foi também confirmada a tendência, já visível em 2016, de um regresso do Mediterrâneo Central como a principal rota da migração irregular para a UE. Neste contexto, a ação da UE, tendo como base os princípios da responsabilidade e solidariedade partilhadas, manteve-se enquadrada pela aplicação da Agenda Europeia da Migração de 2015 nas suas vertentes externa e interna.

ESQUEMAS EUROPEUS DE RECOLOCAÇÃO E REINSTALAÇÃO

Em setembro foi concluído o esquema temporário de recolocação de emergência, aprovado pelas Decisões do Conselho de setembro de 2015 (2015/1523 de 14 de setembro e 2015/1601 de 22 de setembro) que estabelecem medidas provisórias no domínio da proteção internacional a favor da Grécia e da Itália a fim de ajudar estes países a enfrentarem a pressão migratória. Todavia, as pessoas chegadas à Grécia e Itália até essa data e que satisfaçam todos os requisitos enunciados nas referidas Decisões ainda são elegíveis para recolocação até 21 de março de 2018 pelos EM que não tenham preenchido a totalidade da sua quota – em dezembro a Comissão estimava que estivessem nesta situação cerca de 3.000 pessoas. Assim, até dezembro de 2017 o número total de recolocações foi de 32.366, sendo 21.524 pessoas recolocadas a partir da Grécia e 10.842 a partir de Itália, inferior assim aos 160.000 previstos nas

⁸² A vertente externa é tratada no Capítulo VIII deste Título.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

decisões e aos quase 100.000 lugares assumidos pelos EM ao abrigo das respetivas quotas.

Atendendo a que o esquema de recolocação, obrigatório, não foi aceite unanimemente pelos Estados-membros, a Comissão Europeia abriu em julho processos de infração à República Checa, Hungria e Polónia por incumprimento das decisões do Conselho. Por seu lado, o Tribunal de Justiça, no seu Acórdão de 6 de setembro, não deu provimento aos recursos de anulação da Decisão (UE) 2015/1601 do Conselho interpostos pela Eslováquia e Hungria, que alegavam que a Decisão não permitia responder à crise migratória.

Foram concluídos os esquemas de reinstalação, de carácter voluntário para os Estados-membros, instituídos pelas Conclusões do Conselho de 20 de julho de 2015 e pelo mecanismo 1 por 1 acordado na Declaração UE-Turquia, ao abrigo dos quais foram reinstaladas cerca de 26.000 pessoas.

As divergências entre os Estados-membros não permitiram a conclusão da negociação do novo Quadro de Reinstalação da União, que tem como objetivo a fixação de um quadro permanente e eventualmente obrigatório, tendo a Comissão apresentado em dezembro um Roteiro para a Agenda Europeia da Migração, no qual insta o Conselho e o PE a alcançarem um acordo político sobre esta proposta legislativa até maio de 2018.

Neste contexto, a Comissão dirigiu a Recomendação (UE) 2017/1803, de 3 de outubro, sobre o reforço das vias legais para as pessoas que necessitam de proteção internacional, prevendo um novo exercício de reinstalação para o biénio de 2018/19 destinado ao acolhimento de 50.000 refugiados até outubro de 2019 e para o qual afetou 500 milhões de euros.

Foi igualmente acordado o Programa Voluntário de Admissão Humanitária que, visando substituir o atual “mecanismo 1 por 1”, tem como objetivo a criação de um sistema de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

solidariedade e de partilha de responsabilidade com a Turquia na proteção dos deslocados do conflito na Síria com base num mecanismo expedito.

Portugal participou ativamente na execução dos esquemas de recolocação e reinstalação, como expressão concreta de solidariedade para com os Estados-membros mais afetados e para com os próprios migrantes e refugiados:

- Recolocou 1.521 pessoas, 329 provenientes de Itália e 1.192 da Grécia, figurando em sexto lugar, em termos absolutos, dos países que mais pessoas recolocaram;
- Reinstalou 142 cidadãos sírios, todos ao abrigo do “mecanismo 1 por 1”.

No âmbito do novo exercício de reinstalação para o biénio de 2018/19, Portugal ofereceu-se para acolher 1.010 refugiados sob proteção do ACNUR, das categorias consideradas prioritárias pela UE, provenientes da Turquia e do Egito.

REFORMA DO SISTEMA EUROPEU COMUM DE ASILO (SECA)

Desde o início da crise migratória dos últimos anos tornou-se claro que o desafio fundamental consistia em tornar o SECA mais sólido, sustentável e seguro a longo prazo. Apesar da exigência de uma resposta rápida e determinada por parte da União Europeia, a experiência demonstrou que só uma abordagem global na gestão das migrações poderia ter êxito. Do balanço da execução da Agenda Europeia da Migração e do discurso sobre o Estado da União de 2017⁸³ do Presidente Juncker resultou a necessidade de uma reforma que alcance uma maior convergência no sistema de asilo da UE, de forma a garantir um tratamento mais justo e equitativo dos requerentes em todo o território, capaz de conceder rapidamente proteção às pessoas que dela necessitam e fazer regressar outras, bem como para responder ao risco de movimentos secundários e de abusos que prejudicam a confiança e o bom funcionamento do espaço Schengen.

⁸³ Comunicação sobre a Implementação da Agenda Europeia da Migração, COM(2017) 558, de 27.09.2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Refira-se que o Regulamento de Dublin não é apenas uma parte integrante da reforma, sendo também uma pedra angular no estabelecimento de um sistema de asilo duradouro, capaz de funcionar eficazmente em circunstâncias normais e em tempos de crise. Esta reforma deve ser prosseguida em paralelo com outras políticas, incluindo a luta contra os fluxos migratórios irregulares fora da UE e o combate ao tráfico de pessoas associado (devendo os EM de primeira linha contar com o apoio da FRONTEX, através da Guarda Europeia Costeira e de Fronteiras, de forma a limitar a entrada desses fluxos na UE e a identificar os fluxos mistos), a cooperação com os países terceiros de origem e de trânsito, a gestão das fronteiras externas, a garantia de que os controlos temporários nas fronteiras internas continuem a ser a exceção, a melhoria das vias legais e seguras para que quem necessita de proteção internacional possa entrar na UE de forma disciplinada, coordenada e digna, o aperfeiçoamento da política de retorno associada à celebração de acordos de readmissão, bem como o reforço dos programas de reinstalação, assumindo aqui particular importância o conceito de "país terceiro seguro".

As sete propostas legislativas que compõem o pacote da reforma do SECA foram objeto de discussões detalhadas, tendo porém evoluído de forma diferenciada: obteve-se acordo político sobre as propostas relativas à Agência da União Europeia para o Asilo e ao EUODAC; o Regulamento-Quadro de Reinstalação da União, o Regulamento Qualificação e a Diretiva Condições de Acolhimento registaram progressos, estando já a ser discutidos nos trílogos, não se tendo ainda conseguido alcançar um consenso.

No entanto, na proposta do Regulamento Procedimentos de Asilo e na revisão do Regulamento de Dublin, apesar dos apelos dos Conselhos Europeus de junho e de outubro no sentido de se ultrapassar o impasse, não se verificaram os avanços desejados, tendo as negociações do último registado uma polarização entre os EM que defendiam os princípios de solidariedade e da responsabilidade partilhada e aqueles que se opunham a uma aplicação vinculativa daqueles princípios no que respeita à distribuição de requerentes de asilo. As negociações continuarão, esperando-se que



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

os EM alcancem, durante o primeiro semestre de 2018, um acordo político quanto aos esforços de solidariedade que estão dispostos a fazer.

Na sequência do debate temático sobre as dimensões interna e externa da política de migração realizado no âmbito da Agenda dos Líderes no Conselho Europeu de dezembro, o Presidente Donald Tusk declarou ter recebido dos EMs “uma resposta positiva quanto à disponibilidade para trabalhar de forma consensual”, admitindo todavia que “as quotas obrigatórias continuam a ser uma questão controversa, apesar de o tema já não ser tão escaldante”.

Para a Comissão Europeia a componente da recolocação deveria ser obrigatória no caso de crises graves e voluntária nas situações menos problemáticas. Mais defende que as propostas da reforma do SECA constituem medidas interdependentes e interligadas, devendo ser apreciadas em conjunto e adotadas como um todo, ainda que o trabalho técnico possa progredir a diferentes velocidades, com especial destaque para o já referido aspeto mais controverso da reforma do Regulamento de Dublin, ou seja o mecanismo de alocação que permitirá redistribuir os requerentes de asilo por todos os EM mediante a aplicação de uma chave de repartição⁸⁴ que respeite o equilíbrio entre os princípios da solidariedade e da responsabilidade.

Reconhecendo que a crise migratória revelou as debilidades do atual sistema de asilo na UE para fazer face a situações de emergência e precipitou a necessidade da sua revisão, Portugal concordou com a urgência de uma revisão do SECA, para a qual o respeito pelos princípios de solidariedade e responsabilidade partilhada é fundamental, tendo participado ativamente e de forma construtiva nas discussões sobre a matéria. Defendeu que a solidariedade genuína e a partilha de responsabilidades implicam necessariamente um mecanismo (mecanismo de alocação) que preveja a recolocação de um número mínimo de refugiados nas situações de maior pressão migratória,

⁸⁴ Mediante a aplicação da chave de repartição (50% PIB + 50% população do EM) é calculada a “quota justa” de cada EM, que representa o número de requerentes de asilo que compete a cada EM receber e que é, por essa razão, considerado o limite para uma situação normal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

aplicável a todos os EM. Portugal aceitou a ideia de se conceder uma fase de transição aos EM com necessidades de adaptação das estruturas de acolhimento e sistemas nacionais de asilo de menor dimensão, por forma a poderem constituir uma capacidade suficiente para responder aos compromissos decorrentes da aplicação do mecanismo da alocação. Defendeu ainda a importância de garantir a coerência do sistema, com a rápida adoção das sete propostas legislativas, e apoiou a ideia de conclusão da reforma constante do roteiro da Comissão Europeia até junho de 2018.

MIGRAÇÃO LEGAL

Prosseguiram as negociações da proposta de diretiva relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de emprego altamente especializado⁸⁵ ("Blue Card"), tendo sido adotado em julho mandato para negociações com o PE. Apesar dos avanços alcançados, registaram-se divergências entre a posição do Conselho e do PE, em especial sobre a manutenção de sistemas nacionais de admissão, o alargamento do âmbito aos beneficiários de proteção internacional, o reconhecimento da experiência profissional e os limiares salariais.

Portugal apoiou a proposta de diretiva e defendeu um sistema de admissão de trabalhadores altamente qualificados mais atrativo, com regras mais simples e amplas. Expressou a expectativa de que o texto pudesse ser melhorado em alguns pontos durante as negociações com o PE, designadamente quanto à equiparação da experiência profissional, à redução dos limiares salariais e à maior facilidade de acesso ao estatuto de residente de longa duração. Mantivemos a posição de princípio contra a possibilidade de restrição da igualdade de tratamento em matéria de prestações familiares.

⁸⁵ Com esta proposta pretende-se melhorar a capacidade da UE para satisfazer de forma rápida e eficaz as necessidades existentes e emergentes de trabalhadores altamente especializados nacionais de países terceiros, assim como para compensar os défices de competências, a fim de aumentar o contributo da imigração económica no reforço da competitividade da economia da UE e na atenuação das consequências decorrentes do envelhecimento demográfico.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Cooperação Judiciária Penal

No âmbito da cooperação judiciária em matéria penal prosseguiram os esforços tendentes a desenvolver um espaço de liberdade, de segurança e de justiça assente no princípio do reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais.

No que diz respeito à Procuradoria Europeia, depois de 16 EM terem notificado o PE, o Conselho e a Comissão, em abril, da vontade de instituir uma cooperação reforçada para criar aquela entidade, registou-se a adoção da proposta de regulamento em cooperação reforçada no Conselho JAI em outubro (Regulamento (UE) 2017/1939, de 12 de outubro de 2017, que dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia). Portugal, que manifestou desde o início apoio à criação de uma Procuradoria Europeia, contribuiu ativa e construtivamente para as negociações e foi um dos 16 EM que participaram na cooperação reforçada. Verifica-se atualmente a participação de 20 EM.

No Conselho JAI de junho os EM endossaram as medidas práticas propostas pela Comissão Europeia e deram o seu apoio à apresentação de uma iniciativa legislativa no âmbito da obtenção transfronteiriça de prova eletrónica para efeitos de investigação criminal. Posteriormente, em ligação com a matéria da prova eletrónica, os EM validaram e apoiaram no Conselho JAI de dezembro a realização dos trabalhos da Comissão Europeia relativos à decifragem de dados de comunicações eletrónicas para efeitos de investigação criminal.

Foi alcançada também abordagem geral sobre a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal no Conselho JAI de junho, tendo Portugal apoiado uma vez considerada



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a utilidade para a harmonização do regime europeu de luta contra este fenómeno criminal.

De sublinhar, pela sua cada vez maior importância, as questões ligadas à segurança do ciberespaço. Registou-se a adoção das Conclusões do Conselho sobre a Comunicação Conjunta da Comissão e da Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança “Resiliência, dissuasão e defesa: reforçar a cibersegurança na UE” no Conselho Assuntos Gerais de novembro, que Portugal apoiou, na linha da necessidade de se garantir uma trajetória sólida e célere de revisão da Estratégia UE para a Cibersegurança de 2013 que comporte a transversalidade das diversas vertentes ciber e garanta a autonomia de atuação da UE na matéria.

O Conselho JAI alcançou abordagem geral em dezembro quanto à proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao reconhecimento mútuo das decisões de apreensão e perda, que Portugal apoiou, uma vez que complementa a Diretiva n.º 2014/42/UE sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia, essencial no combate à criminalidade transnacional.

A proposta de regulamento que cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) – com a qual se pretende aumentar a eficácia e a eficiência através de uma nova estrutura de governação e definição coerente do estatuto e competências dos membros nacionais, assim como harmonizar o regime com as restantes agências da UE (por comparação com a Eurojust instituída em 2002 e a qual substituirá) – também obteve abordagem geral no Conselho JAI de dezembro (um ano depois da abordagem geral que se debruçou sobre todo o regime, com exceção do relacionado com a relação a estabelecer com a Procuradoria Europeia). Portugal esteve a favor desta adoção, partilhando a posição de que é necessário modernizar e otimizar o funcionamento da Eurojust, aumentar a eficiência e reduzir a sobrecarga administrativa suportada pelos EM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No tocante à proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão-Quadro 2009/315/JAI do Conselho no que diz respeito ao intercâmbio de informações sobre nacionais de países terceiros e ao sistema europeu de informação sobre os registos criminais (ECRIS), que substitui a Decisão 2009/316/JAI do Conselho, o Conselho JAI de dezembro adotou uma abordagem geral. Portugal votou a favor deste passo porquanto visa garantir a melhoria da identificação dos nacionais de países terceiros e apátridas e reforçar e aperfeiçoar a cooperação judiciária, reduzindo os custos e melhorando a eficiência neste domínio.

Por fim, e relacionada com esta última, está a proposta de regulamento que cria um sistema centralizado para a determinação dos EM que possuem informações sobre condenações de nacionais de países terceiros e de apátridas e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011, tendo em vista completar e apoiar o Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais. Também esta proposta obteve abordagem geral no Conselho JAI de dezembro. Portugal declarou-se favorável à criação de um sistema centralizado, sem prejuízo dos necessários mecanismos de proteção de dados.

Entretanto, foi publicada no JOUE a Diretiva (UE) 2017/541, de 15 de março de 2017, relativa à luta contra o terrorismo, que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho e altera a Decisão 2005/671/JAI do Conselho.

De registar que a Comissão Europeia apresentou em 2017 as seguintes propostas de instrumentos jurídicos, atualmente em negociação:

- Proposta de diretiva relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário, que substitui a Decisão-Quadro 2001/413/JAI do Conselho;
- Proposta de regulamento que estabelece o enquadramento para a interoperabilidade dos sistemas de informação da União Europeia (cooperação policial e judiciária, asilo e migração);
- Proposta de regulamento que estabelece o enquadramento para a interoperabilidade dos sistemas de informação da União Europeia (fronteiras



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

e vistos) e altera a Decisão do Conselho 2004/512/CE, o Regulamento (CE) 767/2008, a Decisão do Conselho 2008/633/JAI, o Regulamento (UE) 2016/399 e o Regulamento (UE) 2017/2226.

Cooperação Judiciária Civil

O objetivo das Presidências de Malta e da Estónia consistiu sobretudo na evolução negocial da proposta de revisão do Regulamento do Conselho relativo à competência, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria matrimonial e em matéria de responsabilidade parental e de rapto internacional de menores (“Regulamento Bruxelas II bis”). A primeira análise preliminar do articulado terminou sob a Presidência maltesa e os debates efetuados permitiram avançar no texto proposto. Já sob a Presidência da Estónia foi apresentado um novo texto de compromisso relativo ao rapto parental e à cooperação administrativa, com especial destaque para a abolição do exequatur.

Portugal apoia a revisão do regulamento uma vez que a ampla circulação de decisões constitui um dos pontos fundamentais da cooperação judiciária em matéria civil.

Teve início em janeiro a discussão no Conselho da proposta de diretiva relativa aos quadros jurídicos em matéria de reestruturação preventiva, à concessão de uma segunda oportunidade e às medidas destinadas a aumentar a eficiência dos processos de reestruturação, insolvência e quitação. De um modo geral, a iniciativa foi bem acolhida pelos Estados-membros.

Em 2017 prosseguiram as negociações da proposta de diretiva relativa a determinados aspetos dos contratos de fornecimento de conteúdos digitais. Trata-se de uma proposta que integra a estratégia para o mercado único digital – eixo prioritário do programa de trabalho da Comissão Juncker – e visa harmonizar plenamente certos aspetos dos contratos de fornecimento de conteúdos digitais (entre os quais se incluem serviços), tais como os critérios de conformidade dos conteúdos digitais, os meios de compensação à disposição dos consumidores em caso de desconformidade e as regras sobre a responsabilidade do fornecedor (prazo e inversão do ónus da prova).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A Presidência maltesa conseguiu alcançar uma abordagem geral no Conselho JAI de junho e a Presidência estónia deu início à negociação interinstitucional. A negociação desta proposta assumiu especial complexidade pelo seu carácter inovatório, resultante do facto de ser o primeiro instrumento da União a reger certos aspetos dos direitos das partes nos contratos de fornecimento de conteúdos digitais; pelo amplo espectro de produtos e serviços digitais abrangidos e interação de uma proposta de matriz essencialmente civilística com áreas distintas de direito derivado da União (e.g., direitos dos consumidores, garantia dos bens de consumo, cláusulas contratuais gerais abusivas, proteção de dados, comunicações eletrónicas, audiovisual, direitos de autor e conexos).

Ao longo das negociações Portugal apoiou o objetivo político subjacente à proposta de diretiva, com vista a obter uma harmonização na União de certos aspetos dos contratos de fornecimento de conteúdos digitais, e defendeu ser fundamental que esta iniciativa viesse a promover um quadro normativo inteligível, coerente e previsível para consumidores e fornecedores, conciliável com os instrumentos jurídicos existentes, tendo, por isso, reiterado a posição de que é necessário garantir um elevado grau de proteção do consumidor, princípio que norteou a sua postura negocial.

A Comissão apresentou em outubro uma proposta alterada da diretiva relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas de bens e outras vendas à distância, inicialmente apresentada conjuntamente com a de conteúdos digitais, no sentido de alargar o seu âmbito às vendas presenciais, permitindo aos consumidores e às empresas tirarem o melhor partido dos benefícios do mercado interno.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

COOPERAÇÃO POLICIAL

Os trabalhos ao nível da cooperação policial centraram-se sobretudo no ciclo político para a criminalidade internacional grave e organizada (2018-2021)⁸⁶. O Conselho JAI de março adotou as conclusões relativas ao novo ciclo, tendo mais tarde, em maio, estabelecido as respetivas prioridades (cibercriminalidade; tráfico de estupefacientes; facilitação da imigração ilegal; criminalidade organizada contra a propriedade; tráfico de seres humanos; fraudes em matéria de impostos especiais de consumo e intracomunitárias; tráfico de armas de fogo; criminalidade organizada ambiental; criminalidade financeira e branqueamento de capitais e fraude documental) e adotado os planos estratégicos plurianuais e planos de ação operacionais. Portugal participou positivamente neste debate, tendo destacado a importância da luta contra o tráfico de armas de fogo e contra o tráfico de estupefacientes.

Noutro plano, registou-se a adoção, no Conselho JAI de junho, das Conclusões do Conselho que recomendam a realização de controlos de segurança em caso de migração irregular. Recordando que os terroristas poderão aproveitar-se dos movimentos migratórios irregulares para entrar na UE, o Conselho veio recomendar aos EM que, no exercício das suas prerrogativas em matéria de manutenção da ordem pública e de garantia da segurança interna em conformidade com o direito nacional e europeu, quando confrontados com migrantes irregulares, realizem controlos por confronto com as bases de dados pertinentes para o efeito. Portugal teve oportunidade

⁸⁶ O ciclo político da UE para a luta contra a criminalidade internacional grave e organizada pretende dar resposta às mais importantes ameaças de natureza criminosa que afetam a UE. Cada ciclo tem a duração de quatro anos e otimiza a coordenação e cooperação interdisciplinar no tocante às prioridades escolhidas em matéria de criminalidade. O último ciclo político decorreu entre 2013-2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de expressar a sua posição favorável a tais conclusões e de informar que tem completamente operacionalizada a realização dos referidos controlos.

É também de destacar a revisão intercalar da Estratégia Renovada de Segurança Interna da UE para 2015-2020, seguida pela adoção de conclusões no Conselho JAI que reafirmam a importância dos esforços da UE na luta contra o terrorismo, a criminalidade grave e organizada e a cibercriminalidade e definem os novos domínios prioritários de ação. Portugal participou na discussão do documento, tendo-o acolhido favoravelmente e sublinhado as prioridades relativas ao intercâmbio de informações e interoperabilidade entre as bases de dados da UE no domínio JAI, acesso transfronteiriço a prova eletrónica para efeitos criminais, conservação de dados de comunicações eletrónicas para efeitos de investigação criminal e cooperação com países terceiros baseada no reforço das ligações entre as políticas de segurança interna e externa.

Assistiu-se também a um aumento do foco sobre a luta contra a cibercriminalidade, através da definição e estabelecimento de ações na perspetiva da cooperação operacional de segurança interna, nomeadamente sobre a melhoria da luta contra a criminalidade na “dark web”; da resposta conjunta da aplicação da lei UE aos principais ataques cibernéticos; da reforma do nome de domínio e do endereço IP da base de dados WHOIS⁸⁷ e da melhoria da precisão da base de dados RIPE⁸⁸; da tradução de endereços de rede de classe operadora Carrier-grade NAT⁸⁹ e atribuição de crime em linha. Portugal tem participado ativamente na discussão.

⁸⁷ Derivado da conjugação das palavras “Who is”, o WHOIS é uma base de dados que lista todas as informações de registo, tais como domínios, IP ou Sistemas Autónomos.

⁸⁸ Entidade europeia responsável pela atribuição de endereços IP de rede.

⁸⁹ O Carrier Grade NAT (“Network Address Translation”) é uma medida transitória de fornecimento de IP que permite que apenas um contenha diversos utilizadores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VI

LUTA CONTRA O TERRORISMO

Entre os atentados terroristas perpetrados em solo europeu durante o ano de 2017 destacaram-se os ataques em Paris (3 de fevereiro, 18 de março e 20 de abril), Londres (22 de março e 3 de junho), Estocolmo (7 de abril), Manchester (22 de maio) e Barcelona (17 de agosto). Estes atentados, a par dos receios associados ao regresso dos combatentes terroristas estrangeiros e dos seus familiares decorrente da evolução do conflito na Síria e no Iraque, mantiveram o tema do terrorismo no topo da agenda europeia de segurança interna, evidenciando a gravidade e a complexidade da ameaça terrorista, bem como a capacidade de adaptação do *modus operandi* dos grupos terroristas (em especial, dos de matriz islamita) e os perigos associados à radicalização dos migrantes/refugiados.

Em outubro a Comissão Europeia apresentou o pacote de combate ao terrorismo, que inclui: (i) um plano de ação para a proteção de espaços públicos; (ii) um plano de ação para a redução dos riscos de segurança associados à utilização de materiais químicos, biológicos, radiológicos e nucleares; (iii) um conjunto de medidas de análise relativas ao melhoramento no acesso transfronteiras a informação financeira no âmbito de investigações criminais; e (iv) uma recomendação sobre a adoção de medidas imediatas para prevenir a utilização abusiva de precursores de explosivos no âmbito de investigações criminais; (v) propostas da Comissão para apoio às investigações criminais “online”, nomeadamente face a tecnologias de encriptação; (vi) orientações e princípios para a remoção de conteúdo “online” que vise a radicalização e o extremismo violento; e (vii) o reforço da ação externa da UE na luta contra o terrorismo. Dando seguimento à iniciativa, o Conselho JAI de dezembro adotou, conclusões relativas aos pontos (i), (ii) e (iv).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Prosseguiram também os esforços nos seguintes domínios: (i) prevenção e luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo, incluindo a luta contra a utilização da internet para a promoção do terrorismo e do extremismo; (ii) partilha de informação e interoperabilidade das bases de dados; (iii) reforço do controlo das fronteiras externas, tendo em vista a monitorização e deteção das deslocações dos combatentes terroristas estrangeiros; e (iv) combate ao financiamento do terrorismo.

Portugal partilhou a preocupação sentida nas esferas europeia e internacional face ao terrorismo, tendo defendido o aprofundamento das capacidades dos instrumentos existentes ao nível europeu de prevenção e de luta contra o terrorismo, em todas as suas vertentes. Neste contexto, Portugal continuou empenhado na aplicação das medidas adotadas na sequência da Declaração de Chefes de Estado ou de Governo, de fevereiro de 2015, reforçadas pelas conclusões do Conselho Europeu de dezembro desse ano.

Portugal continuou a participar no Grupo de Alto Nível em matéria de crimes de ódio, criado pela Agência de Direitos Fundamentais da UE, bem como nos seus subgrupos de trabalho, um sobre o discurso do ódio em linha e outro sobre metodologia e recolha de dados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VII

PROTEÇÃO CIVIL E GESTÃO DE CATÁSTROFES

PROTEÇÃO CIVIL

Desde o início do ano e em resposta a catástrofes naturais e de origem humana em todo o Mundo, o Mecanismo de Proteção Civil da União (MPCU) foi ativado na sequência de 30 pedidos de assistência (11 para EM da UE e 19 para países terceiros).

Entre dezembro de 2016 e fevereiro de 2017 o Chile enfrentou os piores incêndios florestais da sua história, tendo o MPCU sido ativado por este país em 26 de janeiro. O pedido de assistência visou o fornecimento de equipas de combate terrestre a incêndios florestais, ajuda técnica especializada, meios aéreos e equipamento especializado. Em solidariedade para com aquele país, Portugal mobilizou 52 operacionais da Força Especial de Bombeiros da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro, com valências no combate aos incêndios florestais com meios terrestres e ferramentas manuais e onde se incluiu uma equipa de comando da ANPC. Esta Autoridade disponibilizou igualmente um perito em incêndios florestais, integrado na equipa de avaliação mobilizada no quadro do Mecanismo. A resposta nacional foi muito apreciada pelas autoridades chilenas.

Desde junho o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) da Comissão Europeia, que assegura capacidade operacional 24 horas por dia e 7 dias por semana, recebeu 18 pedidos de assistência de EM da UE afetados por incêndios florestais (Portugal, França, Grécia e Itália) e também de países situados na vizinhança da UE (Albânia, Geórgia, Montenegro e Tunísia). Os incêndios que assolaram o território nacional exigiram a ativação do MPCU em julho, agosto e outubro. Prestaram assistência no quadro do mecanismo França, Espanha e Itália (numa base bilateral prestaram assistência Espanha, Suíça e Marrocos). Globalmente, 2017 foi dos piores em termos de número de incêndios e área ardida, em comparação com os valores



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

médios nos últimos anos (mais de um milhão de hectares de floresta ficaram destruídos, quase o triplo da média de cinco anos da UE, metade dos quais em Portugal). Embora os EM afetados pelos incêndios se tenham ajudado mutuamente, nem todos os pedidos foram plenamente atendidos, sobretudo quando vários deles enfrentaram as mesmas catástrofes em simultâneo, o que revelou as limitações do MPCU.

Reconhecendo a insuficiência do sistema de contribuições voluntárias dos EM para responder a catástrofes naturais, em particular aos incêndios florestais, e com vista a reforçar a capacidade de prevenção, preparação, reação e recuperação da UE, a Comissão adotou em novembro uma proposta de decisão⁹⁰ que prevê a criação de uma reserva de capacidades operacionais a nível da UE (denominada “rescEU”), nomeadamente de meios aéreos para o combate aos incêndios florestais, bem como o aumento do investimento em prevenção e preparação. Portugal considera a proposta da Comissão um passo fundamental para que a Europa possa evoluir de forma expressiva e positiva na resposta conjunta a catástrofes, assente nos princípios da solidariedade e da subsidiariedade. Manifesta o seu apoio à necessidade de desenvolver uma capacidade europeia de meios próprios, não condicionada à disponibilidade dos meios nacionais mas antes baseada no princípio da complementaridade. A negociação desta proposta continuará em 2018.

⁹⁰ Proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Decisão n.º 1313/2013/UE relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia, adotada pela Comissão em 23.11.2017 [COM(2017) 772 final].



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES EXTERNAS

A tónica do relacionamento da UE com países terceiros em matéria JAI foi em larga medida centrada na temática das Migrações, sob o pano de fundo da Abordagem Global para Migração e Mobilidade (AGMM). A AGMM enforma, desde 2005, o quadro geral da política externa da UE neste âmbito, definindo a prossecução de diálogos políticos e de cooperação com países terceiros com base em prioridades claramente definidas. Estas integram-se na ação externa global da UE de forma abrangente e multissetorial, incluindo a cooperação para o desenvolvimento. Portugal seguiu os desenvolvimentos nesta área, também à luz dos preparativos para a celebração, em 2018, em sede das Nações Unidas, dos dois Pactos Globais sobre Refugiados e sobre Migração Segura, Regular e Ordenada⁹¹, com especial atenção às regiões e países que para si assumem uma importância estratégica mais direta. O nosso país procurou, assim, contribuir para o esforço comum de aplicação da vertente externa da Agenda Europeia da Migração, apoiando as iniciativas em curso, defendendo o reforço da cooperação com os países terceiros de origem e trânsito, o cabal respeito pelos Direitos Fundamentais e uma visão abrangente e equilibrada das várias vertentes da política migratória da UE no sentido de garantir a sua eficácia. Portugal defendeu a prioridade do diálogo com África, por ser este continente a principal origem dos fluxos migratórios através da Rota do Mediterrâneo Central, e alertou para a necessidade de responder às causas profundas da imigração irregular e para a relevância do nexó Migração-Desenvolvimento.

⁹¹ Ver Título VI, Capítulo I.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

PROCESSOS REGIONAIS

O Diálogo África-UE sobre Migração e Mobilidade ficou marcado pela realização, em novembro, da 5.^a Cimeira União Africana-União Europeia (UA-UE)⁹², em Abidjan, onde foi adotada uma declaração reiterando a relevância da migração e mobilidade enquanto uma das quatro prioridades políticas do Diálogo com África. Foi ainda adotada uma declaração sobre a Líbia e constituída uma “task-force” tripartida integrando a União Europeia, a União Africana e as Nações Unidas⁹³.

O nosso país realçou o envolvimento da União Africana, considerando-o um importante sinal político, e a criação da “task force” tripartida de apoio à Líbia. Salientou o valor do Diálogo entre ambos os continentes e defendeu a necessidade de salvaguardar a sua coerência com o Processo de La Valletta e demais diálogos regionais (Rabat e Cartum), que têm associados instrumentos, designadamente financeiros, para desenvolver a cooperação com os países terceiros de origem e trânsito.

No seguimento da Cimeira de La Valletta (novembro de 2015) realizou-se em fevereiro uma reunião de altos funcionários (Senior Official Meeting – SOM), em Malta, dedicada aos relatórios de análise do Processo de Rabat (PR) e do Processo de Cartum (PC) sobre a aplicação do Plano de Ação de La Valletta. Daqui saíram recomendações específicas, entre as quais a realização anual de SOM, um maior equilíbrio entre os cinco eixos do Plano de Ação da La Valletta e o reforço do respetivo Fundo Fiduciário de Emergência UE-África para as Migrações.

Em resposta a um pedido da Comissão no sentido de os EM reforçarem o Fundo Fiduciário, em particular na janela do Norte de África, Portugal aumentou a sua contribuição, em dezembro, em 1.350 mil euros, ascendendo a contribuição total nacional a 1.800 mil euros⁹⁴.

⁹² Ver Título VI, Capítulo II.

⁹³ Ver Título VI, Capítulo I.

⁹⁴ Ver Capítulo III deste Título e Título VI, Capítulos II e IV.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Destaque-se: a conclusão do Plano de Ação Anual do PC (SOM, abril, Adis Abeba); a elaboração de um primeiro projeto do PR para a Ministerial de 2018 (SOM, outubro, Acra); e a reunião trilateral PR/PC/Iniciativa da UA para o Corno de África, sobre tráfico de seres humanos e contrabando de migrantes, com enfoque nos menores (novembro, Luxor).

Portugal integra o Comité de Pilotagem do PR, que se reuniu em várias ocasiões no decurso do ano com os objetivos de preparar o relatório de análise sobre a aplicação do Plano de Ação de La Valletta, a Conferência Ministerial de 2018 e o novo programa multinacional (2018-2020).

O Diálogo ACP-UE sobre Migrações prosseguiu com normalidade, com dois seminários dedicados à facilitação de vistos e ao retorno/readmissão (junho, em Bruxelas). Em maio realizou-se um Conselho de Ministros UE-ACP em Bruxelas, seguido de duas Assembleias Parlamentares Conjuntas UE-ACP (junho, Malta, e dezembro, Haiti). No âmbito do Diálogo UE-CELAC sobre Migrações, a CELAC tem vindo a preparar um compêndio estatístico e um "Roadmap", no seguimento da 10.^a reunião de alto-nível sobre Migrações de novembro de 2016.

No âmbito do Processo de Praga⁹⁵, realizou-se uma SOM em dezembro, em Varsóvia, sobre o Plano de Ação para 2017-2021. No contexto do Processo de Budapeste⁹⁶ realizou-se uma SOM, em novembro, na qual Portugal participou, dedicada ao quadro operacional e financeiro para 2017-2021 e à discussão do Projeto Zero da Declaração Ministerial "Call for Action on Large Movements of Refugees and Migrants under the Silk Routes Partnership for Migration", tendo em vista a Conferência Ministerial de

⁹⁵ Integra os EM da UE, os Estados Schengen não pertencentes à UE e 19 países parceiros do Leste (Rússia, países da Parceria Oriental, países da Ásia Central, países dos Balcãs Ocidentais, Turquia) e baseia-se na Declaração Ministerial Conjunta (Praga 2009) e no Plano de Ação 2012-2016.

⁹⁶ Iniciado em 1991 como um fórum consultivo, atualmente contendo mais de 50 governos e 10 organizações internacionais, visa o desenvolvimento abrangente e sustentável de políticas de migração ordenada.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

outubro de 2018. A SOM foi seguida de uma reunião temática em dezembro, em Sófia, dedicada ao retorno/readmissão.

No âmbito dos preparativos da Cimeira da Parceria Oriental⁹⁷ (novembro, em Bruxelas), teve lugar a reunião Ministerial do Painel da Parceria Oriental sobre Migração, Mobilidade e Gestão Integrada de Fronteiras (julho, Tallinn), dedicada às áreas da corrupção, reformas no setor da justiça e cibercrime. Em dezembro teve lugar a 13.ª Reunião do Painel sobre Migração e Asilo, em Varsóvia, dedicada à integração económica dos migrantes.

Diálogos Bilaterais

A UE dedicou particular atenção à prossecução da cooperação em matéria migratória com os cinco países prioritários identificados no Quadro de Parceria para as Migrações:

- Quanto à Etiópia, realizaram-se várias missões técnicas sobre migração e encontros de alto nível no sentido de acelerar a adoção de procedimentos de retorno de migrantes irregulares etíopes na Europa. O acordo a nível técnico foi validado pelas autoridades etíopes em novembro. Em dezembro deram-se os primeiros retornos forçados efetivos para a Etiópia, a partir da Dinamarca e dos Países Baixos. Foi igualmente lançado um diálogo setorial sobre Direitos Humanos e governação na sequência de uma visita do Representante Especial da UE para os Direitos Humanos, Stavros Lambrinidis, em abril;
- No que respeita ao Mali, tiveram lugar, em janeiro e junho, alguns encontros políticos entre o Serviço Europeu de Ação Externa/Comissão e as autoridades deste país. Os temas do contrabando de migrantes e da importância de campanhas de sensibilização foram abordados;
- Quanto ao Níger, houve alguns desenvolvimentos positivos e visitas várias, entre as quais a do Diretor Executivo da FRONTEX e do Representante Especial da UE para o Sahel, para discutir os temas do terrorismo e dos fluxos migratórios na África Ocidental (fevereiro), e a dos Sherpas (março e setembro), para discussão sobre cooperação na gestão das migrações, com resultados encorajadores. Em maio teve lugar a primeira sessão da "Plateforme conjointe d'échange et d'analyse de donnée sur le flux

⁹⁷ Integra Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Moldova e Ucrânia. Ver Título VI, Capítulo II.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

migratoires", em Niamey. Em julho foi destacado um oficial de ligação da FRONTEX;

- Com a Nigéria registaram-se também bons resultados nas visitas ocorridas: em fevereiro, visitas do Comissário/VP Ansip e de uma missão conjunta Serviço Europeu de Ação Externa/Comissão sobre migração legal, Erasmus+, contrabando de migrantes e tráfico de seres humanos, segurança de fronteiras, identidade digital e retorno/readmissão; em outubro, nova missão técnica e acordo quanto ao lançamento de negociações de um acordo de readmissão, confirmado em novembro aquando da visita dos Sherpas;
- Relativamente ao Senegal, tiveram lugar algumas missões técnicas de EM para preparação de missões de identificação. Em abril, a AR/VP Mogherini e o Comissário Avramopoulos reuniram-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Mankeur Ndiaye para discutir uma cooperação mais estruturada e dinâmica. Em junho o Presidente Tusk, o Presidente Junker, a AR/VP Mogherini e o Comissário Avramopoulos reuniram-se com o Presidente Sall, em Bruxelas, para discutir o quadro de parceria. Em novembro, por ocasião da 5.ª Cimeira UE-UA, teve lugar uma reunião bilateral entre a AR/VP e o Presidente senegalês.

No quadro da Parceria de Mobilidade UE-Cabo Verde, realizou-se uma reunião de alto nível, em maio, para fazer um balanço e discutir futuras prioridades. Em relação à República da África do Sul, a última vez que o Fórum de Diálogo sobre Migrações com a UE se reuniu foi em novembro de 2016, em Pretória.

A Comissão Europeia publicou os 5.º, 6.º e 7.º relatórios de progresso relativos à Declaração UE-Turquia (março de 2016), concluindo que a Declaração continuou a dar resultados concretos na redução das travessias e da perda de vidas no mar Egeu. Esses resultados fizeram-se também sentir na prestação de apoio a refugiados sírios e comunidades de acolhimento na Turquia, no âmbito da Facilidade para os Refugiados na Turquia e na reinstalação de forma segura nos EM dos refugiados sírios a partir da Turquia ("mecanismo 1 por 1"). O envelope financeiro da Facilidade foi totalmente comprometido e 72 projetos foram contratados, no valor de 3 mil milhões de euros, dos quais mais de 1.850 mil euros foram desembolsados. A aplicação do "mecanismo 1 por 1" revelou, todavia, que o número de retornados (1.500) tem sido muito inferior aos reinstalados na UE (11.354), razão pela qual a Comissão concluiu serem



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

necessários esforços contínuos e determinação política de todos os lados para a implementação cabal e sustentada da Declaração.

Portugal tem mantido que a Declaração UE-Turquia é indispensável no controlo da crise migratória no Mediterrâneo Oriental e importa assim preservá-la e prosseguir a sua execução. Em relação à participação de Portugal na Facilidade para os Refugiados na Turquia, o Orçamento do Estado para 2017 contemplou o encargo de 10.709 mil euros para o pagamento dos compromissos respeitantes ao ano em causa, no contexto da contribuição total nacional de 24.353 mil euros.

Marrocos será um dos países prioritários a serem considerados para um diálogo de alto nível sobre migração, uma vez normalizadas as relações e ultrapassadas as dificuldades políticas em matéria de agricultura, que se repercutiram no adiamento de várias reuniões previstas no âmbito da Parceria para a Mobilidade. Em novembro realizaram-se negociações a nível técnico sobre os acordos de facilitação de vistos e de readmissão com a Tunísia, bem como uma reunião sobre a Parceria para a Mobilidade e uma da Subcomissão de Migração e Assuntos Sociais. Em março teve lugar uma reunião do Conselho de Associação com a Argélia, que aprovou as prioridades da Parceria, incluindo um capítulo sobre migração, tendo sido previsto avançar na negociação de um acordo de facilitação de vistos e de readmissão. As prioridades da Parceria UE-Egito 2017-2020 foram adotadas em julho e incluem um capítulo sobre o fortalecimento da cooperação bilateral em matéria de migração e mobilidade. Em dezembro o Comissário Avramopoulos e o Ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio Shoukry lançaram o Diálogo de Migração UE-Egito. As Prioridades da Parceria UE-Líbano 2017-2020 tinham sido adotadas em novembro de 2016, incluindo um "Compact on Migration and Mobility". Em 2017 prosseguiram negociações tendo em vista uma Declaração Conjunta sobre uma Parceria para a Mobilidade. Também a Jordânia viu as Prioridades da Parceria 2017-2020 adotadas, incluindo um "Compact on Migration and Mobility", em dezembro de 2016, tendo os encontros a nível técnico prosseguido em 2017.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

As negociações sobre um novo Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado com a Arménia foram concluídas com sucesso em fevereiro de 2017, tendo havido poucos progressos em matéria de migração e mobilidade. As negociações sobre um acordo-quadro para substituir o Acordo de Parceria e Cooperação com o Azerbaijão começaram em fevereiro. A primeira Reunião de Alto Nível da Parceria para a Mobilidade foi realizada em fevereiro, em Bruxelas. Em julho teve lugar o 3.º Comité Conjunto sobre Vistos e Readmissão, em Baku. A última ronda de negociações sobre um acordo-quadro realizou-se em novembro, em Bruxelas, após a Cimeira da Parceria Oriental. A Declaração da Cimeira inclui uma referência a considerar a abertura de um Diálogo de Liberalização de Vistos com o Azerbaijão, no devido tempo e se as condições o permitirem. Quanto à Bielorrússia, ocorreu, em janeiro, uma reunião técnica em Bruxelas, onde o país confirmou que está a tomar as medidas necessárias para aumentar a segurança dos seus documentos de viagem, incluindo passaportes diplomáticos. A Bielorrússia tem indicado o seu interesse em reforçar a cooperação com agências UE (EUROPOL, EASO, CEPOL e FRONTEX), se possível, mediante a assinatura de acordos de cooperação. A proposta de isentar de visto os nacionais da Geórgia foi aprovada pelo Conselho em fevereiro e a liberalização de vistos entrou em vigor em março. Segundo a FRONTEX, a partir de fins de março até ao final do ano, mais de 170.000 georgianos foram abrangidos. A Moldova tem procurado tornar-se um país para iniciativas piloto, nomeadamente no âmbito do fomento da migração legal e laboral para a UE. Os cidadãos moldavos estão isentos de visto Schengen desde abril de 2014. Segundo a FRONTEX, desde então e até ao final de 2017, mais de um milhão de moldavos viajaram sem visto para o espaço Schengen. Em junho reuniu em Chisinau a Plataforma da Parceria para a Mobilidade e Cooperação Local; em outubro reuniu-se em Bruxelas o 8.º Comité Conjunto de Readmissão e em dezembro teve lugar a 10.ª Parceria de Alto Nível para a Mobilidade, também em Bruxelas. Quanto à Ucrânia, estão em curso discussões entre os co-legisladores sobre a proposta da Comissão de isentar de vistos os cidadãos ucranianos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Diálogo sobre Migrações com a Rússia e as conversações relativas à facilitação de vistos encontram-se suspensos, na sequência da crise ucraniana, havendo contactos a nível meramente técnico. Registou-se apenas uma reunião do Comité Conjunto sobre Readmissão em outubro, em Bruxelas.

O lançamento da 2.^a fase do roteiro de 2015 no âmbito do Diálogo de Migração e Mobilidade UE-China está atualmente em curso, na sequência da visita do Comissário Avramopoulos à China em maio, no âmbito do 4.º Diálogo de Alto Nível UE-China. Paralelamente ao roteiro, foram lançadas negociações tanto a nível político como técnico sobre um acordo de facilitação de vistos e um acordo sobre cooperação no combate à migração ilegal, cujas primeiras rondas ocorreram, respetivamente, em julho e dezembro, em Bruxelas. O Diálogo de Alto Nível sobre Migração e Mobilidade UE-Índia teve lugar em abril, em Bruxelas, tendo em vista promover uma orientação estratégica para a execução da Agenda Comum sobre Migração e Mobilidade. Em setembro, efetuou-se em Nova Deli um evento de partes interessadas, organizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias (ICMPD). Em outubro a 14.^a Cimeira UE-Índia, igualmente em Nova Deli, debateu a crise mundial das migrações e dos refugiados e acordou numa mais estreita cooperação entre as partes.

A SOM UE/EUA em matérias JAI (março, La Valletta) teve especialmente em vista a segurança e o contraterrorismo, a reciprocidade de vistos e o acompanhamento dos compromissos assumidos na Declaração de Nova Iorque sobre Migrantes e Refugiados (setembro de 2016). Seguiu-se uma Ministerial (junho, La Valletta), que adotou duas declarações conjuntas sobre a vontade de continuar a trabalhar para a reciprocidade completa de vistos e sobre a importância da cooperação transatlântica. A SOM de setembro, em Tallinn, foi dedicada ao contraterrorismo, à segurança cibernética, à gestão das fronteiras e à interoperabilidade. A Ministerial de novembro, em Washington D.C., concedeu particular atenção à reciprocidade de vistos, deixando de lado os temas dos refugiados e da migração.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Prossegue a negociação de uma Declaração Conjunta UE-Brasil que tem em vista estabelecer uma Agenda Comum para as Migrações e Mobilidade. Portugal, através da Secretaria Geral da Administração Interna, lidera o consórcio europeu (que inclui Bélgica e a Espanha) responsável por gerir um futuro projeto destinado a apoiar a aplicação da Agenda Comum através da realização de estudos, capacitação e formação.

PROCESSOS GLOBAIS

No que se refere às Nações Unidas, e na sequência da Declaração de Nova Iorque de setembro de 2016⁹⁸, a UE esteve particularmente ativa nas várias sessões temáticas e regionais realizadas em 2017, mediante a elaboração de “Guidelines” de forma a concertar as posições dos EM e falar a uma só voz nos referidos eventos, e tendo em vista, também, as negociações em 2018 do Pacto Global sobre Refugiados e do Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular. Isso mesmo ficou demonstrado por ocasião da realização da “Stocktaking Meeting” sobre o Pacto Global para a Migração Segura, Ordenada e Regular (dezembro, Puerto Vallarta), dedicada a fazer um ponto de situação das sessões realizadas ao longo do ano e a contribuir assim para a elaboração de um primeiro projeto de Pacto Global. Em dezembro teve lugar mais uma sessão do Diálogo do Alto Comissário sobre os Desafios da Proteção, organizado pelo ACNUR, dedicado a fazer um ponto de situação respeitante ao Pacto Global para os Refugiados.

Em relação a ambos os Pactos Globais, Portugal cooperou na definição das linhas orientadoras da UE para as discussões temáticas informais e participou nas reuniões preparatórias, tanto em Bruxelas como em Nova Iorque e Genebra, defendendo em particular a visão abrangente de cada um dos processos e a necessidade de assegurar a promoção e proteção dos Direitos Humanos de todos os migrantes e refugiados.

⁹⁸ A Declaração de Nova Iorque aprovada na Reunião Plenária de Alto Nível da UNGA sobre Grandes Movimentos de Refugiados e Migrantes, em 19/09/2016, prevê a adoção de um Pacto Global sobre Refugiados e de um Pacto Global sobre Migrantes, ambos em 2018.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Quanto ao Fórum Global para a Migração e Desenvolvimento (GFMD), cuja Presidência é detida conjuntamente pela Alemanha e por Marrocos no biénio 2017/18, é de registar a realização da 10.^a Cimeira dedicada ao tema “Rumo a um Contrato Social Global sobre Migração e Desenvolvimento” (junho, Berlim).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VI

AÇÃO EXTERNA

O ano de 2017 ficou marcado por desenvolvimentos importantes no domínio da Defesa. Salienta-se o estabelecimento em dezembro de uma Cooperação Estruturada Permanente, na qual participam 25 Estados-membros, entre os quais Portugal.

Salienta-se também proposta de criação de um Fundo Europeu de Defesa visando apoiar o reforço da cooperação entre os EM no âmbito da inovação e competitividade do setor da defesa e do desenvolvimento de capacidades de defesa.

Considerando a prioridade concedida pela UE à estabilização da Vizinhança sul, fortemente assumida por Portugal, foi dada especial atenção e apoio à situação na Líbia e na Síria, ao processo democrático na Tunísia, ao diálogo com o Egito e com a Argélia e à procura de uma solução para as questões jurídicas pendentes que permitam reestabelecer, assim que possível, a normal cooperação com Marrocos.

Quanto às relações transatlânticas, de assinalar a entrada em aplicação provisória do Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá e do CETA, abrindo uma nova era no relacionamento da União com este país e novas oportunidades de negócio para as empresas portuguesas.

Também uma nova etapa nas relações entre a UE e o Japão teve início na Cimeira UE-Japão, em junho, onde se fechou um histórico acordo político que preparou o encerramento das negociações do Acordo de Comércio Livre em dezembro, o qual, quando entrar em vigor, abrirá perspetivas promissoras para o nosso setor exportador.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na área legislativa, de assinalar o acordo sobre a modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial, assim como sobre uma nova metodologia de cálculo do “dumping”. O resultado final permite que a UE continue a proteger a indústria europeia de práticas comerciais desleais, de forma eficiente, assegurando tanto quanto possível um “level playing field” para as empresas e trabalhadores da UE.

Portugal e a Noruega assinaram o Memorando de Entendimento relativo ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu que trará a Portugal 102,7 milhões de euros para implementar programas na área do mar, do ambiente, da igualdade de géneros, da cultura e sociedade civil/ONG.

No âmbito da Ajuda ao Desenvolvimento o destaque vai para a adoção do novo Consenso Europeu.

De referir, finalmente, a aprovação do Plano de Investimento Externo, que visa encorajar o investimento do setor privado nos países parceiros de África e na Vizinhança da UE, promovendo o crescimento inclusivo, a criação de emprego e o desenvolvimento sustentável, combatendo assim as causas profundas da migração irregular.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

POLÍTICA COMUM DE SEGURANÇA E DEFESA (PCSD)

Na Vizinhança sul persistiram as situações de instabilidade e fragilidade, com particular expressão na Líbia⁹⁹ e regiões adjacentes, nomeadamente no Sahel que constitui uma plataforma crítica para os fluxos migratórios em direção à Europa. Por outro lado, na Vizinhança leste continua a ser violada a ordem europeia de segurança. A UE viu-se confrontada com ameaças de ordem global ou transnacional, que reforçam o nexo entre segurança interna e externa da UE e dos seus Estados-membros, como o terrorismo, as ameaças híbridas, os ciberataques, a criminalidade organizada, e com desafios como a migração irregular ou o tráfico de seres humanos.

A resposta da UE a este conjunto de desafios assentou num reforço da PCSD, tendo como referencial os trabalhos de implementação da vertente de segurança e defesa da Estratégia Global da União Europeia sobre a Política Externa e de Segurança (EUGS)¹⁰⁰, apresentada pela Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança / Vice-presidente da Comissão Europeia (AR/VP), Federica Mogherini, ao Conselho Europeu em junho de 2016, e o respetivo nível de ambição global para a UE no domínio da segurança e da defesa, definido nas conclusões do Conselho Negócios Estrangeiros de novembro de 2016.

⁹⁹ Ver Título V, Capítulo VIII.

¹⁰⁰ A vertente de segurança e defesa da EUGS identifica como prioridades: (i) responder a conflitos externos e crises; (ii) desenvolver as capacidades dos parceiros; e (iii) proteger a União e os seus cidadãos. Para além da vertente de Segurança da União, a Estratégia Global da UE estabelece ainda quatro outras vertentes principais que concorrem para a prossecução dos interesses da UE na sua ação externa: a) a resiliência dos Estados e sociedades nas regiões vizinhas; b) a abordagem integrada das crises e dos conflitos; c) a promoção dos mecanismos de cooperação regional; e d) o empenho na Governança Global no século XXI.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em 2017, a vertente de segurança e defesa da UE registou desenvolvimentos significativos, num contexto marcado pela instabilidade na Vizinhança próxima e alargada da UE, bem como pelo “Brexit” e pela incerteza na parceria de segurança transatlântica.

Nos debates sobre a implementação da EUGS, Portugal defendeu ser essencial preservar o equilíbrio no aprofundamento da UE, devendo a dimensão de segurança e defesa evoluir sem prejudicar as restantes vertentes da construção europeia. Portugal tem sublinhado que o desenvolvimento da PCSD deverá decorrer em complementaridade com a NATO, evitando duplicações. Na discussão das propostas tendentes ao reforço da cooperação europeia nesta matéria, Portugal tem permanecido particularmente atento às potenciais implicações financeiras.

Os trabalhos desenvolvidos têm vindo a estabelecer a base para o aprofundamento de um conjunto de propostas, incluindo:

- A Cooperação Estruturada Permanente (CEP), um mecanismo previsto no Tratado de Lisboa, tendo como objetivo desenvolver as capacidades de defesa necessárias à realização das missões e operações mais exigentes da UE, através de instrumentos de cooperação entre os EM cujas capacidades militares preencham critérios mais elevados e que assumam compromissos mais vinculativos na matéria. A CEP foi estabelecida através de Decisão adotada no Conselho Negócios Estrangeiros de dezembro, tendo sido determinada a lista de 25 EM que integraram a CEP desde o seu início (todos os EM, exceto Dinamarca, Malta e Reino Unido);
- O estabelecimento de uma Análise Anual Coordenada em matéria de Defesa (CARD), com o objetivo de coordenar e otimizar a despesa militar dos EM. Este mecanismo, de natureza voluntária e complementar ao da NATO, consiste numa avaliação dos processos de planeamento de defesa nacionais dos EM, tendo em vista possibilitar uma visão abrangente das capacidades de defesa da UE e identificar oportunidades para novas iniciativas colaborativas;
- O desenvolvimento, a título experimental, com vista ao seu lançamento definitivo em 2018, do reforço da capacidade de resposta rápida militar da UE, através de condições que permitam o emprego efetivo dos Agrupamentos Táticos;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- A melhoria das estruturas PCSD, tendo já sido estabelecida uma Capacidade Militar de Planeamento e Condução (MPCC) visando melhorar o planeamento e condução das operações e missões militares da UE;
- A criação do Fundo Europeu de Defesa (FEDef), proposto pela Comissão Europeia visando apoiar o reforço da cooperação entre os EM no âmbito da inovação e competitividade do setor da defesa e do desenvolvimento de capacidades de defesa, pretendendo disponibilizar, para tal, robustos instrumentos financeiros;
- Em antecipação do FEDef, e para aplicar até ao final do atual Quadro Financeiro Plurianual (2020), a Comissão propôs o Programa Europeu de Desenvolvimento da Indústria de Defesa (PEDID) cuja negociação está já em fase de trílogos. Portugal apoia os objetivos deste Programa, sobretudo na perspetiva do envolvimento das empresas portuguesas, em particular PME.

Cabe ainda referir que, em 2017, Portugal manteve a participação em projetos cooperativos da Agência Europeia de Defesa (EDA).

A implementação da EUGS na vertente de Segurança e Defesa prosseguiu a par da implementação da lista de 42 medidas de reforço da cooperação UE-NATO decorrente da Declaração UE-NATO, assinada em Varsóvia em julho de 2016. Os Conselhos da UE e da NATO aprovaram, em dezembro, um conjunto de 34 novas medidas que serão anexadas à Declaração de Varsóvia e integradas nas sete áreas prioritárias.

Ainda no âmbito da implementação da EUGS, Portugal considera a Segurança Marítima como um dos pilares essenciais da governação global dos oceanos, tendo contribuído para o debate e para a elaboração de conclusões do Conselho sobre Segurança Marítima, adotadas pelo Conselho Negócios Estrangeiros em junho e que sublinham o papel da UE como garante global de segurança marítima, de promoção do multilateralismo marítimo e da governação dos oceanos. Para tal, Portugal apresentou um “non-paper”, desenvolvido no quadro do grupo COPS do MED 7¹⁰¹ (coassinado por

¹⁰¹ Grupo informal agrupando sete países mediterrânicos membros da UE: França, Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Chipre e Malta.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre e Malta), com enfoque nas regiões próximas da UE – Mediterrâneo, Atlântico e Índico.

Portugal manteve-se igualmente empenhado em contribuir para as missões e operações da UE em resposta a crises e/ou visando o reforço da capacitação de países parceiros fragilizados, mediante formação, aconselhamento e/ou orientação no âmbito do setor da segurança. Em 2017, as Forças Armadas Portuguesas participaram nas seguintes operações e missões militares da União Europeia:

- EUNAVFORMED/Operação “Sophia”, que visa combater as redes ilegais de tráfico de pessoas migrantes na zona central do Mediterrâneo central;
- EUNAVFOR Atalanta, Operação naval de combate à pirataria no Corno de África;
- EUTM Somália, Missão de treino da UE para a formação das Forças de Segurança na Somália;
- EUTM Mali, Missão de treino da UE para a formação das Forças de Segurança no Mali;
- EUTM RCA, Missão de treino da UE na República Centro-Africana.

Portugal participou ainda com elementos das Forças de Segurança nas seguintes missões de natureza civil da UE:

- EULEX Kosovo, Missão da UE em apoio ao Estado de Direito no Kosovo;
- EUMM Georgia, Missão de Monitorização da UE na Geórgia;
- EUCAP Sahel Níger, Missão de capacitação da UE no Níger;
- EUCAP Sahel Mali, Missão de capacitação da UE no Mali;
- EUPOL COPPS, Missão de Polícia da UE para os Territórios Palestinos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

**DESARMAMENTO GLOBAL, NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS DE
DESTRUIÇÃO MACIÇA E CONTROLO DE TRANSFERÊNCIA DE ARMAMENTO
CONVENCIONAL**

Em 2017 teve início o novo ciclo de revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), com a realização, em maio, da 1.^a sessão do Comité Preparatório da Conferência de Reexame de 2020. A posição de Portugal nesta matéria, partilhada com os restantes EM da UE e por diversas vezes reiterada durante 2017, é de total apoio ao Tratado, considerado como trave mestra do regime global de não-proliferação, base essencial para a prossecução do desarmamento nuclear e elemento importante no emprego e desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

Ainda no campo nuclear, Portugal continuou a participar nos esforços da UE no sentido de promover uma urgente entrada em vigor do Tratado para a Proibição Total de Ensaios Nucleares (CTBT). Participou, de igual modo, na formulação das posições da UE relativamente à instável situação na Península da Coreia, tanto no que diz respeito à adoção de sanções relativas à Coreia do Norte, como no que se refere a condenações dos ensaios nucleares e balísticos daquele país, expressas nos mais diversos fóruns, incluindo a Conferência de Desarmamento e a 1.^a Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). Igualmente, Portugal e a UE continuaram a defender inequivocamente a importância da manutenção e implementação integral do Plano de Ação Conjunto Global (JCPOA) relativo ao programa nuclear iraniano.

A questão da utilização de armas químicas na Síria continuou a ser uma das principais preocupações de Portugal e da UE no campo da não-proliferação. Portugal, para além de condenar a nível nacional aquela utilização e pugnar pela necessidade de responsabilização dos seus autores, nomeadamente no âmbito da 1.^a Comissão da AGNU e no quadro da Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPCW), apoiou fortemente as posições da UE nesse mesmo sentido.

Portugal e a UE têm atribuído uma crescente importância à universalização da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento da Produção de Armas



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Bacteriológicas (Biológicas) ou Tóxicas e sobre a sua Destruição (BTWC) e à necessidade de dar maior eficácia à sua implementação, tendo uma vez mais defendido essa posição durante a 8.ª reunião dos Estados Partes daquela Convenção, em dezembro.

No que se refere ao armamento convencional, Portugal partilha e tem defendido as posições assumidas pela generalidade dos EM da UE em prol da universalização de todos os tratados e convenções existentes nessa área, bem como de uma mais eficaz e transparente implementação dos controlos e sistemas de monitorização e regulamentação existentes quanto à posse, utilização e comércio de armas, dando especial ênfase aos aspetos humanitários relacionados com estas matérias. Foi neste sentido que tanto a UE, como Portugal, trabalharam durante a preparação e participação na 3.ª Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT) e da 7.ª reunião dos Estados Partes da Convenção sobre Munições de Dispersão (CCM), ambas em setembro, na reunião dos Estados Contratantes da Convenção sobre a Proibição e Prevenção da Utilização de Certas Armas Convencionais (CCW), em novembro, e na 16.ª reunião dos Estados Partes da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais e sobre a sua Destruição (Convenção de Otava), em dezembro.

A preparação, a coordenação comunitária e as consultas em Genebra sobre a Conferência de Revisão do Programa de Ação das Nações Unidas sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre ("UNPoA on SALW"), que decorrerá em 2018, foi igualmente matéria que mereceu o interesse de Portugal e da UE durante 2017, sendo nossa preocupação comum assegurar um resultado final positivo daquela Conferência, com um impacto sensível na redução do comércio ilícito deste tipo de armas. Neste âmbito, refira-se a aprovação, em abril, de uma Decisão do Conselho a apoiar o Plano de Ação em apreço.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal continuou a apoiar as candidaturas de EM a regimes internacionais de controlo de exportações, designadamente ao Arranjo de Wassenaar e ao Regime de Controlo de Tecnologia Balística (MTCR).

LUTA CONTRA A DROGA

O Parlamento Europeu e o Conselho adotaram em novembro o Regulamento (UE) 2017/2101 que altera o Regulamento (CE) n.º 1920/2006 no que se refere ao intercâmbio de informações, ao sistema de alerta rápido e aos procedimentos de avaliação dos riscos das novas substâncias psicoativas.

A Comissão Europeia adotou, em dezembro, quatro propostas de decisão de execução do Conselho, convidando os EM a sujeitar quatro novas substâncias psicoativas a medidas de controlo e a sanções penais previstas nas respetivas legislações, por força das obrigações que lhes incumbem nos termos da Convenção Única das Nações Unidas de 1961 sobre os Estupefacientes, alterada pelo Protocolo de 1972.

Portugal tem vindo a trabalhar com empenho na aplicação da Estratégia da UE de Luta contra a Droga e do Plano de Ação da UE de Luta Contra a Droga 2017-2021, designadamente através do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2017-2021.

COMITÉ DA UNIÃO EUROPEIA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE KIMBERLEY DE CERTIFICAÇÃO DE DIAMANTES

Ao longo do ano Portugal acompanhou os trabalhos do Comité da UE de Implementação do Processo de Kimberley de Certificação de Diamantes (PK), participando ativamente na definição das áreas prioritárias sobre as quais deverá incidir o processo de reforma do PK. Este processo de reforma constituirá a grande prioridade da Presidência do Processo de Kimberley que, a partir de janeiro 2018, será assumida pela UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Refira-se ainda que o Aeroporto de Lisboa é uma das seis entidades certificadoras da UE atualmente em funcionamento.

SANÇÕES

O ano de 2017 ficou marcado: (i) pela imposição de medidas restritivas à Venezuela e ao Mali; (ii) pela revisão dos regimes sancionatórios impostos à Birmânia/Myanmar, Bósnia e Herzegovina, Burundi, República Democrática do Congo, Egito, República da Guiné, Irão (dossiê Direitos Humanos), Moldova, Síria e Tunísia; e (iii) pela alteração dos regimes sancionatórios impostos à Bielorrússia, Coreia do Norte, Irão (dossiê Nuclear), Líbia, República Centro Africana, Ucrânia/Rússia e Zimbabué.

Nos debates Portugal defendeu a necessidade de garantir a solidez jurídica das medidas restritivas e o recurso a uma argumentação sólida e juridicamente robusta, em particular no que respeita às designações, elementos essenciais para salvaguardar a credibilidade do regime restritivo europeu na sua globalidade.

No que respeita à República Popular Democrática da Coreia (RPDC), e em face do contínuo agravamento da proliferação balística e nuclear norte-coreana, Portugal tem apoiado a imposição e agravamento do quadro sancionatório, fundamentados em argumentos jurídicos sólidos, a fim de limitar o acesso a recursos financeiros destinados ao desenvolvimento dos programas balístico e nuclear da RPDC, e evitando, ao máximo, o seu impacto na população civil inocente. Portugal apoia ainda as diligências europeias junto de países terceiros com vista a oferecer-lhes a assistência técnica e a capacitação adequadas ao rigoroso cumprimento das sanções.

O trabalho dos peritos nacionais incidiu, designadamente, na partilha de informações sobre procedimentos e práticas nacionais de implementação de medidas restritivas. Por outro lado, Portugal manifestou preocupação quanto ao procedimento de revisão dos regimes restritivos de desvios de fundos, reforçando o entendimento de que as revisões destes regimes devem basear-se em elementos factuais sólidos e não na simples existência de uma investigação criminal nos Estados terceiros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No âmbito da atividade das autoridades nacionais competentes, Portugal divulgou as publicações relativas aos regimes restritivos impostos pela UE, disponibilizou informações relativas a diversos regimes restritivos, com especial enfoque para os regimes impostos à Ucrânia/Rússia e ao Irão, prestou esclarecimentos aos setores privado e público sobre a interpretação a dar aos instrumentos sancionatórios e emitiu pareceres sobre a conformidade de determinados contratos e operações comerciais e financeiras com as medidas restritivas.

Importa ainda referir que a 23 de agosto foi publicada em Diário da República n.º 162/2017 I Série, a Lei n.º 97/2017 que regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela UE e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação destas medidas. A referida Lei é o resultado do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre medidas restritivas, constituído em 2014, presidido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério das Finanças enquanto autoridades competentes em matéria de medidas restritivas.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Portugal participou ativamente nos trabalhos da UE de acompanhamento e coordenação de posições nos diversos órgãos das Nações Unidas (NU), sedeados em Nova Iorque, Genebra e Viena, que se concluíram num acordo sobre as prioridades da UE para a 72.ª sessão da Assembleia Geral, que teve início em setembro, e que contribuíram para uma maior coerência, eficácia e visibilidade da ação externa da UE no plano multilateral.

De entre as áreas prioritárias identificadas, que se inserem no documento “Global Strategy on the EU’s Foreign and Security Policy”, de 2016, e no artigo 21.º do Tratado da União Europeia, importaria destacar: (i) o reforço do multilateralismo, assegurando que as NU continuem a desempenhar o papel central, enquanto alicerce do sistema; (ii) a prevenção dos conflitos e a sustentabilidade da paz; (iii) o desenvolvimento sustentável; (iv) a reforma do sistema das NU, nas vertentes da gestão, da arquitetura de paz e segurança e do desenvolvimento; (v) a luta contra terrorismo, incluindo a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

prevenção do extremismo violento; (vi) a resposta aos desafios transfronteiriços; (vii) o desarmamento e a não-proliferação; (viii) os fluxos migratórios e de refugiados; (ix) o respeito pelos Direitos Humanos e direito internacional; (x) o cumprimento da Agenda 2030; e (xi) as alterações climáticas.

O processo de reforma do sistema das NU, lançado em 2017 pelo Secretário-Geral, mereceu, da parte da UE e dos seus EM, um apoio inequívoco e empenhado.

Oceanos e Direito do Mar (COMAR)

Foi assegurada, ao longo do ano, uma participação atenta e ativa nos trabalhos relativos ao Direito do Mar, sempre que necessário em coordenação com diferentes entidades nacionais, tendo presente a defesa dos interesses de Portugal na preparação das posições da UE em importantes negociações, nomeadamente no âmbito das NU. Tal como no ano passado, foi dado particular destaque às discussões sobre a futura negociação de um Acordo de Implementação da Convenção das NU sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas para além da jurisdição nacional, matéria de especial interesse para um país como Portugal detentor de recursos biológicos marinhos únicos cuja proteção, conservação e utilização será influenciada pelas regras estabelecidas nas áreas limítrofes para além da jurisdição nacional.

Portugal participou também ativamente na coordenação, definição e defesa da posição da UE no âmbito das negociações da declaração política da Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em junho, em Nova Iorque, para promover os esforços de implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 sobre os Oceanos. Intitulada "Our Ocean, our future: call for action", a declaração política desta Conferência foi negociada mediante a co-facilitação de Portugal e Singapura, tendo o nosso país assumido uma particular proeminência neste processo negocial e acabado por influenciar decisivamente, quer no plano multilateral das NU, quer no plano da UE, as posições que acabariam por ser vertidas no documento.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Agricultura

Portugal assegurou uma participação atenta e ativa, contribuindo para a posição da UE, no acompanhamento do trabalho da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), focado na luta contra a fome e na segurança alimentar, sem, contudo, perder de vista a necessária implementação de medidas de rigor financeiro e orçamental daquela Agência especializada das NU, no atual contexto económico mundial. O nosso país tem vindo a participar igualmente de forma ativa no debate sobre a representação da UE na FAO, que melhore a eficácia, a coordenação e a visibilidade da atuação da UE nas organizações das NU, mas que permita simultaneamente aos EM terem voz no seio da coordenação da UE, de modo a que os valores da solidariedade e da democracia sejam fortalecidos, ao mesmo tempo reforçando a visibilidade da UE no sistema multilateral.

Saúde

Portugal continuou a acompanhar com especial atenção o processo de reforma da Organização Mundial da Saúde (OMS) para responder às fragilidades identificadas na gestão da epidemia de Ébola.

Acompanhámos igualmente os debates sobre a luta contra o tabaco, álcool e açúcar, considerados como prioridades de saúde pública, assim como as discussões sobre a questão do acesso aos medicamentos, valorizando sempre a necessidade de uma maior partilha de informação e maior transparência ao nível da determinação dos custos de investigação e de desenvolvimento de novos medicamentos, bem como da contratação pública. Nesta última matéria, destaca-se a assinatura da Declaração de La Valletta (em maio – Portugal, Espanha, Itália, Grécia, Chipre e Malta).

Também no quadro da OMS, Portugal continuou a promover o direito à saúde para todos, sem qualquer forma de estigma ou discriminação no acesso, incluindo aquela que é baseada na nacionalidade ou estatuto migratório, idade, género, deficiência, orientação sexual ou identidade de género. Continuámos, ainda, no âmbito da OMS e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

também no Conselho dos Direitos Humanos (CDH), a promover a importância da saúde mental e do acesso à saúde mental, salientando a necessidade de estas matérias serem olhadas também numa perspetiva de Direitos Humanos.

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável – Preparação dos contributos da UE para o 5.º Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF-5)

Por ser um dos países que submeteu ao HLPF-5 o seu primeiro Relatório Voluntário Nacional sobre a implementação da Agenda 2030, Portugal participou de forma ativa na preparação do projeto de conclusões do Conselho, “A sustainable European future: The EU response to the 2030 Agenda for Sustainable Development”, como contributo da UE para o HLPF-5 que teve lugar em Nova Iorque, em julho. O foco dos trabalhos incidiu sobretudo nos esforços de implementação da Agenda a nível interno e comunitário, no Roteiro para a Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁰² e no alinhamento das políticas da União com a Agenda 2030, em particular as que são da competência, exclusiva ou partilhada, da União.

No final do segundo semestre, a Presidência da Estónia concluiu que seria criado em 2018 um novo grupo de trabalho do Conselho específico para lidar com a Agenda 2030, para permitir um melhor acompanhamento desta matéria.

Questões Internacionais de Ambiente

Portugal concentrou-se nos preparativos da posição da UE para a 23.ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP23 UNFCCC, novembro, Bona) e para a 3.ª Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente (UNEA-3, novembro-dezembro, Nairobi). Em relação a esta última, Portugal empenhou-se particularmente na negociação das resoluções sobre poluição e água

¹⁰² O documento tem por objetivo prestar apoio a governos locais e regionais para a implementação da Agenda 2030 no âmbito local.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

(UNEP/EA.3/L.27, “Addressing water pollution to protect and restore water-related ecosystems”). Portugal participou ativamente nos preparativos da UE para a 13.^a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação (COP 13 UNCCD, 6-16 setembro, Ordo).

Rede de Diplomacia Verde

À semelhança de anos anteriores, Portugal participou na Rede de Diplomacia Verde (GDN – “Green Diplomacy Network”), constituída por uma rede de pontos de contacto dos responsáveis pelo acompanhamento das questões de carácter ambiental nos ministérios dos negócios estrangeiros dos EM da UE. A GDN concentrou-se na aplicação da Diplomacia de Clima da UE, na perspetiva de preparar com êxito a COP23 da UNFCCC, a UNEA-3 e a COP13 da UNCCD. Foi, igualmente, feito o acompanhamento de temas como o Pacto Global para o Ambiente, as Conferências dos Oceanos (Nova Iorque e La Valleta), bem como outros processos como a Convenção de Minamata sobre mercúrio e a Convenção Aarhus, em particular a problemática do acesso à justiça ambiental no espaço europeu.

Convenção sobre Espécies Migratórias (Convenção CMS)

Portugal participou na preparação da decisão do Conselho sobre a posição da UE relativa a novas propostas para conservação de espécies migratórias na 12.^a Reunião das Partes da Convenção sobre Espécies Migratórias (CMS12, outubro, Manila), tendo inclusive feito uma declaração a este respeito, em conjunto com Espanha, sobre a inclusão do tubarão azul (ou tintureira, lat. *Prionace glauca*) no Anexo II da Convenção CMS.

FLORESTAS

Portugal continuou a participar no debate em curso, no seio das NU, para um Acordo Internacional sobre Florestas, no contexto da gestão florestal sustentável, que possa contribuir para a adaptação e mitigação das alterações climáticas, assim como para a implementação da Agenda 2030. Foi, igualmente, acompanhado o trabalho de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

preparação da participação da UE no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas (UNFF 12), realizado em maio, em Nova Iorque.

DIREITOS HUMANOS (DH)

Portugal participou de forma muito ativa e empenhada no processo de coordenação da ação da UE nos principais fóruns multilaterais de DH, nomeadamente no quadro das Nações Unidas. Destes cumpre destacar a 3.^a Comissão da 72.^a sessão da Assembleia Geral, o Conselho de Direitos Humanos (CDH), a 61.^a sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW) e a 55.^a Comissão para o Desenvolvimento Social do Comité Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

Deve, de igual forma, ser destacado o papel de Portugal na promoção pela UE da temática dos DH noutros órgãos das Nações Unidas, em especial no Conselho de Segurança, assim como de questões transversais que se revestem da maior importância e atualidade, nomeadamente no contexto dos processos de negociação dos Pactos Globais sobre Refugiados e sobre Migração Segura, Regular e Ordenada¹⁰³.

Na 3.^a Comissão da 72.^a AGNU, Portugal foi, uma vez mais, o representante da UE (“burdensharer”) nas negociações da resolução apresentada pelo México sobre Proteção dos Migrantes, tendo-se, igualmente, empenhado de forma ativa nas negociações das resoluções de iniciativa da UE, bem como de outras consideradas prioritárias para a União.

No CDH, Portugal, que cumpriu em 2017 o terceiro e último ano do seu mandato neste órgão, redigiu várias intervenções proferidas em nome dos EM da UE e também participou ativamente nas negociações das iniciativas mais relevantes para a UE, continuando a pugnar pela necessidade de se alcançarem compromissos.

Durante a 61.^a sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, Portugal colaborou nas negociações das Conclusões Acordadas.

¹⁰³ Ver Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal continuou empenhado na aplicação plena do 2.º Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia e acompanhou os vários diálogos sobre DH que a UE mantém com países terceiros. Cumpre, ainda, destacar o apoio nacional a diligências da UE em países terceiros sobre questões de DH, designadamente pena de morte, prioridades da UE para as sessões do CDH e para a 3.ª Comissão da 72.ª AGNU.

ORGANIZAÇÃO PARA A SEGURANÇA E A COOPERAÇÃO NA EUROPA (OSCE)

Em 2017, a Presidência em exercício (PeE) da OSCE foi assumida pela Áustria, tendo a situação na Ucrânia continuado a dominar a agenda da Organização e a bloquear avanços em várias frentes.

A UE procurou apoiar os esforços da PeE, bem como os objetivos estabelecidos para a Ministerial de Viena, de dezembro, designadamente a aprovação, por consenso, do maior número possível de decisões e declarações, preferencialmente nas três dimensões da OSCE¹⁰⁴. Das 20 decisões e declarações propostas, apenas sete foram, no entanto, adotadas, sendo que, a exemplo do ano anterior, nenhuma na área da dimensão humana, o que denota um bloqueio nesta matéria.

De entre as decisões adotadas, importará referir as relativas à redução do risco decorrente do uso de tecnologias de informação e comunicação, à prevenção do tráfico de seres humanos, à luta contra todas as formas de exploração sexual e tráfico de crianças, à promoção da participação económica na área da OSCE e ao controlo de armas ligeiras, de pequeno calibre e dos depósitos de munições. A declaração adotada, a única de teor estritamente político, relativa às negociações sobre o conflito na Transnístria (Moldova), foi fruto do ambiente positivo verificado entre as Partes na última ronda negocial do "Formato 5+2"¹⁰⁵, em novembro.

¹⁰⁴ Político-militar; económica-ambiental; e humana.

¹⁰⁵ O Formato 5+2 inclui as duas Partes (Transnístria e Moldova), assim como a OSCE, a Rússia, a Ucrânia a UE e os EUA, na qualidade de observadores e mediadores.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Ao longo do ano, o nosso país assumiu uma posição construtiva e cooperante com a PeE no sentido a possibilitar alcançar consensos que permitam reforçar o papel da Organização. Através da instrumentalização das prerrogativas concedidas pelo processo decisório consensual da OSCE, um grupo de Estados-Parte têm, no entanto, levantado entraves que comprometem a eficácia da Organização e diminuem a sua relevância no plano internacional.

Até 8 de janeiro, Portugal exerceu a Presidência rotativa, por seis meses, do Fórum de Cooperação na Segurança (FSC), órgão vocacionado para a discussão e tomada de decisão sobre matérias da esfera político-militar da segurança, desenvolvendo esforços com vista à revitalização dos instrumentos de controlo de armamento convencional e à criação de medidas geradoras de confiança e segurança, fomentando também o cumprimento dos compromissos assumidos neste âmbito.

CONSELHO DA EUROPA

Portugal continuou a pugnar por uma estreita articulação da UE com o Conselho da Europa, com vista ao aproveitamento de sinergias e à eliminação de duplicação de esforços. A UE tem um papel relevante no apoio ao Centro Norte-Sul (CNS), entidade sediada em Lisboa, e cujo Diretor-Executivo é português.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

RELAÇÕES EXTERNAS REGIONAIS E BILATERAIS¹⁰⁶

ESPAÇO ECÓNOMICO EUROPEU

O Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE) continuou a funcionar satisfatoriamente, mantendo o seu papel fundamental na promoção das relações económicas e da integração do mercado único entre a UE e os Estados da EFTA membros do EEE (Islândia, Liechtenstein e Noruega). No entanto, Portugal entende que os Estados da EFTA membros do EEE devem reduzir o número de atos que aguardam incorporação no Acordo EEE, por forma a garantir a segurança jurídica e a homogeneidade no EEE.

No dia 22 de maio foi assinado o Memorando de Entendimento relativo ao Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021 entre Portugal e a Noruega. Portugal passa a dispor de 102,7 milhões de euros para implementar programas na área do mar (38 milhões de euros), do ambiente (24 milhões de euros) da igualdade de género (6 milhões de euros), da cultura (9 milhões de euros) e sociedade civil/fundos para as ONGs (11 milhões de euros).

SUÍÇA

Portugal entende ser importante terminar, rapidamente, as negociações relativas a um novo quadro institucional comum para os acordos existentes e futuros ao abrigo dos quais a Suíça participa no mercado interno. Apesar de Portugal não beneficiar de contribuição financeira da Suíça para reduzir as disparidades económicas e sociais na UE alargada, apoia que se iniciem as negociações sobre a continuação desta

¹⁰⁶ Inclui as relações comerciais bilaterais e regionais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

contribuição financeira por se tratar de uma contrapartida dos benefícios que este país tem por participar no mercado interno.

ANDORRA, MÓNACO E SÃO MARINO

Prosseguiram as negociações com vista a celebrar um ou vários Acordos de Associação entre a UE e Andorra, S. Marino e Mónaco. A discussão relativa às questões institucionais está praticamente terminada, faltando concluir algumas exceções no âmbito da liberdade de circulação de mercadorias.

Portugal tem apoiado este processo por entender ser importante garantir a homogeneidade na aplicação do acervo e o bom funcionamento do mercado interno, mas respeitando as especificidades de cada um destes três países. Tem defendido um quadro institucional coerente, eficaz e eficiente, que garanta a adoção dinâmica do acervo da UE pelos três países e inclua um mecanismo de resolução de litígios. Entende que as questões em matéria fiscal, financeira e bancária devem ser contempladas dado constituírem elementos essenciais na prevenção da fraude e que contribuirão para aumentar a transparência.

BALCÃS OCIDENTAIS

A instabilidade na região dos Balcãs Ocidentais (BO) e a crescente influência de atores externos justificaram um maior foco da UE nesta região e a aprovação de conclusões no Conselho Europeu de 9 de março, que reafirmam o apoio inequívoco da UE à sua perspetiva europeia e que salientam a importância de prosseguir as reformas, de promover as relações de boa vizinhança e as iniciativas de cooperação regional inclusiva, texto que Portugal apoiou.

Nesta mesma linha, assistiu-se a uma utilização de todos os instrumentos existentes na UE – Alargamento e Processo de Estabilização e Associação, Estratégia Global, Diálogo Económico e Financeiro e outros instrumentos da Política Europeia de Segurança Comum – para apoiar estes países, bem como a uma maior articulação relativamente à sua perspetiva euro-atlântica, tendo a NATO e a UE procurado



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

aprofundar a cooperação, com vista a criar uma zona de paz e a promover a sua segurança.

O Presidente Juncker defendeu no seu discurso no PE sobre o Estado da União, em setembro, que a UE deve oferecer perspetivas credíveis a esta região, estando prevista a publicação em fevereiro de 2018 pela Comissão de uma “estratégia para uma adesão com sucesso da Sérvia e do Montenegro”, que será extensível a todos os BO.

POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA

Vizinhança sul¹⁰⁷

De forma genérica, registaram-se progressos na implementação da Política Europeia de Vizinhança (PEV) junto dos países da orla mediterrânica, particularmente em vista da estabilização regional e da resiliência das comunidades mais afetadas pelas crises que ali grassam.

Desde logo, foi possível fechar com êxito as novas Prioridades da Parceria UE-Argélia e UE-Egito. Do ponto de vista formal, as partes adotaram os documentos em apreço por ocasião, respetivamente, dos Conselhos de Associação UE-Argélia (Bruxelas, março) e UE-Egito (Bruxelas, julho), encontros que serviram igualmente para passar em revista e impulsionar o conjunto dos dois relacionamentos bilaterais. A 1.^a Comissão Mista Portugal-Egito (Cairo, outubro) permitiu a Portugal transmitir uma mensagem de apoio ao fortalecimento das relações UE-Egito, tendo idêntica mensagem sido transmitida à Argélia durante a 5.^a Comissão Mista (Lisboa, março).

Na sequência da conclusão, no final de 2016, das Prioridades da Parceria UE-Jordânia e UE-Líbano, tiveram lugar os Conselhos de Associação UE-Jordânia (Bruxelas, julho) e UE-Líbano (Bruxelas, julho).

Ao nível das relações comerciais, uma nota menos positiva para a Argélia. À semelhança de anos anteriores, também 2017 foi marcado pela imposição de

¹⁰⁷ Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Egito, Líbano, Jordânia, Palestina. Israel e Síria.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

restrições no acesso ao mercado argelino que causam grande preocupação e prejudicam a atividade dos operadores económicos europeus. (Ver Capítulo III deste Título).

O relacionamento com a Tunísia foi outro dos destaques positivos da agenda da Vizinhança sul, continuando este país magrebino, reconhecido “caso de sucesso” regional, a merecer expressivo apoio europeu. Em consonância, houve oportunidade para que se reunisse o Conselho de Associação UE-Tunísia (Bruxelas, maio). Já a negociação das Prioridades da Parceria entre as duas partes entrou numa zona de indefinição, não sendo claro se o novo documento programático da cooperação UE-Tunísia terá, de facto, essa tipologia ou uma outra, porventura mais singular e robusta. Na 4.^a Cimeira Bilateral, a nível de Chefes de Governo (Tunes, novembro), foi reforçada a necessidade de a União manter o apoio à Tunísia em conformidade com o carácter excecional do país na região magrebina.

Em sentido distinto, as relações UE-Marrocos não conheceram avanços, apesar da incontornável posição de Rabat. Pesaram aqui, de forma decisiva, as consequências da decisão do TJUE, de dezembro de 2016, que questionou a aplicabilidade ao Sahara Ocidental do acordo UE-Marrocos de liberalização comercial dos produtos agrícolas e da pesca (2012). Em todo o caso, decorreram negociações bilaterais com vista à adaptação e conformação do acordo visado pela decisão do TJUE, esperando-se que, a prazo, a normalidade possa retornar ao relacionamento UE-Marrocos. A 13.^a Cimeira Bilateral, a nível de Chefes de Governo (Rabat, dezembro), constituiu um momento de reafirmação do apoio nacional ao regresso de Marrocos ao estatuto de parceiro privilegiado da UE.

A Líbia continuou a ser outro dos dossiês “bloqueados” da Vizinhança sul, por força do conflito civil que há vários anos assola o país. Neste âmbito, a UE persistiu focada na viabilização das soluções resultantes do chamado Acordo de Skhirat (2015), a par da mitigação dos efeitos decorrentes do papel ocupado pela Líbia na rota migratória do Mediterrâneo central. Reconhecidamente limitada na sua ação face à complexa



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

instabilidade que afeta o país magrebino, a União comprometeu-se a apoiar sem reservas o trabalho do novo Representante Especial da ONU para a Líbia, Ghassan Salamé, em particular o seu plano de ação, anunciado em setembro de 2017.

Dificuldades relevantes colocaram-se também à abordagem europeia face à Síria, o principal “hotspot” regional da atualidade. A UE acompanhou de muito perto a situação no país, não ignorando a existência de desenvolvimentos que tornaram mais provável, a curto prazo, uma eventual cessação das hostilidades. Neste sentido, foi aprovada, em abril, a nova Estratégia UE para a Síria, documento que contempla já algumas considerações acerca do papel europeu na reconstrução do país no pós-conflito – sempre subordinado à necessidade de alcançar previamente um acordo político sob os auspícios da ONU. De igual modo, também em abril, a UE coorganizou a primeira edição, que deverá ter continuidade em 2018, da denominada Conferência de Bruxelas, com o propósito de manter a crise síria no topo da agenda internacional e de alavancar apoios financeiros para debelar os seus efeitos, não só no território da Síria, mas também nos países vizinhos, incluindo Jordânia e Líbano.

Portugal procurou sensibilizar os parceiros europeus para a ação humanitária de acolhimento a refugiados sírios, no âmbito da “Plataforma Global de Apoio aos Estudantes Sírios” fundada pelo ex-Presidente da República Jorge Sampaio, que visa garantir o acesso à Universidade a estudantes sírios, tendo em vista a sua capacitação técnica, política e institucional num cenário pós-conflito.

No Iraque, mantivemos, no quadro europeu, o apoio aos esforços reformistas do Governo, por forma a permitir a vitória contra o Daesh e a subsequente reconstrução e estabilização do país.

As relações da UE com Israel e a Palestina foram, igualmente, um foco de dificuldade no contexto da PEV. Com efeito, a União continuou a assumir que qualquer desenvolvimento de relevo no escopo da cooperação bilateral, tanto com Telavive, como com Ramallah, deve estar em conformidade com a abordagem europeia ao conflito israelo-palestiniano, devendo igualmente consistir num exercício simétrico face



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

às duas partes. Assim, a estagnação, senão mesmo deterioração, do quadro do Processo de Paz do Médio Oriente (PPMO), ao longo de 2017, funcionou como um “peso morto” também no campo bilateral. A Conferência Internacional de Paris em janeiro, organizada pela França, constituiu uma tentativa de reanimar o processo, mas sem resultados substantivos. A UE manteve, mau grado as diferentes matizes entre EM, uma posição de unidade em torno do PPMO, da solução dos dois Estados e do estatuto de Jerusalém, designadamente em reação à decisão dos EUA de transferir a sua Embaixada para Jerusalém e de reconhecer aquela cidade como capital de Israel.

Portugal perfilha, no quadro da sua política externa, um reconhecido vetor mediterrânico. Daqui resulta a extrema relevância que o nosso país outorga à Vizinhança sul, prioridade que se fez sentir novamente no âmbito da ação portuguesa em Bruxelas em 2017. Portugal defendeu reiteradamente a necessidade de compatibilizar medidas de curto prazo, mais imediatas e vocacionadas para temas como a segurança e as migrações, com medidas de médio/longo prazo, mais estruturantes, e que garantam a estabilidade e o desenvolvimento dos nossos vizinhos a sul. Assim, afirmou em especial a importância de temas como o combate à pobreza, a educação e a formação profissional/vocacional, ou o papel dos jovens e das mulheres, defendendo que sem capacitação nestas áreas os nossos vizinhos a sul não poderão tirar partido da globalização económica e da sociedade do conhecimento em benefício dos seus cidadãos.

Por fim, e considerando o conjunto da agenda europeia relativamente a cada um dos países da Vizinhança sul, mereceram-nos especial atenção: (i) os esforços em torno da estabilização da Líbia e da Síria; (ii) o auxílio continuado da UE ao processo democrático na Tunísia; (iii) os progressos positivos verificados no diálogo da União com o Egito e a necessidade de lhes dar sequência; e (iv) o trabalho em curso no sentido de clarificar as questões jurídicas pendentes e reestabelecer, assim que possível, a normalidade da cooperação europeia com Marrocos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

União para o Mediterrâneo (UpM)

O ano de 2017 foi, desde logo, marcado pela realização, em janeiro, em Barcelona, do segundo Fórum Regional da UpM sob o lema "O Mediterrâneo em ação: juventude para a estabilidade e o desenvolvimento". Foi endossado o Roteiro "A União para o Mediterrâneo: uma organização orientada para a ação com uma ambição comum" centrado em quatro áreas: (i) reforçar o diálogo político entre os membros da UpM; (ii) assegurar a contribuição da UpM para a estabilidade regional e o desenvolvimento humano; (iii) reforçar a integração regional; e (iv) consolidar a capacidade de ação da UpM. Realizaram-se, ao longo do ano, Conferências Ministeriais nas seguintes áreas: Água, Desenvolvimento Humano Sustentável e Capacitação das Mulheres.

A nível técnico, merece destaque a realização, no Cairo, do 1.º "Energy and Climate Business Forum", que reuniu mais de 200 participantes de 25 países. Portugal teve uma visibilidade especial neste evento, desde logo porque, para além da participação ativa de empresas portuguesas, contou com a presença do Secretário de Estado da Energia que viu a sua proposta de realização do 2.º Fórum em Portugal aceite. Neste Fórum, em virtude de se ter realizado a par da Comissão Mista Luso-Egípcia (que também contou com um encontro empresarial), houve a oportunidade de estabelecer sinergias entre ambos os eventos, contribuindo para o reforço da presença de empresas portuguesas na região. Ficou também acordada a realização em Lisboa, em 2018, da Reunião de Alto Nível Sobre Capacitação das Mulheres.

No final do ano ascendiam a 50 o número total de projetos de cooperação regional com a chancela da UpM, envolvendo mais de 5 mil milhões de euros.

Fundação Euro mediterrânica Anna Lindh para o diálogo entre culturas (FAL)

Em linha com a estratégia "Working together towards 2025", adotada anteriormente, o Conselho de Governadores aprovou quatro novos programas: "Intercultural trends and media", "Young Mediterranean voices", "Intercultural Cities and Learning" e "Connect Plus".



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

No que diz respeito à liderança da FAL, Elisabeth Guigou viu renovado o seu mandato como Presidente da Fundação. O tunisino Hatem Atallah não quis renovar o mandato como Diretor Executivo pelo que, no final do ano, foi aberto concurso para o preenchimento deste lugar.

Portugal foi um dos treze países a constar do Relatório “Tendências interculturais 2017”, resultado de um inquérito que envolveu mais de 13 mil questões e que conclui ser o investimento na juventude e na educação a melhor forma de prevenir a conflitualidade e o radicalismo.

Portugal transmitiu à FAL sugestões de vária ordem das redes portuguesas da FAL e empenhou-se na defesa de um modelo de organização mais profissional e de maior qualidade.

Parceria Oriental (PO)¹⁰⁸

A PO continuou a enfrentar sérias dificuldades na prossecução dos objetivos de promoção da estabilidade, da prosperidade e da paz na região leste da Europa. Desde logo, devido ao complexo contexto geopolítico, em que a Rússia surge como polo de destabilização. O conflito do Donbass e a anexação da Crimeia assumem particular gravidade neste âmbito.

A 5.ª Cimeira da PO, em novembro, visou consolidar uma estratégia de estabilização e desenvolvimento a leste, tendo para tal endossado um roteiro concreto de cooperação para alcançar os compromissos da agenda “20 Deliverables for 2020”. Ao mesmo tempo que procura definir uma nova arquitetura para relançar a vertente multilateral e ajudar a alcançar os objetivos da agenda aprovada, tenta garantir a rápida obtenção de benefícios tangíveis para os cidadãos dos países parceiros. A contenção de qualquer deriva quanto ao objeto político da PO é também ponto central desta visão estratégica. Neste âmbito, a assinatura do Acordo com a Arménia, à

¹⁰⁸ Ucrânia, Geórgia, Moldova, Arménia, Azerbaijão e Bielorrússia



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

margem da Cimeira, assumiu um valor simbólico particular pelo facto de se tratar de um parceiro membro simultaneamente da PO e da União Económica Euroasiática (UEE)¹⁰⁹, demonstrando a capacidade de inclusão da PO.

Apesar das limitações decorrentes da integração da Arménia na UEE, as negociações tiveram um saldo bastante positivo, com o Acordo a incluir um conjunto de práticas e “standards” internacionais. Através do estabelecimento de um “patamar comum” em termos regulamentares em áreas como comércio de serviços e estabelecimento, movimentos de capitais, mercados públicos e Propriedade Intelectual, visa-se um reforço da cooperação económica.

Em fevereiro foram lançadas as negociações tendo em vista substituir o Acordo de Parceria e Cooperação UE-Azerbaijão, nomeadamente o seu pilar comercial.

No plano bilateral, a UE mostrou sempre o seu forte apoio aos parceiros associados, numa linha firme, mas condicional, à prossecução efetiva de reformas no quadro dos acordos e agendas de associação. Na Cimeira UE-Ucrânia realizada em Kiev, em julho, foi saudada a ratificação por todos os EM do Acordo de Associação, que entrou em vigor a 1 de setembro, e a entrada em vigor da liberalização do regime de vistos para cidadãos ucranianos, sendo ambos os passos fundamentais para reforçar a parceria UE-Ucrânia. Por ocasião da 5.ª Cimeira de PO, o Presidente Poroshenko propôs a participação da Ucrânia em quatro áreas fundamentais do processo de integração europeia, que designou como as “4 Uniões”: Espaço Schengen; União da Energia; União Aduaneira; e Mercado Único Digital.

¹⁰⁹ União Económica Euroasiática – Mercado Único entre Rússia (setembro de 2012), Bielorrússia (setembro de 2012), Arménia (outubro de 2012), Quirguistão (dezembro de 2013) e Cazaquistão (dezembro de 2012). Segue princípios de União Aduaneira, pelo que os membros devem abolir barreiras pautais e não-pautais entre si (mercado único lançado em janeiro de 2015, para livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho, mas ainda com muitas exceções e períodos de transição), introduzir uma pauta aduaneira e procedimentos alfandegários comuns face a terceiros (em princípio a entrar em vigor em julho de 2017) e adotar regras de origem comuns (ainda não harmonizadas).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal continuou a apoiar o desenvolvimento da PO enquanto instrumento estabilizador da Vizinhança leste, promotor dos valores da UE na região e suscetível de influenciar no âmbito normativo e regulamentar as economias dos Parceiros. Portugal tem sublinhado a importância da condicionalidade relativa à implementação pelos Parceiros dos compromissos assumidos. No plano bilateral, tem feito um esforço de aproximação aos membros da Parceria, reforçando o âmbito do seu relacionamento tendo por base a comemoração do 25.º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas com esses países.

GOLFO

A abordagem da UE aos chamados Estados do Golfo assenta estruturalmente na cooperação “bloco a bloco” entre a União e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) – Arábia Saudita, Kuwait, Bahrain, Qatar, EAU e Omã. Os desenvolvimentos registados na região durante 2017, em particular a crise diplomática despoletada em torno do Qatar, voltaram a debilitar o relacionamento UE-CCG e a colocar em causa as próprias dinâmicas internas do CCG, como ficou patente na Ministerial de dezembro, no Kuwait. Como reflexo imediato deste quadro, não se realizou, no ano passado, a Ministerial UE-CCG.

Atendendo ao acumular de dificuldades ao longo dos anos, o raciocínio europeu acerca da abordagem a seguir face aos Estados do Golfo tem sido alvo de reconsideração desde há algum tempo. Chegou-se à noção, reforçada pelos eventos de 2017, de que a estratégia “bloco a bloco” tradicionalmente seguida pela UE deve ser suplementada por uma abordagem bilateral, quer assumida diretamente pela UE, quer alavancada nos EM, junto dos diferentes membros do CCG. Neste patamar bilateral, apesar das dificuldades acrescidas impostas pelos desenvolvimentos regionais, registaram-se alguns progressos na exploração e implementação de diferentes formatos de diálogo UE-países do Golfo.

Desde a tomada de posse do Presidente Trump, os EUA têm vindo a colocar em causa a continuidade do “Joint Comprehensive Plan of Action”, o acordo nuclear assinado



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

entre EUA, China, Rússia, Alemanha, França, Reino Unido e Irão, supervisionado pela UE, na pessoa da AR/VP Mogherini, e endossado pela resolução CSNU 2231 (2015). Face às ameaças de revogação unilateral da suspensão das sanções por parte de Washington, a UE demonstrou uma posição forte de empenho a favor do cumprimento do acordo, desde logo no Conselho Negócios Estrangeiros e no Conselho Europeu de outubro.

Coerente com o passado recente e não obstante a crise em torno do Qatar, Portugal manifestou apoio ao reforço da abordagem europeia ao Golfo (em maio, o Primeiro-ministro realizou uma visita oficial a Doha). Neste sentido, assinalou-se a convicção nacional de que existem efetivamente oportunidades importantes para o progresso do relacionamento com os países da região, seja pela via UE-CCG, seja pela via bilateral. Reconhecendo a importância das temáticas de pendor mais securitário, fizemos por salientar igualmente domínios como a cooperação económico-financeira, onde a capacidade e “know-how” da UE e dos seus EM pode contribuir para atrair outro tipo de empenho do lado do Golfo.

RÚSSIA

Portugal apoia a implementação dos cinco princípios orientadores nas relações da UE com a Rússia, adotados no Conselho Negócios Estrangeiros de março de 2016, nomeadamente a continuidade de uma cooperação seletiva com a Rússia da qual possa resultar um diálogo que promova a estabilidade e a prosperidade da Europa, na estrita observância dos princípios e valores europeus e das disposições do Direito Internacional.

Ainda que o comércio bilateral entre UE e a Rússia se tenha mantido relevante, continuou tendência decrescente em consequência das prioridades da Rússia centradas no aprofundamento da UEE, na substituição de importações e promoção de exportações, numa atitude protecionista que contraria compromissos assumidos junto da Organização Mundial do Comércio (OMC). Alguns dos conflitos comerciais entre a UE e a Rússia evoluíram para litígios no âmbito da OMC, destacando-se o diferendo



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

decorrente da aplicação pela Rússia de restrições à importação de carne e derivados de porco devido à febre suína. A decisão do painel veio confirmar a avaliação da UE de que estas medidas traduziam uma efetiva proibição discriminatória das importações oriundas da UE. O resultado do recurso da Rússia ao Órgão de Recurso da OMC acabou por confirmar o sentido da decisão, em março. A UE e a Rússia acordaram num prazo – até 6 de dezembro – para a Rússia implementar as decisões, o que não aconteceu.

ÁSIA CENTRAL

As relações UE-Ásia Central não conheceram desenvolvimentos estruturais. O ano ficou sobretudo marcado pelo esforço de consolidação da presença da UE na região, para o qual muito contribuiu o papel ativo desempenhado pelo Representante Especial UE, Peter Burian. Temas como a prevenção do extremismo violento, questões energéticas, combate à criminalidade organizada, à corrupção e ao tráfico de droga dominaram o diálogo com a região. Apesar de a UE ter lançado, pela primeira vez, uma Estratégia para a Ásia Central, a heterogeneidade de abordagens e níveis de ambição individual face à UE, aliada à distância geográfica e à relativa impermeabilidade da região face ao exterior, são fatores que dificultam o tradicional papel de ator normativo, económico e de segurança desempenhado pela UE na vertente externa. A Estratégia entrará em breve em fase de revisão.

Em novembro realizou-se, em Samarcanda (Uzbequistão), a 13.^a Reunião Ministerial UE-Ásia Central tendo ficado expressa uma maior vontade política no aprofundamento das diferentes vertentes da cooperação regional.

Foram abertas negociações com o Quirguistão para um Acordo de Parceira Reforçada, cuja primeira ronda teve lugar em Bruxelas, em dezembro.

Portugal tem advogado a importância do relacionamento entre a UE e a Ásia Central, região que tem vindo a ganhar crescente relevância estratégica. O Cazaquistão tornou-se o primeiro país da Ásia Central a ocupar um lugar de membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biénio corrente (2017-18).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS (LAC)

Portugal mantém profundos laços históricos e culturais com a região da LAC, tendo procurado manter e reforçar o relacionamento da UE com esta região e a sua abordagem prioritária no âmbito da Política Externa da UE.

Em 2017 Portugal concluiu os trâmites da aprovação interna do Acordo de Associação UE-América Central. Trata-se do primeiro acordo-quadro celebrado pela UE com uma região, sendo um instrumento fundamental para apoiar o crescimento económico e a estabilidade política e económica da América Central. A implementação deste Acordo traduziu-se numa evolução positiva dos fluxos comerciais, tendo as exportações da UE crescido 22% e as importações provenientes da América Central aumentado 18,3%.

A Cimeira com os países da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), prevista para outubro em El Salvador, foi adiada a pedido da Presidência Pro Tempore deste organismo¹¹⁰ dada a situação política interna na Venezuela. Em dezembro, os países CELAC propuseram a realização de uma Reunião de ministros dos negócios estrangeiros, em Bruxelas, no início de 2018. Esta proposta foi, desde logo, apoiada por Portugal por considerar que adiar indefinidamente cimeiras e reuniões levará a um afastamento gradual da região latino americana da agenda europeia.

Pese embora a diversidade de perspetivas e estratégias políticas, económicas e sociais entre os vários blocos de integração sub-regional latino-americano, a existência de posições diferenciadas na região não tem impedido a realização de um debate sobre temas globais com a UE. Mau grado a situação na Venezuela, a agenda do relacionamento UE-CELAC tem revelado um nível crescente de ambição, destacando-se as discussões em matéria de cooperação para o desenvolvimento, produtividade, incluindo economia digital, economia urbana e circular e “smart-cities”, e o reforço do diálogo político através da anunciada revisão do capítulo II do Plano de Ação¹¹¹. O

¹¹⁰ El Salvador.

¹¹¹ Respeitante ao desenvolvimento sustentável, ambiente, alterações climáticas, biodiversidade e energia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

trabalho de aprofundamento da parceria bi-regional prosseguiu, tendo-se realizado eventos temáticos tais como o Fórum de Reflexão para a Produtividade (Madrid, julho) e o Fórum sobre o papel do setor privado no relacionamento bi-regional (Cidade do México, abril).

Acresce o facto de o PE ter aprovado o Acordo que confere o estatuto de organização internacional à Fundação UE-LAC, tendo em vista contribuir para o reforço da parceria bi-regional, promovendo o envolvimento e participação da sociedade civil, o conhecimento mútuo e o aumento da visibilidade pública da Parceria. Estão em curso os procedimentos de ratificação interna nos diversos membros da Fundação.

No âmbito sub-regional destaca-se a continuação do processo negocial relativo ao estabelecimento de um Acordo de Associação UE-Mercosul. Foi alcançado um acordo de base para o capítulo político e de cooperação, faltando fechar a parte comercial.

No que respeita à parte comercial, realizaram-se seis rondas de negociação e duas reuniões inter-sessões, tendo-se registado progressos substantivos. À margem da 11.ª Conferência Ministerial da OMC, em Buenos Aires, em dezembro, verificou-se uma abertura sem precedentes por parte do Mercosul para aceitar as exigências da UE. A conclusão de um acordo político em 2017 acabou porém por não ser possível – essencialmente devido às sensibilidades agrícolas de um grupo de Estados-membros produtores – mas as Partes comprometeram-se a retomar as negociações no início de 2018.

Para Portugal a conclusão deste acordo assume grande relevância, não só pelos laços históricos e políticos com os países da região, em particular com o Brasil, mas também pelo atual posicionamento mundial deste mercado¹¹², tendo o nosso país apoiado a

¹¹² A conclusão de um acordo com o Mercosul proporcionará o acesso preferencial da UE a um mercado com mais de 275 milhões de consumidores, o que representa um enorme potencial para o comércio e investimento europeu. Os dados avançados pela Comissão Europeia sobre os potenciais ganhos globais resultantes da celebração do acordo indicam que os seus benefícios poderão ser seis vezes superiores aos do CETA (UE e Canadá) e quatro vezes os do Acordo com o Japão.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

estratégia da Comissão com vista à conclusão rápida de um acordo equilibrado e ambicioso. Ao mesmo tempo sinalizámos a necessidade de melhorias, quer na oferta do Mercosul, quer em determinados capítulos de negociação, e defendemos a necessidade de se encontrar um equilíbrio entre a proteção dos produtos sensíveis e o acesso ao mercado.

Ao nível das relações UE-Brasil, salienta-se que o período de instabilidade política no Brasil tem vindo a condicionar um conjunto de questões relevantes. A última Cimeira UE-Brasil teve lugar em 2014 e o agendamento da Cimeira seguinte tem vindo a ser sucessivamente adiado. Igualmente o processo de negociação do Plano de Ação Conjunto previsto para o período 2016/21 permaneceu estagnado. A renegociação do Acordo Global de Transporte Aéreo UE-Brasil manteve-se na agenda, sendo um processo de relevância para Portugal (ver Título IV, Capítulo VII).

Quanto às relações UE-México, as negociações para modernização do pilar comercial do Acordo Global UE-México, em vigor, decorreram em termos muito positivos, tendo-se intensificado nas últimas semanas do ano com o objetivo de procurar viabilizar a conclusão de um acordo político no final de 2017, como as Partes se haviam proposto. Tal não foi contudo possível, pelo que a continuação das negociações prosseguirá em 2018 com o objetivo de conclusão no primeiro trimestre.

Portugal apoiou a Comissão no entendimento de que a celeridade não deveria comprometer a ambição negocial e os interesses da parte da UE, defendendo a importância de não transigir em capítulos importantes para as empresas e economia nacionais, como a proteção das Indicações Geográficas, regras de origem e acesso ao mercado de compras públicas a todos os níveis. Defendeu, igualmente, a consagração da proteção de investimento e resolução de litígios segundo a mais recente política europeia de investimento.

No que se refere às relações UE-Chile, o Conselho adotou no início de novembro as diretivas de negociação para a modernização do Acordo de Associação. A UE pretende modernizar o pilar comércio de forma a atingir o pleno potencial das relações



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

comerciais e de investimento. Pretende-se melhorar o acesso ao mercado dos produtos agrícolas e da pesca e ainda liberalizar o mercado dos serviços, criar regras de proteção de investimento e promover melhor acesso aos mercados de compras públicas de forma a colocar este acordo a par de outros celebrados pela UE nesta região. Também se pretende incluir um inovador capítulo sobre desenvolvimento sustentável e enquadrar o acordo nos “standards” internacionais sobre questões ambientais e laborais. São ainda abordados nas diretivas novos temas de relevo global, como a digitalização da economia, energia, anticorrupção e igualdade de género. A primeira ronda negocial teve lugar em novembro, esperando-se que esteja concluída até final de 2018.

À semelhança dos demais países latino-americanos, o aprofundamento do relacionamento político e económico com o Chile é muito importante para Portugal, atentos os laços já existentes.

O relacionamento UE-Cuba teve mais um avanço significativo. A República de Cuba concluiu, em setembro, os procedimentos internos para a aplicação provisória do primeiro acordo de sempre com a UE – o Acordo de Diálogo Político e de Cooperação, que entrou em vigor, a título parcial, a 1 de novembro. A sua plena aplicação só terá início depois de todos os EM procederem à sua ratificação. Este acordo confirma o empenho contínuo da UE na América Latina e nas Caraíbas, na medida em que Cuba era o único país na região com o qual a UE ainda não tinha chegado a acordo quanto a uma base jurídica para o diálogo e a cooperação.

A União Europeia tem mantido, desde 2012, o seu apoio inequívoco ao Processo de Paz na Colômbia. A AR/VP nomeou um Enviado Especial para o processo de paz na Colômbia e a UE criou um Fundo Fiduciário para apoiar o pós-conflito, através da promoção do desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável (ver Capítulo IV deste Título). Em novembro, a UE retirou, em definitivo, as FARC da sua lista de organizações terroristas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O caso venezuelano foi o que mais dificultou o desenvolvimento da relação UE-ALC, no seu todo, e a degradação da relação bilateral com a UE marcou indelevelmente grande parte do ano, tendo culminado com a adoção formal de sanções por parte da UE contra aquele país. Em paralelo com esforços políticos e diplomáticos levados a cabo pela UE de apoio a uma solução pacífica e negociada para a crise política, o Conselho Negócios Estrangeiros de novembro adotou uma decisão estabelecendo medidas restritivas, que incluem o embargo ao armamento e ao material que possa ser utilizado para fins de repressão interna e um quadro jurídico para impor proibições de viagem e congelamentos de bens – sem concretizar nomes. Portugal entende a adoção de sanções por parte da UE não como um fim em si, mas como um instrumento de pressão, procurando promover e encorajar o diálogo entre o Governo e a oposição para o estabelecimento de um compromisso político.

RELACÕES TRANSATLÂNTICAS

Desde 2014 que não se realizam cimeiras entre a UE e os EUA. Durante a visita do Presidente Trump a Bruxelas, em maio, para participar na Cimeira da NATO, houve um encontro com os líderes das instituições europeias, Tusk e Juncker, com vista a estabelecer laços pessoais e passar a mensagem à nova Administração sobre a indispensabilidade da relação transatlântica, quer em termos de segurança, quer económicos. A agenda americana manteve-se, todavia, dominada pela promoção do “America First” e a sua dimensão externa nas questões de Defesa e nas sanções à Coreia do Norte, Rússia e Irão, assim como no reforço das relações com a Ásia-Pacífico. No domínio da Justiça e dos Assuntos Internos, prosseguiu a habitual cooperação com a UE em matéria de luta contra o terrorismo, migrações, cibersegurança, vistos e registos de identificação de passageiros (PNR) – ver Título V. Este ano não houve lugar a reunião do Conselho Energia e em matéria de Ambiente caberá recordar que os EUA se retiraram em junho do Acordo de Paris sobre Alterações Climáticas.

Também no que toca ao relacionamento comercial, a Administração Trump representou uma viragem na política norte-americana, desviando o enfoque de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

negociações multilaterais e plurilaterais, no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e também das negociações bilaterais, com parceiros como a UE. As negociações do Acordo de Comércio e Investimento (TTIP) foram suspensas e o relacionamento bilateral foi marcado pela insatisfação do Presidente Trump com a política comercial europeia e o seu desejo de corrigir o défice comercial com a UE (e com alguns dos seus EM), traduzido em Ordens Executivas, algumas das quais poderão vir a ter um forte impacto no relacionamento bilateral. Para a UE, no final do ano, não havia expectativas de qualquer evolução positiva, tanto assim que, apesar de a Comissária do Comércio ter chegado a defender o interesse da UE em retomar as negociações, o tema não consta do Programa de Trabalho da Comissão para 2018.

Portugal defende, tal como a UE, que os EUA são um aliado singular e um parceiro estratégico com o qual partilhamos uma forte relação económica e valores, como o Estado de Direito e as liberdades individuais, proximidade que se deve procurar manter e promover.

O ano 2017 foi assinalado pela entrada em vigor – ainda que de forma provisória¹¹³ – de um novo enquadramento nas relações UE-Canadá. O Acordo de Parceria Estratégica UE-Canadá (SPA) entrou em aplicação provisória no dia 1 de abril, tendo tido lugar a primeira reunião a nível Ministerial (JMC) no dia 4 de dezembro, na qual foi aprovada uma declaração conjunta que retém as pretensões portuguesas, nomeadamente quanto ao reforço da parceria em matéria dos Oceanos. Portugal já concluiu o processo de ratificação interna e considera que este acordo abre, em conjunto com o Acordo Económico e Comercial Global (CETA), que entrou em aplicação provisória a 21 de setembro, uma nova era na parceria estratégica da União com este país. Também o processo de ratificação nacional do CETA foi concluído em 21 de dezembro.

¹¹³ Os acordos SPA e CETA possuem carácter misto e entrarão em vigor de forma definitiva e completa quando todos os EM concluírem os respetivos processos de ratificação/aprovação interna.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O CETA é o primeiro Acordo comercial assente num novo sistema de auto-certificação de origem no âmbito da base de dados REX¹¹⁴, sendo de assinalar que ainda antes da sua entrada em vigor provisória começaram a registar-se numerosos pedidos de obtenção do número de exportador registado, pretensão que revelou uma tendência crescente, levando a que, no final de novembro, Portugal se encontrasse em 7.º lugar, com mais de 350 exportadores registados, facto claramente indiciador da mobilização nacional para aceder a este mercado. Correspondendo a um compromisso assumido na Assembleia da República, no sentido de assegurar a difusão da informação sobre o CETA, o Governo promoveu sessões de diálogo com a sociedade civil em Lisboa, no Porto e em Leiria.

ÁSIA e OCEÂNIA

A importância estratégica da Ásia a nível global reforçou-se, sendo o relacionamento equilibrado com aquela região um grande desafio para a Europa. A UE continuou a aprofundar as parcerias estratégicas que mantém com quatro países da região da Ásia-Pacífico – China, República da Coreia, Índia e Japão – ao mesmo tempo que prosseguiu as negociações de Acordos Quadro, Acordos de Comércio Livre e outros Acordos com os países do Sueste Asiático.

Portugal, que tem laços históricos e culturais com a região da Ásia-Pacífico desde o Século XVI, continua a defender o aprofundamento das relações comerciais e políticas com esta região.

O relacionamento estratégico entre a UE e a Ásia mantém três vetores essenciais: reforçar a cooperação política com a Ásia, na sua vertente multilateral; valorizar a Parceria Estratégica com a China; e utilizar o potencial da Conectividade. Portugal apoiou a definição desta abordagem e tem mantido um contributo ativo na sua prossecução.

¹¹⁴ Sistema de exportadores registados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O estabelecimento de um diálogo regular e abrangente entre as duas regiões tem conduzido a uma cooperação e convergência cada vez maiores em questões globais, de segurança regional, económicas e em política de regulamentação. A Cooperação para o Desenvolvimento continua a ser um ponto importante na agenda.

Foi intensificada a cooperação com a Associação das Nações do Sueste Asiático (ASEAN)¹¹⁵. A UE tem estado envolvida nas negociações de acordos-quadro políticos que incluem cláusulas em matéria de Direitos Humanos, democracia e Estado de Direito e não-proliferação. Estes acordos visam estabelecer um quadro coerente e juridicamente vinculativo que abrange a cooperação política, global e setorial e complementam a rede de acordos de comércio livre (ACL) que são paralelamente negociados.

Prosseguiram as negociações do acordo-quadro com o Brunei. Continuam pendentes

as assinaturas dos acordos, rubricados em 2013, com Singapura¹¹⁶ e Tailândia¹¹⁷. Também com a Malásia, o acordo-quadro, rubricado em 2016, está pendente de assinatura. Quanto à Tailândia, as conclusões do Conselho Negócios Estrangeiros de dezembro restabeleceram os contactos políticos a todos os níveis, suspensos desde 2014, pretendendo-se assim promover mais eficazmente o respeito pelos direitos e liberdades fundamentais, bem como a realização de eleições livres e democráticas no país.

No quadro do relacionamento comercial e de investimento estratégico, a região ASEAN continua a apresentar-se como particularmente dinâmica, em termos económicos, pelo que Portugal manteve o seu apoio ao reforço da cooperação económica com a região, assente, nesta fase, nas negociações de ACL. Mantem-se a expectativa de que, uma

¹¹⁵ A ASEAN engloba 10 países do SE Asiático: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia e Vietname.

¹¹⁶ Aguarda entendimento sobre a Declaração relativa a questões fiscais.

¹¹⁷ Após a adoção da nova reforma constitucional, aguardam-se desenvolvimentos no que respeita à realização de eleições democráticas, após o golpe militar.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

vez reunidas as condições necessárias, os ACL já concluídos ou em negociação constituam a base para um ACL regional entre a UE e a ASEAN.

A UE concluiu as negociações de ACL com Singapura e Vietname. Relativamente a Singapura, foi finalmente apresentado o Parecer do Tribunal de Justiça da UE (Parecer 2/2015, de maio¹¹⁸) sobre a natureza do Acordo, passo inultrapassável para a sua entrada em vigor e que terá consequências sobre a arquitetura dos acordos comerciais e de investimento negociados pela UE. O debate interno na UE sobre as suas implicações continua. De assinalar que a clarificação do Tribunal quanto à natureza dos acordos comerciais veio ao encontro da interpretação que Portugal sempre defendeu nessa matéria.

Assinala-se, igualmente, a assinatura do Acordo-Quadro UE-Austrália (Bruxelas, agosto). Este Acordo fornecerá um novo quadro jurídico para a cooperação entre a UE e a Austrália e apontará uma nova orientação estratégica para a cooperação existente e futura. Realizou-se o primeiro Fórum de Liderança UE-Austrália (Sidney, junho), lançado pela AR/VP Mogherini e pela Ministra dos Negócios Estrangeiros Julie Bishop, constituindo-se como uma plataforma de discussão e cooperação para líderes de diferentes níveis etários e nos mais variados domínios: negócios, média, ONG, “think tanks” e académicos. Relativamente à Nova Zelândia, avançou-se no sentido da implementação do Acordo de Parceria sobre Relações e Cooperação UE-Nova Zelândia. No âmbito comercial, cumprindo o plano que a Comissão traçou na Comunicação “Trade for All”, foram apresentadas aos EM, em setembro, as Diretivas de Negociação com ambos países, cujas negociações serão separadas, embora paralelas. Este processo negocial é o primeiro a refletir, desde o início, o já referido Parecer 2/2015

¹¹⁸ O Parecer concluiu que o ACL UE-Singapura não pode, na sua forma atual, ser celebrado apenas pela UE visto que algumas das disposições se inserem na esfera de competência partilhada entre a UE e os EM. A UE não dispõe de competência exclusiva no caso dos investimentos estrangeiros diferentes dos investimentos diretos (investimentos “de carteira”) e no caso do regime de resolução de litígios entre investidores e Estados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

do Tribunal de Justiça da UE. Apesar de a Comissão ter tentado imprimir celeridade à discussão das diretivas e de as negociações com estes dois países serem apoiadas por vários EM, a discussão foi afetada pelo debate mais amplo sobre as sensibilidades do setor agrícola e pelo impacto dos acordos em negociação, especialmente com o Mercosul, bem como do “Brexit”, não tendo sido possível a adoção das diretivas até ao final do ano, como estava previsto.

A Cimeira UE-China (Bruxelas, junho) teve como temas principais as relações bilaterais UE/China, com destaque para as matérias económicas, comerciais e de investimento. Discutiu-se, igualmente, a Plataforma UE-China no domínio da Conectividade, os Direitos Humanos e o Estado de Direito. Apesar de este evento não ter aprovado uma declaração final conjunta, nem uma declaração sobre as alterações climáticas, é de sublinhar o clima amistoso em que decorreu e alguns resultados importantes, de entre os quais um memorando para o início de um diálogo sobre controlo de auxílios de Estado e progressos nas negociações sobre indicações geográficas, sem que se registasse, contudo, avanço nos compromissos da China em matéria de investimento. Assim, as negociações para o estabelecimento de um acordo em matéria de investimento prosseguiram, mantendo-se os objetivos de: (i) consolidação num único Acordo dos Acordos Bilaterais de Promoção e Proteção do Investimento (APPRI) que a China tem com 27 EM¹¹⁹ (Irlanda é a exceção), conferindo-lhes consistência e coerência; (ii) melhoria da segurança dos investidores e proteção jurídica dos investimentos da UE na China e vice-versa; e (iii) melhoria no acesso ao mercado chinês. A conclusão deste Acordo poderá abrir o caminho a soluções comerciais mais ambiciosas, como seja o lançamento de um ACL, como a China pretende¹²⁰, quando as condições forem as adequadas.

¹¹⁹ Portugal possui desde 2008 um Acordo Bilateral de Promoção e Proteção do Investimento (BIT) em vigor com a China.

¹²⁰ A China tem pressionado a UE para que seja iniciado um estudo de impacto para um ACL. A UE tem reafirmado que a conclusão das negociações de um Acordo ambicioso de investimento constituirá um requisito prévio para uma possível abertura de um processo negocial para um ACL.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Refira-se, também, a realização do Fórum “One Belt, One Road” – OBOR (Pequim, maio) que pretendeu constituir-se como um exercício de posicionamento estratégico da China, com uma clara dimensão geopolítica e referências ao estado da economia global, ultrapassando em muito a temática da Conectividade. A intenção da China não terá sido apenas a do reconhecimento do seu modelo de desenvolvimento socioeconómico, tentando criar um processo semelhante ao G20, mas também o da projeção de poder e liderança à escala global.

A posição da UE em relação à China tem procurado refletir o equilíbrio entre a defesa de uma abordagem pragmática, direcionada para os interesses da União, e a necessidade de continuar a pautar a sua ação pelos princípios e valores europeus. A UE tem fomentado uma maior participação da China na resolução das questões globais como as migrações ou as alterações climáticas e, do ponto de vista económico, considera que a China terá de manifestar uma maior disponibilidade para corrigir alguns desequilíbrios para que a relação seja mutuamente benéfica, no respeito pelo princípio da reciprocidade. Portugal manteve a copresidência, juntamente com a Dinamarca, da Plataforma UE-China para a Água.

A realização da 14.^a Cimeira UE/Índia (Deli, outubro) ficou marcada pela confirmação do interesse da Índia em aprofundar a Parceria Estratégica com a União¹²¹, nomeadamente em matérias político-securitárias. Persiste, contudo, um distanciamento entre os compromissos anunciados pelas autoridades indianas e a sua materialização em ações concretas. Da Cimeira releva-se a adoção da habitual Declaração Conjunta, bem como de outras três, setoriais: alterações climáticas e energia limpa, contraterrorismo e urbanização sustentável.

¹²¹ As relações UE-Índia são influenciadas pelas divergentes perceções relativamente ao desenvolvimento da Parceria Estratégica, existente desde 2004. A UE defende maior ênfase na cooperação política (segurança, política externa e Direitos Humanos) através da negociação de um Acordo de Parceria e Cooperação ou da revisão do atual Plano de Ação Conjunta. Por outro lado, a Índia considera apenas a sua avaliação nas matérias ainda não desenvolvidas. Estas diferenças e a estagnação nas negociações do Acordo Abrangente de Comércio e Investimento, lançadas em 2007 e interrompidas desde 2013, têm mantido este relacionamento num impasse.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Na sequência do compromisso assumido na Cimeira de outubro, foram registados alguns sinais por parte da Índia em retomar as negociações para um ACL com a UE. Portugal acolheu favoravelmente a possibilidade de retoma das negociações, tanto mais que esta se afigura a via possível para garantir a proteção dos investimentos de nacionais da UE, depois de a Índia ter denunciado todos os APPRI que tinha com os EM (a cessação do APPRI com Portugal ocorreu em maio).

Uma nova etapa nas relações com o Japão teve início na Cimeira UE-Japão (Bruxelas, julho) com o anúncio de um acordo político sobre o encerramento das negociações do Acordo de Parceria Estratégica (APE) e do ACL, confirmado numa Declaração Conjunta, em dezembro, do Presidente Juncker e do Primeiro-ministro japonês. Destaca-se o grande interesse do Japão na conclusão destes acordos com a UE, dada a relação atualmente incerta com os EUA e a preocupação com a China.

O APE visa instituir um novo quadro global, coerente e juridicamente vinculativo que reforce a dimensão política da parceria e inclua a cooperação política global, regional e setorial, esperando-se que possa também abrir novas áreas de cooperação para fazer face aos desafios comuns.

A Conclusão do ACL, cujas negociações mereceram, desde o início, o apoio de Portugal, abrirá grandes oportunidades de acesso ao mercado de bens, serviços, investimento e mercados públicos para ambas as partes, reforçará a cooperação em diversas áreas, eliminará barreiras pautais e não pautais, assegurará a convergência da regulação económica e a proteção dos consumidores e reafirmará compromissos com o desenvolvimento sustentável. No que respeita à proteção do investimento e à resolução de litígios, as negociações deverão continuar, tendo as partes assumido o compromisso de chegar a um acordo neste domínio o mais breve possível. Seguir-se-á a aprovação do PE e dos EM, após a revisão jurídica dos textos e a respetiva tradução, estando a entrada em vigor do Acordo prevista para o início de 2019.

Em julho o Conselho Negócios Estrangeiros adotou Conclusões sobre o Paquistão, das quais se destaca o claro interesse num Paquistão estável, seguro e democrático, o



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

empenho em prosseguir o aprofundamento da cooperação em várias áreas, a especial importância do reforço da cooperação bilateral em questões de segurança e defesa e o encorajamento da cooperação regional, com vista à promoção da paz, segurança e prosperidade.

Portugal apoiou a adoção de uma nova estratégia da UE sobre o Afeganistão (2017-2020), em outubro, a qual reiterou o empenho a longo prazo na promoção da paz, da estabilidade e da prosperidade neste país. Esta estratégia centra-se em quatro domínios prioritários: (i) promover a paz, a estabilidade e a segurança regionais; (ii) reforçar a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Humanos e promover a boa governação e o empoderamento das mulheres; (iii) apoiar o desenvolvimento económico e humano; e (iv) abordar os desafios relacionados com a migração. Foi assinado com o Afeganistão, em fevereiro, o Acordo de Cooperação sobre Parceria e Desenvolvimento, tendo a sua aplicação provisória sido iniciada em dezembro.

ÁFRICA

Uma parte importante da abordagem holística do relacionamento entre a UE e o continente africano foi dominada pelos preparativos para a 5.^a Cimeira UE-África (Abidjan, novembro) dedicada ao tema “Investir na Juventude, para um futuro sustentável”. A Cimeira de Abidjan¹²² marcou 10 anos desde a adoção da Estratégia Conjunta UE-África (JAES), tendo reafirmado o seu carácter estruturante, merecendo nota o facto de ter sido a primeira organizada sob a designação “União Africana (UA) – UE” e com a participação de todos os Estados da UA, incluindo a República Árabe Saharaoui Democrática.

Portugal empenhou-se plenamente na preparação substantiva da Cimeira de Abidjan, promovendo uma agenda positiva e a consolidação de um modelo de diálogo político regular e cooperação entre parceiros iguais, com um cada vez maior envolvimento da sociedade civil e do setor privado, quer do lado europeu quer africano. Esteve

¹²² Ver Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

igualmente entre os EM que porfiaram para que fosse assegurada a participação de Marrocos na Cimeira, não obstante o novo formato, encorajando a UE para que ajudasse proactivamente a UA a encontrar uma solução pragmática para a questão, o que veio a acontecer com sucesso.

Ao mesmo tempo, Portugal continuou a contribuir para a prossecução das prioridades estratégicas da UE na África Subsariana, nomeadamente: (i) prevenção e resolução de conflitos; (ii) apoio aos processos de democratização e do Estado de Direito; (iii) intensificação do diálogo e cooperação em matéria de migrações; (iv) promoção do desenvolvimento; (v) luta contra o terrorismo; e (vi) reforço das parcerias com a UA, com as organizações sub-regionais do continente e bilateralmente com os países africanos, no pleno respeito pelo princípio da apropriação (“ownership”) e da subsidiariedade.

Os debates no seio da UE permaneceram sobretudo dominados pelas situações de crise ou de emergência e pela identificação de eventuais próximos passos e perspetivas de relacionamento futuro da UE com os países ou regiões afetados, nomeadamente Sudão do Sul, Somália, Sahel/Mali, Lago Chade, Grandes Lagos – v.g. República Democrática do Congo e Burundi – e República Centro-Africana. Portugal não deixou, no entanto, de reiterar a necessidade de calibrar esta abordagem com uma visão mais estratégica e abrangente, devendo ambas concorrer para a promoção dos interesses da UE e EM junto dos países e regiões africanas.

Portugal procurou valorizar junto dos nossos parceiros europeus os esforços desenvolvidos pelos PALOP em matéria de democratização, segurança, desenvolvimento e integração regional, entre outros, contribuindo não só para desbloquear obstáculos, como para acelerar iniciativas que de outra forma acabariam proteladas no tempo.

Tendo em conta as orientações consagradas na Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE e dada a dimensão regional de muitos dos atuais desafios para a estabilidade na África Ocidental, Central e Oriental, Portugal participou



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

nas reflexões promovidas no seio da UE sobre temas transversais, como o terrorismo, os tráficos e a criminalidade transnacionais, ou as migrações, tendo em vista reduzir o seu impacto na segurança, estabilidade e governação dos países da África Subsariana. Deu igualmente seguimento aos esforços no âmbito da implementação das estratégias regionais da UE e planos de ação conexos para o Sahel, o Corno de África e o Golfo da Guiné, respetivamente.

De igual modo, continuaram a ser seguidos de perto os processos eleitorais na África Subsariana, nomeadamente as eleições gerais em Angola, a 23 de agosto, e as situações de violência pós-eleitoral e instabilidade política em alguns países, com o intuito de contribuir para facilitar uma resposta rápida e eficaz da UE, sempre que necessário. Concomitantemente, o nosso país foi parte ativa nas discussões relativas, entre outros, ao processo de diálogo político reforçado com o Gabão ao abrigo do artigo 8.º do Acordo de Cotonou, aos desenvolvimentos pós-eleitorais na Gâmbia, à anulação e ulterior repetição das eleições presidenciais no Quénia, à transição política no Zimbabué, à prolongada crise político-institucional na Guiné-Bissau e à situação política e financeira em Moçambique.

Portugal contribuiu também, de forma abrangente e estruturada, para a preparação e o acompanhamento de diálogos da UE, a nível ministerial, com parceiros africanos bilaterais (v.g. Nigéria, Angola, Etiópia, Cabo Verde) e multilaterais. Nesse âmbito, continuou-se a promover a dinamização e otimização do mecanismo Caminho Conjunto UE-Angola.

Em 2017 evocou-se o 10.º aniversário da Parceria Estratégica UE-Cabo Verde, tendo Portugal dedicado especial atenção ao balanço da sua aplicação e à definição das diretrizes políticas que passarão a orientar a sua futura implementação. Apesar de a Parceria Estratégica UE-África do Sul também ter cumprido 10 anos, o continuado adiamento das reuniões de alto nível com as autoridades de Pretória (incluindo da 7.ª Cimeira UE-África do Sul) acabou por não oferecer o ensejo para proceder à sua avaliação, tendo em vista explorar novas formas de a fortalecer.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal participou nos processos de revisão anual das medidas restritivas autónomas da UE, p.e. Zimbabué, Sudão, Sudão do Sul, Guiné-Bissau, República da Guiné, Burundi e República Democrática do Congo, e nas discussões sobre eventuais medidas restritivas adicionais. Na mesma senda, acompanhou os processos decorrentes da revisão semestral das medidas apropriadas aplicadas ao Burundi ao abrigo do artigo 96.º do Acordo de Cotonou.

No que se refere à operacionalização da Arquitetura de Paz e Segurança em África, Portugal continuou a defender a sustentabilidade da Facilidade para a Paz em África (APF), tendo em conta as diretrizes estabelecidas no seu Plano de Ação para o biénio 2017-2018, à luz das quais foi analisada a adequação política dos vários pedidos apresentados pelos parceiros africanos destinados a continuar a apoiar missões africanas em curso, entre as quais a ECOMIB – Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau, ou novas operações, merecendo destaque a implementação da Força Conjunta criada pelos países do G5 Sahel.

Quanto aos Acordos de Parceria Económica (APE) celebrados ou em negociação entre a UE e as várias sub-regiões da África Subsariana, de realçar o seguinte:

- No APE UE/Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a aprovação interna do Acordo por parte das autoridades moçambicanas, em abril. Deverá agora ser apresentado o instrumento de ratificação à UE, para que o APE entre em aplicação provisória também para este país;
- Na região da África Austral e Oriental (ESA), a aplicação provisória do Acordo de Parceria Económica intermédio (APEi) assinado por Madagáscar, Maurícias, Seicheles e o Zimbabué decorreu de forma satisfatória. O Comité deste APEi reuniu-se pela sexta vez, em outubro em Antananarivo, tendo nessa mesma altura reunido o Comité de Cooperação Aduaneira e o Comité Conjunto de Desenvolvimento;
- Relativamente ao APE UE-África Ocidental, mantêm-se em falta as assinaturas por parte da Nigéria, Mauritânia e Gâmbia. Até à entrada em vigor deste Acordo a aplicação provisória do APEi, iniciada em 2016, manter-se-á para a Costa do Marfim e para o Gana. Entretanto a 1.ª reunião do Comité Conjunto deste APEi realizou-se em abril, em Abidjan;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- As negociações do APE com a região da África Central continuaram suspensas, devido à instabilidade na região. A 3.^a Reunião do Comité, no quadro do APEi Camarões-UE (que entrou provisoriamente em vigor no dia 4 de agosto de 2014) teve lugar em dezembro, em Bruxelas.

Grupo de Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP)

Foi dado um novo impulso às reflexões e discussões que decorrem, desde 2015, sobre o futuro enquadramento para o relacionamento da UE com os países ACP.

Neste ano a discussão centrou-se nas três opções propostas na Comunicação conjunta, de novembro de 2016, “Uma Parceria Renovada com os Países de África, Caraíbas e Pacífico” com vista à renovação do Acordo de Parceria UE-ACP: (i) uma revisão profunda da parceria; (ii) a regionalização através de três parcerias separadas e (iii) uma parceria “chapéu” combinada com três pilares regionais.

Estas opções foram discutidas no Conselho Negócios Estrangeiros/Desenvolvimento de maio, permanecendo as diferenças de opinião entre os EM mas com a preferência da maioria a recair na opção (iii): uma parceria “chapéu”, juridicamente vinculativa (ao nível dos princípios e dos objetivos) combinada com três pilares regionais.

Portugal tem defendido esta opção, que permitirá responder à dimensão regional da parceria, ao mesmo tempo que preserva o “acquis de Cotonou”, nomeadamente no que diz respeito aos princípios e aos elementos essenciais, bem como a ligação aos APE, considerando que este formato é a melhor forma de se garantir uma parceria flexível que permitirá responder à dimensão regional e aos desafios globais.

Com base nesta opção, o Colégio de Comissários aprovou, a 12 de dezembro, a proposta de recomendação para abertura de negociações (mandato). De entre os aspetos mais controversos da recomendação, salienta-se a manutenção de uma parceria juridicamente vinculativa e a possibilidade de alargamento à participação e/ou adesão de outros países, com destaque para os do Norte de África.

Portugal tem defendido o carácter juridicamente vinculativo do Acordo e considerado que a possibilidade de alargamento deverá ser equacionada com as devidas cautelas,



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

com base numa avaliação prévia das implicações políticas, jurídicas e financeiras, mas tendo em conta a posição do grupo ACP e preservando-se o quadro da Vizinhança no que diz respeito aos países do Norte de África.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE AÇÃO EXTERNA – QFP 2014-2020

Instrumento para a Estabilidade e a Paz (IEP)

No que respeita à componente programável deste instrumento, foi adotado e implementado o Programa de Ação Anual (PAA) 2017, em linha com o Documento de Estratégia para 2017-2020, com um orçamento de 29 milhões de euros para financiamento de projetos no âmbito do artigo 4.º (“Assistência para a prevenção de conflitos, consolidação da paz e preparação para situações de crise”) e de 64,9 milhões de euros no âmbito do artigo 5.º (“Assistência para fazer face a ameaças globais, trans-regionais e emergentes”).

Durante o ano de 2017 decorreram as negociações entre o PE, a Comissão e o Conselho tendo em vista a aprovação de uma proposta de emenda a introduzir no Regulamento UE n.º 230/2014 (que cria o IEP), no sentido de permitir o financiamento de atividades no âmbito da edificação de capacidades para a promoção da segurança e desenvolvimento (CBSD), permitindo a operacionalização donexo segurança-desenvolvimento, especificamente no que diz respeito ao apoio efetivo e sustentável à capacidade dos atores militares. Como resultado destas negociações, foi aprovado, dezembro, o Regulamento UE 2017/2306 que altera o Regulamento UE n.º 230/2014.

Instrumento de pré adesão (IPA II)

No âmbito do IPA II Portugal avaliou favoravelmente os programas de ação anual para a Albânia (92,9 milhões de euros), a Bósnia-Herzegovina (43,7 milhões de euros), a Antiga República Jugoslava da Macedónia (94,9 milhões de euros), o Kosovo (91,9 milhões de euros), o Montenegro (39,5 milhões de euros), a Sérvia (215,4 milhões de euros), a Turquia (636,4 milhões de euros), bem como o programa de ação anual



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

multipaís (410,4 milhões de euros) e o de assistência financeira anual à Comunidade Cipriota Turca (34,8 milhões de euros).

O reforço da capacidade administrativa e o apoio às reformas institucionais junto dos beneficiários é concretizado, nomeadamente, através dos instrumentos “twinning”, “twinning light” e TAIEX (“Technical Assistance and Information Exchange Instrument”). Foram circulados cerca de 74 projetos de “twinning” no âmbito do IPA II e 32 no âmbito do Instrumento Europeu de Vizinhança.

Portugal continuou a participar nos trabalhos de implementação de três projetos “twinning”: (i) do Tribunal de Contas da Argélia (proposta apresentada em consórcio com França); (ii) da Comissão dos Direitos Humanos (Provedoria) do Azerbaijão (proposta apresentada em parceria com a Alemanha); e (iii) do Organismo de Controle Técnico da Obras Públicas da Argélia tendo em vista a execução de um sistema de suporte à decisão para a gestão da rede de estradas e das obras de arte rodoviárias (proposta apresentada em consórcio com França).

Portugal continuou a ter uma prestação relevante no que respeita à participação em eventos do TAIEX. Cerca de 50 peritos asseguraram a representação nacional em seminários, missões de avaliação pelos pares e “workshops” e paralelamente a Administração organizou 17 visitas de estudo. Peritos nacionais participaram ainda em várias missões de apoio à Comunidade Cipriota Turca e em eventos TAIEX-REGIO PEER 2 PEER.

Instrumento de Vizinhança (ENI)

Através do Instrumento Europeu para a Vizinhança (ENI), a UE deu um contributo efetivo para a estabilização e para o reforço da resiliência de vários dos países vizinhos, em estreita articulação com outros instrumentos, como seja a Ajuda Humanitária, a Assistência macrofinanceira, a aprovação de medidas especiais (Ucrânia e Palestina) e a criação de Fundos Fiduciários (contributos para o Fundo Madad de apoio à Síria e à região e para o Fundo de Emergência para África de combate às causas profundas das



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

migrações)¹²³. Constatase uma maior coerência e complementaridade entre os vários instrumentos disponíveis para apoiar os países em função das suas necessidades e desafios.

Com vista à implementação das Prioridades da Parceria, foram aprovados os Quadros Únicos de Apoio, documentos de enquadramento essenciais para a definição dos grandes setores de intervenção de 2017 a 2020, com o Líbano, a Jordânia, o Egito, a Tunísia, a Geórgia, a Arménia, a Moldova e a Ucrânia. Com a Palestina foi acordado um documento estratégico que define a cooperação de 2017 a 2020. O ENI aprovou ainda programas regionais para o sul e para o leste. O reforço financeiro concedido ao abrigo do princípio “more for more” foi atribuído ao Líbano, à Tunísia, à Ucrânia e à Geórgia.

Instrumento de Parceria (IP)

O Comité do Instrumento de Parceria (PI) aprovou vários projetos, visando os objetivos globais da União, com importantes parceiros da América do Norte, da América Latina e da Ásia, com o foco nos domínios do ambiente, alterações climáticas, energias renováveis, promoção do papel das mulheres e implementação de acordos no domínio comercial. Foi feita uma difusão, junto das associações empresariais portuguesas, sobre o calendário relativo às missões setoriais organizadas no quadro do programa “EU Gateway Business Avenues” que apoia a entrada de empresas europeias nos mercados asiáticos.

Instrumento Cooperação para o Desenvolvimento

O Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento, instituído no âmbito do Quadro Financeiro para o período 2014-2020, tem um orçamento global de 19,7 mil milhões de euros, tendo em 2017 sido aprovados Programas de Ação Anual para 25 países e 6 regiões, distribuídos da seguinte forma:

¹²³ Ver Capítulo IV deste Título e Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Programas geográficos (1.496,2 milhões de euros): América Latina (465,5 milhões de euros); Ásia (899,7 milhões de euros); Ásia Central (35 milhões de euros); Médio Oriente (96 milhões de euros); e África do Sul (60 milhões de euros);
- Programas temáticos (848,7 milhões de euros) - Bens Públicos e Desafios Globais: Ambiente e Alterações Climáticas (174,7 milhões de euros); Energia Sustentável (68,5 milhões de euros); Segurança Alimentar (197,4 milhões de euros); Desenvolvimento Humano (117,9 milhões de euros); e Migrações e Asilo (290,2 milhões de euros, que incluiu uma contribuição de 230 milhões de euros para o Fundo Fiduciário UE-África Migrações)¹²⁴;
- Programa pan-Africano (92,5 milhões de euros) que incluiu uma contribuição de 70 milhões de euros para a Facilidade Investimento África em apoio da integração económica continental em África.

Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos

O Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos, com um orçamento global de 1.332 mil milhões de euros (2014-2020) visa apoiar ações na área dos Direitos Humanos, liberdades fundamentais e democracia em países terceiros. Em 2017, o respetivo Plano de Ação Anual (46,3 milhões de euros) foi direcionado para o apoio às Missões de Observação Eleitorais.

Revisão a meio percurso dos Instrumentos Financeiros da Ação Externa

Em 2017 a Comissão procedeu a uma avaliação independente sobre a execução de cada um dos instrumentos da Ação Externa. A avaliação visou a análise da pertinência, eficácia, eficiência, sustentabilidade e impacto de cada um, representando um contributo para o relatório sobre revisão a meio percurso apresentado ao Conselho e ao PE no final do ano.

Portugal participou nas discussões ocorridas no Conselho e noutros fóruns sobre este exercício considerando-o da maior importância pela repercussão que terá na discussão e preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual. Portugal tem concordado com

¹²⁴ Ver Capítulo IV deste Título e Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

a perspetiva de se repensar o pacote geral de instrumentos de forma a torná-los mais flexíveis, mais simplificados e menos fragmentados. No entanto, importa salvaguardar o impacto e implicações que daí podem resultar em termos de previsibilidade e visão de longo prazo de apropriação e alinhamento com as necessidades dos países parceiros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

POLÍTICA COMERCIAL

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

Realizou-se de 10 a 13 de dezembro em Buenos Aires a 11.^a Conferência Mundial da Organização Mundial do Comércio (CM11). Embora as expectativas fossem, à partida, já modestas, atentas as fortes divergências registadas em Genebra, e apesar dos esforços da Presidente da CM11 e dos facilitadores para as diversas áreas temáticas (Agricultura, Desenvolvimento, Comércio Eletrónico, Serviços e Pescas), os resultados ficaram muito aquém do esperado, não tendo sido possível chegar a acordo – quebrando o precedente – sobre uma declaração ministerial. Assim, em termos de resultados concretos, foram somente aprovadas decisões sobre os seguintes dossiês:

- Subsídios às Pescas – visa meramente estabelecer um mandato com vista à adoção na próxima Ministerial de um acordo abrangente sobre regras destinadas a eliminar os subsídios à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada, bem com daqueles que contribuem para o excesso de capacidade e para a sobrepesca;
- Comércio Eletrónico – decisão minimalista que reafirma o mandato de 1998 (conforme havia sido exigido pela Índia), prolongando por mais dois anos a moratória relativa à aplicação de direitos sobre transações eletrónicas;
- Queixas de situação e não violação do Acordo TRIPS sobre direitos de propriedade intelectual em matéria de comércio – simples extensão da moratória até à próxima Ministerial;
- Adesão do Sudão do Sul – o pedido de adesão foi aceite, tendo o país adquirido o estatuto de membro observador.

A UE apoiou ainda diversas declarações subscritas por grupos de países sobre Micro e PME, Facilitação do Investimento para o Desenvolvimento, Comércio Eletrónico e Regulamentação Interna dos Serviços. À margem da CM11, foi igualmente adotada uma Declaração sobre género no âmbito do Comércio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

De referir ainda que, contra a generalidade dos EM, com exceção de França, a Comissária Malsmström subscreveu em nome pessoal, com os EUA e o Japão, uma declaração trilateral que, sendo sobre o "level playing field", visava essencialmente a China e a questão da sobrecapacidade.

A manutenção das posições irreconciliáveis vindas de Genebra ditou o resultado da CM11. De assinalar a falta de compromisso dos EUA na obtenção de resultados de substância, a que se somou a oposição da Índia e da África do Sul – influenciando parte do Grupo Africano – à abordagem de novos temas. Já a China assumiu uma postura construtiva, considerando que o sistema multilateral baseado em regras constitui um elemento essencial de enquadramento da globalização económica.

Quanto à UE, foi assinalável a liderança na preparação da Conferência, apresentando submissões em diversas áreas e procurando assegurar que, à falta de resultados substantivos, se garantiria pelo menos um programa de trabalho ambicioso.

O mote lançado pela Presidente da CM11 "há vida depois de Buenos Aires" não impediu a confirmação de que a OMC atravessa uma etapa difícil em que poderá estar em causa a manutenção do seu papel central no comércio global.

Portugal tem sido grande defensor do papel da OMC e da sua credibilização, apoiando a intervenção ativa e liderante da UE.

No seguimento da solicitação de apoio técnico apresentada pelas autoridades timorenses a Portugal, foi criado um grupo de trabalho informal de coordenação do exercício com vista à adesão de Timor-Leste à OMC. Este grupo de trabalho é coordenado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, participando igualmente outros Ministérios.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

INSTRUMENTOS DE DEFESA COMERCIAL (IDC)¹²⁵

Aplicação pela União Europeia dos IDC contra as importações de países terceiros

Destacam-se as seguintes medidas que tiveram um impacto positivo na defesa dos interesses da indústria nacional:

- O início de novos processos “anti-dumping” e anti subvenções sobre as importações originárias da China de bicicletas elétricas e de pneus para camiões; a extensão dos direitos “anti-dumping” sobre as importações de bicicletas originárias da China, as importações de bicicletas expedidas inter alia da Tunísia, e produtos de alumínio da China;
- A imposição de medidas de defesa comercial sobre as importações de barras e varões para betão armado originários da Bielorrússia; produtos de aço da China e da Rússia; determinados artigos de ferro fundido da Índia e China;
- A prorrogação das medidas em vigor sobre: as importações de ladrilhos de cerâmica da China, decisão que assume grande relevância para a indústria nacional, nomeadamente para o subsetor dos pavimentos e revestimentos cerâmicos; madeira contraplacada de Okoumé originária da China; barras de aço inoxidável originárias da Índia; papel fino revestido da China.

Como menos positivo refira-se a redução dos direitos “anti-dumping” aplicáveis às importações de biodiesel da Argentina, por força das recomendações e decisões, de outubro de 2016, dos Órgãos de Resolução de Litígios e de Recurso da OMC, no litígio DS473¹²⁶. Portugal opôs-se à revisão dos direitos “anti-dumping” pois para além do impacto sobre os produtores nacionais de biodiesel que ficaram mais expostos à concorrência desleal dos produtores-exportadores argentinos, entendeu-se que o modo como o reajustamento de direitos foi efetuado pela Comissão terá ido além do exigido pelas recomendações dos Órgãos competentes da OMC.

¹²⁵ Os instrumentos de defesa comercial revestem a forma de medidas “anti-dumping”, anti subvenções e medidas de salvaguarda que visam repor a equidade e lealdade das práticas comerciais dos operadores económicos. Refira-se que a UE não recorre ao uso de salvaguardas.

¹²⁶ UE – Medidas “anti-dumping” sobre o biodiesel proveniente da Argentina.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal opôs-se à imposição de medidas “anti-dumping” definitivas às importações de determinados produtos planos laminados a quente, de ferro, de aço não ligado ou de outras ligas de aço, originárias do Brasil e outros países. Estando em causa uma empresa nacional, pertencente a um produtor-exportador sediado no Brasil visado pelas medidas, e possíveis impactos em termos de investimento e emprego, foram feitas diversas diligências junto da Comissão e outros EM com vista a encontrar uma solução menos penalizadora para a empresa portuguesa.

Aplicação por Países Terceiros de IDC contra as exportações da UE ou de alguns dos seus Estados-membros

Com incidência nas exportações da UE, foram iniciados por países terceiros 29 processos de defesa comercial, dos quais 21 “anti-dumping”, 2 anti subvenções e 6 salvaguardas. Comparativamente a 2016, registou-se um aumento do número de processos “anti-dumping” e uma diminuição do número de processos de salvaguarda.

Em termos do interesse nacional, 2017 revelou-se genericamente positivo. Por um lado, nenhum dos processos iniciados por países terceiros incidiu explicitamente sobre empresas nacionais. Por outro, alguns processos tiveram desenvolvimentos positivos, nomeadamente o encerramento pelas Autoridades de Marrocos do processo “anti-dumping” sobre as importações de papel A4 e o encerramento pela Tunísia da investigação de salvaguarda sobre as importações de painéis de MDF, processos que afetavam as exportações de empresas portuguesas.

Menos positivo, pelo seu impacto para as exportações de uma empresa nacional, foi a imposição de direitos “anti-dumping” provisórios pelo Canadá contra as importações de varões de betão provenientes de Portugal, Espanha, Bielorrússia, Taiwan, Hong Kong e Japão. Portugal acompanhou este processo com grande proximidade, em estreita articulação com a Comissão e prestando todo o apoio à empresa.

De igual modo merece preocupação a abordagem protecionista espelhada no discurso da Administração Trump quanto ao comércio internacional, que atingiu maior



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

expressividade em maio e junho, período em que os EUA iniciaram duas investigações de salvaguarda, respetivamente sobre importações de células fotovoltaicas para painéis solares e de máquinas de lavar (o que já não sucedia desde 1995 a 2001, em que os EUA iniciaram 10 investigações de salvaguarda).

Este discurso e a recente abertura de investigações ao abrigo da secção 232 do “Trade Expansion Act” de 1962, sobre as implicações das importações de aço e de alumínio na segurança nacional dos EUA, poderão vir a desencadear novos processos, eventualmente de salvaguarda. Recorda-se que as salvaguardas têm aplicação erga omnes afetando todos os países ou blocos que exportam para os EUA, tratando-se de um instrumento potencialmente protecionista. No caso da UE, não só as exportações poderiam ser afetadas, como poderiam advir prejuízos adicionais por desvio de comércio do mercado norte-americano, que ficaria mais fechado, expondo mais à concorrência externa a indústria europeia centrada no mercado interno (como é o caso da indústria nacional).

Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial (IDC)

Em 2017 registaram-se progressos significativos na Modernização dos Instrumentos de Defesa Comercial, tendo sido possível alcançar, no trólogo em dezembro, um acordo interinstitucional sobre as questões mais sensíveis.

Concluiu-se, assim, um processo iniciado em 2013 e que procurou adaptar os IDC da UE aos desafios da economia global, conferindo-lhes maior eficiência e transparência e tornando-os mais fáceis de utilizar pelas empresas, incluindo as PME. O resultado final traduz ainda o equilíbrio entre os interesses dos produtores da UE, dos importadores e dos utilizadores. De acordo com a avaliação final feita pelo Presidente Juncker, o acordo alcançado em dezembro permite que a UE continue a fazer face às práticas desleais de forma determinada e eficiente e os IDC, na sua nova configuração, deverão ser utilizados sem hesitação para assegurar um “level playing field” para as empresas e trabalhadores da UE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Ao longo das discussões deste dossiê, Portugal pugnou por uma modernização equilibrada dos instrumentos de defesa comercial, focada na preservação do tecido industrial. Reconhecendo o imperativo de dotar os IDC da flexibilidade necessária para enfrentar os novos desafios colocados ao comércio, pretendeu assegurar a manutenção da sua eficácia na reposição da equidade das regras de concorrência entre os operadores europeus e os operadores de parceiros comerciais que recorrem a práticas menos leais para ganharem quota de mercado. Não tendo sido possível a Portugal e a outros EM garantir todas as suas pretensões neste âmbito ao nível do Conselho, as alterações propostas pelo PE e o resultado dos trólogos tiveram um saldo positivo na defesa da indústria europeia.

Nova metodologia de cálculo do “dumping”

Em 20 de dezembro entraram em vigor alterações legislativas à regulamentação base “anti-dumping” e anti subvenções da UE¹²⁷. Estas alterações respeitam as regras da OMC e visam assegurar a solidez e eficácia do sistema de defesa comercial da UE face a práticas comerciais desleais, em particular o “dumping”, por parte de países terceiros. As principais mudanças na legislação são as seguintes:

- A introdução de uma nova metodologia de cálculo do “dumping”, que capta as distorções do mercado ligadas à intervenção estatal em países terceiros, tanto num país, como um todo, como num determinado setor. A nova metodologia será aplicada de igual forma a todos os países da OMC, deixando de haver uma distinção legal entre os membros OMC que gozam do estatuto de economia de mercado e os que não dispõem deste;
- O estabelecimento de condições para uma transição suave para a nova metodologia. As novas regras aplicam-se aos processos iniciados em ou após 20 de dezembro e aos reexames de caducidade que tenham início nessa data. No caso dos reexames intercalares, a metodologia original deverá continuar a ser aplicável até ao início do primeiro reexame da caducidade após a referida

¹²⁷ Regulamento 2017/2321 que altera o Regulamento (UE) 2016/1036 relativo à defesa contra as importações objeto de “dumping” dos países não membros da União Europeia e o Regulamento (UE) 2016/1037 relativo à defesa contra as importações que são objeto de subvenções de países não membros da União Europeia.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

transição. A promulgação da legislação também não é uma causa em si mesma para solicitar um reexame intercalar;

- O reforço do instrumento anti subvenções, permitindo a inclusão de subsídios identificados apenas no decurso de uma investigação.

A fim de desencadear a aplicação da nova metodologia, deverá ser constatada a existência de distorções significativas no país exportador. Para o efeito, serão considerados vários critérios, tais como políticas e influências estatais, a presença generalizada de empresas estatais, a discriminação em favor das empresas nacionais e a falta de independência do setor financeiro.

A Comissão é responsável por demonstrar que existem distorções significativas num determinado país e pode preparar e emitir relatórios descrevendo as circunstâncias específicas do mercado em qualquer país ou setor. Os relatórios são documentos de trabalho da Comissão, com uma natureza descritiva, que se baseiam em diversas fontes, incluindo registos públicos oficiais nos países em questão, informações de organizações internacionais como o FMI ou a OCDE e ainda informações da indústria ou que venham à luz no contexto de uma investigação. Todavia, a existência de um relatório para um determinado país não implica necessariamente que haja justificação para a instauração de um processo onde a nova metodologia seria aplicada. Cada caso será julgado pelos seus próprios méritos. Pretende-se ainda que a indústria da UE possa confiar nos relatórios desses países ao apresentar queixas contra países onde existam distorções. Dependendo da frequência e extensão da evolução das economias de qualquer país, os relatórios podem ser atualizados.

Pela primeira vez, a legislação “anti-dumping” permite que os padrões sociais e ambientais sejam levados em conta num contexto de defesa comercial.

Refira-se ainda que, em 20 de dezembro, a Comissão publicou, no seu sítio web, um primeiro relatório sobre a China¹²⁸ que poderá ser invocado no âmbito das novas regras

¹²⁸ País com maior incidência de processos “anti-dumping” por parte da UE (no final de novembro de 2017, 58 das 97 medidas definitivas “anti-dumping” em vigor respeitavam à China).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

“anti-dumping”. Este relatório abrange três elementos: uma descrição macroeconómica da economia chinesa; os principais fatores de produção utilizados em todos os processos de fabricação (v.g. mão-de-obra, energia) e uma descrição de certos setores da economia chinesa, incluindo aço e cerâmica.

Ao longo do processo negocial Portugal procurou clarificar os papéis dos diversos intervenientes neste novo método de determinação e cálculo do “dumping”, assim como a importância e conteúdo dos meios materiais para esse fim, procurando aliviar a carga burocrática que impende sobre a indústria queixosa. Pugnou igualmente pela manutenção do mesmo nível de proteção de que atualmente beneficiam os operadores e indústria europeia e defendeu a necessidade da solução preconizada pela Comissão ser juridicamente sustentável na OMC. Atendendo ao que precede, Portugal apoiou a proposta de compromisso da nova metodologia de cálculo do “dumping”, por esta integrar novos elementos que vão ao encontro das preocupações nacionais. Com efeito, a solução encontrada traduz um equilíbrio entre a necessidade de lidar com a situação da China e de outros membros da OMC e a importância de proteger a indústria europeia de práticas comerciais desleais, assegurando tanto quanto possível um “level playing field”. Por outro lado, e atendendo a que Portugal é um país afetado pela prática de “dumping” em importações de países terceiros, a metodologia alternativa afigurava-se crucial para a defesa da sustentabilidade da indústria nacional em diversos setores com relevância para o tecido económico e social como calçado, cerâmica, cordoaria sintética, cabos de aço, bicicletas, têxteis e vestuário, plásticos, biocombustíveis, aço e equipamentos para energias renováveis, setores que têm vindo a ser tradicionalmente defendidos por via dos IDC.

ESTRATÉGIA DE ACESSO AO MERCADO (EAM)

A EAM é uma ferramenta que permite a discussão de barreiras entre a Comissão, os EM e as associações setoriais visando a sua resolução mediante uma interação frequente com autoridades de países terceiros, em reuniões bilaterais e em sede da OMC.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Com o objetivo de melhor garantir o acesso ao mercado dos países terceiros e a implementação dos acordos comerciais em vigor, a UE lançou a “diplomacia económica da UE” – uma ação coordenada de identificação de prioridades económicas e concertação de meios para a sua prossecução, no quadro do relacionamento bilateral entre as Delegações da UE, Embaixadas e organizações empresariais ou comerciais dos EM nos países terceiros. As prioridades e ações identificadas no âmbito das negociações de um Acordo de Comércio Livre, na implementação de um Acordo em vigor ou ainda ao abrigo da EAM, serão centrais na definição das prioridades da Diplomacia Económica.

Portugal manteve uma participação ativa nesta Estratégia, quer no Comité Consultivo de Acesso ao Mercado, quer pelo contacto constante com empresas afetadas, associações empresariais e outros organismos da Administração Pública. Procedeu igualmente à divulgação, junto dos organismos implicados, da estratégia de Diplomacia Económica Europeia, por forma a serem estabelecidas prioridades e ações a desenvolver nesse âmbito.

Neste ano registaram-se vários casos com implicações para as exportações portuguesas:

- Argélia: sistema de licenças não automáticas e quotas à importação para vários produtos, com destaque para os produtos do aço e cimentos – implicou fortes quedas das exportações de Portugal para a Argélia e não foi possível, apesar de todas as diligências, eliminar esta barreira, tendo em conta a situação política existente;
- Brasil: regulamento sobre aditivos alimentares e tecnologias autorizadas na produção de vinho – este tema continuará a ser tratado em sede da OMC;
- China: certificação de segurança alimentar, que deverá entrar em vigor em 2020 – conseguiu-se acordar um adiamento da entrada em vigor deste sistema, o que permitirá aos operadores adaptarem-se às novas exigências chinesas;
- Egito: registo de empresas exportadoras – este processo foi agilizado, tendo-se informado de que as empresas portuguesas estão já a obter os seus registos;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Rússia: imposto especial sobre o vinho – sem desenvolvimentos;
- Turquia: taxas à exportação de couros e peles – sem desenvolvimentos.

POLÍTICA EUROPEIA DE INVESTIMENTO

Triagem do Investimento

Na sequência do Conselho Europeu de junho, e dando resposta à pressão exercida por países como a França, a Alemanha e a Itália, o Presidente da Comissão anunciou no seu discurso sobre o Estado da União uma iniciativa sobre o estabelecimento de um quadro para proceder à filtragem do investimento direto estrangeiro (IDE) na UE, ou “screening”, tendo apresentado, em setembro, uma proposta legislativa nesse sentido.

A proposta de regulamento em causa visa fazer face a casos em que os investidores estrangeiros pretendem adquirir ativos estratégicos em áreas chave que lhes poderão dar margem para controlar ou influenciar a atuação de empresas europeias, cujas atividades são fundamentais para a segurança e ordem pública. A Comissão pretende poder efetuar uma análise detalhada dos fluxos de IDE que entram na UE e estabelecer um grupo de coordenação para partilhar informação nesta área. Não obstante, a Comissão reconhece que os EM continuarão a ter a última palavra em qualquer “filtragem” de investimento. Os EM e a Comissão poderão emitir pareceres não vinculativos sobre estes IDE e poderão pedir ao EM onde será ou já foi efetuado o investimento informações adicionais para avaliar o grau de ameaça para a sua segurança ou ordem pública.

A proposta legislativa procura assim estabelecer o enquadramento que deve presidir aos mecanismos nacionais de “screening”, designadamente em matéria de transparência, tratamento não discriminatório em relação a origens diferentes do investimento e a possibilidade de recurso judicial das decisões. O escrutínio agora proposto prevê também abranger projetos e/ou programas de interesse da UE. Em termos processuais, a proposta seguirá um procedimento legislativo ordinário (aprovação pelo PE e pelos EM, no Conselho, por maioria qualificada).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Esta proposta legislativa suscita preocupações a Portugal, na medida em que comporta riscos para países com economia aberta, como o nosso, que precisa de continuar a atrair IDE para reforçar o crescimento e a competitividade. Nesta linha, nas diversas sedes em que a questão se tem colocado, inclusive no Conselho Europeu de junho, foram reafirmadas as reservas e dúvidas que a proposta suscita a Portugal.

Sendo difícil reverter este processo, afigura-se fundamental encontrar o justo equilíbrio entre a capacidade de captação de investimento estrangeiro e as preocupações dos Estados-membros sempre que estejam em causa matérias com sensibilidade em termos de segurança nacional. Mas entende-se que é aos Estados-membros – Portugal está entre os 12 EM da UE que dispõem de legislação nesse sentido¹²⁹ – que cabe, em primeiro lugar, proceder à análise dos fluxos de investimento e ao seu impacto na segurança e ordem internas, à luz de especificidades próprias.

Para além da posição de princípio, Portugal procurará esclarecer algumas questões que a proposta da Comissão suscita, nomeadamente: a fundamentação e os critérios para a adoção de uma decisão, bem como o âmbito e extensão dessa decisão; o facto de o tratamento concedido pela Comissão Europeia parecer prefigurar um regime mais “pesado” para os Estados-membros que já dispõem de legislação de “filtragem de investimento”; a ausência de uma avaliação de impacto; e os encargos financeiros e de recursos humanos envolvidos na presente iniciativa legislativa, para a UE e, para os Estados-membros.

MINERAIS DE CONFLITO

O Regulamento (UE) 2017/821 do PE e do Conselho que estabelece as obrigações referentes ao dever de diligência na cadeia de aprovisionamento que incumbe aos importadores da União de estanho, de tântalo e de tungsténio, dos seus minérios, e

¹²⁹ Decreto-lei 138/2014 – Lei dos Ativos Estratégicos Nacionais.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

de ouro, provenientes de zonas de conflito e de alto risco, foi aprovado e publicado, em maio, tendo entrado em vigor a 8 de junho.

O Regulamento aplicar-se-á a todos os importadores abrangidos pelas condições previstas a partir de 1 de janeiro de 2021. Este período transitório visa garantir a aplicação eficaz de todas as disposições, ao permitir que sejam nomeadas as autoridades competentes dos EM e ao possibilitar que os operadores económicos se familiarizem com as obrigações que lhes incumbem nos termos do Regulamento.

No Conselho prosseguem as discussões sobre o conteúdo de dois projetos de manuais ("handbooks"): um dirigido às autoridades competentes dos EM, com linhas orientadoras destinadas a ajudá-las nas verificações ex-post; e outro dirigido aos operadores económicos, visando facilitar a identificação das áreas afetadas por conflitos ou áreas de risco. Refira-se que a lista de identificação das áreas afetadas pelos conflitos e de alto risco será meramente indicativa.

Os EM comprometeram-se a indicar à Comissão, até ao final do ano, as respetivas autoridades nacionais competentes na aplicação do regulamento, tendo Portugal designado a Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças.

Em 2018 os trabalhos prosseguirão com vista à: constituição de um Comité Consultivo; elaboração da lista das zonas de conflito e áreas de alto risco; e apresentação pela Comissão de um relatório sobre o custo do aprovisionamento responsável e das auditorias efetuadas por terceiros e o impacto potencial na competitividade, nomeadamente das PME, de forma a assegurar que possam beneficiar de assistência técnica e financeira adequada através do programa COSME.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

AJUDA AO DESENVOLVIMENTO

A adoção do novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento constituirá o grande legado da UE em 2017 na área da política de cooperação para o desenvolvimento. Portugal teve uma participação ativa e influente na negociação deste documento, assim como de outros, conforme se detalha adiante.

Procurou-se vincar a posição portuguesa no início das discussões sobre o futuro das relações de cooperação entre a UE e o grupo dos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), assentes no Acordo de Parceria ACP-UE (Acordo de Cotonou) que tem vigência até 2020. Salienta-se a discussão da Comunicação conjunta “Uma parceria renovada com os países de África, das Caraíbas e do Pacífico”, onde se desenharam três cenários possíveis para a arquitetura de um futuro Acordo. Terá vingado aquela que era a posição portuguesa – a definição de uma parceria “chapéu”, juridicamente vinculativa, combinada com três pilares regionais, onde seriam detalhados os compromissos específicos e a respetiva implementação –, que permite responder à dimensão regional e, ao mesmo tempo, preservar o “acquis” de Cotonou. Esta foi, assim, a sugestão apresentada pela Comissão e pelo Serviço Europeu para a Ação Externa na proposta de mandato de negociação, a qual deverá ser concluída até maio de 2018.

Ainda no campo dos instrumentos, de salientar o reforço da contribuição portuguesa para o Fundo Fiduciário de Emergência UE-África sobre Migrações¹³⁰ e, sobretudo, a aposta estratégica em projetos de cooperação delegada, como um dos veículos para a diversificação das fontes de financiamento, contribuindo simultaneamente para intervenções mais robustas, com maior impacto e visibilidade, tanto para a UE como para a cooperação portuguesa, através da gestão de programas e projetos financiados

¹³⁰ Ver Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

pela UE. Neste âmbito, Portugal, através do Instituto Camões, IP, continuou em 2017 a implementação de quatro projetos, assinou dois acordos de delegação para novos projetos, iniciou a preparação de dois novos acordos de delegação e iniciou a negociação de três novos projetos. Este representa um claro reconhecimento europeu da mais-valia e experiência da cooperação portuguesa.

Novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento

O Consenso Europeu para o Desenvolvimento foi assinado em junho, em Bruxelas, na forma de uma declaração interinstitucional que define a nova orientação estratégica da política europeia de desenvolvimento através de um quadro de princípios, valores e objectivos comuns que vinculará instituições comunitárias e EM até 2030.

O novo Consenso reafirma a erradicação da pobreza como o objetivo primordial da política de desenvolvimento europeia e integra ainda as dimensões económicas, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável, alinhando-as com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. A visão preconizada pelo documento reconhece a universalidade e complexidade desta Agenda, a interligação das metas por ela definidas e a existência de desafios globais, salientando também os vínculos entre desenvolvimento e outras políticas, incluindo paz e segurança, ajuda humanitária, migrações, meio ambiente e alterações climáticas.

Reafirmando os compromissos coletivos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, o Consenso afirma também a importância de mobilizar todos os meios de implementação, incluindo os recursos domésticos dos países parceiros, assim como de estabelecer parcerias com outros atores de desenvolvimento, como a sociedade civil ou o setor privado.

O novo Consenso afirma a centralidade da cooperação para o desenvolvimento na ação externa da UE e aponta para uma maior coerência das políticas europeias a favor do desenvolvimento e para uma maior interligação entre os vários domínios de atuação



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

externa da UE, em particular o reforço dos nexos desenvolvimento e segurança e desenvolvimento e migrações.

Portugal participou ativamente nas discussões, manifestando concordância com a necessidade de adaptação do Consenso ao novo paradigma da Agenda 2030 e com a importância de reconhecer a política de desenvolvimento enquanto valioso instrumento de ação externa que complementa e reforça outras políticas e serve o interesse da Europa.

Apoiámos ainda a manutenção da especificidade do relacionamento UE-ACP, a reafirmação dos compromissos assumidos pela UE em relação a África, assim como a concentração da Ajuda Pública ao Desenvolvimento da UE nos países com maiores necessidades. Defendemos ser fundamental reafirmar princípios essenciais como o diálogo com os parceiros e a sua apropriação e liderança na definição de prioridades e na condução dos esforços de desenvolvimento.

Digitalização – Integração das tecnologias e dos serviços digitais na política de desenvolvimento da UE

O tema da digitalização tem vindo a ganhar proeminência na agenda de desenvolvimento desde 2015, sendo o seu potencial reconhecido pelo novo Consenso Europeu para o Desenvolvimento.

Na Reunião Informal de Ministros de Desenvolvimento, em setembro, foi realçado o importante contributo das tecnologias digitais para o crescimento inclusivo e o desenvolvimento sustentável, nomeadamente, o seu papel na promoção da democracia, da boa governação, da inclusão e participação nos processos de tomada de decisão, da não discriminação, da igualdade e equidade, da transparência e da responsabilização.

A digitalização constitui, ainda, uma das prioridades estratégicas de intervenção do Plano de Investimento Externo, procurando dar resposta ao acesso limitado às tecnologias de informação e comunicação por parte dos países em desenvolvimento e



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ao aumento do fosso digital, alavancando a participação do setor privado neste esforço, com benefícios mútuos.

Esta prioridade foi ao encontro da posição portuguesa, que defendia ser o continente africano o que requer maiores investimentos ao nível da inserção digital, mas o que encerra, igualmente, as maiores oportunidades para o setor privado europeu. Deve, por isso, ser vista como um investimento mutuamente vantajoso que terá profundas implicações no desenvolvimento sustentável global. Portugal defendeu que a UE e os seus EM se encontram decididamente bem colocados para liderar este tema, sobretudo no que ao continente africano e aos Estados frágeis diz respeito, devido à experiência, conhecimento técnico, instrumentos disponíveis e relevância da sua atuação em ambos os domínios: o da digitalização e o do desenvolvimento.

Comércio e Investimento

A Presidência estónia fomentou a atualização da Estratégia Conjunta da UE para a Ajuda ao Comércio de 2007 no sentido de lhe inculcar uma visão mais estratégica no que toca ao reforço das capacidades dos países parceiros nesta área, à luz dos desenvolvimentos económicos e políticos da última década.

A discussão teve por base uma Comunicação intitulada “Alcançar a Prosperidade através do Comércio e Investimento”, relativamente à qual foram aprovadas Conclusões que aprofundam o nexo “Comércio e Investimento” tendo em vista fomentar sinergias multissetoriais. Estas conclusões sublinharam a importância de a UE ser mais coerente e mais coordenada no âmbito da sua atuação no quadro da Ajuda ao Comércio, explorando o verdadeiro potencial dos instrumentos da UE em prol do crescimento e da redução da pobreza, combinando de forma mais estratégica as suas dimensões ajuda, comércio e investimento.

Portugal realçou a necessidade de uma integração mais profunda dos países em desenvolvimento no comércio internacional e a importância de se dar maior destaque aos Países Menos Avançados, uma vez que concentram em si as maiores necessidades.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A marginalização que estes enfrentam não beneficia nem as suas economias, nem os próprios interesses económicos da UE. Pelo contrário, o reforço da capacidade económica e comercial desses países é mutuamente vantajosa ao permitir aumentar o comércio e o investimento, bem como a competitividade da UE face a outros blocos comerciais.

Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

A igualdade de género é um princípio universal e um valor fundamental da UE, consagrado no seu quadro legal e político, e simultaneamente um objetivo e uma força motriz do crescimento económico. Em 2017 continuou a ser acompanhada a implementação do Plano de Ação da UE para as questões do género para 2016-2020 (GAP II), adotado em 2015.

Das conclusões do primeiro relatório da Comissão sobre a implementação do plano de ação destacam-se, pela positiva, as boas práticas, a maior colaboração entre EM e Comissão, a aplicação do marcador de género e a inclusão sistemática destas questões nos programas de formação dos funcionários da UE. Pela negativa, a dificuldade sentida quanto ao exercício de reporte e, sobretudo, o facto de os compromissos políticos não se refletirem na atribuição de mais recursos.

Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável (FEDS)

Portugal participou e acompanhou a discussão que conduziu à aprovação do Regulamento do PE e do Conselho que instituiu o FEDS, publicado em 27 de setembro (Ver Título IV, Capítulo XV).

O FEDS é o principal pilar instituído no quadro do Plano de Investimento Externo, a par dos pilares Assistência Técnica e da melhoria do clima de investimento e do ambiente estratégico geral dos países parceiros. Visa apoiar o investimento, sobretudo em África e nos países abrangidos pela Política de Vizinhança, no sentido da promoção de um crescimento inclusivo, da criação de emprego e do desenvolvimento sustentável, combatendo assim as causas profundas da migração irregular. O FEDS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

dispõe de um pacote financeiro integrado dirigido a duas plataformas regionais de investimento (África e Vizinhança) que combinarão o financiamento proveniente de mecanismos mistos existentes (fundos públicos e privados) e de um fundo de garantia FEDS que pode atingir 1.500 milhões de euros, com gestão da responsabilidade da Comissão.

Portugal defendeu a importância de uma abordagem abrangente de apoio às populações dos países mais vulneráveis, apostando na criação de condições propícias ao seu desenvolvimento, através do investimento no crescimento da economia, na criação de empregos, no reforço das capacidades das suas instituições e no fornecimento de serviços essenciais, em linha com os ODS.

No final de 2017 realizaram-se as primeiras reuniões dos órgãos de gestão do Fundo, nas quais Portugal participou e onde foram aprovadas as cinco janelas prioritárias de investimento: Digitalização para o desenvolvimento; Energia sustentável e conectividade; Cidades sustentáveis; Agricultura sustentável e empreendedorismo rural e agro-negócios; e Financiamento de pequenas e médias empresas. Foram também discutidas as diretrizes da política de risco da garantia FEDS e o respetivo modelo de apresentação de candidaturas. As candidaturas deverão ser apresentadas por instituições financeiras para o desenvolvimento dos EM, certificadas pela Comissão. Em Portugal a Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento (SOFID) iniciou o respetivo processo de certificação.

Fundos Fiduciários

Portugal contribui para três Fundos Fiduciários criados pela UE para as ações externas: o Fundo Fiduciário de emergência UE-África sobre migrações; o Fundo Fiduciário regional de resposta à crise síria (Fundo Madad); e o Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia.

Embora com objetivos específicos diferentes, todos concorrem para a concretização de ações prioritárias da UE em especial nos domínios da gestão das migrações, da paz



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

e da prevenção de conflitos, do desenvolvimento, da promoção da atividade económica, da resiliência das comunidades, especialmente as mais vulneráveis e refugiados, e da boa governação, servindo de catalisadores para a intervenção de outros parceiros.

No que respeita ao Fundo Fiduciário de emergência UE-África sobre migrações¹³¹, as contribuições, no final de 2017, ascendem a cerca de 3,2 mil milhões de euros, atingindo as contribuições voluntárias dos Estados-membros 372 milhões de euros. A contribuição de Portugal foi reforçada em dezembro em 1.350 mil euros (a dividir equitativamente entre as janelas do Norte de África e do Sahel/Lago Chade), fixando-se num montante global de 1.800 mil euros.

Portugal considera que a principal prioridade do Fundo deve ser enfrentar as causas estruturais da migração forçada. Defende que a sua orientação estratégica deverá garantir equilíbrio entre o combate ao tráfico de seres humanos e ao contrabando de migrantes, a criação de empregos e a promoção da migração legal e de projetos de mobilidade. Tem também defendido a extensão do Fundo a Cabo Verde e à Guiné-Bissau. Portugal apresentou ao Fundo, no segundo semestre de 2017, um projeto na área da segurança da identificação civil e documental, para implementação em cooperação delegada, para Cabo Verde e extensão à Guiné-Bissau e Mauritânia, e dois projetos de iniciativa e para implementação por uma organização da sociedade civil que incluem ações na Gâmbia, Guiné-Conacri e Guiné-Bissau.

O Fundo Madad reúne contribuições de 22 Estados-membros, da Turquia e da União Europeia, estando neste momento dotado com quase 1,5 mil milhões de euros. A contribuição de Portugal é de 250 mil euros, 50 mil dos quais desembolsados em 2017.

No que respeita ao Fundo Fiduciário da UE para a Colômbia, no final de 2017 o orçamento global era de 95 milhões de euros, dos quais 72 milhões de euros do Instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento e 23 milhões de euros de 19

¹³¹ Ver Capítulo II deste Título e Título V, Capítulo VIII.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Estados-membros. A contribuição de Portugal ascende a 200 mil euros, 100mil dos quais desembolsados em 2017. Em 2017 foram apresentados dois projetos de organizações nacionais da sociedade civil, um dos quais já aprovado e contratualizado. Este projeto terá a duração de 36 meses e um orçamento de 4 milhões de euros, contando com um cofinanciamento português de 350 mil euros. A intervenção da cooperação portuguesa foi determinante para a aprovação deste projeto.

Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)

Com um orçamento de 30,5 mil milhões de euros para o período 2014-2020, o 11.º FED, financiado diretamente pelos EM fora do orçamento da União, é o mais importante instrumento da cooperação da UE, sendo dedicado ao financiamento da cooperação com o grupo dos 79 países ACP e 25 países e territórios ultramarinos.

Os compromissos assumidos no âmbito do Fundo em 2017 ascenderam a cerca de 7,3 mil milhões de euros e os desembolsos a 4,8 mil milhões de euros (valores provisórios). A contribuição de Portugal ascendeu a 47,6 milhões de euros, correspondente a 1,2% do total das contribuições dos EM.

De entre as principais decisões tomadas no quadro do respetivo Comité, salienta-se o parecer favorável à adoção dos Programas Indicativos Nacionais para a República Centro Africana (382 milhões de euros), Gâmbia (117 milhões de euros) e o reforço de 200 milhões de euros para o programa da Somália e de 100 milhões de euros para o programa do Chade. Foram adotados 42 Programas de Ação Anual e um considerável número de medidas individuais, salientando-se, pela sua importância, quatro programas no contexto da programação intra-ACP (903 milhões de euros), a transferência de 400 milhões de euros para o novo FEDS e a criação da Plataforma de Investimento África que lhe está associada.

Foram decididas diversas ações para os PALOP e Timor-Leste, salientando-se para Angola o programa Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional (65 milhões de euros), o Programa de Ação Anual para Moçambique (39,5 milhões de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

euros), o Programa para a Resiliência e Oportunidades Socio-económicas para a Guiné-Bissau (44 milhões de euros) e um reforço de 7 milhões de euros para o Programa de Apoio Orçamental a Cabo Verde (em resposta à situação de seca que o país atravessa).

Saliente-se, também, que o Comité deu parecer favorável à aprovação de um programa regional para a gestão transfronteiriça da água da Bacia do Nilo (10 milhões de euros). Portugal votou contra a aprovação deste programa, acolhendo os argumentos do Egito relativos à gestão do programa, numa matéria muito sensível para este país.

Gestão de programas e projetos financiados pela UE (Cooperação Delegada)

No âmbito da administração e/ou gestão de ações financiadas ou cofinanciadas no quadro dos instrumentos de financiamento da ação externa da UE (FED e linhas orçamentais) através do Camões, IP (entidade nacional certificada pela Comissão para a gestão de programas e projetos financiados pela UE), em 2017 foram encerrados quatro projetos e continuada a implementação de outros quatro num valor agregado de 32,7 mil milhões de euros. Foram ainda assinados dois Acordos de Delegação num valor agregado de 24,4 mil milhões de euros, um no setor do ensino técnico e profissional em Angola e outro no setor da gestão das finanças públicas em Timor-Leste. Iniciou-se, ainda, a preparação de dois novos Acordos de Delegação num valor agregado de 58,5 milhões de euros no âmbito da resiliência, segurança alimentar e nutricional em Angola e da segurança marítima nos países costeiros do Golfo da Guiné, membros da CEDEAO¹³².

Em paralelo, foi iniciada a negociação com a UE de 3 novos projetos nos setores da saúde e da agricultura na Guiné-Bissau e da geração de rendimento no setor da cultura nos PALOP e Timor-Leste (valor agregado de 22 milhões de euros).

¹³² Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Apoio à Sociedade Civil – Cooperação, Educação para o desenvolvimento e Ajuda Humanitária

Durante 2017 Portugal continuou a acompanhar de perto a implementação do Programa Temático para as Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais 2014-2020. Este Programa constitui a principal fonte de financiamento europeia para os projetos das organizações da sociedade civil portuguesas.

No quadro da Ajuda Humanitária, foi dada continuidade aos trabalhos da Unidade de Coordenação da Estratégia Operacional de Ação Humanitária e de Emergência.

O Conselho Negócios Estrangeiros de maio, na formação Desenvolvimento, adotou Conclusões sobre “Operacionalizar a correlação entre a ajuda humanitária e o desenvolvimento”. No âmbito deste debate Portugal defendeu que os desafios de segurança e desenvolvimento, patentes em muitas crises atuais, requerem respostas integradas, pelo que abordar as causas políticas, sociais e económicas destas crises humanitárias será determinante para a erradicação de movimentos radicais e terroristas, para os quais a falta de capacidade/fragilidade dos Estados, a pobreza extrema e as desigualdades sociais são terreno fértil. Assim, importará unir esforços e desenvolver uma cultura de trabalho conjunto, entre os atores políticos, humanitários e de desenvolvimento, que permita atuar mais eficazmente na prevenção e resposta a crises, sem prejuízo dos respectivos mandatos, e contribuir para o reforço da resiliência. Defendemos, igualmente, a importância de advogar o livre acesso da assistência humanitária às populações afetadas, bem como o reforço do carácter distinto e neutral da ajuda humanitária e dos seus trabalhadores, sob pena de perderem independência e credibilidade.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VII

APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

Manteve-se a inexistência de processos de contencioso com fundamento na falta de transposição de diretivas. Ao longo do ano reduziram-se significativamente as situações de atraso na transposição de diretivas, alcançando-se um dos melhores resultados dos últimos anos, com um défice de transposição de 0,4%.

O Centro SOLVIT Portugal voltou a ter desempenho de excelência e foi convidado, pela Comissão Europeia, para integrar a equipa de formadores dos novos elementos da rede a nível do Espaço Económico Europeu.

As situações de má aplicação do direito da UE mantiveram-se dentro da média da UE, sendo de referir o aumento significativo da quantidade de informação transmitida à Comissão Europeia e a realização de várias reuniões com os competentes serviços da Comissão e dos Ministérios, Regiões Autónomas e Autarquias Locais para esclarecer e defender a posição nacional.

Assinala-se uma diminuição dos pedidos de decisão prejudicial submetidos pelos tribunais portugueses ao Tribunal de Justiça da União Europeia e destaca-se a intervenção nos processos de natureza institucional relacionados com a definição dos domínios da competência externa exclusiva da UE e de competência partilhada dos EM.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS E ADAPTAÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2017 a Comissão reforçou o controlo da transposição de diretivas, na sequência da publicação, em dezembro de 2016, da Comunicação C (2016) 8600 sobre “Direito da União Europeia: Melhores resultados através de uma melhor aplicação”. A nova abordagem teve resultados muito imediatos na atuação da Comissão e dos EM, sendo de destacar a agilização dos procedimentos da fase do pré-contencioso, ao abrigo do artigo 258.º do TFUE, para garantir que, entre o fim do prazo de transposição e a conclusão do pré-contencioso, decorra idealmente um ano findo o qual, se a falta persistir, é intentada ação no Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) contra o EM incumpridor. Relativamente a esta fase contenciosa, a Comissão passou a pedir, nas ações de incumprimento, que a condenação dos EM que não cumprem prazos de transposição seja associada ao pagamento sistemático da sanção pecuniária compulsória (mesmo que entretanto o EM transponha a diretiva) e da quantia fixa calculada com base no período de tempo que decorre entre o final do prazo de transposição da diretiva e a data da sua transposição.

Em janeiro Portugal tinha 34 procedimentos de pré-contencioso pendentes por falta de transposição. No final do ano existiam apenas 5 procedimentos de infração em curso.

Portugal introduziu na base de dados das Medidas Nacionais de Execução da Comissão 641 comunicações eletrónicas relativas à transposição de 97 diretivas, incluindo 3 Decisões JAI no âmbito da cooperação transfronteiriça e dos direitos fundamentais.

No relatório sobre a segunda avaliação semestral da Comissão Europeia sobre a transposição de diretivas da UE em 2017 (Painel de Avaliação do Mercado Único), a publicar no final do primeiro semestre de 2018, serão referidos os excelentes resultados de Portugal que passou de um défice de 3,4% no final de 2016 para um



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

défice de 2,9% no primeiro semestre de 2017 e para um défice de 0,4% no segundo semestre de 2017.

Este bom desempenho continua a dever-se ao reforço da coordenação e à melhoria da articulação com os diferentes órgãos de soberania intervenientes no processo legislativo, bem como com os competentes serviços da administração pública, com quem foi mantida a realização periódica de reuniões de coordenação destinadas a identificar conflitos de competências e/ou processos de transposição de maior complexidade.

Manteve-se a prática de elaboração mensal de informação de apoio às reuniões de Secretários de Estado e do Conselho de Ministros em que o tema da transposição de diretivas constou da agenda de trabalhos.

Nos termos do Regimento do Conselho de Ministros foram emitidos 123 pareceres sobre projetos de atos legislativos que visavam a transposição para a ordem jurídica nacional de atos normativos da UE ou que se mostraram necessários para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes dos Tratados.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Gráfico 1
Domínios das Diretivas transpostas em 2017

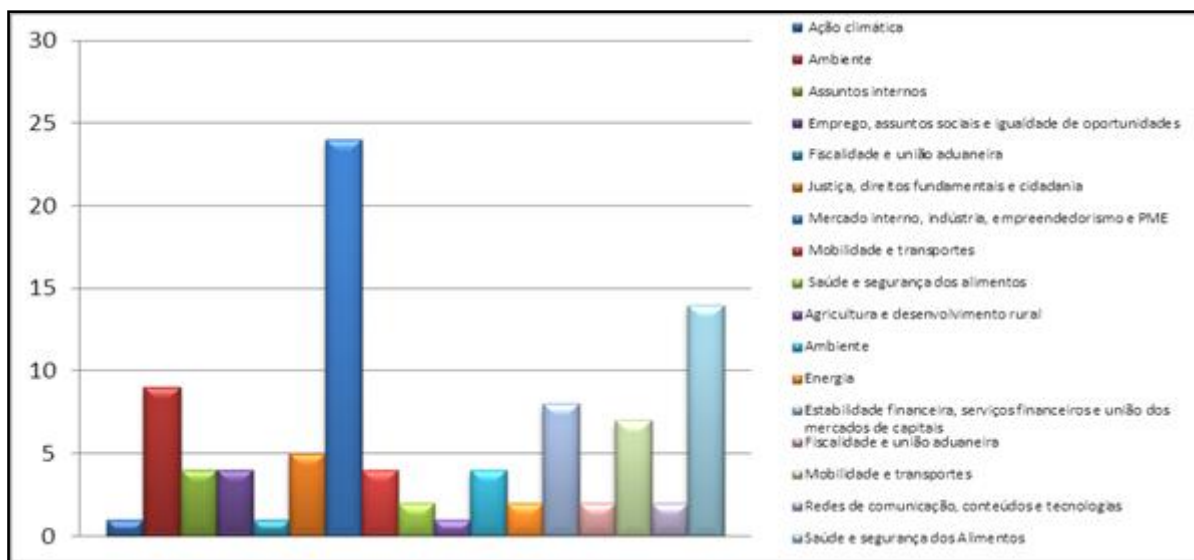
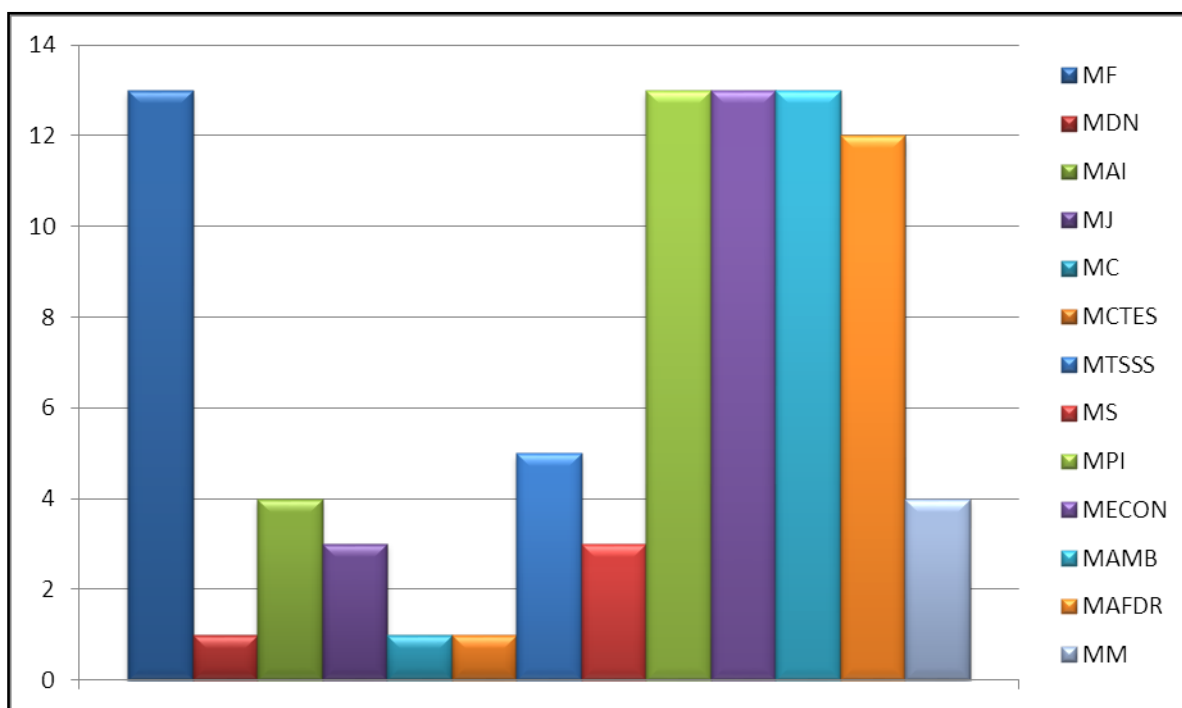


Gráfico 2
Ministérios responsáveis pelas Diretivas transpostas em 2017





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

MECANISMOS INFORMAIS DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DO MERCADO ÚNICO – REDE SOLVIT

Em 2017, do total de 2020 casos tratados pelos 31 Centros SOLVIT do Espaço Económico Europeu (EEE), 174 envolveram o Centro SOLVIT Portugal. Para além destes, há também a ter em conta o tratamento de múltiplas questões suscitadas por cidadãos e empresas que, embora não se inserindo na esfera de competência do SOLVIT, são igualmente analisadas e reencaminhadas para outros organismos.

O Centro SOLVIT Portugal atua, ora como Centro Responsável, ao procurar resolver junto da Administração pública nacional problemas apresentados pelos Centros homólogos, ora como Centro de Origem, ao dirigir-se aos Centros SOLVIT dos outros Estados-membros para tentar ultrapassar as dificuldades sentidas pelos cidadãos ou empresas nacionais.

Enquanto Centro SOLVIT Responsável, o Centro nacional remeteu à Administração Pública portuguesa 95 processos SOLVIT com origem em diversos países conforme o gráfico 3 abaixo.

A taxa de resolução dos problemas em que o Centro SOLVIT Portugal atuou como Centro SOLVIT Responsável foi de 89,5%, sendo a média do EEE para este indicador de 86,73%.

Enquanto Centro SOLVIT de Origem, o Centro português inseriu na base de dados da Comissão Europeia 79 processos a solicitar a intervenção de outros países do EEE, distribuídos conforme o gráfico 4 abaixo.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Gráfico 3
EMs que remeteram casos a PT (SOLVIT PT enquanto Centro Responsável)

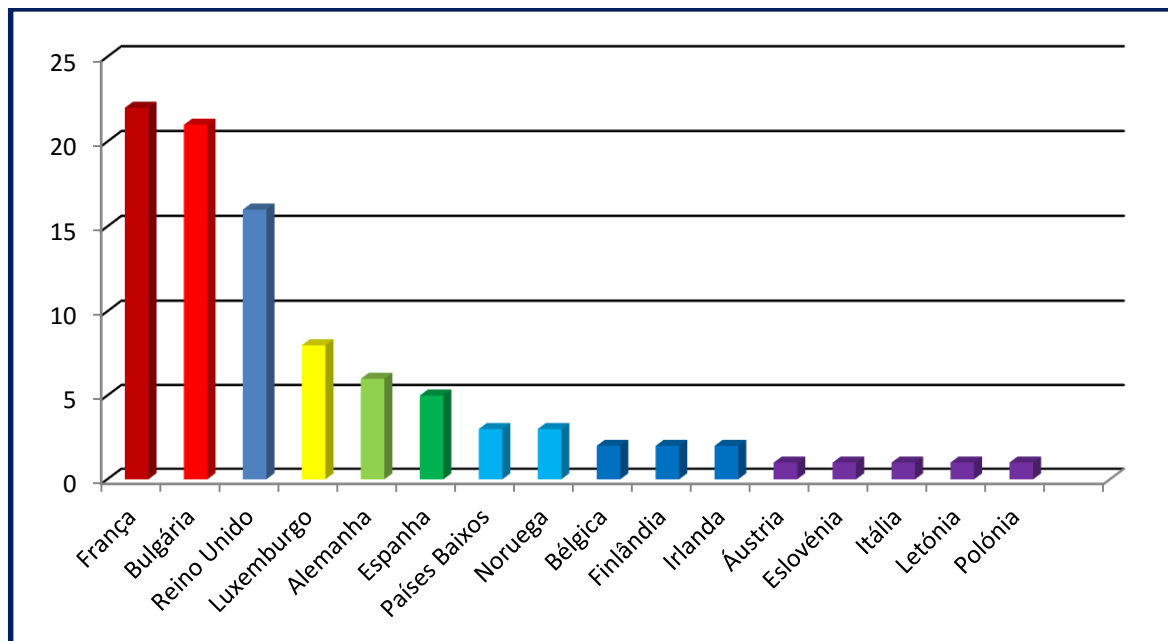
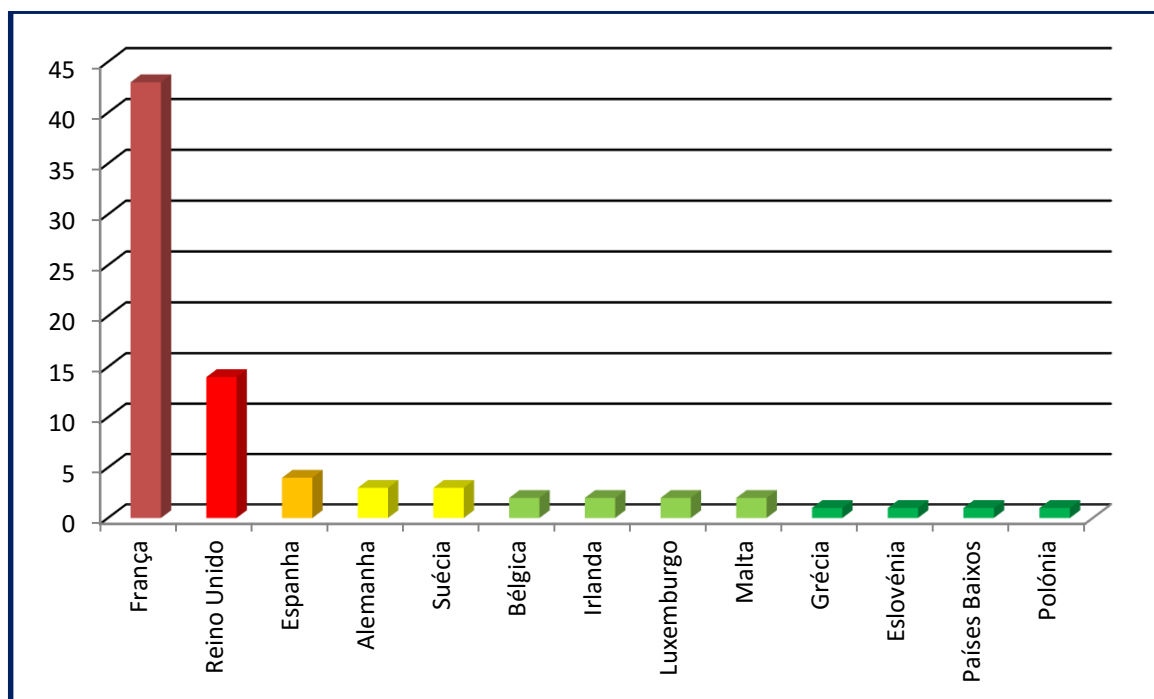


Gráfico 4
EMs aos quais PT remeteu casos (SOLVIT PT enquanto Centro de Origem)





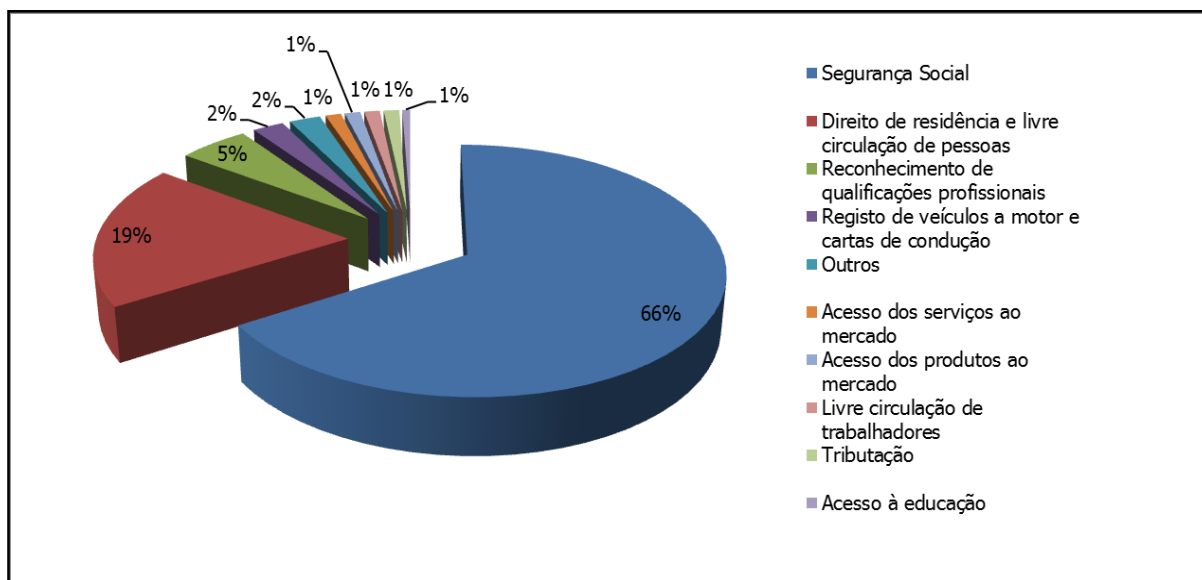
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Centro SOLVIT Portugal demorou, em média, 4 dias para preparar um processo antes de o submeter a outro Centro SOLVIT. A média europeia para este indicador é de 13 dias. Por outro lado, o Centro aceitou/rejeitou no próprio dia as soluções propostas por outros EM, na maioria dos casos. A média do EEE é aqui de 8 dias.

A atuação do Centro SOLVIT português incidiu maioritariamente sobre os domínios da segurança social e saúde (6%) e do direito de residência e livre circulação de pessoas (19%) – ver detalhes e restantes domínios no gráfico 5.

Existe convergência entre as matérias maioritariamente tratadas pelo Centro SOLVIT português e as matérias tratadas pelo conjunto dos 31 Centros do EEE, mantendo-se a segurança social (54%) como a principal área de atuação da Rede SOLVIT a nível do EEE – ver gráfico 6 abaixo.

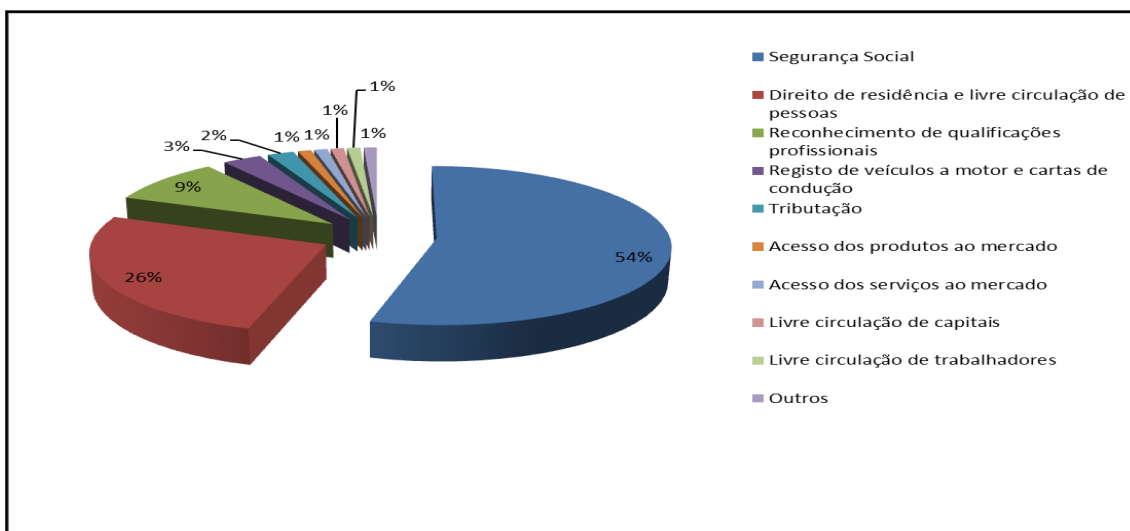
Gráfico 5
— **Domínios dos problemas tratados pelo SOLVIT PT (%)**





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Gráfico 6
Domínio dos problemas tratados pelo conjunto da Rede SOLVIT (%)



Dos resultados alcançados este ano são de destacar os casos enviados pelo Centro português ao homólogo francês, em que foi possível resolver situações relacionadas com o apuramento da carreira contributiva para efeitos dos direitos a pensão de reforma de antigos emigrantes portugueses, ao abrigo dos Regulamentos (CE) n.º 883/2004 e (CE) n.º 987/2009 sobre a coordenação dos sistemas de segurança social no EEE. É elucidativa a história de sucesso em que uma cidadã portuguesa, que aguardava há mais de 5 anos a pensão de velhice francesa, graças à intervenção da Rede SOLVIT viu ser-lhe atribuída, em pouco mais de 2 meses, uma pensão mensal de 1.500 euros/mês, tendo simultaneamente recebido mais de 61 mil euros de retroativos.

Outro exemplo refere-se a casos que o Centro SOLVIT Portugal dirigiu ao Reino Unido relativos a situações de reunificação familiar humanamente dramáticas, os quais foram resolvidos de forma positiva, ao abrigo da Diretiva 38/2004/CE relativa ao direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União e dos membros das suas famílias no território dos Estados-membros.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

MECANISMOS INFORMAIS DE APLICAÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO – PROJETO “EU PILOT”

O projeto “EU PILOT” sofreu grandes mudanças em 2017. A Comissão tomou a decisão de alterar as regras que regem os procedimentos abertos neste sistema, ainda que a grande maioria dos EM a ela se tenha oposto. Em defesa da sua decisão, a Comissão alegou ser o mecanismo “EU PILOT” pouco eficiente, as respostas dos EM tardias, excessiva a sua duração e reduzida a taxa de resolução dos problemas identificados.

Em Portugal, de facto, a taxa de resolução dos processos “EU PILOT” foi particularmente baixa, tendo atingido apenas 33% em 2017, contra os 89% alcançados em 2014 e os 100% em 2013. A média do tempo de resposta foi significativamente alta, representando 92 dias, contra 70 dias em 2016. Estes resultados acompanharam a tendência em toda a UE e acabaram por influenciar a decisão da Comissão.

Foram submetidos 6 novos procedimentos, dos quais 3 já foram encerrados (2 favoravelmente e 1 dará origem a procedimento formal de pré-contencioso). Dos anos anteriores, transitaram 24 procedimentos, perfazendo um total de 27 procedimentos abertos. Em 2017, foram igualmente encerrados 24 procedimentos que haviam sido iniciados em anos anteriores a 2017, dos quais 18 (66% do total) foram arquivados e 6 deram origem a procedimentos de infração.

As matérias tratadas nos processos submetidos a Portugal incidem, sobretudo, nos domínios do ambiente, da fiscalidade, dos transportes e dos assuntos marítimos (pescas e transportes marítimos), enquanto a nível da UE as matérias mais tratadas foram o ambiente, a energia, o emprego e a agricultura e o desenvolvimento rural.

Gráfico 7
Fases dos processos EU PILOT 2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

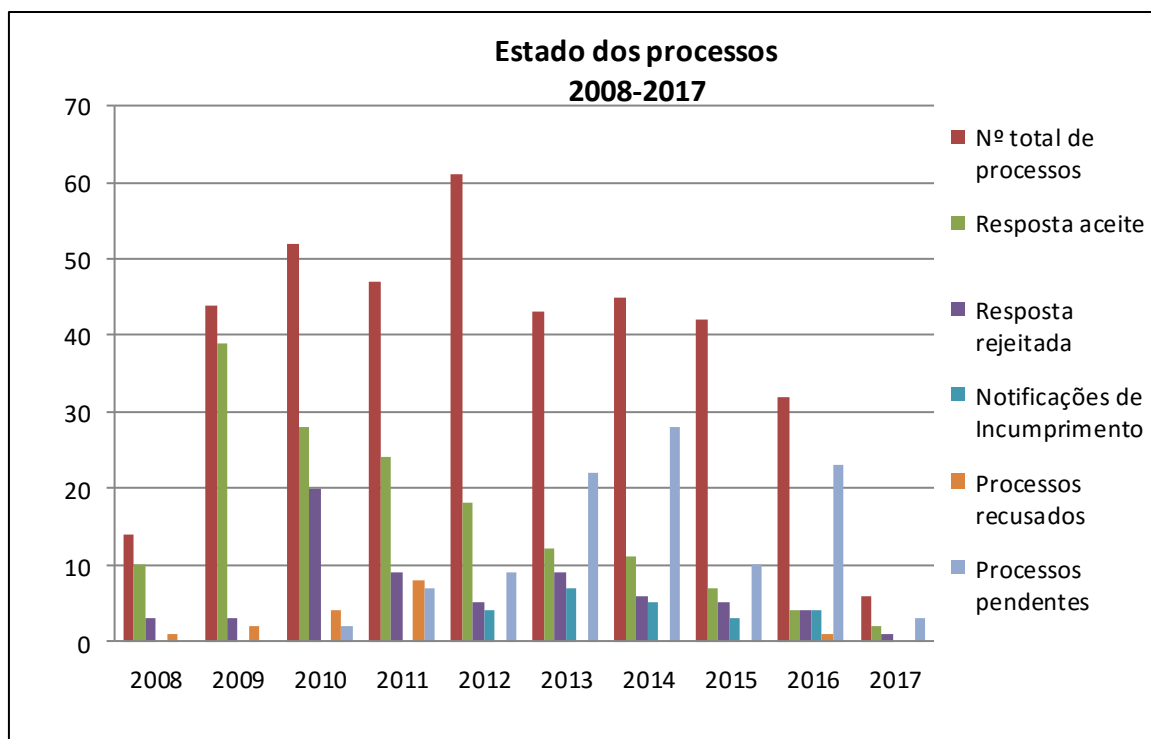
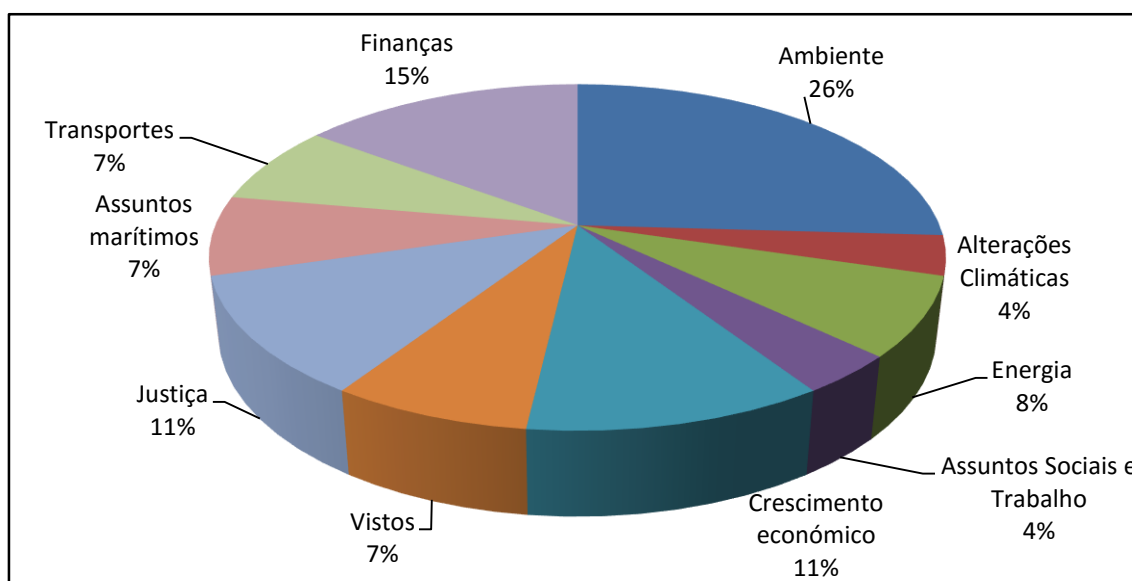


Gráfico 8
Matérias tratadas pelos processos "EU PILOT" abertos em 2017 (6 processos)





MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

**EXECUÇÃO DO DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA: PRÉ-
-CONTENCIOSO E CONTENCIOSO DA UNIÃO EUROPEIA**

Em 2017 foram iniciados pela Comissão 45 processos de pré-contencioso: 36 com fundamento na falta ou incorreta transposição de diretivas e 9 com fundamento na má aplicação do direito da UE. No total foram acompanhados 121 procedimentos de pré-contencioso, 90 dos quais por motivos relacionados com atrasos na transposição e 31 relacionados com a aplicação do direito. Foram resolvidos – e consequentemente arquivados – 41 processos.

No final do ano estavam pendentes 45 processos pré-contenciosos na fase de notificação de incumprimento e 26 na fase de parecer fundamentado. O número de respostas formais à Comissão, via Representação Permanente (REPER) em Bruxelas, mais do que triplicou relativamente ao ano anterior, tendo sido dadas 211 respostas formais e transmitidas regularmente informações sobre a evolução dos procedimentos de pré-contencioso. O reforço da comunicação com a Comissão traduziu-se também nas duas reuniões globais realizadas entre elementos da DG Ambiente e DG Transportes e os serviços nacionais competentes (reuniões “Paquet”). Foram ainda realizadas diversas reuniões por videoconferência, quer com a Comissão, quer com as várias entidades centrais, locais e regionais para troca de informação e prestação de esclarecimentos sobre as medidas de aplicação do direito da UE em vários domínios. Salienta-se a importância destas reuniões, como foi o caso do diálogo regular estabelecido com as diversas entidades governamentais e locais da Região Autónoma da Madeira. Fruto desta cooperação e do envio regular de informação atualizada à Comissão Europeia, foi possível prolongar a fase pré-contenciosa de alguns procedimentos no domínio do ambiente e evitar o início de ações de incumprimento no TJUE.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A coordenação de todos os procedimentos de pré-contencioso – em estreita colaboração e excelente cooperação com os Ministérios, Regiões Autónomas dos Açores e Madeira e Autarquias Locais – permitiu reforçar a defesa das posições nacionais, arquivar procedimentos de infração e evitar a condenação de Portugal por parte do Tribunal de Justiça da União Europeia e o pagamento de elevadas sanções pecuniárias conforme previsto no artigo 260.º, n.º 2, do TFUE.

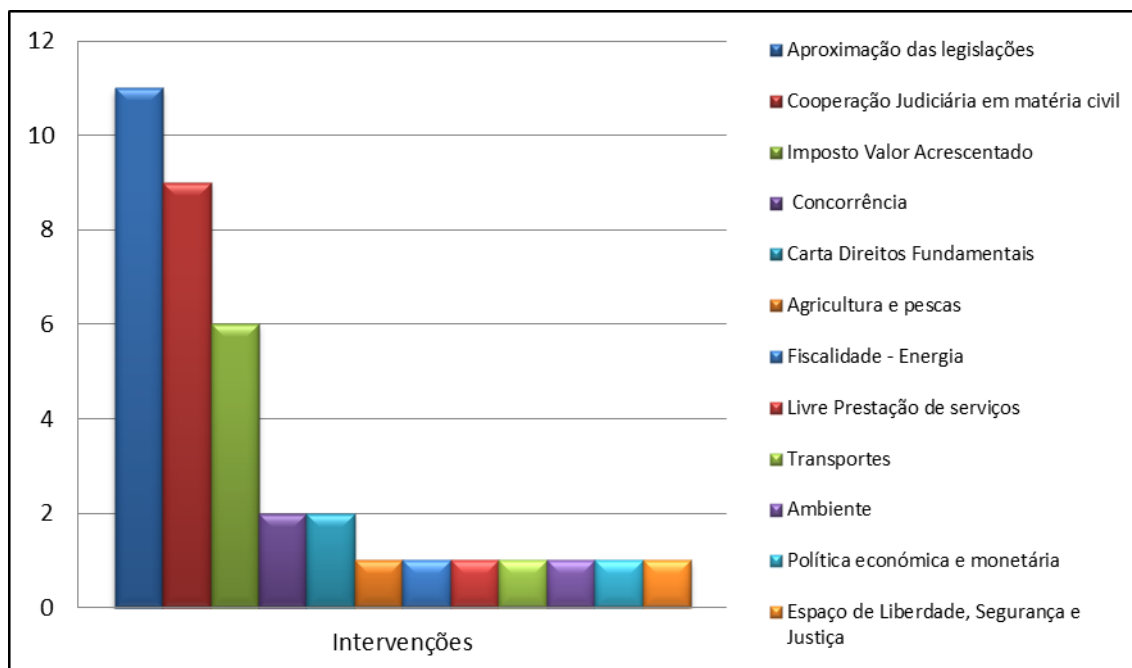
No que se refere à participação nacional no contencioso do TJUE, sublinha-se que Portugal participou em 50 processos (Anexo II), 9 dos quais relacionados com ações da competência do Tribunal Geral e 41 do Tribunal de Justiça. Esta participação corresponde a um total de 70 intervenções. Deste total, uma participação contou com a colaboração com a Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Os tribunais portugueses submeteram 14 pedidos de decisão prejudicial ao TJUE, menos 7 do que no ano passado, sendo de destacar o Supremo Tribunal Administrativo e o Tribunal Arbitral Tributário com 4 reenvios prejudiciais cada um, a Relação do Porto com 2 e, por fim, o Supremo Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, o Tribunal Administrativo de Coimbra e o Tribunal da Concorrência com um cada. As matérias objeto de observações escritas estão relacionadas, na sua maioria, com a aproximação das legislações, a cooperação judiciária em matéria civil e a fiscalidade no âmbito do IVA – ver gráfico 9.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Gráfico 9
Domínios objeto dos processos de reenvio prejudicial com participação de Portugal em 2017



Prosseguiu a colaboração com o Ministério da Agricultura, que tem permitido a impugnação, junto do Tribunal Geral, das decisões da Comissão que determinam a exclusão do financiamento de determinadas despesas declaradas por Portugal, no âmbito das ajudas diretas e cofinanciadas da Política Agrícola Comum.

Quanto ao Tribunal de Justiça, verificou-se um decréscimo da participação de Portugal em processos relacionados com matérias institucionais da UE em virtude da menor litigância entre as instituições ao longo de 2017.

Salienta-se também a participação de Portugal em processos submetidos ao TJUE relacionados com a definição dos domínios da competência externa exclusiva da UE e dos domínios de competência partilhada dos EM, no âmbito da assinatura do Acordo de Comércio Livre com Singapura e da Conservação da Fauna e da Flora Marinhas da Antártida relativas à criação de três áreas marinhas protegidas no Mar de Weddell, no Mar de Ross e no Antártico.

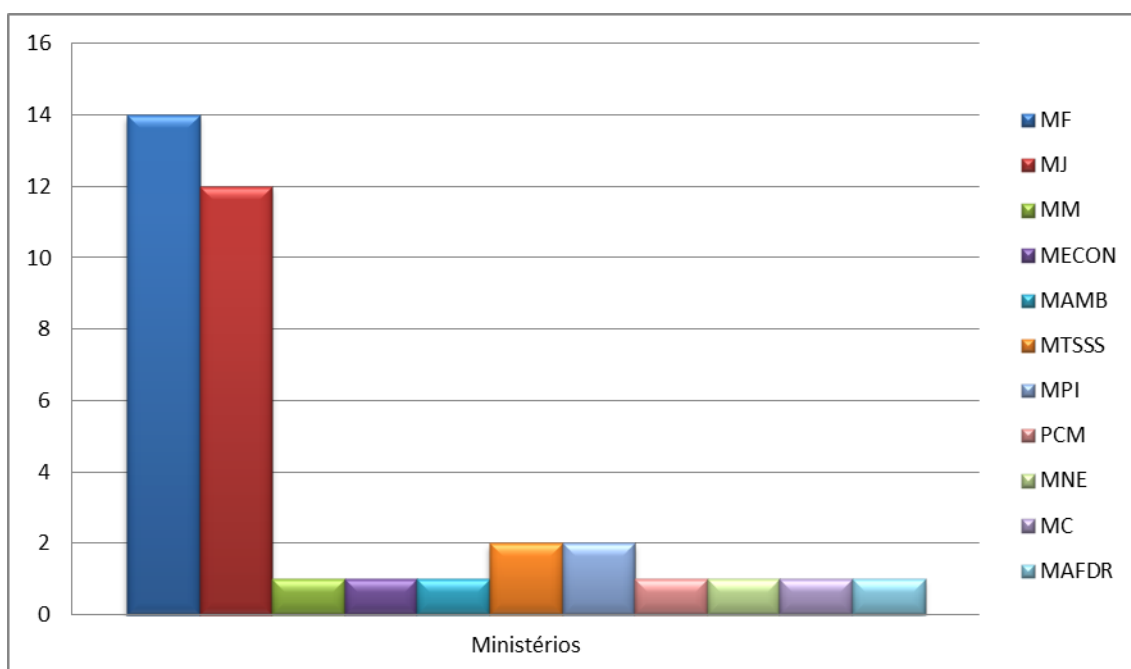


MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Por sua vez, a Comissão Europeia propôs três ações de incumprimento contra Portugal com fundamento na má aplicação do direito da União Europeia: uma em matéria de transportes e duas relacionadas com as atividades e inspeção de navios. As situações ficaram resolvidas no final do ano.

A intervenção nacional contou com contributos do Ministério da Justiça, do Ministério das Finanças, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Planeamento e Infraestruturas, do Ministério da Economia, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do Ministério do Mar e do Ministério do Ambiente.

Gráfico 10
Participação de ministérios nacionais nos processos de reenvio prejudicial com participação de Portugal em 2017



No tocante às questões prejudiciais submetidas por tribunais nacionais de outros EM, a participação portuguesa em 37 processos situa-se dentro da média europeia. É, no entanto, relativamente alta, se for tida em conta a dimensão do país.



S.

R.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

A intervenção de Portugal no contencioso tem sido progressivamente reconhecida pelo TJUE, sendo de realçar que, por diversas vezes, o Tribunal seguiu a argumentação portuguesa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO V

APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE ACORDOS E TRATADOS

Em 2017 foi iniciada, prosseguida ou concluída a instrução de 11 processos de aprovação e ratificação da vinculação do Estado português a acordos internacionais celebrados no âmbito da União Europeia, cujo ponto de situação, em 31 de dezembro, era o seguinte:

- Acordo de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas europeus de navegação por satélite, – processo de instrução concluído;
- Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro, – processo de instrução concluído;
- Acordo de Parceria Económica Intercalar entre o Gana, por um lado, e a Comunidade Europeia e os seus Estados-membros, por outro, – processo de instrução em curso;
- Acordo de Parceria sobre as Relações e a Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado e a Nova Zelândia, por outro, – processo de instrução em curso;
- Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC, – processo de instrução concluído;
- Acordo Económico e Comercial Global (CETA) entre o Canadá, por um lado, e a União Europeia e seus Estados-membros, por outro, – processo de instrução concluído;
- Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, – processo de instrução concluído;
- Protocolo de Adesão ao Acordo Comercial entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Colômbia e o Peru, por outro, para ter em conta a adesão do Equador, – processo de instrução em curso;



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

- Acordo de Diálogo Político e de Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República de Cuba, por outro, – processo de instrução concluído;
- Acordo de Cooperação em Matéria de Parceria e Desenvolvimento entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a República Islâmica do Afeganistão, por outro, – processo de instrução concluído;
- Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-membros, por um lado, e a Austrália, por outro, – processo de instrução em curso.

Note-se que, muitas vezes, nos acordos celebrados no âmbito da UE se prevê a sua aplicação provisória mas, por imperativos constitucionais, sempre que tal aplicação incida sobre matéria que não seja da competência exclusiva da União, esses acordos ou partes de acordo só têm aplicação no ordenamento jurídico nacional após a sua ratificação e publicação oficial.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

TÍTULO VIII

POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO

O Centro Jacques Delors (CIEJD) continuou a projetar a sua ação enquanto ponto focal de informação no quadro da Administração Central, Local e Regional, reforçou a sua ligação com a comunidade académica e com o mundo empresarial e fortaleceu a ligação dos cidadãos com as representações da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em Portugal.

Tendo presente a celebração dos 60 anos dos Tratados de Roma, assinados em março de 1957, o CIEJD desenvolveu, ao longo do ano, várias iniciativas, que permitiram estimular o debate com os jovens e com a comunidade académica sobre o projeto de construção europeia, os seus valores e princípios.

Enquanto Ponto de contacto nacional do Programa “Europa para os Cidadãos”, o CIEJD conferiu particular atenção à informação e promoção do Programa com vista a estimular a apresentação de candidaturas por parte de Portugal.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO I

INFORMAÇÃO SOBRE AS OPORTUNIDADES NA UE PARA OS CIDADÃOS E EMPRESAS

PROGRAMA “EUROPA PARA OS CIDADÃOS” – PONTO DE CONTACTO NACIONAL

O Programa “Europa para os Cidadãos” (2014-2020) visa contribuir para uma melhor compreensão da União Europeia, da sua história e diversidade, promovendo a cidadania europeia e melhorando as condições para a participação cívica e democrática a nível da União.

Desde 2016 que o Centro Jacques Delors (CIEJD) é o Ponto de Contacto Nacional (PCN) do programa tendo submetido, para o desenvolvimento da sua ação em 2017, o pedido de subvenção financeira à Comissão Europeia.

Para assegurar a sua missão de informar e divulgar as diferentes vertentes do Programa, o CIEJD realizou 17 sessões de esclarecimento e de apresentação (Açores, Faro (2), Funchal (2), Guimarães, Lisboa (3), Loures, Maia, Peniche, Leiria, Ponte de Lima, Ourém, Santarém e Torres Vedras), alcançando, diretamente, mais de 300 participantes.

Para além da divulgação da candidatura a subvenções de ação (estruturada em duas fases) nas diferentes vertentes e medidas que compõem o Programa, é de salientar a candidatura para a subvenção no domínio dos “operating grants” para o período 2017-2020. Dado que nunca foi selecionada uma entidade portuguesa, o Centro encetou uma série de reuniões com entidades potenciais candidatas para informar e sensibilizar para a importância de Portugal integrar o conjunto de países que beneficiam deste apoio.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CARREIRAS INTERNACIONAIS

A informação e a divulgação sobre as oportunidades de emprego e de estágio nas instituições e organismos da União Europeia e em outras organizações internacionais continuam a registar grande interesse junto do público.

Neste sentido, o projeto Carreiras Internacionais divulga as oportunidades através do acesso aos sítios internet www.carreirasinternacionais.eu e www.trabalharnauniaoeuropeia.eu que, em 2017, atingiram 224.460 visitas. Estes sítios, desde a sua criação, registaram cerca de 2,7 milhões de visitas.

Foi igualmente assegurado o serviço de atendimento por telefone e e-mail.

Estas oportunidades foram divulgadas através de 20 difusões seletivas de informação (DSI), dirigidas aos utilizadores inscritos nas "mailing lists", às Universidades, aos Centros de Documentação Europeia e aos Centros Europe Direct, tendo alcançado 5.000 destinatários entre cidadãos e organismos.

O CIEJD realizou 13 sessões de informação a nível nacional, a convite de Universidades e Institutos Politécnicos (Faro, Felgueiras, Lisboa, Maia, Porto e Santarém).

Enquanto membro da Rede de Peritos EPSO ("European Personnel Selection Office"), o CIEJD participou na Reunião Geral, em Malta.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO NA UNIÃO EUROPEIA

O projeto "ON – Oportunidades de Negócio na União Europeia" é um serviço orientado para as empresas e empreendedores. Tem registado uma procura crescente sendo apoiado por informação atualizada em tempo real no sítio internet www.oportunidadesdenegocionaue.eu, atendimento personalizado e esclarecimento de questões colocadas. Tem por objetivo promover uma maior divulgação dos concursos públicos lançados pelas Instituições e Organismos da União Europeia, bem como dos apoios financeiros e respetivas candidaturas, a nível europeu e nacional.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Em 2017, o sítio internet ON teve um total de 42.348 visitas, o que corresponde a mais de 116 visitas por dia. A presença nas redes sociais foi reforçada com a criação de uma “showcase page” dedicada exclusivamente às Oportunidades de Negócio na UE no LinkedIn. Em pouco tempo, cerca de 5 meses, foram inseridos quase 500 novos conteúdos e alcançados 539 seguidores. Por sua vez, a página LinkedIn do CIEJD registava, no final do ano, 1.317 utilizadores, na sua maioria quadros dos setores empresarial e institucional.

Procurando alcançar o maior universo possível de utilizadores, foram respondidas cerca de cem perguntas, enviadas 11 “newsletters” temáticas (para cerca de 20.000 subscritores ativos) e 118 “flashes” com o objetivo de proporcionar informação adequada às necessidades expressas de mais de mil empresas, empresários e empreendedores registados.

Foi ainda possível a participação na 6.ª edição da Semana do Empreendedorismo de Lisboa, organizada pela Câmara Municipal de Lisboa.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO II

COMUNICAÇÃO SOBRE OS PRINCIPAIS TEMAS DA AGENDA EUROPEIA

Comunicar a União Europeia aos cidadãos continua a ser uma tarefa da maior importância para uma melhor compreensão do processo de integração europeia de Portugal e para uma maior aproximação dos cidadãos à UE e às suas instituições.

Foi aberto um concurso público, em janeiro, para a implementação do projeto “EUROCID: Comunicação Europeia Integrada para os Cidadãos”, aprovado em 2016, no âmbito do SAMA 2020 e integrado no MNE Digital. A empresa fornecedora foi selecionada em julho, tendo os trabalhos sido iniciados de imediato.

O novo Portal EUROCID, que chega à sua 4.^a geração, deverá fazer jus à sua história e reforçar o seu papel como ponto de acesso à informação e documentação europeias em Portugal. O Portal, que irá integrar o Portal Diplomático e que pretende agregar todos os serviços e atividades do CIEJD, será mais interativo e intuitivo, mais próximo do cidadão, com informação direcionada para diferentes públicos e com novidades no tipo de conteúdos informativos disponibilizados. Deverá ficar concluído em maio de 2018.

PORTAL EUROCID

O Portal www.eurocid.pt registou mais de 210.000 visitas (mais 30% que em 2016) e mais de 430 mil páginas visitadas (mais 12% que no ano anterior), demonstrando assim que continua a ser uma referência no acesso à informação e documentação europeias pelo cidadão de língua portuguesa.

O Portal acompanha e privilegia os temas da agenda europeia, desenvolvendo e atualizando dossiês temáticos importantes: apoios financeiros; cidadania europeia; UE e a lusofonia; cultura europeia; e essencial UE, entre outros. A destacar em 2017 a



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

atualização da versão em língua inglesa do portal e a elaboração de um novo dossiê, “Migração e Asilo”, concretizados no quadro do Plano de Estágios Curriculares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja tutoria é assegurada pelo CIEJD em colaboração com o Instituto Diplomático e várias Universidades nacionais e estrangeiras.

De referir ainda os conteúdos dedicados às oportunidades para os cidadãos e empresas que continuam a ser dos mais consultados: Prémios e Concursos, Bolsas de Estudo e Voluntariado.

NEWSLETTERS

Em 2017, foram enviadas 25 “newsletters”, para cerca de 19.000 subscritores ativos, o que significa um total de cerca de 475.000 envios. Do total das “newsletters” enviadas, 11 são de natureza geral “Portugal na União Europeia”, contendo informação sobre a atualidade europeia, 2 de carácter temático “Comunicar a União Europeia” e “Dia da Europa – 9 de maio”, e 12 de natureza específica “Empresas e Empreendedores”, orientada para a divulgação de oportunidades para os agentes económicos.

O Governo dos Açores produziu 12 “newsletters” de compilação de legislação europeia em 2017. Trata-se de uma publicação mensal que resulta da triagem das questões e que é disseminada pelos departamentos do Governo Regional com vista a melhor acompanhamento e execução das políticas comunitárias.

FACEBOOK

A presença do CIEJD na rede social Facebook (<https://www.facebook.com/CentrodeInformacaoEuropeiaJacquesDelors>) é um dos elementos relevantes na sua estratégia de comunicação, nomeadamente, no que se refere à disseminação eletrónica da informação. No final de 2017 reunia uma comunidade de 30.768 pessoas. Constitui também um espaço de encontro com o cidadão onde, para além das publicações regulares, se assegura um serviço de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

resposta e interação com os utilizadores. Tem um papel central na divulgação da agenda e dos temas europeus e tem contribuído para a divulgação de oportunidades de emprego e de estágio na UE, bem como do Programa “Europa para os Cidadãos”, indo ao encontro da missão do Centro, enquanto Ponto de Contacto Nacional deste Programa.

GESTÃO ESTRATÉGICA DO ESPAÇO PÚBLICO EUROPEU

No âmbito de um concurso público da Comissão Europeia, lançado em 2015, foi atribuída ao CIEJD a gestão do Espaço Público Europeu (EPE), um centro de informação sobre a União Europeia instituído pelo Gabinete do Parlamento Europeu e pela Representação da Comissão Europeia em Portugal.

Este projeto previa a contratação de recursos humanos para assegurar o “front-office” do EPE, questão que não foi resolvida de forma cabal ao longo de 2016 e 2017, pelo que a equipa do CIEJD assegurou não só a gestão estratégica como a operacionalização e a dinamização do Espaço.

A atividade do EPE atingiu, em 2017, números relevantes. Acolheu nas suas instalações 3.467 cidadãos (1.908 estudantes, integrados em 91 visitas de estudo de escolas do ensino regular e profissional), deu resposta a mais de 611 questões e atendeu cerca de 430 visitantes espontâneos.

Assegurou a presença em ações no exterior – “Futurália”, Bolsa do Empreendedorismo e Dia da Europa. Organizou e promoveu outras iniciativas como os Cafés Europa, Sessões “Media Lab- Falando da Europa”, dois Ciclos de Cinema Europeu, a Comemoração do Dia da Língua Gestual Portuguesa, Leituras Encenadas de obras de grandes escritores europeus (com a particularidade de serem acessíveis a cidadãos cegos e surdos), exposições diversas, com destaque para a coordenação da exposição itinerante “Europa – 60 anos”, por ocasião da comemoração do 60.º aniversário dos Tratados de Roma (1957-2017).



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Organizou, ainda, os concursos “Euroscola – Portugal Europeu ” e “Eu sou Europeu”, iniciativas, respetivamente, do Gabinete do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia em Portugal em que participaram escolas de todo o país e cujos prémios consistem em visitas às instituições europeias atribuídas às turmas vencedoras.

De relevar que, no seu conjunto, as diferentes atividades realizadas no contexto do EPE contemplaram mais de 84.580 cidadãos.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO III

**PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A UE E A ATIVIDADE
EDITORIAL**

A componente formativa é um dos eixos fundamentais de atuação do CIEJD, permitindo promover o conhecimento da UE junto de diferentes públicos.

Em 2017, o Centro desenvolveu um conjunto diversificado de conteúdos de apresentação sobre as temáticas europeias que constituem o suporte para a sua atividade de formação e animação pedagógica.

Foram realizadas 33 Aulas Jacques Delors (AJD), vocacionadas para os alunos do Ensino Pré-Escolar, Básico, Secundário e Profissional, que abrangeram um total de 763 alunos e 71 professores. As avaliações efetuadas confirmam a importância atribuída a esta atividade, que complementa os assuntos relativos à UE constantes dos “currícula” escolares, abordando a dinâmica do processo de construção europeia, os seus valores, a arquitetura institucional, o processo de decisão, a cidadania europeia e as políticas da União.

Foram, também, realizadas duas sessões no exterior, em Escolas cuja deslocação dos alunos era difícil, em que participaram 29 alunos e 4 professores.

O CIEJD reforçou, também, a sua ligação às Universidades, participando em projetos conjuntos como a Plataforma “Study in Lisbon” que tem como objetivo reforçar a posição da cidade como centro de conhecimento e de inovação.

Como parceiro deste projeto que associa, designadamente, a Câmara Municipal de Lisboa, as Universidades, o Instituto Politécnico de Lisboa, a FLAD (Fundação Luso Americana para o Desenvolvimento), a Fulbright Portugal e a “Erasmus Students Network”, o Centro promoveu esta iniciativa do Conselho da União Europeia em Bruxelas, em maio, na Jornada de Portas Abertas.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

O Centro é, ainda, conjuntamente com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, parceiro nacional do projeto Erasmus “European Awareness – AwarEU” que contempla a realização de um “European Awareness Day” (EAD) e de um conjunto de conteúdos preparados por este consórcio, com cursos sobre o projeto de construção europeia incluídos na Plataforma Virtual “Learning Environment” dirigidos aos cidadãos em geral, aos jovens, aos professores e a jornalistas.

O EAD deste projeto teve lugar no dia 14 de fevereiro, no Teatro Tivoli em Lisboa, com a realização do musical “Europa: que paixão!”, seguido de um debate sobre o futuro da Europa em que participaram cerca de 600 jovens.

Foi também dado seguimento à colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa (pelouro da Educação), no âmbito do projeto “Direitos Humanos: o Pilar da Formação em Cidadania”, que envolveu o envio de informação para as Escolas de Lisboa e para as Bibliotecas Municipais, bem como a realização de 10 sessões, abrangendo 256 alunos e 25 professores. No contexto desta iniciativa, o CIEJD foi convidado a integrar o júri do concurso que premiou os melhores trabalhos desenvolvidos por alunos dos diferentes níveis de ensino.

O Centro deu, ainda, continuidade ao Ciclo de Encontros “Tributo a Europeus Notáveis”, realizado em parceria com a Reitoria da Universidade de Lisboa, prestando tributo a Francisco Lucas Pires, eurodeputado e europeísta convicto.

A edição de obras que contribuam para a promoção do conhecimento e para o debate dos temas comunitários continua a ser uma aposta do CIEJD.

O Centro continuou a privilegiar a edição do concurso Prémio Jacques Delors, que procura destacar o melhor ensaio académico sobre temas da União Europeia.

Em 16 de novembro foram entregues dois Prémios Jacques Delors, relativos às edições 2015 e 2016, respetivamente às obras “A Política Externa de Segurança Comum da União Europeia no Tratado de Lisboa”, da autoria de Joana Brito Câmara, e “Segurança



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Energética Europeia, o Novo Papel do Atlântico e do Espaço Lusófono”, da autoria de Catarina Mendes Leal e José Manuel Félix Ribeiro.

O júri atribuiu ainda Menções Honrosas aos trabalhos “A Volatilidade eleitoral nos 28 Estados-membros da União Europeia desde 1945 a 2012” de Sofia Serra da Silva e “Contratação Pública Verde – Work in progress” de Ana Rita Franco da Silva Carneiro.

Após a receção das candidaturas ao Prémio Jacques Delors 2017, num total de 14 (o dobro face a 2016), foi também tomada a decisão sobre o vencedor do Prémio da edição deste ano que coube à obra “Mário Soares e a Europa. Pensamento e Ação” da autoria de Dina Sofia das Neves Sebastião, a ser entregue em 2018, juntamente com as Menções Honrosas atribuídas, em ex-aequo, aos trabalhos “A Europeização das Políticas de Emprego em Portugal” de Carla Valadas e Góis e “A Proteção dos Direitos Fundamentais pelo Direito da União Europeia – da Carta aos Estados, o enigma da Esfinge” de Sophie Perez Fernandes.

O CIEJD, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e a Assembleia da República, procedeu à revisão editorial da obra “Os Capítulos da Adesão”, editada em maio.

Programa de Bolsas de Estudo “José Medeiros Ferreira”

Atendendo à necessidade e à importância de existência de jovens qualificados em relações internacionais e questões europeias na Região Autónoma dos Açores, é atribuída, anualmente, a Bolsa de Estudo “José Medeiros Ferreira”, para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, homenageando o professor, investigador e político açoriano. No ano letivo 2017/2018 teve lugar a quinta edição.

Outras iniciativas

O Governo dos Açores assinalou o 60.º aniversário do Tratado de Roma e os 25 anos do Tratado de Maastricht com um ciclo de conferências no âmbito do programa Cidadania Europeia – Europa para os Açorianos. Contou com a presença de



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

personalidades das mais diversas áreas, nacionais e estrangeiras, e abordou temáticas desde a inovação ao desenvolvimento, cultura ou educação, além de outras questões, como a ultraperiferia, o mar e as novas centralidades dos Açores.

A Região Autónoma dos Açores associou-se às comemorações do Dia Europeu das Línguas com o intuito de alertar para a importância da aprendizagem das línguas e de diversificar a oferta linguística, de modo a incrementar o multilinguismo e a compreensão intercultural, promover, preservar e valorizar a riqueza da diversidade linguística e cultural da Europa e fomentar a aprendizagem de línguas ao longo da vida, dentro e fora da escola, seja para fins académicos ou profissionais, seja para fins de mobilidade ou por prazer e intercâmbio.

Os Açores participaram nas comemorações do Dia Europeu do Mar, tendo desenvolvido iniciativas sobre a literacia dos oceanos e organizado eventos de limpeza costeira e ações de sensibilização para o bom estado ambiental do oceano.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CAPÍTULO IV

BIBLIOTECA JACQUES DELORS

A Biblioteca Jacques Delors (BJD), espaço de conhecimento ao serviço dos cidadãos e da comunidade académica, acolheu e serviu, em 2017, 1.155 utilizadores (localmente e à distância). Num esforço contínuo de melhoria dos seus serviços e coleções, aumentou o seu catálogo bibliográfico (mais de 700 novos registos), reforçou a ligação a bibliotecas institucionais europeias e outras congéneres e registou 139 novos utilizadores.

O Protocolo de Cedência temporária da BJD à Universidade de Lisboa, celebrado em março de 2012 entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e esta Universidade, terminou em março de 2017. Dos cinco anos de colaboração é de destacar a excelente cooperação que se foi construindo entre as duas instituições, não só pela partilha do espaço mas principalmente pelas atividades conjuntas – seminários e conferências, exposições, sessões de formação, entre outras.

No seguimento da boa cooperação criada, foi dada continuidade ao protocolo entre as duas instituições tendo transitado a BJD e os Serviços de Documentação da Universidade de Lisboa (UL) para o Edifício Caleidoscópio, no Campo Grande, espaço recuperado que incluiu um grande centro académico da UL, aberto aos estudantes 24h/dia durante todo o ano.

Dados os constrangimentos de espaço na nova localização, houve que transferir grande parte da coleção da BJD para a Direção Geral de Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros. No novo espaço a BJD conta com um ponto de acesso à informação europeia, que permite aos seus utilizadores consultar as aquisições mais recentes e obter toda a informação europeia pertinente.

A BJD esteve presente na “Jornada de Portas Abertas” que ocorreu em maio no Edifício do Conselho em Bruxelas. O stand nacional foi assegurado com o apoio da



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia e do Turismo de Portugal.

Igualmente, no âmbito da colaboração com os Centros de Documentação Europeia e outras entidades foram realizadas duas sessões sobre “Fontes de Informação Europeia”, na Universidade de Aveiro e para a Associação Portuguesa de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho para o Desenvolvimento e Cooperação Internacional.

A BJD difundiu este ano oito “Flash BJD” para a sua comunidade de utilizadores ativos (cerca de 7.000). A comunicação da BJD assenta igualmente no Facebook, tendo registado 187 publicações e mais de 58.000 pessoas alcançadas. Assegurou a organização de algumas iniciativas, como o Ciclo de Tributo a Europeus Notáveis, elaborando bibliografias dos autores homenageados, e participou nos trabalhos que envolveram a entrega dos Prémios Jacques Delors 2015 e 2016.

As edições dos Prémios foram enviadas às Bibliotecas com quem a BJD tem acordado a permuta de publicações, acrescentando ainda as de oferta, sendo o total de 75 envios.

A disponibilização de materiais de divulgação do Serviço das Publicações da União Europeia (brochuras e posters) apoia atividades letivas e formativas de estabelecimentos de ensino e também de associações e bibliotecas. Em 2017, foram atendidos 45 pedidos, tendo sido facultados mais de 18.500 exemplares.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXOS



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO I

REPRESENTANTES PORTUGUESES

COMITÉ DAS REGIÕES

Em março foi nomeado Rui Bettencourt como membro suplente do Comité das Regiões (CdR), na sequência do termo do mandato de Rodrigo Vasconcelos de Oliveira. Em virtude da remodelação parcial do Governo Regional da Madeira, Mário Sérgio Quaresma Gonçalves Marques cessou funções como membro suplente no CdR e será oportunamente substituído por Paula Cristina de Araújo Cabaço da Silva.

Os membros efetivos António Bragança Fernandes e Luís Gomes e os membros suplentes Francisco Lopes e Américo Pereira deixaram de ser membros do CdR por perda de mandato nas últimas eleições autárquicas. Aguarda-se a nomeação dos substitutos.

Portugal conta agora com os seguintes membros no CdR para o mandato 2015-2020:

Membros efetivos: Miguel Filipe Albuquerque, Vasco Ilídio Alves Cordeiro, Álvaro Amaro, João Azevedo, Miguel Alves, José da Cunha Costa, Basílio Horta, Fernando Medina, Carlos Pinto de Sá, José Ribau Esteves.

Membros suplentes: Luís Antunes, Luís Correia, Vítor Guerreiro, Isaura Morais, António Pereira, Vítor Proença, Aníbal Reis Costa, Paulo Santos, Rui Bettencourt, Paula Cabaço.



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



S. R.
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
 Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO II

ATOS E ACORDOS NA ÁREA DA JUSTIÇA E DOS ASSUNTOS INTERNOS

ATOS LEGISLATIVOS

Regulamentos

Identificação	Assunto	Data
Regulamento (UE) 2017/371 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 do Conselho que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (revisão do mecanismo de suspensão).	1 de março de 2017 JO L 61, de 8.3.2017, p. 1-6
Regulamento (UE) 2017/372 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001, que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Geórgia).	1 de março de 2017 JO L 61 de 8.3.2017, p. 7-8
Regulamento (UE) 2017/458 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (UE) 2016/399 no que diz respeito ao reforço dos controlos nas fronteiras externas por confronto com as bases de dados pertinentes.	15 de março de 2017 JO L 74, de 18.3.2017, p. 1-7
Regulamento (UE) 2017/850 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação (Ucrânia).	17 de maio de 2017 JO L 133, de 22.5.2017, p. 1-3



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Regulamento (UE) 2017/1370 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (CE) n.º 1683/95 do Conselho que estabelece um modelo-tipo de visto.	4 de julho de 2017 JO L 198, de 28.7.2017, p. 24-28
Regulamento (UE) 2017/1939 do Conselho	Dá execução a uma cooperação reforçada para a instituição da Procuradoria Europeia.	12 de outubro de 2017 JO L 283, de 31.10.2017, p. 1-71
Regulamento (UE) 2017/1954 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (CE) n.º 1030/2002 que estabelece um modelo uniforme de título de residência para os nacionais de países terceiros.	25 de outubro de 2017 JO L 286, de 1.11.2017, p. 9-14
Regulamento (UE) 2017/2225 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera o Regulamento (UE) 2016/399 no que respeita à utilização do Sistema de Entrada/Saída.	30 de novembro de 2017 JO L 327, de 9.12.2017, p. 1-19
Regulamento (UE) 2017/2226 do Parlamento Europeu e do Conselho	Estabelece o Sistema de Entrada/Saída (SES) para registo dos dados das entradas e saídas e dos dados das recusas de entrada dos nacionais de países terceiros aquando da passagem das fronteiras externas dos Estados-Membros, que determina as condições de acesso ao SES para efeitos de aplicação da lei, e que altera a Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen e os Regulamentos (CE) n.º 767/2008 e (UE) n.º 1077/2011.	30 de novembro de 2017 JO L 327, de 9.12.2017, p. 20-82

Diretivas

Identificação	Assunto	Data
---------------	---------	------



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Diretiva (UE) 2017/541 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativa à luta contra o terrorismo e que substitui a Decisão-Quadro 2002/475/JAI do Conselho e altera a Decisão 2005/671/JAI do Conselho.	15 de março de 2017 JO L 88 de 31.03.2017, p. 6-21
Diretiva (UE) 2017/853 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera a Diretiva 91/477/CEE do Conselho relativa ao controlo da aquisição e da detenção de armas.	17 de maio de 2017 JO L 137 de 24.05.2017, p. 22-39
Diretiva (UE) 2017/1371 do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal.	5 de julho de 2017 JO L 198 de 28.7.2017, p. 29-41
Diretiva (UE) 2017/2103 do Parlamento Europeu e do Conselho	Altera a Decisão-Quadro 2004/757/JAI do Conselho a fim de incluir novas substâncias psicoativas na definição de droga e revoga a Decisão 2005/387/JAI do Conselho.	15 de novembro de 2017 JO L 305 de 21.11.2017, p. 12-18

Decisões

Identificação	Assunto	Data
Decisão (UE) 2017/232 do Conselho	Relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo entre a União Europeia e a República de Quiribáti sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração	7 de fevereiro de 2017 JO L 36 de 11.2.2017, p. 1-2
Decisão (UE) 2017/234 do Conselho	Relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e os Estados Federados da Micronésia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração	7 de fevereiro de 2017 JO L 36 de 11.2.2017, p. 5-6
Decisão (UE) 2017/235 do Conselho	Relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e as Ilhas Salomão sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração,	7 de fevereiro de 2017 JO L 36 de 11.2.2017, p. 7-8



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Decisão (UE) 2017/232 do Conselho	Relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e Tuvalu sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração,	7 de fevereiro de 2017 JO L 35 de 10.2.2017, p. 1-2
Decisão (UE) 2017/232 do Conselho	Relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República das Ilhas Marshall sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração	7 de fevereiro de 2017 JO L 36 de 11.2.2017, p. 3-4
Decisão (UE) 2017/449 do Conselho	Relativa à posição a adotar em nome da União Europeia, na sexagésima sessão da Comissão dos Estupefacientes, sobre as substâncias incluídas na Convenção Única sobre os Estupefacientes de 1961, alterada pelo Protocolo de 1972, e na Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas de 1971.	7 de março de 2017 JO L 69 de 15.3.2017, p. 25-30
Decisão (UE) 2017/865 do Conselho	Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica no que diz respeito a matérias relativas à cooperação judiciária em matéria penal	de 11 de maio de 2017 JO L 131 de 20.5.2017, p. 11-12
Decisão (UE) 2017/866 do Conselho	Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica no que diz respeito ao asilo e à não repulsão.	11 maio de 2017 JO L 131 de 20.5.2017, p. 13-14
Decisão (UE) 2017/1249 do Conselho	Respeitante à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e o Reino da Noruega sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	, de 16 de junho de 2017 JO L 179 de 12.7.2017, p. 1-2
Decisão (UE) 2017/1908 do Conselho	Relativa à aplicação das disposições do acervo de Schengen respeitantes ao Sistema de Informação sobre Vistos na República da Bulgária e na Roménia.	12 de outubro de 2017 JO L 269 de 19.10.2017, p. 39-43



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Decisão (UE) 2017/1947 do Conselho	Define a posição a tomar, em nome da União Europeia, no âmbito do Comité Misto criado ao abrigo do Acordo entre a União Europeia e a República da Arménia sobre a facilitação da emissão de vistos no que diz respeito à adoção de diretrizes comuns para a aplicação desse Acordo.	23 de outubro de 2017 JO L 276 de 26.10.2017, p. 44–59
Decisão (UE) 2017/2269 do Conselho	Estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para 2018-2022.	7 de dezembro de 2017 JO L 326 de 09.12.2017, p. 1-4

ATOS NÃO LEGISLATIVOS

Atos de Execução

Identificação	Assunto	Data
Regulamento de Execução (UE) 2017/150 do Conselho	Dá execução ao artigo 2.º, n.º 3, do Regulamento (CE) n.º 2580/2001, relativo a medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo dirigidas contra determinadas pessoas e entidades, e que revoga o Regulamento de Execução (UE) 2016/1127.	27 de janeiro de 2017 JO L 23 de 28.1.2017, p. 3–61
Regulamento de Execução (UE) 2017/246 do Conselho	Estabelece uma recomendação para o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen.	7 de fevereiro de 2017 JO L 36 de 11.2.2017, p. 59-61
Decisão de Execução (UE) 2017/290 do Conselho	Altera a Decisão 2009/935/JAI no que respeita à lista de Estados terceiros e organizações com os quais a Europol deve celebrar acordos	17 de fevereiro de 2017 JO L 42 de 18.2.2017, p. 17–18
Decisão de Execução (UE) 2016/369 do Conselho	Submete a metil 2- [[1 (ciclo hexilmetil) 1H indol 3 carbonil]amino] 3,3 dimetilbutanoato (MDMB CHMICA) a medidas de controlo.	27 de fevereiro de 2017 JO L 56 de 3.3.2017, p. 210–212



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Decisão de Execução (UE) 2017/818 do Conselho	Estabelece uma recomendação para o prolongamento dos controlos temporários nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen.	11 de maio de 2017 JO L 122 de 13.5.2017, p. 73-75
Decisão de Execução (UE) 2017/1774 do Conselho	Submete a substância psicoativa N-(1-fenilpiperidin-4-il)-N-fenilacrilamida a medidas de controlo.	25 de setembro de 2017 JO L 251 de 29.9.2017, p. 21-22

Outros Atos não Legislativos

Formações do Conselho	Assunto	Data
Assuntos Gerais	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a antiga República jugoslava da Macedónia sobre as ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no território da antiga República jugoslava da Macedónia.	7 de março de 2017
Assuntos Gerais	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República da Sérvia sobre as ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no território da República da Sérvia.	7 de março de 2017
Assuntos Gerais	Conclusões do Conselho sobre o Mecanismo de Cooperação e de Verificação.	7 de março de 2017
Justiça e Assuntos internos	Conclusões do Conselho sobre a prossecução do ciclo político da UE para lutar contra a criminalidade internacional grave e organizada no período de 2018 a 2021.	27 e 28 de março de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República Popular da China com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República Popular da China sobre a facilitação da emissão de vistos de curta duração.	27 e 28 de março de 2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o Relatório Especial n.º 33/2016 do Tribunal de Contas Europeu – "Mecanismo de Proteção Civil da União: a coordenação das respostas a catástrofes fora da UE tem sido geralmente eficaz".	8 e 9 de junho de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre a criação de uma rede informal de peritos competentes no domínio da identificação de vítimas de catástrofes.	8 e 9 de junho de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre a via a seguir para melhorar o intercâmbio de informações e garantir a interoperabilidade dos sistemas de informação da UE.	8 e 9 de junho de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho que recomendam a realização de controlos de segurança em caso de migração irregular.	8 e 9 de junho de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o aumento dos regressos e readmissões de nacionais de países terceiros em situação irregular.	8 e 9 de junho de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho da União Europeia e dos representantes dos Governos dos Estados-Membros sobre a proteção das crianças migrantes.	8 e 9 de junho de 2017
Agricultura e Pescas	Decisão do Conselho respeitante à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação a título provisório do Acordo entre a União Europeia e a Islândia sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	12 de junho de 2017
Agricultura e Pescas	Acordo entre a União Europeia e a Islândia sobre normas complementares relativas ao instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e vistos, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, para o período de 2014 a 2020.	12 de junho de 2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre a revisão intercalar da Estratégia Renovada de Segurança Interna da União Europeia para 2015-2020.	12 e 13 de outubro de 2017
Negócios Estrangeiros	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a Bósnia-Herzegovina com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a Bósnia-Herzegovina sobre as ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no território deste país.	16 de outubro de 2017
Negócios Estrangeiros	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com a República da Albânia com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e a República da Albânia sobre as ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no território deste país.	16 de outubro de 2017
Negócios Estrangeiros	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações com o Montenegro com vista à celebração de um acordo entre a União Europeia e o Montenegro sobre as ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira no território deste país.	16 de outubro de 2017
Assuntos Gerais	Conclusões do Conselho sobre a comunicação conjunta da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Resiliência, dissuasão e defesa: reforçar a cibersegurança na UE.	20 de novembro de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o reforço da resposta da União Europeia aos riscos QBRN, a redução do acesso a precursores de explosivos e a proteção dos espaços públicos.	7 e 8 de dezembro de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o reforço da rede ATLAS.	7 e 8 de dezembro de 2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o desenvolvimento dos Gabinetes SIRENE no âmbito do Sistema de Informação Schengen.	7 e 8 de dezembro de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Roteiro sobre o intercâmbio de informações e a interoperabilidade.	7 e 8 de dezembro de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Conclusões do Conselho sobre o reforço da cooperação entre a União Europeia e a Ucrânia em matéria de segurança interna.	7 e 8 de dezembro de 2017
Justiça e Assuntos Internos	Decisão do Conselho que autoriza a abertura de negociações de um acordo entre a União Europeia e o Canadá para a transferência e utilização dos registos de identificação dos passageiros (PNR) ("Acordo PNR UE Canadá") e respetiva adenda.	7 e 8 de dezembro de 2017
Assuntos Gerais	Conclusões do Conselho sobre o Mecanismo de Cooperação e de Verificação.	12 de dezembro de 2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

ANEXO III

Diretivas da União Europeia transpostas para o ordenamento jurídico português em 2017

MINISTÉRIO	DIRETIVA	DIPLOMA DE TRANSPOSIÇÃO
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS	Diretiva 2014/57/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa às sanções penais aplicáveis ao abuso de informação privilegiada e à manipulação de mercado.	Lei n.º 28/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva de Execução (UE) 2015/2392 da Comissão, de 17 de dezembro de 2015, relativa ao Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere à comunicação, às autoridades competentes, de informações sobre infrações efetivas ou potenciais a esse regulamento.	Lei n.º 28/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva 2013/50/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, que altera a Diretiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à harmonização dos requisitos de transparência no que se refere às informações respeitantes aos emitentes cujos valores mobiliários estão admitidos à negociação num mercado regulamentado, a Diretiva 2003/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao prospeto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação e a Diretiva 2007/14/CE da Comissão que estabelece as normas de execução de determinadas disposições da Diretiva 2004/109/CE (Diretiva Transparência).	Lei n.º 28/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva 2014/17/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) no 1093/2010 (Diretiva Crédito Hipotecário).	Decreto-Lei nº 74-A/2017, de 24 de junho Diário da República I Série n.º 120/2017, 1.º Suplemento Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho Diário da República I Série n.º 130/2017. 2.º Suplemento.
	Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, que altera a Diretiva 2013/34/UE no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.	Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28.07 Diário da República I Série n.º 145/2017
	Diretiva (UE) 2016/2258 do Conselho, de 6 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita ao acesso às informações antibranaqueamento de capitais por parte	Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto Diário da República I Série n.º 159/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	das autoridades fiscais.	
	Diretiva (UE) 2015/2376 do Conselho, de 8 de dezembro de 2015, que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade.	Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto Diário da República I Série n.º 163/2017
	Diretiva (UE) 2016/881 do Conselho, de 25 de maio de 2016, que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade.	Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto Diário da República I Série n.º 163/2017
	Diretiva 2014/91/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2009/65/CE que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM), no que diz respeito às funções dos depositários, às políticas de remuneração e às sanções (OICVM V ou UCITS V).	Lei n.º 104/2017, de 30 de agosto Diário da República I Série n.º 167/2017
	Diretiva 2014/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, relativa à comparabilidade das comissões relacionadas com as contas de pagamento, à mudança de conta de pagamento e ao acesso a contas de pagamento com características básicas.	Lei n.º 107/2017, de 30 de agosto Diário da República I Série n.º 167/2017
	Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, e que revoga a Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2006/70/CE da Comissão.	Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto Diário da República I Série n.º 159/2017 Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto Diário da República I Série n.º 160/2017,
	Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II) (Reformulação).	Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Diário da República I Série n.º 176 Decreto-Lei n.º 127/2017, de 9 de outubro Diário da República I Série n.º 194/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2014/51/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 16 de abril de 2014, que altera as Diretivas 2003/71/CE e 2009/138/CE e os Regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 1094/2010 e (UE) n.º 1095/2010 no que respeita às competências da Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma) e da Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) (OMNIBUS II).	Decreto-Lei n.º 124/2015, de 7 de julho Diário da República I Série n.º 130 Lei n.º 147/2015, de 9 setembro Diário da República I Série n.º 176 Decreto-Lei n.º 127/2017, de 9 de outubro Diário da República I Série n.º 194/2017
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL	Diretiva (UE) 2017/433 da Comissão, de 7 de março de 2017, que altera a Diretiva 2009/13/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de maio de 2009, no que respeita à lista de produtos relacionados com a defesa constantes da Lista Militar comum da União Europeia.	Decreto-Lei n.º 56/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	Diretiva 2014/28/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização no mercado e ao controlo dos explosivos para utilização civil (reformulação).	Decreto-Lei n.º 9/2017, de 10 janeiro Diário da República I Série n.º 7
	Diretiva 2014/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa às condições de entrada e de permanência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal.	Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto Diário da República I Série n.º 165/2017
	Diretiva 2014/66/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa às condições de entrada e residência de nacionais de países terceiros no quadro de transferências dentro das empresas.	Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto Diário da República I Série n.º 165/2017
	Diretiva (UE) 2016/801 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de maio de 2016, relativa às condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de investigação, de estudos, de formação, de voluntariado, de programas de intercâmbio de estudantes, de projetos educativos e de colocação "au pair".	Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto Diário da República I Série n.º 165/2017
	Decisão-Quadro 2008/913/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008, relativa à luta por via do direito penal contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia.	Lei n.º 94/2017, de 23 de agosto Diário da República I Série n.º 162/2017
	Decisão 2008/615/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a	Lei 46/2017, de 5 de julho Diário da República I Série n.º 128/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	criminalidade transfronteiras.	Lei n.º 67/2017, de 9 de agosto Diário da República I Série n.º 153/2017
	Decisão 2008/616/JAI do Conselho, de 23 de junho de 2008, referente à execução da Decisão 2008/615/JAI, relativa ao aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e da criminalidade transfronteiras.	Lei n.º 46/2017, de 5 de julho Diário da República I Série n.º 128/2017 Lei n.º 67/2017, de 9 de agosto Diário da República I Série n.º 153/2017
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	Diretiva 2014/42/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, sobre o congelamento e a perda dos instrumentos e produtos do crime na União Europeia.	Lei n.º 30/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva 2014/41/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à decisão europeia de investigação em matéria penal.	Lei n.º 88/2017, de 21 de agosto. Diário da República I Série n.º 160/2017
	Diretiva (UE) 2016/343 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2016, relativa ao reforço de certos aspetos da presunção de inocência e do direito de comparecer em julgamento em processo penal.	Enviada Tabela de Correspondência e Nota Explicativa em 22.09.2017 (já contemplada na legislação nacional)
MINISTÉRIO DA CULTURA	Diretiva 2014/26/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multiterritoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno.	Decreto-Lei n.º 100/2017, de 23 de agosto Diário da República I Série n.º 162/2017
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR	Diretiva 2014/87/Euratom do Conselho, de 8 de julho de 2014, que altera a Diretiva 2009/71/Euratom que estabelece um quadro comunitário para a segurança nuclear das instalações nucleares.	Decreto-Lei n.º 135/2017, de 20 de outubro Diário da República I Série n.º 203/2017
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	Diretiva 2013/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de novembro de 2013, que altera a Diretiva 2005/36/CE relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais e o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno ("Regulamento IMI").	Lei n.º 26/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva 2014/54/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa a medidas destinadas a facilitar o exercício dos direitos conferidos aos trabalhadores no contexto da livre circulação de trabalhadores.	Lei n.º 27/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2014/67/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, respeitante à execução da Diretiva 96/71/CE relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços e que altera o Regulamento (UE) n.º 1024/2012 relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno ("Regulamento IMI").	Lei n.º 29/2017, de 30 de maio Diário da República I Série n.º 104
	Diretiva 2014/112/UE do Conselho, de 19 de dezembro de 2014, que aplica o Acordo Europeu relativo a aspetos específicos da organização do tempo de trabalho no setor do transporte por vias navegáveis interiores, celebrado pela União Europeia dos Transportes por Vias Navegáveis Interiores (EBU), a Organização Europeia de Transportadores Fluviais (ESO) e a Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF).	Não necessita de transposição.
	Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (campos eletromagnéticos) (20.a diretiva especial na aceção do artigo 16.º, n.º 1, da Diretiva 89/391/CEE) e que revoga a Diretiva 2004/40/CE.	Lei n.º 64/2017, de 7 de agosto Diário da República I Série n.º 151/2017
MINISTÉRIO DA SAUDE	Diretiva (UE) 2016/1214 da Comissão, de 25 de julho de 2016, que altera a Diretiva 2005/62/CE no que se refere a normas e especificações do sistema de qualidade dos serviços de sangue.	Decreto-Lei n.º 86/2017, de 27 de julho Diário da República I Série n.º 144
	Diretiva 2015/565/UE da Comissão, de 8 de abril de 2015, que altera a Diretiva 2006/86/CE no que se refere a certos requisitos técnicos para a codificação dos tecidos e células de origem humana.	Lei n.º 99/2017, de 25 de agosto Diário da República I Série n.º 164/2017
	Diretiva 2015/566/UE da Comissão, de 8 de abril de 2015, que aplica a Diretiva 2004/23/CE no que diz respeito aos procedimentos de verificação da equivalência das normas de qualidade e segurança dos tecidos e células importados.	Lei n.º 99/2017, de 25 de agosto Diário da República I Série n.º 164/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS	Diretiva (UE) 2016/882 da Comissão, de 1 de junho de 2016, que altera a Diretiva 2007/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos requisitos linguísticos.	Decreto-Lei n.º 24/2017, de 1 de março. Diário da República I Série n.º 43
	Diretiva 2014/53/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização de equipamentos de rádio no mercado e que revoga a Diretiva 1999/5/CE.	Decreto-Lei n.º 57/2017, de 9 de março Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva 2014/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa a medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito.	Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho Diário da República I Série n.º 146
	Diretiva (UE) 2016/2309 da Comissão, de 16 de dezembro de 2016, que adapta pela quarta vez ao progresso científico e técnico os anexos da Diretiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas.	Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 1º Suplemento
	Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão.	Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento
	Diretiva 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE.	Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento
	Diretiva 2014/25/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE.	Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento
	Diretiva 2014/55/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à faturação eletrónica nos contratos públicos.	Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento
	Diretiva (UE) 2015/719 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015, que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade.	Decreto-Lei n.º 132/2017, de 11 de outubro Diário da República I Série n.º 196/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2014/45/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à inspeção técnica periódica dos veículos a motor e dos seus reboques e que revoga a Diretiva 2009/40/CE.	Decreto-Lei n.º 144/2017, de 29 de novembro Diário da República I Série n.º 230/2017
	Diretiva 2014/47/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, relativa à inspeção técnica na estrada dos veículos comerciais que circulam na União e que revoga a Diretiva 2000/30/CE.	Decreto-Lei n.º 144/2017, de 29 de novembro Diário da República I Série n.º 230/2017
	Diretiva (UE) 2016/1106 da Comissão, de 7 de julho de 2016, que altera a Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à carta de condução.	Decreto-Lei n.º 151/2017, de 7 de dezembro Diário da República I Série n.º 235/2017
	Diretiva 2014/46/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014, que altera a Diretiva 1999/37/CE do Conselho relativa aos documentos de matrícula dos veículos.	Decreto-Lei n.º 152-A/2017, de 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 1º Suplemento
MINISTÉRIO DA ECONOMIA	Diretiva 2014/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização no mercado de material elétrico destinado a ser utilizado dentro de certos limites de tensão.	Decreto-Lei n.º 21/2017, de 21 de fevereiro Diário da República I Série n.º 37
	Diretiva 2014/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à compatibilidade eletromagnética (reformulação).	Decreto-Lei n.º 31/2017, de 22 de março Diário da República I Série n.º 58
	Diretiva 2014/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização de recipientes sob pressão simples no mercado.	Decreto-Lei n.º 37/2017, de 29 de março Diário da República I Série n.º 63
	Diretiva 2014/31/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização de instrumentos de pesagem não automáticos no mercado.	Decreto-Lei n.º 43/2017, de 18 de abril Diário da República I Série n.º 76/2017
	Diretiva 2014/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização no mercado de instrumentos de medição (reformulação).	Decreto-Lei n.º 45/2017, de 27 de abril Diário da República I Série n.º 82/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva Delegada (UE) 2015/13 da Comissão, de 31 de outubro de 2014, que altera o anexo III da Diretiva 2014/32/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito à gama de caudais dos contadores de água.	Decreto-Lei n.º 45/2017, de 27 de abril Diário da República I Série n.º 82/2017
	Diretiva 2014/94/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativa à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos.	Decreto-Lei n.º 60/2017, de 09 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva 2014/33/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante a ascensores e componentes de segurança para ascensores.	Decreto-Lei n.º 58/2017, de 09 de junho. Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva (UE) 2015/2115 da Comissão, de 23 de novembro de 2015, que altera, para efeitos de adoção de valores-limite específicos para os produtos químicos utilizados em brinquedos, o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito à formamida.	Decreto-Lei n.º 59/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112/2017
	Diretiva (UE) 2015/2116 da Comissão, de 23 de novembro de 2015, que altera, para efeitos de adoção de valores-limite específicos para os produtos químicos utilizados em brinquedos, o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito à benzisotiazolinona.	Decreto-Lei n.º 59/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112/2017
	Diretiva (UE) 2015/2117 da Comissão, de 23 de novembro de 2015, que altera, para efeitos de adoção de valores-limite específicos para os produtos químicos utilizados em brinquedos, o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito à clorometilisotiazolinona e à metilisotiazolinona, tanto individualmente como numa proporção de 3:1.	Decreto-Lei n.º 59/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112/2017
	Diretiva (UE) 2015/652 do Conselho, de 20 de abril de 2015, que estabelece métodos de cálculo e requisitos em matéria de apresentação de relatórios nos termos da Diretiva 98/70/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel.	Decreto-Lei n.º 91/2017, de 28 de julho Diário da República I Série n.º 145/2017
	Diretiva 2014/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros relativa a aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas (reformulação).	Decreto-Lei n.º 111-C/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva 2014/68/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa à harmonização da legislação dos Estados-membros respeitante à disponibilização de equipamentos sob pressão no mercado. (reformulação).	Decreto-Lei n.º 111-D/2017, de 31 de agosto Diário da República I Série n.º 168/2017, 2º Suplemento
	Diretiva (UE) 2016/2037 da Comissão, de 21 de novembro de 2016, que altera a Diretiva 75/324/CEE do Conselho no que diz respeito à pressão máxima admissível das embalagens aerossóis e a fim de adaptar as suas disposições de rotulagem ao Regulamento (CE) n.º 1272/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e misturas.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva (UE) 2017/738 do Conselho, de 27 de março de 2017, que altera, para fins de adaptação ao progresso técnico, o anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que respeita ao chumbo.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva (UE) 2017/774 da Comissão, de 03 de maio de 2017, que altera, para fins de adoção de valores-limite específicos para os produtos químicos utilizados em brinquedos, o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito ao fenol.	Decreto-Lei n.º 137/2017 08 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva (UE) 2017/898 da Comissão, de 24 de maio de 2017, que altera, para efeitos de adoção de valores-limite específicos para os produtos químicos utilizados em brinquedos, o apêndice C do anexo II da Diretiva 2009/48/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à segurança dos brinquedos, no que diz respeito ao bisfenol A.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva (UE) 2015/1513 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva 98/70/CE relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel e a Diretiva 2009/28/CE relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.	Decreto-Lei n.º 152-C/2017, 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 2º Suplemento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO DO AMBIENTE	Diretiva (UE) 2015/1480 da Comissão, de 28 de agosto de 2015, que altera vários anexos das Diretivas 2004/107/CE e 2008/50/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, que estabelecem as regras relativas aos métodos de referência, à validação dos dados e à localização dos pontos de amostragem para a avaliação da qualidade do ar ambiente.	Decreto-Lei n.º 47/2017, de 10 de maio Diário da República I Série n.º 90
	Diretiva Delegada (UE) 2016/585 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2016, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo IV da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a uma isenção para a utilização de chumbo, cádmio, crómio hexavalente e éteres difenólicos polibromados (PBDE) em peças sobresselentes recuperadas de dispositivos médicos ou de microscópios eletrónicos e utilizadas na reparação ou na renovação desses equipamentos.	Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva Delegada (UE) 2016/1028 da Comissão, de 19 de abril de 2016, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo IV da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita a uma isenção para a utilização de chumbo em soldas de ligações elétricas para sensores de medição da temperatura instalados em determinados dispositivos.	Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva Delegada (UE) 2016/1029 da Comissão, de 19 de abril de 2016, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo IV da Diretiva 2011/65/UE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante a uma isenção relativa aos ânodos de cádmio das células Hersch para determinados sensores de oxigénio utilizados em instrumentos industriais de monitorização e controlo.	Decreto-Lei n.º 61/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva Delegada (UE) 2017/1009 da Comissão, de 13 de março de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de cádmio e de chumbo em vidros para filtrantes e vidros utilizados para padrões de refletância.	Decreto-Lei n.º 137/2017 de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva Delegada (UE) 2017/1010 da Comissão, de 13 de março de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de chumbo em casquilhos e buchas de chumaceiras de determinados compressores com refrigerantes.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva Delegada (UE) 2017/1011 da Comissão, de 15 de março de 2017, que altera, para efeitos de adaptação ao progresso técnico, o anexo III da Diretiva 2011/65/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito a uma isenção relativa à utilização de chumbo em vidros brancos para aplicações óticas.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva (UE) 2015/412 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, que altera a Diretiva 2001/18/CE no que se refere à possibilidade de os Estados-membros limitarem ou proibirem o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM) no seu território.	Não necessita de transposição.
	Diretiva (UE) 2015/1787 da Comissão, de 6 de outubro de 2015, que altera os anexos II e III da Diretiva 98/83/CE do Conselho relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano.	Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro Diário da República I Série n.º 235/2017
	Diretiva 2014/52/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, que altera a Diretiva 2011/92/UE relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.	Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 1º Suplemento
	Diretiva (UE) 2015/720 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015, que altera a Diretiva 94/62/CE no que diz respeito à redução do consumo de sacos de plástico leves.	Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 2º Suplemento
	Diretiva (UE) 2016/774 da Comissão, de 18 de maio de 2016, que altera o anexo II da Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida.	Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 2º Suplemento
	Diretiva (UE) 2017/2096 da Comissão de 15 de novembro de 2017 que altera o anexo II da Diretiva 2000/53/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos veículos em fim de vida.	Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro Diário da República I Série n.º 236/2017, 2º Suplemento



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	Diretiva de Execução (UE) 2015/1168 da Comissão, de 15 de julho de 2015, que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.	Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril Diário da República I Série nº 69
	Diretiva de Execução (UE) 2015/1955 da Comissão, de 29 de outubro de 2015, que altera os anexos I e II da Diretiva 66/402/CEE do Conselho relativa à comercialização de sementes de cereais.	Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril Diário da República I Série nº 69
	Diretiva de Execução (UE) 2016/11 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, que altera o anexo II da Diretiva 2002/57/CE do Conselho relativa à comercialização de sementes de plantas oleaginosas e de fibras.	Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril Diário da República I Série nº 69
	Diretiva de Execução (UE) 2016/317 da Comissão, de 3 de março de 2016, que altera as Diretivas 66/401/CEE, 66/402/CEE, 2002/54/CE, 2002/55/CE, 2002/56/CE e 2002/57/CE relativamente ao rótulo oficial das embalagens de sementes.	Decreto-Lei n.º 42/2017, de 6 de abril Diário da República I Série nº 69
	Diretiva (UE) 2015/2203 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros respeitantes a caseínas e caseinatos destinados à alimentação humana e que revoga a Diretiva 83/417/CEE do Conselho.	Decreto-Lei n.º 62/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva de Execução 2014/96/UE da Comissão, de 15 de outubro de 2014, relativa aos requisitos em matéria de rotulagem, selagem e acondicionamento de material de propagação de fruteiras e de fruteiras destinadas à produção de frutos, abrangidos pelo âmbito da Diretiva 2008/90/CE.	Decreto-Lei n.º 82/2017, de 18 de julho Diário da República I Série n.º 137



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Diretiva de Execução 2014/97/UE da Comissão, de 15 de outubro de 2014, que dá execução à Diretiva 2008/90/CE do Conselho no que se refere ao registo dos fornecedores e das variedades e à lista comum das variedades.	Decreto-Lei n.º 82/2017, de 18 de julho Diário da República I Série n.º 137
	Diretiva de Execução 2014/98/UE da Comissão, de 15 de outubro de 2014, que dá execução à Diretiva 2008/90/CE do Conselho no se refere aos requisitos específicos aplicáveis aos géneros e às espécies de fruteiras referidos no anexo I, aos requisitos específicos aplicáveis aos fornecedores e às normas de execução relativas às inspeções oficiais.	Decreto-Lei n.º 82/2017, de 18 de julho Diário da República I Série n.º 137
	Diretiva de Execução (UE) 2016/1914 da Comissão, de 31 de outubro de 2016, que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE que estabelecem regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas.	Decreto-Lei n.º 116/2017, de 11 de setembro Diário da República I Série n.º 175/2017
	Diretiva de Execução (UE) 2016/2109 da Comissão, de 1 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 66/401/CEE do Conselho no que diz respeito à inclusão de novas espécies e à designação botânica da espécie <i>Lolium x boucheanum</i> Kunth.	Decreto-Lei n.º 116/2017, de 11 de setembro Diário da República I Série n.º 175/2017
	Diretiva (UE) 2016/1855 da Comissão, de 19 de outubro de 2016, que altera a Diretiva 2009/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros sobre os solventes de extração utilizados no fabrico de géneros alimentícios e dos respetivos ingredientes.	Decreto-Lei n.º 137/2017 de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017
	Diretiva de Execução (UE) 2017/1279 da Comissão, de 14 de julho de 2017, que altera os anexos I a V da Diretiva 2000/29/CE do Conselho relativa às medidas de proteção contra a introdução na Comunidade de organismos prejudiciais aos vegetais e produtos vegetais e contra a sua propagação no interior da Comunidade.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

MINISTÉRIO DO MAR	Diretiva 2014/90/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, relativa aos equipamentos marítimos e que revoga a Diretiva 96/98/CE do Conselho.	Decreto-Lei n.º 63/2017, de 9 de junho Diário da República I Série n.º 112
	Diretiva (UE) 2015/2087 da Comissão, de 18 de novembro de 2015, que altera o anexo II da Diretiva 2000/59/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos meios portuários de receção de resíduos gerados em navios e de resíduos da carga.	Decreto-Lei n.º 83/2017, de 18 de julho Diário da República I Série n.º 137
	Diretiva (UE) 2016/844 da Comissão, de 27 de maio de 2016, que altera a Diretiva 2009/45/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às regras e normas de segurança para os navios de passageiros.	Decreto-Lei n.º 134/2017, de 19 de outubro Diário da República I Série n.º 202/2017
	Diretiva (UE) 2017/845 da Comissão, de 17 de maio de 2017, que altera a Diretiva 2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita à lista indicativa de elementos a ter em conta na elaboração das estratégias marinhas.	Decreto-Lei n.º 137/2017, de 8 de novembro Diário da República I Série n.º 215/2017



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Anexo IV

Participação de Portugal no contencioso da União Europeia em 2017

(Informação mais detalhada sobre os processos poderá ser consultada em <http://curia.europa.eu/juris/recherche.jsf?language=pt>)

1. Processos de reenvio prejudicial (TJUE)				
N.º Processo	Origem do tribunal de reenvio	Domínio e Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-525-16 Meo	Portugal	Concorrência - Posição dominante	Conclusões do Advogado Geral 20/12/2017	M. Economia AdC
C-519-16 Superfoz	Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura e Pescas • Aproximação das legislações • Saúde pública 	Rectificação do Acórdão 14/09/2017	M. Agricultura
C-538-16 Devine	Alemanha Landgericht Frankfurt am Main	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 15/02/2017	M. Justiça
C-615-16 Kerr	Portugal Supremo Tribunal Administrativo	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Despacho 21/11/2017	M. Finanças
C-492-16 Incite Corporation	Hungria Fővárosi Törvényszék	Aproximação das legislações Propriedade intelectual, industrial e comercial Agricultura e Pescas Legislação fitossanitária	Acórdão 20/12/2017	M. Justiça INPI
C-596-16 Di Puma	Itália Corte suprema di cassazione	Direitos fundamentais Carta dos direitos fundamentais	Conclusões 12/09/2017	M. Finanças CMVM



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-594-16 Buccioni	Itália Consiglio di Stato	Liberdade de estabelecimento Política económica e monetária Princípios, objetivos e missões dos Tratados Aproximação das legislações	Observações 14/03/2017	M. Finanças B. Portugal
C-683/16 Deutscher Naturschutzring, Dachverband und Umweltschutzverbände	Alemanha Verwaltungsgericht Köln	Agricultura e Pescas	Conclusões 25/01/2018	M. Mar
C-8/17 Biosafe	Portugal Supremo Tribunal de Justiça	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Conclusões 30/11/2017	M. Finanças
C-672/16 Imofloresmina	Portugal Centro de Arbitragem Administrativa	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Observações 19/04/2017	M. Finanças
C-16/17 TGE Gas Engineering	Portugal Centro de Arbitragem Administrativa	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Observações 19/04/2017	M. Finanças
C-3/17 Sporting Odds Limited	Hungria Fővárosi Közigazgatási és Munkaügyi Bíróság	Livre prestação de serviços	Observações 19/04/2017	M. Trabalho Santa Casa
C-20/17 Oberle	Alemanha Kammergericht Berlin	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 19/04/2017	M. Justiça
C-71/17 Vicente Fernandes	Portugal Supremo Tribunal de Justiça	Aproximação das legislações	Observações 15/05/2017	M. Finanças
C-80-17 Fundo de Garantia Automóvel	Portugal Supremo Tribunal de Justiça	Livre prestação de serviços Aproximação das legislações	Observações 29/05/2017	M. Finanças



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-88/17 Zurich Insurance e Metso Minerals	Finlândia Korkein oikeus	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 30/05/2017	M. Justiça
C-90/17 Turbogás	Portugal CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa	Energia Fiscalidade	Observações 30/05/2017	M. Finanças
C-102/17 Secretaria Regional de Saúde dos Açores	Portugal Tribunal de Contas	Liberdade de estabelecimento Livre prestação de serviços Aproximação das legislações	Tomada de posição sobre a fase oral 15/09/2017	M. P. Infraestruturas R. A. Açores
C-131/17 Cunha Martins	Portugal Tribunal da Relação do Porto	Direitos fundamentais Carta dos direitos fundamentais	Despacho 23/11/2017	M. Justiça
C-106/17 Hofsoe	Polónia Sąd Okręgowy w Szczecinie	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 19/06/2017	M. Justiça
C-165/15 Morgan Stanley & Co International	França Conseil d'État	Concorrência Auxílios concedidos pelos Estados	Observações 07/07/2017	M. Finanças
C-514/16 Pinheiro Vieira Rodrigues de Andrade	Portugal Tribunal da Relação de Guimarães	Aproximação das legislações Livre prestação de serviços	Acórdão 28/11/2017	M. Finanças
C-64/17 Saey home & garden	Portugal Tribunal da Relação do Porto	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 28/07/2017	M. Justiça
C-250/17 Tarragó da Silveira	Portugal Supremo Tribunal de Justiça	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 28/07/2017	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

C-214/17 Mölk	Áustria Oberster Gerichtshof	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Justiça e assuntos internos	Observações 07/08/2017	M. Justiça
C-295/17 MEO – Serviço de Comunicações e Multimédia	Portugal CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Tomada de posição sobre a fase oral 17/11/2017	M. Finanças
C-308/17 Kuhn	Áustria Oberster Gerichtshof	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 05/09/2017	M. Justiça
C-345/17 Buivids	Letónia Augstākā tiesa	Proteção dos dados Aproximação das legislações	Observações 25/09/2017	CNPD (Comissão Nacional de Proteção de Dados)
C-350/17 Mobit	Itália Consiglio di Stato	Transportes	Observações 28/09/2017	AMT (Autoridade da Mobilidade dos Transportes)
C-375/17 Stanley International Betting e Stanleybet Malta	Itália Consiglio di Stato	Liberdade de estabelecimento Livre prestação de serviços Aproximação das legislações	Observações 04/10.2017	SCM (Santa Casa da Misericórdia)
C-299/17 VG Media	Alemanha Landgericht Berlin	Aproximação das legislações	Observações 09/10/2017	M. Negócios Estrangeiros
C-449/17 A&G Fahrschul-Akademie	Alemanha Bundesfinanzhof	Fiscalidade Imposto sobre o valor acrescentado	Observações 12/10/2017	M. Finanças
C-306/17 Nothartová	Hungria	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça Cooperação judiciária em matéria civil	Observações 27/10/17	M. Justiça



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

	Tatabányai Törvényszék (Tribunal Geral de Tatabánya)			
C-411/17 Inter-Environnement Wallonie e Bond Beter Leefmilieu Vlaanderen	Bélgica (Cour constitutionnelle)	Ambiente	Observações 31/10/17	M.Ambiente, M. Economia e M. Justiça
C-493/17 Weiss e o.	Alemanha Bundesverfassungsgericht	Política económica e monetária Banco Central Europeu (BCE) Euro	Observações 29/11/17	M. Finanças
C-516/17 Spiegel Online	Alemanha Bundesgerichtshof	Liberdade de estabelecimento Livre prestação de serviços Propriedade intelectual, industrial e comercial Aproximação das legislações	Observações 05/12/17	M. Cultura, PCM e Protocolo UCP
C-535/17 NK	Hoge Raad der Nederlanden Países Baixos	Espaço de liberdade, de segurança e de justiça - Cooperação judiciária em matéria civil Disposições institucionais	Observações escritas 22/12/17	M. Justiça, M. Finanças

2. Ações por incumprimento contra Portugal (no Tribunal de Justiça)

N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
C-170/17 Portugal-Comissão	Comissão-Portugal	Ação sobre o cumprimento da Diretiva 2006/126/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2006, relativa à carta de condução	Petição (JO)	M. P. Infraestruturas IMT
C-383/17 Comissão/Portugal	Comissão/Portugal	Ação sobre o cumprimento da Diretiva 2009/15/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa às regras comuns para as	Petição (JO)	M. Mar



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

		organizações de vistoria e inspeção de navios e para as atividades relevantes das administrações marítimas		
C-382/17 Comissão/Portugal	Comissão/Portugal	Ação sobre o cumprimento da Diretiva 2009/21/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009, relativa ao cumprimento das obrigações do Estado de bandeira	Petição (JO)	M. Mar
3. Recursos de anulação interpostos por Portugal (no Tribunal Geral)				
N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
T-22-17 Portugal-Comissão	Portugal-Comissão	Agricultura- Recurso de anulação da Decisão de Execução (UE) 2016/2018 da Comissão relativa a despesas efetuadas pelos Estados-membros a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).	Réplica 16/05/2017	M. Agricultura IFAP
T-31-17 Portugal-Comissão	Portugal-Comissão	Agricultura- Recurso de anulação da Decisão de Execução (UE) 2016/2018 da Comissão relativa a despesas efetuadas pelos Estados-membros a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).	Réplica 16/05/2017	M. Agricultura IFAP
T-462-16	Portugal-Comissão	Agricultura e Pescas- Recurso ao abrigo da execução do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)	Pedido de audiência 28/07/17	M. Agricultura IFAP
T-463-16	Portugal-Comissão	Agricultura e Pescas- Recurso ao abrigo da execução do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)	Audiência de alegações 17/11/2017	M. Agricultura IFAP
T-261-16	Portugal-Comissão	Agricultura- Recurso ao abrigo da execução do FEAGA e FEADER no âmbito do Reg. (CE) n.º	Acórdão 20/10/2017	M. Agricultura IFAP



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

Portugal-Comissão		1290/2005 – Regime de apoio direto aos agricultores; Reg. (CE) n.os 73/2009 e 1122/2009 – Regime das quotas leiteiras e Reg. (CE) n.os 1788/2003 e 595/2004 – Substituição dos controlos in loco das explorações agrícolas por controlos administrativos.		
T-233/17 Portugal-Comissão	Portugal-Comissão	Agricultura- Recurso de anulação da Decisão de Execução da Comissão C (2017) 766, de 14 de janeiro de 2017.	Petição 16/06/2017	M. Agricultura IFAP
T-474/17 Portugal/Comissão	Portugal/Comissão	Agricultura- Recurso de anulação da Decisão de Execução da Comissão C (2017) 4136, de 26 de junho de 2017.	Petição de recurso 01/08/2017	M. Agricultura IFAP
4. Ações e Recursos de outros Estados-membros / Instituições da União com intervenção de Portugal (no Tribunal de Justiça e no Tribunal Geral)				
N.º Processo	Partes	Domínio/Objeto	Fase Processual	Ministério Setorial
T-682-16	França-Comissão	Recurso interposto pela República Francesa destinado a anular a Decisão de Execução da Comissão C (2016) 4287 final que suspende os pagamentos mensais à França a título do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA), Agricultura e Pescas.	Articulado de intervenção 21/02/2017	M. Agricultura IFAP
C-659-16	Comissão-Conselho	Disposições institucionais Competência externa da UE	Pedido de intervenção 02/03/2017	M. Mar
T-813-16 ABES-Comissão	ABES-Comissão	Concorrência Auxílios concedidos pelos Estados	Articulado de intervenção 10/05/2017	M. Planeamento Agência da Coesão